



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 839

Quarta-feira - 05 de Outubro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	3
Biguaçu	4
Braço do Trombudo	5
Caçador	5
Camboriú	54
Campo Alegre	54
Campos Novos	55
Canoinhas	56
Capinzal	58
Catanduvas	69
Chapadão do Lageado	70
Concórdia	70
Cordilheira Alta	84
Coronel Martins	89
Corupá	89
Forquilha	89
Fraiburgo	90
Garopaba	90
Garuva	105
Gaspar	105
Governador Celso Ramos	158
Guaramirim	158
Herval do Oeste	159
Imbituba	162
Iomerê	164
Irineópolis	167
Itapoá	192
Joaçaba	193
José Boiteux	195
Lauro Muller	195
Leoberto Leal	195
Lindóia do Sul	208
Luzerna	209
Massaranduba	211
Meleiro	212
Monte Carlo	213
Nova Trento	213
Novo Horizonte	214
Palhoça	223
Pinheiro Preto	226
Porto União	226
Rio do Sul	228
Salto Veloso	229
São Lourenço do Oeste	230
São Pedro de Alcântara	233
Schroeder	236
Siderópolis	237
Timbó	237
Tunápolis	242

Turvo	243
Vargeão	249
Videira	249
Vitor Meireles	255

### Consórcios

AGIR	256
ARIS	258
CIGA	258

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2.007/2011

LEI Nº 2.007/2011 - DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA PROCEDER A BAIXA DE BEM PATRIMONIAL CONSIDERADO INSERVÍVEL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce-SC, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a baixa do bem patrimonial considerado inservível ao Município de Água Doce(SC) e pertencente ao Patrimônio Municipal - Secretaria Municipal de Agricultura, a seguir descritos:

#### DESCRIÇÃO DO BEM PATRIMONIAL

01 Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, modelo DAOL, 4000 litros, equipado com bomba lobular 4", mangueira de carga, esguicho, leque, canhão lateral e demais acessórios, série 2002/06, marca Mepel, cadastrado no patrimônio Municipal sob o nº 3795.

01 Distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, capacidade 3.000 litros, equipado com bomba lobular, com mangueira de sucção e cardam, série A557, fabricante Fatritol, cadastrado no patrimônio Municipal sob o nº 3788

01 Plantadeira, modelo Seed Max, chassi/série 66327-1, ano de fabricação 2002, com disco de corte, caixa de polietileno, três linhas duplo defasado, marca Irmãos Thommings, cadastrado no patrimônio Municipal sob o nº 4020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÁGUA DOCE(SC), em 20 de setembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

#### Lei Nº 2.008/2011

LEI Nº 2.008/2011 - DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

"DENOMINA GINÁSIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. O Ginásio de Esportes do Centro Educacional Municipal Frei Silvano, sito na Rua Dom Daniel Hostin, nº 245, Bairro Vila Nova, Água Doce-SC, passará a ser denominado de CENTRO CULTURAL ESPORTIVO IVONE GEMELLI - Ivoninha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÁGUA DOCE(SC), em 20 de setembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita

#### **Lei Nº 2.009/2011**

LEI Nº 2.009/2011 - DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, inscrito no CNPJ nº 00.394.437/0001-57, os bens relacionados neste artigo, que serão utilizados na Secretaria Municipal de Educação:

01 ARMÁRIO BAIXO 860X900X440MM (novo) no valor de R\$ 320,00

01 MESA PROFESSOR 1240X700X720MM (novo) no valor de R\$ 305,00

01 MESA PARA IMPRESSORA 600X500X720 (novo) no valor de R\$ 140,00

10 MESAS DE INFORMÁTICA 1100X700X720 (novo) no valor un. R\$ 243,00

11 CADEIRAS PP EMPILHÁVEL ASSENC. PRETO no valor un. de R\$ 58,40

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 20 de setembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita

#### **Lei Nº 2.011/2011**

LEI Nº 2.011/2011 - DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar financeiramente a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ÁGUA DOCE - APAE - Escola de Educação Especial Mário Antonio Sartori, inscrita no CNPJ/MF sob n. 78.487.238/0001-80, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com vencimento para o dia 10 de outubro de 2011.

Parágrafo único. A transferência financeira será formalizada mediante celebração de convênio e se dá a título de auxílio financeiro para realização do evento regional "IX ENCONTRO NOSSA ARTE", promovido pela entidade beneficiada, a qual deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1812/2009.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão pagos por conta da seguinte dotação orçamentária:

05. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.367.0035.2.031. APOIO A APAE

3.3.50.00.0.1.0000/84. Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 29 de setembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita

#### **Lei Nº 2010/2011**

LEI Nº 2.010/2011 - DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SC NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo, com o objetivo de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 29 de setembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita

#### **Decreto Nº 088/2011**

DECRETO Nº 088/2011- DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.077,13 (quinze mil e setenta e sete reais e treze centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste

artigo serão para aplicação do Convênio com Corpo de Bombeiros de Catanduvas.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS  
06.182.0006.2.011 SEGURANÇA CONTRA SINISTRO  
3.3.90.00.0.3.0110.0/178 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
4.4.90.00.0.3.0110.0/177 Aplicações Diretas R\$ 5.077,13  
TOTAL R\$ 15.077,13

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável superávit identificado na rubricas do Convênio com o Corpo de Bombeiros de Catanduvas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de setembro de 2011.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 089/2011**

DECRETO Nº 089/2011- DE 23 DE SETEMBRO DE 2011  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos Departamentos de Promoção Social e Urbanismo.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL  
3.1.90.00.1.0000.0/105 Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
3.3.90.00.0.1.0000.0/135 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00  
TOTAL R\$ 46.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de setembro de 2011.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 090/2011**

DECRETO Nº 090/2011- DE 26 DE SETEMBRO DE 2011  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO  
3.3.90.00.0.1.001.0/59 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas de Recursos de Impostos da Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de setembro de 2011.  
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 393/2011**

PORTARIA Nº 393/2011  
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 20 dias, a contar de 03 de Outubro de 2011, a ADEMAR RAULINO HOFFMANN, ocupante do Cargo de MOTORISTA, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2008 a 04/08/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Outubro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 394/2011**

PORTARIA Nº 394/2011  
Concede Licença Premio a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a a servidora MARCELI HILLESHEIN DECKER, ocupante do Cargo de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir de 10 de Outubro, relativo ao período aquisitivo de Abril/2005 a Abril/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Outubro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 04 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Biguaçu**

**PREFEITURA**

### **Publicação Aditivo 02 do Contrato 757/2011-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
ADITIVO 02 DO CONTRATO NÚMERO 757/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÁLCOOL, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO.

Contratado: ERNESTÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.

Valor: R\$: 58.718,75 (cinquenta e oito mil e setecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) de acordo com o PP 265/2010-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

### **Publicação do Contrato 10.180/2011-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CONTRATO NÚMERO 10.180/2011-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET E TELEFONIA VOIP PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU EM REGIME DE COMODATO.

Contratado: NEOREDE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Valor: R\$: 119.542,50 (cento e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) de acordo com o PR 74/2011-FMS

Prazo de vigência: 01/10/2012

### **Publicação do Contrato 10.182/2011-FMS**

CONTRATO NÚMERO 10.182/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: Centerlabsc Comércio de Produtos Laboratoriais Ltda.

Valor: R\$: 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) de acordo com o PE 116/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

### **Publicação do Contrato 10.183/2011-FMS**

CONTRATO NÚMERO 10.183/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: DM Produtos para Saúde Ltda - ME.

Valor: R\$: 2.674,62 (dois mil e seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) de acordo com o PE 116/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

### **Publicação do Contrato 10.184/2011-FMS**

CONTRATO NÚMERO 10.184/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: LCI Produtos Diagnósticos Ltda.

Valor: R\$: 2.549,15 (dois mil e quinhentos e quarenta e nove reais e quinze centavos) de acordo com o PE 116/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011



**Publicação do Contrato 10.185/2011-FMS**  
CONTRATO NÚMERO 10.185/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: Quimiolab Comércio e Importação de Produtos de Laboratório Ltda.

Valor: R\$: 429,17 (quatrocentos e vinte e nove reais e dezessete centavos) de acordo com o PE 116/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

**Publicação do Contrato 10.186/2011-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CONTRATO NÚMERO 10.186/2011-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares Ltda - ME

Valor: R\$: 3.347,20 (três mil e trezentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) acordo com o PE 116/2011-FMS

Prazo de vigência: 31/12/2011

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato 40/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 40/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Célia Regina Wambommel ME.  
CNPJ 04.195.853/0001-87, sito Rua 25 de Maio s/n loja 06  
Cidade de Alfredo Wagner - SC

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza para manutenção das Escolas e Centros de Educação Infantil

Valor: R\$ 16.050,00 (dezesseis mil e cinquenta reais)

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 03.10.2011

NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

**Extrato de Contrato 41/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 41/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.  
CNPJ 85.789.782/0025-10, sito Rua Duque de Caxias 184.  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar do ensino fundamental, pré-escola e creche

Valor: R\$ 39.091,02 (trinta e nove mil, noventa e um reais e dois centavos).

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 03.10.2011

NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

**Extrato de Contrato 42/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 42/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Nelson Knaul ME.  
CNPJ 81.818.502/0001-26, sito Rua Duque de Caxias 1776  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar do ensino fundamental, pré-escola e creche

Valor: R\$ 29.292,60 (vinte e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e sessenta centavos)

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 03.10.2011

NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

## Caçador

### PREFEITURA

**Decreto Nº 4.929**

DECRETO Nº 4.929, de 22 de julho de 2011.

Suplementa e anula Dotação Orçamentária da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784 de 22/12/2010,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, do orçamento vigente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme segue:

14.01-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
18.541.0024.2.171-Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 100.000,00  
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária, do orçamento vigente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

14.01-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
18.541.0024.2.171- Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente  
3.1.90.00.00-Aplicações diretas R\$ 100.000,00  
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de julho de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 4.970

DECRETO Nº 4970, de 31 de agosto de 2011.  
Suplementa Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784 de 22/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes Dotações Orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais):

05.01-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.030-Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social  
3.1.90.00.0000-Aplicações Diretas R\$ 110.000,00  
3.1.91.00.0000-Transf.intra orçam R\$ 7.000,00  
SOMA R\$ 117.000,00

Art. 2º Em atendimento às suplementações realizadas nas formas dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes Dotações Orçamentárias, do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais):

05.01-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.030- Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.0000-Aplicações Diretas R\$ 110.000,00  
4.4.90.00.0000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00  
SOMA R\$ 117.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de agosto de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 5.010

DECRETO nº 5.010, de 29 de setembro de 2011.

Reverte para o Patrimônio Público Municipal, área de terreno urbano concedida à Microempresa Cláudio Vierzbicki - ME.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e em cumprimento ao disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei Complementar nº 98, de 30/03/2007,

Considerando que pela Lei Complementar nº 98, de 30/03/2007, o Município concedeu o direito real de uso de uma área de terreno urbano, de sua propriedade, com superfície de 490,00m² (quatrocentos e noventa metros quadrados), situado nesta cidade de Caçador, no Loteamento Vila Palmeira;

Considerando que a Lei Complementar nº 98/2007, salvaguardou os direitos do Município, prevendo a reversão da área de terreno urbano cedida à referida Microempresa, estabelecendo em seu art. 2º, parágrafo único, cláusula de reversibilidade em caso de inadimplemento das condições previstas na Lei;

Considerando a vistoria realizada no imóvel pelo Servidor Público Municipal designado para o cargo de Coordenador de Serviços Administrativos do Patrimônio,

DECRETA:

Art. 1º Fica revertida ao Patrimônio Público Municipal a área de terreno urbano, com superfície de 490,00m² (quatrocentos e noventa metros quadrados), localizada na parte final Rua Dom Luiz Colussi, Loteamento Vila Palmeira, de propriedade do Município de Caçador, concedida pela Lei Complementar nº 98, de 30 de março de 2007, com a cláusula de garantia, à Microempresa Cláudio Vierzbicki - ME, para ampliação da empresa e construção de um silo para armazenagem de resíduos de madeira.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda tomará as medidas necessárias para o fiel cumprimento desta determinação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de setembro de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Portaria Nº 21.032

PORTARIA Nº 21.032, de 19 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010,

RESOLVE:

RESCINDIR, o contrato por tempo determinado dos Servidores da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	C.H	Data rescisão
11153	Jocimar Pereira Rosa	Servente	44	15/09/11
11007	Shirley Schmitt	Orientadora Educacional	20	30/09/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária de Educação.

### Portaria Nº 21.041

PORTARIA nº 21.041, de 20 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de setembro de 2011, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº Horas
11127	Carlos Alberto Filipiaski	Ass. Social	112
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	144
4081	Fátima R. G. Damasceno	Ass. Social	128
11189	João Bethier Neto	Ass. Social	152
11221	João Carlos Furtado	Ass. Social	75
11219	Larissa Nora	Ass. Social	16
3384	Lucimeri Vieira	Ass. Social	240
11220	Marcelo Santos	Ass. Social	68
11222	Michela F. Medeiros	Ass. Social	19
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	96
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	110
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	110
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Bombeiros	110
8628	Angela Knaebel	Dittesc	144
8337	Antonio Carlos M. da Conceição	Dittesc	68
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	72
10302	Cristiano R. Rodrigues Fernandes	Dittesc	72
576	Daniel P. de Camargo	Dittesc	144
9200	Fábio de Lima Garcia	Dittesc	144
8336	Fernando A Sinhorin	Dittesc	68
9195	Gultavo P. Boscardi	Dittesc	78
1347	João Maria Hornerburg	Dittesc	144
1242	Jose Aldo Moraes	Dittesc	144
668	José Ferreira	Dittesc	144
1444	José Scheffmacher	Dittesc	72
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	144
569	Oracides Pires de Camargo	Dittesc	144
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	144
10296	Viviane D. M. Vosgrau	Dittesc	144
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	32
11224	André Leonardo Mazzotti	Sec. Saúde	16
1793	Cícero Brasil Moreira	Sec. Saúde	24
2027	Edézio Recalcatti	Sec. Saúde	35
970	José Gomes de Mattos	Sec. Saúde	45
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	19
546	Nery Guerin	Sec. Saúde	02
2648	Seleme Scolari	Sec. Saúde	24
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	23
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	27
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	34
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	09

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

MARINÊS DALAVECHIA COLAÇO  
Secretária de Assistência Social.

OSMAR PEREIRA DIAS  
Diretor DITTESC.

DINAMAR APARECIDA GOMES  
Secretária de Saúde.

### Portaria Nº 21.053

PORTARIA Nº 21.053, de 26 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR, em caráter temporário, a cidadã ELVIRA KRUGER, no cargo de Professor Monitor - PETI, com 20 horas semanais, de acordo com classificação em Processo Seletivo Edital 01/2011, de 09/06/2011, durante o período de 03/10/2011 a 11/08/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO  
Secretária de Assistência Social.

### Portaria Nº 21.062

PORTARIA nº 21.062, de 27 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 71, inciso V, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

DECLARAR a vacância do cargo de Agente de Serviços e Obras Públicas, ocupado pelo Servidor Público Municipal LUIZ MEIRELES PEREIRA, da Secretaria de Infra Estrutura, devido seu falecimento ocorrido em 09 de setembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 21.064**

PORTARIA Nº 21.064, de 27 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

**RESOLVE:**

EXONERAR, a Senhora PATRICIA COLUSSI DA SILVA DE OLIVEIRA, do Cargo Comissionado de Assessora de Secretário, da Secretaria Municipal de Saúde, CC-4, com 35 horas semanais, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, a partir de 1º de outubro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

**Portaria Nº 21.073**

PORTARIA Nº 21.073, de 28 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 197, de 23/02/11, que dispõe sobre a execução do Programa CAPS- AD, e dá outras providências

**RESOLVE:**

EXONERAR, o Servidor Público Municipal OSVALDO ROSA, do cargo em Comissão de Diretor do CAPS-AD, da Secretaria de Saúde, pertencente ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, Referência CC-3, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a partir de 1º de outubro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

**Portaria Nº 21.075**

PORTARIA Nº 21.075, de 28 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.980, de 1º/09/11, que designou os Servidores a seguir relacionados para exercerem Função Gratificada, junto a Secretaria de Saúde, especificando código, nome, cargo ocupado e secretaria, a contar de 1º de outubro 2011, conforme segue:

Cód.	Nome	Função	Sec.
1039	Juçara Schneider Muller João	30% - Coordenar TFD	006
7824	Maicon Sgarbossa	50% - Coordenar Atenção Básica de Saúde e Enfermagem	006

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

**Portaria Nº 21.076**

PORTARIA Nº 21.076, de 28 de setembro de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.527, de 16/05/11, no que se refere a designação do Servidor a seguir relacionado para exercer Função Gratificada, junto a Secretaria de Saúde, especificando código, nome, cargo ocupado e secretaria, a contar de 1º de outubro 2011, conforme segue:

Cód.	Nome	Função	Sec.
1139 9700	João Carlos Souza dos Santos	FG40% - Serviços Médicos	006

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

**Portaria Nº 21.077**

PORTARIA Nº 21.077, de 28 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.670, de 14/06/11, no que se refere a designação da Servidora a seguir relacionada para exercer



Função Gratificada, junto a Secretaria de Saúde, especificando código, nome, cargo ocupado e secretaria, a contar de 1º de outubro 2011, conforme segue:

Cód.	Nome	Função	Sec.
137	Zenilda Aparecida Rodrigues	FG 30% - Programa Saúde do Idoso	006

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

### Contrato 113/2011 PREFEITURA

Contrato 113/2011 Prefeitura - Consórcio Cinco - Materiais Ambulatoriais para Unidades de Saúde referente ao pregão eletrônico nº 0002/2011-CINCO, registro de preços nº 0003/2011-CINCO. Contratado: BIOMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 695,60. Prazo: 10/10/2011, sendo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VLR UNIT. R\$
129	4.000	unidade	Saco para lixo hospitalar 50 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7micras.	0,1739

### Contrato 114/2011 PREFEITURA

Contrato 114/2011 Prefeitura - Consórcio Cinco - Materiais Ambulatoriais para Unidades de Saúde referente ao pregão eletrônico nº 0002/2011-CINCO, registro de preços nº 0003/2011-CINCO. Contratado: MEDSONDA - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTÁVEIS LTDA. Valor: R\$ 675,00. Prazo: 10/10/2011, sendo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VLR UNIT. R\$
65	900	unidade	Equipo para Nutrição Enteral, tubo em PVC com 1,50cm, controlador tipo pinça rolante, conexão tipo luer, embalado individualmente.	0,75

### Contrato 115/2011 PREFEITURA

Contrato 115/2011 Prefeitura - Consórcio Cinco - Materiais Ambulatoriais para Unidades de Saúde referente ao pregão eletrônico nº 0002/2011-CINCO, registro de preços nº 0003/2011-CINCO. Contratado: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. Valor: R\$ 22.361,20. Prazo: 10/10/2011, sendo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VLR UNIT. R\$
1	100	pacote	Abaixador de língua descata-vel, pacotes C/100 unidades	1,85

10	50	caixa	Agulha 40x12 - bisel trifaceta-do, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Caixa com 100 unidades	2,99
17	70	rolo	Algodão hidrófilo - com fibras 100% algodão altamente absorvente. Rolo com 1.0 kg	16,20
25	1.000	unidade	Atadura de crepom 18 fios - 20cm x 4,5m. (1,80 m em repouso), deve ser confeiten-der as normas da ABNT	1,16
40	200	unidade	Bolsa Coletora de Urina sis-tema fechado,confeccionada em polietileno transparente com capacidade de 2.000ml, graduada, com válvula anti-refluxo, ventilação p/ entrada de ar com filtro bacteriológico, expurgo com torneira □, com alça de sustentação e grampo de lençol, esterilizada em óxido de etileno. Embalada individualmente.	1,89
52	100	unidade	Cateter intravenoso (Abocath) nº 24	0,36
62	3.000	unidade	Equipo Macrogotas Flexí-vel- composto de lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução; câmara flexível e transparente para visualização do gotejamento; controlador de fluxo tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso.	0,40
70	2.500	unidade	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão lumino. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fórnxes vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borbo-leta) fabricado em poliesti-reno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável.	0,79
72	500	unidade	Frasco para Nutrição Enteral, capacidade para 300ml, graduação 50 ml, em plástico transparente resistente.	0,47
83	150	rolo	Fita adesiva de autoclave 19mm X 30m - dorso de papel crepado á base de borracha natural, na outra face, fina camada impermeabilizada de resina acrílica, com indicador de esterilização (listas diag-onais de tinta termoreativa que Quando esterilizadas, mudam a coloração de branco para preto.	4,47

85	200	pacote	Gaze em compressa - gaze hidrófila, confeccionada com 13 fios, em tamanho 10 X 10cm e 20 x 40 cm aberta, com 5 dobras, 8 camadas, bordas devidamente voltada para dentro, deve atender as normas da ABNT, embalada em pacotes com 500 peças.	28,00
94	5	caixa	Lâmina bisturi nº20, caixa com 100 unidades.	10,20
106	50	caixa	Luva de procedimentos tamanho G - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades	12,90
107	500	caixa	Luva de procedimentos tamanho M - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	12,90
109	100	caixa	Luva de procedimentos tamanho PP - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	12,90
116	300	rolo	Micropore - fita hipoalérgica microporosa; confeccionada com substrato de não tecido á base de fibras de viscosse, resina acrílica e massa adesiva a base de poliácrlato hipoalergênico, 2,5 cm X 10m. Produto com capa protetora.	1,82
123	20	frasco	PVPI - anti-séptico, uso tópico/líquido, frascos de 1Lt.	8,00
132	2.000	unidade	Scalp nº21 dispositivo asepto com agulha siliconizada com bisel biangulados, trifacetado. Tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico.	0,08
133	2.000	unidade	Scalp nº23 dispositivo asepto com agulha siliconizada com bisel biangulados, trifacetado. Tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico.	0,08
157	5	unidade	Sonda nasoentéria nº 10 - para alimentação enteral, de silicone, com fio gui, ponta de tugstênio, esteril oxido etileno.	10,00
158	5	unidade	Sonda nasoentéria nº 12 - para alimentação enteral, de silicone, com fio gui, ponta de tugstênio, esteril oxido etileno.	10,00

161	50	unidade	Sonda nasogástrica nº10 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível.	0,35
162	50	unidade	Sonda nasogástrica nº14 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível.	0,38
163	50	unidade	Sonda nasogástrica nº16 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível.	0,41
164	20	unidade	Sonda nasogástrica nº18 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível.	0,45
165	20	unidade	Sonda nasogástrica nº20 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível.	0,51

### Contrato 116/2011 PREFEITURA

Contrato 116/2011 Prefeitura - Consórcio Cinco - Materiais Ambulatoriais para Unidades de Saúde referente ao pregão eletrônico nº 0002/2011-CINCO, registro de preços nº 0003/2011-CINCO. Contratado: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 5.125,95. Prazo: 10/10/2011, sendo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VLR UNIT. R\$
4	100	caixa	Agulha 13x4,5 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Caixa com 100 unidades	2,73
7	200	caixa	Agulha 25x7 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Caixa com 100 unidades	2,70
67	300	rolo	Esparadrapo 10cm X 4,5m - Tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, com massa adesiva á base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Embalagem c/ capa protetora	4,48
100	5	caixa	Lâmina bisturi nº15, caixa com 100 unidades.	10,19
145	200	unidade	Sonda aspiração 08	0,29
146	200	unidade	Sonda de Aspiração Traqueal nº10 - descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível.	0,30
147	200	unidade	Sonda de Aspiração Traqueal nº12 - descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível.	0,30
172	300	frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 9% 125ml sistema fechado de acordo com a RDC nº 29 de 17/04/2007.	1,50
173	500	frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 9% 250ml sistema fechado de acordo com a RDC nº 29 de 17/04/2007.	2,00
174	300	frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 9% 500ml sistema fechado de acordo com a RDC nº 29 de 17/04/2007.	2,00
178	250	frasco	Solução de Glicose a 5% 500ml sistema fechado de acordo com a RDC nº 29 de 17/04/2007.	2,76

**Contrato 117-2011 PREFEITURA**

Contrato 117/2011 Prefeitura - Consórcio Cinco - Materiais Ambulatoriais para Unidades de Saúde referente ao pregão eletrônico nº 0002/2011-CINCO, registro de preços nº 0003/2011-CINCO. Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Valor: R\$ 31.883,63. Prazo: 10/10/2011, sendo:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VLR UNIT. R\$
5	50	caixa	Agulha 20x5,5 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Caixa com 100 unidades	2,89
6	50	caixa	Agulha 25x6 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Caixa com 100 unidades	2,79
14	600	frasco	Álcool 70% de uso hospitalar para superfícies fixas Composição: Álcool etílico e água purificada Princípio ativo: Álcool etílico hidratado a 70% Frasco com 1000 ml	3,45
20	1.000	unidade	Atadura de crepom 18 fios - 06cm x 4,5m. (1,80 m em repouso), deve ser confeitar as normas da ABNT	0,34
21	1.000	unidade	Atadura de crepom 18 fios - 08cm x 4,5m. (1,80 m em repouso), deve ser confeitar as normas da ABNT	0,46
22	1.000	unidade	Atadura de crepom 18 fios - 10cm x 4,5m. (1,80 m em repouso), deve ser confeitar as normas da ABNT	0,56
23	1.000	unidade	Atadura de crepom 18 fios - 12cm x 4,5m. (1,80 m em repouso), deve ser confeitar as normas da ABNT	0,69
24	1.000	unidade	Atadura de crepom 18 fios - 15cm x 4,5m. (1,80 m em repouso), deve ser confeitar as normas da ABNT	0,86
42	200	unidade	Caixa Coletora para Perfuro Cortante 07 litros - com bandeja coletora de papelão, paredes e fundo resistente de papelão e saco plástico, travas provisórias e permanente.	1,55
43	300	unidade	Caixa Coletora para Perfuro Cortante 13 litros - com bandeja coletora de papelão, paredes e fundo resistente de papelão e saco plástico, travas provisórias e permanente.	1,36
51	100	unidade	Cateter intravenoso (Abocath) nº 22	0,304
55	80	unidade	Compressa de gaze tipo queijo, confeccionada com 13 fios em tamanho nominal 91 X 91, cor branca, bordas devidamente voltadas para dentro. embaladas individual em pacote plástico. Deve atender as normas da ABNT, peso mínimo 1450 gramas.	55,80

66	1.000	unidade	ESCOVA DESCARTÁVEL ESTERILIZADO INDIVIDUAL escova cervical descartável, ponta ativa produzida com micro cerdas em nylon e eixo de sustentação em aço inoxidável. Cabo em poliestireno de alto impacto, atóxico e resistente às trações. Apresentando ponta ativa com cerdas macias em formato cônico. Medidas: Eixo longitudinal da haste ponta ativa - 200 mm, Eixo longitudinal da ponta ativa - 21 mm, Diâmetro da ponta ativa - 0,7 mm.	0,17
69	2.500	unidade	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÊDIO Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão lumino. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável.	0,88
76	5	caixa	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha curta 2.0 Nylon preto; Poliamida monofilamento; Não absorvível; Estéril em raio gama; 45cm; Agulha micro ponta plástica nº 2.0cm; Registro na ANVISA; ISO 9001.	15,00
77	20	caixa	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha curta 3.0 Nylon preto; Poliamida monofilamento; Não absorvível; Estéril em raio gama; 45cm; Agulha micro ponta plástica nº 2.0cm; Registro na ANVISA; ISO 9001.	15,00
78	15	caixa	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha curta 4.0 Nylon preto; Poliamida monofilamento; Não absorvível; Estéril em raio gama; 45cm; Agulha micro ponta plástica nº 2.0cm; Registro na ANVISA; ISO 9001.	15,00
79	10	caixa	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha curta 5.0 Nylon preto; Poliamida monofilamento; Não absorvível; Estéril em raio gama; 45cm; Agulha micro ponta plástica nº 2.0cm; Registro na ANVISA; ISO 9001.	15,00
97	2.000	unidade	LÂMINA SIMPLES PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA. Tamanho da Lâmina 26x76x1,	0,0297
101	300	par	Luva cirúrgica tam. 6,5 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso.	0,7588

102	300	par	Luva cirúrgica tam. 7,0 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso.	0,7588
103	2.000	par	Luva cirúrgica tam. 7,5 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso.	0,7588
104	2.000	par	Luva cirúrgica tam. 8,0 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso.	0,75
105	300	par	Luva cirúrgica tam. 8,5 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso.	0,75
108	500	caixa	Luva de procedimentos tamanho P - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	13,58
125	1.500	unidade	Saco para lixo hospitalar 100 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7micras.	0,25
128	2.000	unidade	Saco para lixo hospitalar 40 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7micras.	0,19
136	8.000	unidade	Seringa 1 ml ( insulina); stopper fino; êmbolo com anel de retenção,s/ espaço morto. Capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 em 1 unidade, com agulha de 12,7 X 0,3 mm de calibre.	0,38
138	10.000	unidade	Seringas descartavel de 03ml - sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino; embôlo com anel de retenção.	0,12
139	10.000	unidade	Seringas descartavel de 05ml - sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino; embôlo com anel de retenção.	0,129
140	2.000	unidade	Seringas descartavel de 10ml - sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino; embôlo com anel de retenção.	0,20
141	1.000	unidade	Seringas descartavel de 20ml - sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino; embôlo com anel de retenção.	0,30

166	500	unidade	Sonda uretral nº06 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama.	0,2899
167	1.000	unidade	Sonda uretral nº08 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama.	0,30
168	1.000	unidade	Sonda uretral nº10 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama.	0,31

### Contrato 12-2011 FUNDEMA

Contrato nº 12/2011 - FUNDEMA - Aquisição de 67.000 unidades de vales transporte tipo amarelo destinados aos servidores da Fundação Municipal do Meio Ambiente que residem longe do local de trabalho. Referente ao processo licitatório nº 23/2011 IL nº 01/2011. Contratado: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA/CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86. Valor: R\$ 147.500,00. Prazo: 12 meses ou até que se conclua o processo licitatório para Contratação de Serviços de Transporte Coletivo do Município de Caçador.

### Termo de Rescisão 04/2011 SAÚDE

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL Nº 04/2011 - FMS  
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2010 - FMS E SEUS ADITAMENTOS

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze, na sede da Secretaria Municipal de Saúde Caçador, reuniram-se às partes contratantes, de um lado como CONTRATANTE o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Brasília, nº 1.111, Caçador, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.583.495/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, sra. DINAMAR APARECIDA GOMES, brasileira, solteira, CPF nº 719.499.929-34 residente e domiciliada nesta cidade de Caçador, SC, e de outro lado como CONTRATADA o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, sociedade civil de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0004-24, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo seu superintendente executivo, Sr. ANÍBAL DIB MUSSI, inscrito no CPF sob nº 157.229.299-72, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, SC, com o objetivo de formalizar a RESCISÃO CONSENSUAL do Contrato nº 33/2010 e Contratos de aditamentos nº 46/10, nº 76/10, nº 104/10 e nº 25/11 datados respectivamente de 08 de março de 2010, 22 de abril de 2010, 13 de julho de 2010, 30 de dezembro de 2010 e 13 de setembro de 2011, para desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes que, obrigatórios ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho, nos termos estabelecidos pela Lei nº 11.788/2008, referente ao processo licitatório nº 19/2010, na modalidade de Inexigibilidade nº 08/2010, sem a aplicação de penalidades pecuniárias, em face de fatores econômicos que inviabilizam a manutenção do mesmo. Pelo presente termo, declaram as partes, de comum e recíproco acordo, rescindido de pleno direito, dando-se mútua e recíproca quitação, para nenhuma parte reclamar da outra seja a que título for.



**Termo de Rescisão 05/2011 SAÚDE**

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL Nº 05/2011 - FMS  
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2010 - FMS E SEUS ADI-  
TAMENTOS

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze, na sede da Secretaria Municipal de Saúde Caçador, reuniram-se às partes contratantes, de um lado como CONTRATANTE o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Brasília, nº 1.111, Caçador, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.583.495/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, sra. DINAMAR APARECIDA GOMES, brasileira, solteira, CPF nº 719.499.929-34 residente e domiciliada nesta cidade de Caçador, SC, e de outro lado como CONTRATADA o INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis, SC, neste ato representada pelo seu Superintendente Sr. NATALINO UGGIONI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 481.065.699-34, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, SC, com o objetivo de formalizar a RESCISÃO CONSENSUAL do Contrato nº 34/2010 e Contratos de aditamentos nº 47/10, nº 77/10, nº 105/10 e nº 26/11 datados respectivamente de 08 de março de 2010, 22 de abril de 2010, 13 de julho de 2010, 30 de dezembro de 2010 e 13 de setembro de 2011, para desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes que, obrigatórios ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho, nos termos estabelecidos pela Lei nº 11.788/2008, referente ao processo licitatório nº 19/2010, na modalidade de Inexigibilidade nº 08/2010, sem a aplicação de penalidades pecuniárias, em face de fatores econômicos que inviabilizam a manutenção do mesmo. Pelo presente termo, declaram as partes, de comum e recíproco acordo, rescindido de pleno direito, dando-se mútua e recíproca quitação, para nenhuma parte reclamar da outra seja a que título for.

**Ata 18-2011 FUNDEMA**

Ata nº 18/2011 - FUNDEMA - Pregão Presencial nº 16/2011 - Registro de preços para aquisição de materiais de segurança para a manutenção das atividades da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA. Fornecedor: ADELVO BASQUERA- EPP- CNPJ nº 76.554.179/0001-90. Caçador- SC- 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
8	50	PARES	LUVAS DE COURO RASPA, COM CA, COMPOSIÇÃO DE COURO RASPA, COM COSTURA DUPLA E REFORÇO NO POLEGAR. TAMANHO 14 CM	MAPRO-SEG	4,59	229,50
9	40	PARES	LUVAS DE COURO RASPA, COM CA, COMPOSIÇÃO DE COURO RASPA, COM COSTURA DUPLA E REFORÇO NO POLEGAR. TAMANHO 21 CM	MAPRO-SEG	5,50	220,00
10	15	PARES	LUVAS EM VAQUETA, COM CA. COMPOSIÇÃO: VAQUETA. TAMANHO 07 CM	MAPRO-SEG	11,39	170,85

11	15	PARES	LUVAS IMPERMEÁVEIS, PARA TRABALHADORES EM LUGARES CONTAMINADOS, PARA REMOÇÃO DE OBJETOS, COM CA COMPRIMENTO DE 75 CM, QUE ENCUBRA DESDE A MÃO ATÉ A CLAVÍCULA, PALMA DA MÃO ANTI-DERRAPANTE E FORRAÇÃO INTERNA, DE RESISTÊNCIA CONTRA OBJETOS CORTANTES	BRACOL	16,50	247,50
13	20	PARES	LUVAS IMPERMEÁVEIS, PARA MANUSEIO DE PRODUTOS CONTENDO COLA, PRODUTOS QUÍMICOS E TINTAS E VERNIZES, COM CA E FORRAÇÃO INTERNA. TAMANHO 07 CM	BRACOL	4,50	90,00
14	20	PARES	LUVAS IMPERMEÁVEIS, PARA MANUSEIO DE PRODUTOS CONTENDO COLA, PRODUTOS QUÍMICOS E TINTAS E VERNIZES, COM CA E FORRAÇÃO INTERNA. TAMANHO 14 CM	BRACOL	22,00	440,00
15	20	PARES	LUVAS DE MALHA EMBORRACHADA COM CA. COMPOSIÇÃO: MALHA EMBORRACHADA	YELING	1,90	38,00
17	20	PARES	LUVAS CONFECIONADAS COM SUPORTE TÊXTIL EM MALHA DE ALGODÃO, 100% ANTIALÉRGICO, COM REVESTIMENTO DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC), NA COR VERDE, COM PALMA ÁSPERA 9,5" DE 56 CM MANGOTE	YELING	16,50	330,00
22	20	UNID	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, COR AMARELA E TRANSPARENTE, COM CA. LENTE DURO POLICARBONATO	KALIPSO	12,50	250,00

23	80	CONJ	CONJUNTO DE CALÇA E JAQUETA, COM CAPUZ PARA A CABEÇA, COM CA, PARA TRABALHADORES DO ASFALTO E LUGARES LAMACENTOS E CHUVOSOS, IMPERMEÁVEIS, COM FORRAÇÃO E TREVIRA, SENDO 40 CONJUNTOS NA COR PRETA E 40 CONJUNTOS NA COR LARANJA, TAMANHOS G E GG.	SOLDASUL	45,00	3.600,00
28	200	UNID	BONÉS, MODELO AMERICANO, TAMANHO ADULTO ( 55 CM DE CIRCUNFERÊNCIA) TECIDO TACTEL, FORRAÇÃO DE TNT, ABA CURVADA, REGULADOR PLÁSTICO (PVC) CORES VARIADAS (LARANJA, VERDE, MARRON E AZUL) COM APLICAÇÃO DE LOGOTIPO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE-FUNDEMA E /OU BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, EM SILK-SCREEN	CORDEIRO CONFEÇÕES	9,79	1.958,00
TOTAL GERAL						7.573,85

**Ata 19-2011 FUNDEMA**

Ata nº 19/2011 - FUNDEMA - Pregão Presencial nº 16/2011 - Registro de preços para aquisição de materiais de segurança para a manutenção das atividades da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA. Fornecedor: DETONI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA- CNPJ 09.549.356/0001-53. Erechim - RS - 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50	UNID	ABAFADORES DE RUÍDOS, PARA PROTEÇÃO AUDITIVA, COM CA, TIPO CONCHA MODELO ATR, COM HASTE METÁLICA E ATENUAÇÃO MÍNIMA DE 16 (DB)	LB/	16,50	825,00
2	100	UNID	PROTETORES AURICULARES, TIPO PLUG, COM CA, COMPOSIÇÃO DE SILICONE, COM CORDEÃO, MACIO, COM 03 (TRÊS) AURELAS, LAVÁVEIS, COM ATENUAÇÃO MÍNIMA DE 16 (DB)	MAXXI	1,62	162,00

3	30	UNID	MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL, DESCARTÁVEIS, COM VÁLVULA RESPIRATÓRIA, COM CA, DEVEM TER VÁLVULAS RESPIRATÓRIAS, HASTE ELÁSTICA AJUSTÁVEL	MAXXI	1,34	40,20
4	30	UNID	MÁSCARAS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, PARA TRABALHOS QUE IMPLIQUEM EM PRODUÇÃO DE POEIRAS MINERAIS E ORIUNDAS DAS PARTÍCULAS DA PINTURA COM PISTOLA, COM CA, DEVEM CONTER FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, OPCIONAL DE SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO TEMPORARIAMENTE	PLASTCOR	16,00	480,00
5	10	UNID	FILTRO PARA MÁSCARAS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIAS, PARA TRABALHOS QUE IMPLIQUEM EM PRODUÇÃO DE POEIRAS MINERAIS E ORIUNDAS DAS PARTÍCULAS DA PINTURA COM PISTOLA, COM CA	PLASTCOR	10,00	100,00
6	10	PARES	PERNEIRAS DE RASPA, COM CA E CRF, MATERIAL DE COURO, COM TAMANHO DO CABEDAL DO CALÇADO ATÉ O JOELHO	RT	11,40	114,00
7	300	PARES	LUVAS DE COURO RASPA, COM CA, COMPOSIÇÃO DE COURO RASPA, COM COSTURA DUPLA E REFORÇO NO POLEGAR. TAMANHO 07 CM	COURO ARTE	4,40	1.320,00
12	20	PARES	LUVAS IMPERMEÁVEIS COM CA, COMPOSIÇÃO NITROLON, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, PARTE INTERNA DE FIBRA. TAMANHO 07 CM	DANNY	4,33	86,60

16	200	PARES	LUVAS IMPERMEÁVEIS, PARA SERVENTES, EM LÁTEX, COM CA, PRÓPRIAS PARA SERVIÇOS EM BANHEIRO, BEM COMO LIMPEZA DE MATERIAIS PARA LIXO SENDO : 40 PARES TAMANHO P, 100 PARES TAMNAHO M E 60 PARES TAMANHO G.	VOLK	1,69	338,00
18	10	UNID	ÓCULOS CONFECIONADOS EM POLICARBONATO, COM PROTEÇÃO LATERAL, LENTES INTEIRIÇAS, COM TRATAMENTO ANTI RISCO, COM CA, NA COR AMARELA	SUPER-SAFETY	2,96	29,60
19	20	UNID	ÓCULOS RESISTENTES A IMPACTOS E PROTEÇÃO LATERAL INTEGRADA ALENTE, COM FILTRO DE RAIOS ULTRAVIOLETA (UV). FILTRO SUPERIOR A 99%, COM CA	SUPER-SAFETY	2,76	55,20
20	30	UNID	ÓCULOS LENTE VERDE, COM CA, PARA TRABALHO A CÉU ABERTO, PROTEÇÃO DE RAIOS ULTRAVIOLETAS E INFRAVERMELHOS	SUPER-SAFETY	2,86	85,80
21	30	UNID	ÓCULOS DE PROTEÇÃO PANORÂMICOS, TRANSPARENTES, PARA SOBREPOR EM ÓCULOS DE SEGURANÇA, COM CA. LENTE AMPLA VISÃO EM VINIL	SPE-RIAN	6,66	199,80
24	80	PARES	BOTAS DE BORRACHA COM CA, SOLA ANTIDERRAPANTE, FORRAÇÃO INTERNA, COR PRETA, COM NUMERAÇÃO A SEGUIR: 04 PARES Nº 35 05 PARES Nº36 06 PARES Nº37 09 PARES Nº38 10 PARES Nº39 10 PARES Nº 40 10 PARES Nº 41 10 PARES Nº 42 10 PARES Nº 43 06 PARES Nº 44	ZUQUI-BRAZ	22,22	1.777,60

25	10	UNID	AVENTAL DE RASPA, TIPO BARBEIRO, COM CA. COMPOSIÇÃO: COURO RASPA, PARA PROTEÇÃO DO TÓRAX E BRAÇOS CONTRA ÓLEOS MINERAIS	RT	40,60	406,00
26	20	UNID	AVENTAL DE RASPA, COM TIRANTES, COM CA, PARA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DO TÓRAX. COURO RASPA COMPRIMENTO DO TÓRAX ATÉ O JOELHO	RT	13,45	269,00
27	20	UNID	PROTETOR SOLAR, CREME QUE PROTEGE A PELE CONTRA A AÇÃO NOCIVA DOS RAIOS ULTRAVIOLETA DOS TIPOS UVA E UVB E RADIAÇÕES INFRAVERMELHAS IV, EMITIDAS PELOS RAIOS SOLARES EM ATIVIDADE DESENVOLVIDAS A CÉU ABERTO, QUE SEJA DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR 30, EMBALAGEM COM 120 ML	RT	9,60	192,00
TOTAL GERAL						6.480,80

## Compras Mês Setembro 2011 ASSISTENCIA SOCIAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 1/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO BWF RIGIDO 750V 25MM PRETO	922	20,560	7,5000	154,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO BWF RIGIDO 750V 25MM VERMELHO	922	20,000	7,5000	150,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO FLEX 2,50MM 750V - PRETO	922	30,000	0,7400	22,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO MULTIPLEXADO (3X1X16MM+16MM)	922	70,000	3,9700	277,90
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO MULTIPLEXADO (3X1X35MM+35MM)	922	20,000	15,2900	305,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A	922	1,000	11,7500	11,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR TRIPOLAR 50A	922	2,000	44,9500	89,90
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,5MM	899	42,000	0,6800	28,56
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RIGIDO 10,0MM	899	43,000	2,0100	86,43
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RIGIDO 6,0MM	899	6,000	1,2000	7,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 X 2430MM	922	1,000	19,5000	19,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA	899	4,000	11,0000	44,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA	899	7,000	11,0000	77,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 8/100	922	1,000	268,4500	268,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA	QUADRO P/ 2 MED. TRIFASICO	922	1,000	457,0500	457,05
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SODIO 400W 220V COM IGNITOR INTERNO	899	1,000	56,4400	56,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	ROLDANA PLASTICA 24X24 C/ PREGO	922	50,000	0,1500	7,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	TERMINAL TIPO SAPATA 70MM	922	1,000	3,0700	3,07
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CANJICA DE MILHOBRANCA TIPO 1PT COM 500 GR	911	60,000	1,0900	65,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desinfetante líquido concentrado, embalagem com 02 L	905	48,000	2,3900	114,72
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Desinfetante líquido concentrado, embalagem com 02 L	911	20,000	2,3900	47,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Detergente líquido com 500 ml	905	48,000	0,7400	35,52
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Detergente líquido com 500 ml	911	30,000	0,7400	22,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE FRUTA TIPO CHIMIA POTE COM 1900 GR	911	30,000	6,5600	196,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA 900 ML	911	20,000	2,7800	55,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Papel toalha natural com 100 folhas cada pacote, tamanho	905	30,000	4,2900	128,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Vassoura de nylon com cabo	905	24,000	2,6400	63,36
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Vassoura de nylon com cabo	911	15,000	2,6400	39,60
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA	CHUVEIRO	845	1,000	84,5000	84,50
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE USUÁRIOS DO CRAS	879	14,000	155,0000	2.170,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	850	336,000	2,2000	739,20
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	864	1.280,000	2,2000	2.816,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	862	500,000	2,2000	1.100,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	889	200,000	2,2000	440,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	904	1.000,000	2,2000	2.200,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	917	500,000	2,2000	1.100,00
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	921	350,000	2,8000	980,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	853	1,000	165,8300	165,83
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	853	1,000	82,9100	82,91



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 2/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA	853	1,000	72,3800	72,38
BORDIGNON E SORGATTO LTDA	ALUGUEL DE PISCINA PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	918	1,000	820,0000	820,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	BASE PARA CARIMBO AUTOMATICO	847	2,000	8,0000	16,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	BASE PARA CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	847	1,000	7,0000	7,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMATICO M-55	847	1,000	55,0000	55,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMATICO P 302	847	5,000	20,0000	100,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-301	847	1,000	15,0000	15,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	REFIL PARA CARIMBO AUTOMATICO	847	1,000	10,0000	10,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	REFIL PARA CARIMBO AUTOMATICO	847	1,000	12,0000	12,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER	851	1,000	17,9000	17,90
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONNER 49A	852	1,000	26,9900	26,99
COZINHA INDUSTRIAL FISCHE HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmitex, número 09, compostas de no	825	600,000	8,1700	4.902,00
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTI	TELEFONE	919	3,000	17,9000	53,70
DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTI	ARMARIO ALTO EM MDF TOTAL, NA COR AZUL MINERAL/CINZA CRISTAL	884	2,000	451,0000	902,00
DISMACENTER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTI	MESA RETANGULAR EM MDF TOTAL, NA COR AZUL MINERAL/ CINZA CRI	884	1,000	549,0000	549,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	CONCERTO DE CONTROLE DE PORTAO ELETRONICO	920	1,000	30,0000	30,00
FACCIOLI & CADORE LTDA	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO COM 400 GRAMAS	913	60,000	4,9800	298,80
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Banana caturra - tamanho médio em processo de amadurecimento	866	5,000	1,2800	6,40
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Batata inglesa, boa qualidade, tamanho médio, casca lisa	866	8,000	1,8800	15,04
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Batata inglesa, boa qualidade, tamanho médio, casca lisa	912	20,000	1,7000	34,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Cebola branca, de primeira qualidade, fresca, tamanho médio	866	8,000	2,0000	16,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Laranja pêra, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	866	8,000	1,8800	15,04
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Maçã Fuji tamanho médio, casca íntegra, sem amassados	912	200,000	1,6800	336,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Ovos de galinha tipo 2 amarelo, fresco, casca livre	912	6,000	3,3000	19,80
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	OVOS DE GALINHA VERMELHOS, GRANDES	866	10,000	3,1000	31,00
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Erva mate tipo PN-1, com 70% folhas e 30% outros ramos	861	4,000	4,9500	19,80
GUZZI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Saco de lixo com capacidade para 100 litros C/ 10 unidades	861	10,000	2,4000	24,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BANHA DE PORCO	871	3,000	3,2000	9,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Café em pó empacotado a vácuo c/ 500 gramas	871	20,000	4,9400	98,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOIDA NA HORA	895	46,700	9,9000	462,33
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOIDA NA HORA	914	20,000	9,9000	198,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Carne bovina tipo filé agulha	871	20,000	10,2000	204,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE DE PORCO COM OSSO - TIPO PALETA	871	11,000	5,9900	65,89
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE MOIDA BOVINA DE 2ª -MOÍDA NA HORA	871	10,000	9,7000	97,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COXA DE FRANGO CONGELADA	871	20,000	4,8500	97,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Detergente líquido com 500 ml	871	15,000	0,8800	13,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EXTRATO DE TOMATE 350 Gr	871	15,000	1,1900	17,85
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Filtro para café nº 103, caixa com 40 unidades	908	70,000	1,5900	111,30
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	GELATINA EM PO VÁRIOS SABORES 80 GR	914	195,000	0,3900	76,05

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 3/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	HAMBURGUER DE CARNE BOVINA 56 GR.	871	20,000	0,7000	14,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LINGUIÇA DE PORCO CONGELADA	871	9,000	5,4000	48,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA	871	4,000	1,7900	7,16
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MORTADELA	871	4,000	5,4500	21,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Óleo de soja embalagem c/ 900 ml	871	10,000	2,9500	29,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	QUEIJO MUSSARELA OU PRATO FATIADO	871	4,000	17,6500	70,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabão em pó com branqueador óptico, caixa com 01 kg	871	30,000	3,4900	104,70
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sabonete com 90 gr	908	96,000	0,6000	57,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Saco de lixo com capacidade para 30 litros com 10 unidades	871	25,000	0,9000	22,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACO DE LIXO DE 50 LITROS- PACOTE COM 10 UNIDADES	871	25,000	0,9000	22,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL	914	20,000	3,6900	73,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Sanduíche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	896	842,000	1,4400	1.212,48
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	837	29,000	8,0000	232,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GAS DE COZINHA COM CASCO	837	7,000	43,0000	301,00
KAFFA BRASIL IND. DE CONFECÇÕES LTDA - EPP	JALECO	880	12,000	36,5000	438,00
LUIZ PEPER	Locação de uma casa de alvenaria, de propriedade do Sr. Luiz	834	1,000	700,0000	700,00
MARCELO GONCALVES - ME	LAVAGEM DE VEICULOS DE PASSEIO	838	4,000	20,0000	80,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	ACHOCOLATADO EM PO INSTANTÂNEO COM 400 GR.	865	5,000	1,7800	8,90
MARCOS BULLE DA COSTA ME	ÁGUA SANITÁRIA DE 1 LITRO	865	20,000	0,9900	19,80
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Balas mastigáveis, pacote de 01 kg	865	10,000	5,9900	59,90
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Balas mastigáveis, pacote de 01 kg	916	20,000	5,4000	108,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Balde grande 15 litros	916	10,000	3,8000	38,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	BOLACHA SALGADA PACOTE COM 800 GR	906	30,000	3,3600	100,80
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CALDO DE GALINHA COM 63 GRAMAS, 06 TABLETES, DIVERSOS SABORE	865	6,000	0,7500	4,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Desinfetante líquido concentrado, embalagem com 02 L	865	10,000	2,1900	21,90
MARCOS BULLE DA COSTA ME	DOCE DE FRUTAS (CHIMIA/GELÉIA) COM 400 GR, VÁRIOS SABORES	865	4,000	1,9600	7,84
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Espanja para lavar louça - dupla face medidas 110mm X 70mm	865	15,000	0,3800	5,70
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Espanja para lavar louça - dupla face medidas 110mm X 70mm	916	30,000	0,3500	10,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	EXTRATO DE TOMATE 350 Gr	916	20,000	1,0300	20,60
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Filtro para café nº 103, caixa com 40 unidades	865	2,000	1,4900	2,98
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Fósforo, maço com 10 caixinhas	865	3,000	1,2900	3,87
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Fósforo, maço com 10 caixinhas	916	10,000	1,2500	12,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Lustra móveis com 500 ml	916	20,000	1,8800	37,60
MARCOS BULLE DA COSTA ME	MARGARINA - POTE C/ 500 G.	865	6,000	1,2900	7,74
MARCOS BULLE DA COSTA ME	MISTURA PARA BOLO PRONTO DIVERSOS SABORES	865	10,000	1,8900	18,90
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Papel higiênico branco, picotado, macio, folha dupla	906	5,000	34,5000	172,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	PEDRA SANITARIA	865	20,000	0,7900	15,80
MARCOS BULLE DA COSTA ME	RODO DE BORRACHA DUPLA COM 30 CM E COM CABO	916	10,000	2,6000	26,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Saco de algodão alvejado para limpeza, medindo no mínimo 0,7	916	30,000	3,2400	97,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 4/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA ME	SHAMPOO COM 500 ML	865	11,000	3,9900	43,89
MARCOS BULLE DA COSTA ME	SUCO ADOÇADO COM 45 GR	916	300,000	0,3500	105,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	Estabilizador SMS SP 1000VA 4T BI 16211 C/A (nt* novo padrão)	881	3,000	187,0000	561,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	FILTRO DE LINHA - 5 TOMADAS	892	10,000	19,0000	190,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	MOUSE PS 2 OPTICO	892	8,000	19,5000	156,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	PEN DRIVE 4GB	892	10,000	25,0000	250,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	TECLADO ABNT PS2	892	5,000	22,0000	110,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	Manutenção em Funilaria e Pintura para veículo VW Gol placa	859	107,350	1,0000	107,35
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	Manutenção mecânica para veículo FIAT STRADA placa MHE 5066	857	102,000	1,0000	102,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	Manutenção mecânica para veículo FIAT UNO MILLE FIRE placa M	858	390,960	1,0000	390,96
MITRA DIOCESANA DE CACADOR	LOCAÇÃO DE SALAS PARA PROGRAMAS	835	1,000	2.400,0000	2.400,00
OSMAR DA SILVA	REVELAÇÃO DE FOTO PARA DOCUMENTO	854	89,000	5,0000	445,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	841	70,697	19,0800	1.348,90
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	842	73,180	5,6500	413,47
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	843	54,310	5,6500	306,85
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CAIXA DE ARQUIVO MORTO COR PARDO 33 X 25 X 13 CM	867	20,000	1,6000	32,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO 2/0 COM 500 GR	890	1,000	5,9000	5,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO 8/0 COM 500 GR	890	1,000	5,9000	5,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA BRANCA PEQUENA 40 GR	867	100,000	0,4500	45,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA BRANCA PEQUENA 40 GR	890	30,000	0,4500	13,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA BRANCA PEQUENA 40 GR	909	6,000	0,4500	2,70
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA GLITER 35 G - CORES VARIADAS BOA QUALIDADE	867	100,000	2,2500	225,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA GLITER 35 G - CORES VARIADAS BOA QUALIDADE	890	10,000	2,2500	22,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA GLITER 35 G - CORES VARIADAS BOA QUALIDADE	909	5,000	2,2500	11,25
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML	867	15,000	0,9900	14,85
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML	890	5,000	0,9900	4,95
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML	909	4,000	0,9900	3,96
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ESTILETE COMPLETO COM LÂMINA ESTREITA, PLÁSTICO	867	10,000	0,9900	9,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ETIQUETA AUTO ADESIVA FORMATO 25,40 X 101,60 mm, CX C/ 100 F	890	1,000	24,0000	24,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DUREX LARGA 48 X 50 MM	867	25,000	2,1000	52,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DUREX LARGA 48 X 50 MM	890	3,000	2,1000	6,30
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DUREX PEQUENA 12 X 30	867	25,000	0,5000	12,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DUREX PEQUENA 12 X 30	890	3,000	0,5000	1,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA KRAFT 1-50 mm X 50 ( MARROM)	867	25,000	12,0000	300,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA KRAFT 1-50 mm X 50 ( MARROM)	890	3,000	12,0000	36,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA KRAFT 1-50 mm X 50 ( MARROM)	909	2,000	12,0000	24,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA EVA 90 X 62 CORES VARIADAS GRAMATURA 2mm	860	10,000	2,7500	27,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA EVA 90 X 62 CORES VARIADAS GRAMATURA 2mm	867	300,000	2,7500	825,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA EVA 90 X 62 CORES VARIADAS GRAMATURA 2mm	890	30,000	2,7500	82,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 5/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA EVA 90 X 62 CORES VARIADAS GRAMATURA 2mm	909	30,000	2,7500	82,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO. CX COM 5000	867	5,000	2,7500	13,75
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO. CX COM 5000	890	1,000	2,7500	2,75
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	MASSA DE MODELAR, CAIXA COM 12 CORES, BASE AMIDO	867	50,000	2,5000	125,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	MASSA DE MODELAR, CAIXA COM 12 CORES, BASE AMIDO	890	5,000	2,5000	12,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	MOLHA DEDOS COM 12g, GEL NÃO TÓXICO, LIGEIRAMENTE	867	10,000	2,6500	26,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	MOLHA DEDOS COM 12g, GEL NÃO TÓXICO, LIGEIRAMENTE	909	4,000	2,6500	10,60
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CAMURÇA CORES VARIADAS 60 X40 CM FOLHA	867	50,000	0,4500	22,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CAMURÇA CORES VARIADAS 60 X40 CM FOLHA	890	20,000	0,4500	9,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CARTAO CORES VARIADAS	867	100,000	0,6000	60,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CARTAO CORES VARIADAS	890	20,000	0,6000	12,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CARTAO CORES VARIADAS	909	10,000	0,6000	6,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL CREPOM, ROLO 48 CM X 2 M, CORES VARIADAS	867	50,000	0,4500	22,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	867	100,000	0,2000	20,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	890	20,000	0,2000	4,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	909	20,000	0,2000	4,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL LAMINADO CORES VARIADAS	867	50,000	0,4500	22,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL LAMINADO CORES VARIADAS	890	20,000	0,4500	9,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PASTA AZ LOMBO LARGO, INDICATIVO REMOVÍVEL 28 CM X 34 CM	867	25,000	4,2000	105,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PASTA AZ LOMBO LARGO, INDICATIVO REMOVÍVEL 28 CM X 34 CM	890	2,000	4,2000	8,40
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PERFURADOR DE PAPEL GRANDE TIPO CARBEX 2002, PERFURAÇÃO	867	10,000	51,0000	510,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PISTOLA PARA COLA QUENTE, (COLA GROSSA) BOA QUALIDADE	867	15,000	13,6000	204,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PISTOLA PARA COLA QUENTE, (COLA GROSSA) BOA QUALIDADE	890	5,000	13,6000	68,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PRANCHETA EM ACRILICO, TRANSPARENTE, OFÍCIO	867	5,000	7,9500	39,75
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PRANCHETA EM ACRILICO, TRANSPARENTE, OFÍCIO	890	3,000	7,9500	23,85
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	RÉGUA ACRÍLICA 30 cm	867	50,000	0,3000	15,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	RÉGUA ACRÍLICA 30 cm	909	4,000	0,3000	1,20
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	TESOURA PARA TECIDO 25 CM, EM AÇO INOX, CABO PLASTICO	867	15,000	23,0000	345,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	TNT ( TECIDO NÃO TECIDO ) 1.40 DE LARGURA	890	10,000	0,9500	9,50
PROXY INFORMÁTICA LTDA	Impressora Multifuncional Laser: Funções: Imprimir, copiar,	875	2,000	885,0000	1.770,00
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	849	1,000	15,9800	15,98
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	849	1,000	80,6700	80,67
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	849	1,000	20,5100	20,51
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	849	1,000	19,4200	19,42
REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS	PASSAGENS	863	1,000	108,0600	108,06
SATELITE COMERCIAL LTDA	CADERNO BROCHURA COM 48 FOLHAS, PEQUENO	868	250,000	0,4900	122,50
SATELITE COMERCIAL LTDA	CADERNO BROCHURA COM 48 FOLHAS, PEQUENO	891	15,000	0,4900	7,35
SATELITE COMERCIAL LTDA	CADERNO BROCHURA COM 48 FOLHAS, PEQUENO	910	50,000	0,4900	24,50
SATELITE COMERCIAL LTDA	CALCULADORA SOLAR 12 DÍGITOS	868	5,000	12,0000	60,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 6/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SATELITE COMERCIAL LTDA	CALCULADORA SOLAR 12 DÍGITOS	891	1,000	12,0000	12,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA CRISTAL COR AZUL COM TAMPA	868	700,000	0,4000	280,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA CRISTAL COR AZUL COM TAMPA	891	10,000	0,4000	4,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	CANETA HIDROGRÁFICA FABRI NACIONAL CX C/ 06 UNIDADES	868	25,000	4,0000	100,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	CANETA HIDROGRÁFICA FABRI NACIONAL CX C/ 06 UNIDADES	891	4,000	4,0000	16,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	COLA COLORIDA - ESTOJO COM 4 UNIDADES CORES VARIADAS	868	15,000	3,0000	45,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	COLA COLORIDA - ESTOJO COM 4 UNIDADES CORES VARIADAS	891	4,000	3,0000	12,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	COLA COLORIDA - ESTOJO COM 4 UNIDADES CORES VARIADAS	910	1,000	3,0000	3,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	DESTACA TEXTO, AMARELA	868	50,000	1,0000	50,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	DESTACA TEXTO, AMARELA	891	4,000	1,0000	4,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	DESTACA TEXTO, AMARELA	910	5,000	1,0000	5,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	EXTRATOR PARA GRAMPO EM IMOX RESISTENTE (DURO)	868	15,000	1,0000	15,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	GIZ DE CERA (PEQUENO) FINO, CAIXA COM 12 CORES - NÃO TÓXICO	868	25,000	0,9900	24,75
SATELITE COMERCIAL LTDA	GRAMPEADORES 20/6 GRANDE DE MESA	868	10,000	20,0000	200,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	GRAMPEADORES 20/6 GRANDE DE MESA	891	1,000	20,0000	20,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	GRAMPEADORES 20/6 GRANDE DE MESA	910	2,000	20,0000	40,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	GRAMPO TRILHO DE METAL, CAIXA COM 50 UNIDADES	891	1,000	6,0000	6,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	LAPIS DE COR GRANDE FABRICAÇÃO NACIONAL CAIXA C 12 UNIDADE	868	25,000	3,0000	75,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	LAPIS DE COR GRANDE FABRICAÇÃO NACIONAL CAIXA C 12 UNIDADE	891	10,000	3,0000	30,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	LAPIS DE ESCREVER PRETO Nº 2 TIPO EVOLUTION C/ 144un	868	2,000	40,0000	80,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	LAPIS DE ESCREVER PRETO Nº 2 TIPO EVOLUTION C/ 144un	891	3,000	40,0000	120,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	868	5,000	4,0000	20,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL A4- 75 GM 2,10 X 2,97 MM, 500 FOLHAS, COM CERTIFICADO	868	20,000	10,2900	205,80
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL A4- 75 GM 2,10 X 2,97 MM, 500 FOLHAS, COM CERTIFICADO	891	5,000	10,2900	51,45
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL VERGET COM 120 DE GRAMATURA	891	10,000	0,1400	1,40
SATELITE COMERCIAL LTDA	PAPEL VERGET COM 120 DE GRAMATURA	910	50,000	0,1400	7,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	891	10,000	0,8900	8,90
SATELITE COMERCIAL LTDA	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	910	5,000	0,8900	4,45
SATELITE COMERCIAL LTDA	PINCEL ATÔMICO 1100P CORES VARIADAS	868	50,000	1,0000	50,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	PINCEL ATÔMICO 1100P CORES VARIADAS	891	10,000	1,0000	10,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	PINCEL ATÔMICO 1100P CORES VARIADAS	910	4,000	1,0000	4,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	POST-IT 4 BLOCOS 653 38 X 50 MM, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS	868	10,000	2,7900	27,90
SATELITE COMERCIAL LTDA	POST-IT 4 BLOCOS 653 38 X 50 MM, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS	891	10,000	2,7900	27,90
SATELITE COMERCIAL LTDA	POST-IT 4 BLOCOS 653 38 X 50 MM, EMBALAGEM COM 4 BLOCOS	910	4,000	2,7900	11,16
SATELITE COMERCIAL LTDA	REFIL DE COLA QUENTE GROSSA, MEDINDO 13,3 CM X 30,0 CM	868	250,000	0,7600	190,00
SATELITE COMERCIAL LTDA	TINTA GUACHE COM 6 UNIDADES, CORES PRIMÁRIAS	868	50,000	2,0000	100,00
STRIKE 151-BOLICHE BAR LTDA-ME	LOCAÇÃO DE PISTA DE BOLICHE	856	1,000	750,0000	750,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Água sanitária, cloro ativo com alvejante, embalagem com 01	907	48,000	0,8600	41,28
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Banana caturra - tamanho médio em processo de amadurecimento	915	200,000	0,7400	148,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 7/7

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Cebola branca, de primeira qualidade, fresca, tamanho médio	915	20,000	1,3900	27,80
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO COM 100 GR	915	10,000	0,8000	8,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	FRANGO INTEIRO CONGELADO	915	30,000	3,9000	117,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Laranja pêra, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	915	200,000	0,9900	198,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	MAIONESE 500 GR	907	24,000	1,2200	29,28
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	MAIONESE 500 GR	915	50,000	1,2200	61,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	MARGARINA DE 500 GRAMAS	907	48,000	0,9300	44,64
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	MARGARINA DE 500 GRAMAS	915	40,000	0,9300	37,20
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Sabão em pó com branqueador óptico, caixa com 01 kg	907	72,000	2,3500	169,20
TEXAS INFORMÁTICA E PRODUTOS LTDA	MICRO COMPUTADOR: 83638364Intel Core 2 Duo E 7500 2,93 GHz C	883	3,000	1.520,0000	4.560,00
TEXAS INFORMÁTICA E PRODUTOS LTDA	Monitor LCD 18,5" widescreen	883	3,000	340,0000	1.020,00
TIM CELULAR S/A	SERVIÇO DE TELEFONIA MOVEI	885	1,000	532,6800	532,68
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AQUECEDOR TERMOVENTILADOR	882	4,000	58,8000	235,20
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>51.393,14</b>

## Compras Mês Setembro 2011 CULTURA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	150	1,000	274,1900	274,19
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA	150	1,000	220,6500	220,65
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	150	1,000	142,2400	142,24
BONASSA & CIA LTDA - ME	RABICHO PARA VIOLINO 3/4 4/4	148	3,000	15,0000	45,00
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	SERVIÇO DE INTERNET	151	1,000	68,8000	68,80
GILMAR BALBINOT & CIA LTDA - ME	SERVIÇO DE INTERNET	157	1,000	68,8000	68,80
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS S/CASCO	149	4,000	8,0000	32,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJOES DE 13 QUILOS, GLP-P13	149	1,000	43,0000	43,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	AGENDA DO ANO	160	3,000	8,0000	24,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	CANETA ESFEROGRAFICA	160	15,000	0,5000	7,50
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	COLA	160	6,000	0,5000	3,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	DESTACA TEXTO FLUORESCENTE	160	6,000	1,0000	6,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	ENCADERNAÇÕES	160	5,000	1,5000	7,50
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	ENVELOPE MÉDIO	160	30,000	0,1000	3,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	ISOPOR	160	4,000	3,1000	12,40
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	LAPIS	160	6,000	0,4000	2,40
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	PAPEL A4, REMA COM 500 FOLHAS	160	6,000	9,0000	54,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	RECARGA PARA PINCEL ATOMICO	160	15,000	2,0000	30,00
LIVRARIA E PAPELARIA DILDA LTDA - ME - (SENAD	TESOURA	160	5,000	1,0000	5,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>1.049,48</b>

## Compras Mês Setembro 2011 ESPORTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	444	8,000	0,6800	5,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	444	15,000	2,0100	30,15
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA	444	9,000	11,0000	99,00
ANTONIA CLEUSA DA SILVA LIMA	SERVIÇO DE AUXILIAR DE COZINHA	450	1,000	460,0000	460,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ARROZ PARBOILIZADO - TIPO 1, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL	424	60,000	1,1400	68,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO MOÍDO TRADICIONAL	424	10,000	9,3000	93,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CALDO DE GALINHA - EMBALAGEM DE 57G COM 6 UNIDADES	424	2,000	0,6800	1,36
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COPOS PLÁSTICO DESCARTÁVEL - 300 ML	424	3,000	2,5400	7,62
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE LEITE EM PASTA.	424	8,000	4,7700	38,16
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO COM OVOS (TIPO PENNE). EMBALAGEM PADRONIZADA DE ATÉ	424	3,000	2,4800	7,44
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MARGARINA VEGETAL COM SAL E SEM GORDURA TRANS. POTES DE 500	424	5,000	1,0900	5,45
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MOLHO DE TOMATE - EMBALAGEM 500G	424	2,000	1,4800	2,96
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA BM	LOCAÇÃO DE CANCHA DE BOCHA	422	2,000	200,0000	400,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO POPULAR 18 LT	410	4,000	65,0000	260,00
CLEUSA DE ALMEIDA	SERVIÇO DE AUXILIAR DE COZINHA	443	1,000	460,0000	460,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	ACESSO BANDA LARGA 300K	439	4,000	98,0000	392,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	CONTA DE E-MAIL ADICIONAL	439	4,000	5,0000	20,00
EDSON JACOB LAZARIS	MEDALHA BRONZEADA COM FITA E GRAVAÇÃO	418	12,000	5,0000	60,00
EDSON JACOB LAZARIS	MEDALHA PRATEADA COM FITA E GRAVAÇÃO	418	12,000	5,0000	60,00
EDSON JACOB LAZARIS	MEDALHAS	419	330,000	3,3273	1.098,00
EDSON JACOB LAZARIS	TRAVE DE HANDEBOL EM MADEIRA MACIÇA	418	12,000	5,0000	60,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	418	1,000	82,0000	82,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	418	1,000	97,0000	97,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	418	1,000	76,0000	76,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	419	2,000	76,0000	152,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	419	7,000	23,0000	161,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	419	6,000	22,0000	132,00
EDSON JACOB LAZARIS	TROFEU	419	14,000	25,0000	350,00
HILDA TEREZINHA COSTA MOREIRA	TRANSPORTE DE PESSOAL	409	1,000	1.200,0000	1.200,00
HOTEL KINDERMANN LTDA - EPP	HOSPEDAGEM	442	11,000	51,3636	565,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AÇÚCAR REFINADO. CARACTERÍSTICAS: NÃO DEVE APRESENTAR	426	20,000	1,8900	37,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Farinha de trigo especial, enriquecida com ferro	426	10,000	1,0900	10,90
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103, CAIXA COM 30 UNIDADES	426	1,000	1,4900	1,49
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Lã de aço (tipo Bombril) pacotes com 8 unidades	426	3,000	0,6900	2,07
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA. EMBALAGEM TETRA PAK	426	8,000	24,0000	192,00
INKS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	SERVIÇO DE AUXILIAR DE COZINHA	421	1,000	18,9000	18,90
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	448	13,347	759,0000	10.130,37
MARCIA APARECIDA MUNHÕES	SERVIÇOS DE LIMPEZA.	408	1,000	555,0000	555,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	COLORAU - EMBALAGEM 50 GR,	423	1,000	0,4500	0,45



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CREME DE LEITE - PASTEURIZADO, COM ASPECTO FIRME	423	5,000	2,4500	12,25
MARCOS BULLE DA COSTA ME	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO, 12 MICRA	423	5,000	2,3500	11,75
MARCOS BULLE DA COSTA ME	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, 50 LITROS	423	5,000	1,3500	6,75
MARCOS BULLE DA COSTA ME	ERVILHA EM CONSERVA - EMBALAGEM DE 830G	423	10,000	2,9900	29,90
MARCOS BULLE DA COSTA ME	LEITE CONDENSADO - EMBALAGEM: LATA CONTENDO 395G	423	10,000	2,6900	26,90
MARCOS BULLE DA COSTA ME	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM DE 830G	423	20,000	2,9900	59,80
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Papel higiênico branco, picotado, macio folha dupla, 30 mt	423	1,000	38,9700	38,97
MARCOS BULLE DA COSTA ME	REFRESCO EM PÓ 30G	423	3,000	5,2500	15,75
NEIDE MARIA DRIESSEN BAU	LOCAÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DOS CONTRATADOS	411	1,000	3.651,3900	3.651,39
PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	436	1,000	81,1000	81,10
RAYSA YUMI TONEGAWA	SERVIÇO COMO FISIOTERAPEUTA	447	1,000	555,0000	555,00
RESTAURANTE E CAFÉ BOM SABOR LTDA - ME	REFEIÇÕES - ALMOÇOS	415	34,000	14,0000	476,00
RESTAURANTE E CAFÉ BOM SABOR LTDA - ME	REFEIÇÕES - JANTAS	415	34,000	15,0000	510,00
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo	412	54,833	2,4000	131,60
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo	431	908,833	2,4000	2.181,20
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	402	1.213,570	2,8000	3.398,00
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	413	234,857	2,8000	657,60
REUNIDAS TURISMO SA	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes com veículo com	420	620,000	2,8000	1.736,00
SERGIO ALVES TELAS ME	AREIA MEDIA	441	3,000	69,0000	207,00
SERGIO ALVES TELAS ME	Cal Hidratada	441	8,000	6,8000	54,40
SERGIO ALVES TELAS ME	CIMENTO C/ 50 KG	441	10,000	21,9000	219,00
SERGIO ALVES TELAS ME	Pedra brita nº 1	441	2,000	55,0000	110,00
SERGIO ALVES TELAS ME	Tijolo de 9x14x24	441	0,180	500,0000	90,00
SOCIEDADE CACADORENSE DE BOCHAS	ALUGUEL DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET	440	1,000	6.500,0000	6.500,00
SOLANGE TIBES	SERVIÇO DE AUXILIAR DE COZINHA	433	1,000	460,0000	460,00
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Água sanitária, embalagem de 1 litro. Comum	425	3,000	1,0700	3,21
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, ENRIQUECIDO COM V	425	10,000	1,5900	15,90
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	ESPONJA PARA LAVAR LOUCA, DUPLA FACE - 110 mm X 70mmX20 mm,	425	10,000	0,3700	3,70
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - SAFRA 2010 OU 2011, IN NATURA	425	20,000	1,8800	37,60
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	ÓLEO DE SOJA REFINADO. EMBALAGEM PLÁSTICA	425	10,000	2,8800	28,80
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	PALITO ROLIÇO DE MADEIRA ( PALITO DE DENTE)	425	3,000	0,2900	0,87
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	Sabão em pó, caixa de 01 Kg, composição: linear	425	2,000	3,3300	6,66
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	SAL REFINADO IODADO, PACOTE COM ATÉ 1 KG, EM POLIETILENO	425	5,000	0,8500	4,25
SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA	TEMPERO PRONTO - PACOTE DE CALDO EM PÓ	425	2,000	1,3700	2,74
TERESA BACKSCHAT BETTO	SERVIÇO DE COZINHEIRA	429	1,000	575,0000	575,00
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	432	1,000	90,4900	90,49
TRANSMITZ TRANSPORTES LTDA. - ME	Transporte de atletas, técnicos e dirigentes	430	832,068	1,4500	1.206,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VOLKAM MECÂNICA DIESEL LTDA	Oleo do Motor	427	9,000	8,5000	76,50
Total Geral do Mês ---->					40.665,54

## Compras Mês Setembro 2011 FIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LINDAURA FREDERIK	ACOLHIMENTO FAMILIAR DA CRIANÇA	51	2,000	545,0000	1.090,00
ROZANE APARECIDA FERREIRA ENDRIGO	ACOLHIMENTO FAMILIAR DA CRIANÇA	52	2,000	545,0000	1.090,00
Total Geral do Mês ---->					2.180,00

## Compras Mês Setembro 2011 FUNDEMA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 1/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA	438	3,000	11,0000	33,00
ADELVO BASQUERA - EPP	CAPA DE CHUVA TRANSPARENTE	424	15,000	12,5000	187,50
ADELVO BASQUERA - EPP	CAPA DE CHUVA PROT CAP	424	15,000	20,0000	300,00
ADELVO BASQUERA - EPP	Lente para Mascara de Solda	424	1,000	2,5000	2,50
ADELVO BASQUERA - EPP	LUVA DE LÁTEX	424	2,000	5,8000	11,60
ADELVO BASQUERA - EPP	LUVA NITRILICA	424	14,000	5,8000	81,20
ADELVO BASQUERA - EPP	LUVA VAQUETA	424	2,000	10,5000	21,00
ADELVO BASQUERA - EPP	LUVA VAQUETA	424	7,000	14,5000	101,50
ADELVO BASQUERA - EPP	MASCARA DESCARTÁVEL	424	10,000	5,8000	58,00
AGRO VETERINARIA TIMBO LTDA	RAÇÃO CANINA P/ FILHOTES	412	2,000	54,1500	108,30
AGRO VETERINARIA TIMBO LTDA	RAÇÃO PARA CAES ADULTOS	412	8,000	54,1500	433,20
AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA	CONCERTO DE BOMBA DÁGUA	419	1,000	137,5000	137,50
ARPAPI INDUSTRIA MECANICA LTDA	SUCATA (FERRO VELHO)	404	7,780	2,0000	15,56
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO		67.000,000	2,2000	147.400,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, 02 USUÁRIOS SIMU	407	1,000	149,8000	149,80
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA COM ATÉ 02 USUÁRI	407	1,000	238,1700	238,17
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO, COM 01 USUÁRIO	407	1,000	159,5000	159,50
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOUREARIA, COM ATÉ 02 USUÁRIOS SIMULT	407	1,000	160,5800	160,58
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MAA 7917 CAMINHÃO-MERCEDES B 1985	415	1.602,480	1,0000	1.602,48
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MAA 7917 CAMINHÃO-MERCEDES B 1985	433	1.223,380	1,0000	1.223,38
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MBA 4196 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1999	435	90,960	1,0000	90,96
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO		2.500,000	1,0000	2.500,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA		4.000,000	1,0000	4.000,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		3.500,000	1,0000	3.500,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO D		9.000,000	1,0000	9.000,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BEGE LATA 18 LTS	427	1,000	160,0000	160,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	BROCA SDS PLUS 10MM 400/460	443	1,000	49,3400	49,34
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	BROCA SDS PLUS 6MM 0,50/100	443	1,000	13,4100	13,41
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	BROCA SDS PLUS 6MM 150/210	443	1,000	31,3300	31,33
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	BROCA SDS PLUS 8MM 100/150	443	1,000	17,8600	17,86
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	BROCA SDS PLUS 8MM 150/210	443	1,000	17,4900	17,49
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CABOS DE AÇO ¾ COM 05 METROS DE COMPRIMENTO	414	2,000	110,0000	220,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CABOS DE ENXADA DE EUCALIPTO	414	20,000	7,0000	140,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CABOS DE PÁ AJUNTADEIRA DE EUCALIPTO	414	20,000	6,9900	139,80
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CARRINHO DE MÃO, COM PNEU DE CAMARA DE AR, ESTRUTURA TUBULAR	414	10,000	100,0000	1.000,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	DISCO DIAMANTADO 110MM LISO	443	2,000	27,6400	55,28
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	DISCO DIAMANTADO 110MM SEGMENTADO	443	2,000	36,9000	73,80
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ENXADAS FABRICADA EM AÇO CARBONO FORJADO DE ALTA QUALIDADE (	414	10,000	8,5700	85,70
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	ESMERILHADEIRA INDUSTRIAL DE CORTAR FERRO	443	1,000	359,1000	359,10

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 2/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	FURADEIRA DE IMPACTO PROFISSIONAL	443	1,000	413,6600	413,66
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	JOGO TITANIO 106 PEÇAS	443	1,000	180,0200	180,02
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	MARTELETE GBH 2-18	443	1,000	711,4800	711,48
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PÁS AJUNTADEIRAS TIPO FRANKFURT AÇO SAE 1045 - FORJADO; 1,8M	414	10,000	12,8400	128,40
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	SERRA CIRCULAR VIDEA	443	1,000	38,6100	38,61
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	Serra Mármore	443	1,000	351,3000	351,30
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	1/2 TIJOLO COMUM 6 FUIROS	431	200,000	0,5100	102,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	AÇO CA-50 3/8"	431	5,000	24,9900	124,95
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	AÇO CA-60 5 MM	431	5,000	6,7000	33,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ADESIVO PARA PVC TUBO COM 75 GR	431	2,000	3,3400	6,68
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ARAME RECOZIDO	431	5,000	5,9500	29,75
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	AREIA MEDIA	431	8,000	69,0000	552,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ARGAMASSA COLANTE SACO 5 KG	431	5,000	3,0000	15,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	ASSENTO ALMOFADADO PARA VASO SANITÁRIO	431	2,000	43,2300	86,46
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	AZULEJO BRANCO 20 X20 CM 1ª QUALIDADE	431	35,000	11,2000	392,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	BRITA Nº 1	431	6,000	53,9900	323,94
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	BUCHA Nº 08	431	30,000	0,0500	1,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	C90 PVC ESGOTO 100 MM	431	6,000	29,9900	179,94
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CAIXA DE GORDURA DE CONCRETO SIMPLES	431	1,000	29,0000	29,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CAL SEMI HIDRATADO, SACO COM 20 QUILOS	431	12,000	6,9500	83,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CHUVEIRO ELÉTRICO PLÁSTICO POTÊNCIA MÍNIMA 5400 WATTS	431	2,000	23,4700	46,94
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CIMENTO PORTLAND SC 50 KG	431	15,000	22,0000	330,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CONEXÃO TIPO "JOELHO" EM PVC PARA ÁGUA FRIA 20 MM	431	6,000	0,4000	2,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CONEXÃO TIPO "T" EM PVC PARA ÁGUA FRIA 20 MM	431	6,000	0,4700	2,82
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	CONEXÃO TIPO "T" EM PVC PARA ESGOTO 100 MM	431	2,000	7,4900	14,98
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	EXTINTOR DE INCÊNDIO PQS 4 KG	431	4,000	327,0000	1.308,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	FITA VEDA ROSCA 12 MM x 10 M	431	2,000	1,5300	3,06
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	FORRO DE PVC 200 X 8 MM COMPLETO	431	136,000	10,7100	1.456,56
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	GOIVO CERÂMICO 1ª QUALIDADE	431	15,000	2,9000	43,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	JANELA DE FERRO BASCULANTE 100 X 60 CM	431	1,200	100,0000	120,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	JANELA DE FERRO BASCULANTE 60 X 60 CM	431	1,440	94,7000	136,37
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	JANELA DE FERRO DE CORRER 200 X 100 CM	431	6,000	208,0000	1.248,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	LAVATÓRIO DE COLUNA STANDART BRANCO COMPLETO	431	2,000	61,3700	122,74
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PARAFUSO PARA BUCHA Nº 08	431	30,000	0,2700	8,10
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PISO CERÂMICO 30 X 30 CM ANTIDERRAPANTE PEI-4 1ª QUALIDADE	431	8,000	10,5900	84,72
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PORTA COMPLETA DIVISÓRIA 0,80 X 2,10 M	431	14,000	79,6200	1.114,68
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PORTA DE ABRIR DE FERRO 150 X 210 CM	431	1,000	680,0000	680,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PORTA DE ABRIR DE FERRO 160 X 210 + 2 X70 X 210	431	1,000	1.280,0000	1.280,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	PORTA PAPEL HIGIÊNICO DE LOUÇA BRANCA	431	2,000	84,0000	168,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 3/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	PORTA TOALHA ACRÍLICO	431	2,000	28,0000	56,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	PREGO 12X15	431	5,000	7,5500	37,75
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	PREGO 17x27	431	5,000	5,4900	27,45
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	RALO SIFONADO 10MM	431	2,000	5,0600	10,12
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	REGISTRO DE METAL CROMADO 1/2"	431	5,000	27,0000	135,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	REJUNTE BRANCO.	431	4,000	2,1100	8,44
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	RODAPÉ DE MADEIRA CANELA 7 CM	431	37,000	2,7000	99,90
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TANQUE FIBRA DE VIDRO 24 LITROS	431	1,000	170,0000	170,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TELHA FRANCESA 1ª QUALIDADE	431	1.200,000	1,2000	1.440,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TIJOLO COMUM 6 FUROS 10 X 20 X 15 CM	431	1.500,000	0,5100	765,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TINTA ACRÍLICA COR BEGE GALÃO 18 LITROS	431	1,000	139,3200	139,32
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TINTA ESMALTE COR BRANCA LATA 1 KG	431	4,000	12,6700	50,68
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TORNEIRA PARA COZINHA CROMADA 1/2"	431	1,000	26,0000	26,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO SIMPLES MESA CROMADA	431	2,000	19,1600	38,32
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TORNEIRA PARA TANQUE LONGA CROMADA	431	1,000	23,8500	23,85
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TUBO PVC ESGOTO 100 MM	431	50,000	5,4000	270,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TUBO PVC ÁGUA FRIA 20 MM	431	60,000	1,2900	77,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	TUBO PVC ESGOTO 50 MM	431	30,000	1,9900	59,70
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	VASO SANITÁRIO STANDART BRANCO C/ DESCARGA APARENTE	431	2,000	193,0000	386,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	VIDRO LISO 4 MM	431	17,890	57,0000	1.019,73
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA KOMBI VOLKSWAGEM MEA 7672	434	64,130	1,0000	64,13
CISM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA	Contratação de Elaboração de projeto de tratamento de lodos		1,000	90.000,0000	90.000,00
DCONDOR HBL DISTRIB. DE PRODUTOS DE HIGIEN	VASSOURÃO P/ VARREÇÃO DE RUA	411	60,000	15,8900	953,40
DISBRAPLAC LTDA -ME	LIXEIRAS URBANAS CONFECCIONADAS 100% EM AÇO CARBONO		100,000	147,9500	14.795,00
EUGENIO ARNO PARES ME	LIXAMENTO E APLICAÇÃO DE SINTECO EM ASSOALHO	405	140,000	14,0000	1.960,00
EZEQUIEL DA SILVA - ME - DUARTE ESTOFARIA E A	Serviço de estofaria - carpetes e bancos - em micro ônibus	413	1,000	2.375,0000	2.375,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO R-13/14/15		20,000	7,0875	141,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5		20,000	42,5250	850,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BICO DE AR PARA RODA ARO 16		30,000	18,9000	567,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BICOS DE AR PARA RODA ARO 20		20,000	26,4600	529,20
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BICOS DE AR PARA RODA AROS 13, 14 E 15		20,000	12,2850	245,70
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BICOS DE AR PARA RODA SEM CAMARA 22.5		10,000	30,2400	302,40
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CÂMARA DE AR ARO 14		25,000	39,6900	992,25
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Câmara de ar 14.9 aro 28 para trator Valmet		2,000	225,8552	451,71
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CÂMARAS 750 X 16		20,000	64,2601	1.285,20
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 11R 22.5		30,000	23,6250	708,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 16,9 X 28		20,000	73,7101	1.474,20
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 165 R 13		30,000	9,4500	283,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 175R 13		30,000	9,4500	283,50

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 4/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 185R 13		30,000	9,4500	283,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Conserto pneu 2.75.18 dianteiro liso (moto)		10,000	11,3400	113,40
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Conserto pneu 250.8 (carrinho de mão)		30,000	4,7250	141,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Conserto pneu 350 X 8 (carrinho de mão)		30,000	4,7250	141,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Conserto pneu 90.90. 18 . borrachudo (moto)		10,000	11,3400	113,40
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16		100,000	14,1750	1.417,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU/CAMARA 1000 X 20		20,000	18,9010	378,02
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU/CAMARA 735 X 14		50,000	11,3400	567,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEUS 16.9 X 30		20,000	80,3251	1.606,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTOS PNEUS 16.9 X28 VALMET		20,000	84,1051	1.682,10
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E		300,000	1,7955	538,65
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEU 350 X 8		10,000	14,1750	141,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM PNEU 16.9 X 28		10,000	73,7101	737,10
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM PNEU 750 X 16		20,000	14,1750	283,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Montagem pneu aro 20/11 R 22.5		10,000	18,9000	189,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Montagem pneu R-13/14 /15		15,000	7,5600	113,40
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	PNEU CARRINHO DE MÃO		10,000	34,9650	349,65
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	PROTETOR ARO 16		30,000	30,2400	907,20
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	RECAPAGEM DE PNEUS		20,000	278,7753	5.575,51
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	RECAPAGEM PNEU 750 X 16		15,000	274,0503	4.110,75
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL		20,000	39,6900	793,80
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM		20,000	33,0750	661,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM		20,000	34,9650	699,30
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	Troca pneu aro 20/11R 22.5		20,000	14,1750	283,50
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	VALVULA P/ BICO DE AR		20,000	2,7405	54,81
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	398	7,000	8,0000	56,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS ACONDICIONADO EM BOTIÕES DE 13 QUILOS, GLP-P13	398	1,000	43,0000	43,00
LUHRS IND. E COM. DE PROD. METALURGICOS LTM	TUBO REDONDO 31.75X 2.25MM	421	20,000	46,3680	927,36
MADECAL AGRO-INDUSTRIAL LTDA	SERRAGEM	437	64,400	25,0000	1.610,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de máquina (patrola, carregadeira, retro es	399	1,000	250,0000	250,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo grande - ônibus e caminhões	399	1,000	60,0000	60,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	399	1,000	20,0000	20,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	399	2,000	25,0000	50,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	BATERIA	440	1,000	269,0000	269,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	GEOMETRIA	440	1,000	30,0000	30,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO ELETRICA - MBA 4196 CAMINHÃO-VOLKSWAGEM 1999	436	711,000	1,0000	711,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MÃO DE OBRA CONCERTO PARABRISA	439	1,000	40,0000	40,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO PARA REVISÃO PREVENTIVA	436	350,000	1,0000	350,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	Mão de Obra Revisar Caixa da Direção	440	1,000	690,0000	690,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 5/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	OLEO HIDRAÚLICO	440	2,000	18,0000	36,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	OLEO HIDRAULICO LT	440	2,000	18,0000	36,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	PINTURA, PLOTAGEM E LOGOMARCA EM VEÍCULO	439	1,000	1.000,0000	1.000,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	ampliação e operação do aterro sanitário do Município pelo p	395	899,430	77,9400	70.101,57
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (NÃO IND	397	1,000	34.990,0000	34.990,00
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	396	1,000	71.590,0000	71.590,00
MH MANUT. MECÂNICA E HIDRAULICA LTDA ME	MANUTENÇÃO MECANICA - TRA 62□MICRO TRATOR COM CAPINADEIRA- T	417	304,000	1,0000	304,00
MH MANUT. MECÂNICA E HIDRAULICA LTDA ME	MANUTENÇÃO MECANICA - TRA 62□MICRO TRATOR COM CAPINADEIRA- T	423	626,550	1,0000	626,55
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	425	1,000	81,1000	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA	425	1,000	81,1000	81,10
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	ALICATE UNIVERSAL 8", COM CABO ISOLADO, CFE NORMA ABNT		10,000	14,1100	141,10
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	ARCOS DE SERRA TIPO PROFISSIONAL CFE NORMA ABNT		8,000	9,4100	75,28
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	BRAÇADEIRAS P/ CABO DE AÇO		12,000	4,2900	51,48
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	CABOS DE PICARETA DE EUCALIPTO		40,000	10,6500	426,00
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	CAIXA DE FERRAMENTA EM ALUMÍNIO TIPO BAU MEDIDA MÍNIMO DE 50		5,000	50,4900	252,45
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	CAIXA DE LIMA REDONDA, COM 12 UNIDADES, PARA AFIAR FERRAMENT		5,000	113,0000	565,00
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	ESQUADRO TRANSFERIDOR GRAU 12"		5,000	7,7400	38,70
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	FACÃO PARA MATO, LÂMINA EM AÇO CARBONO 14", COM FIO LISO, CA		5,000	8,4000	42,00
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	FOICES RONCA ABERTA FABRICADA EM AÇO CARBONO SAE 1070. PINTU		20,000	10,6700	213,40
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	FOLHA DE SERRA PARA ARCO DE SERRA 12" X 24 DENTES, FABRICADA		50,000	2,3100	115,50
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	JOGOS DE CHAVE DE FENDA C/ 05 CHAVES CFE NORMA ABNT		5,000	13,0500	65,25
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	JOGOS DE CHAVE PHILIPS C/ 05 CHAVES CFE NORMA ABNT		5,000	13,0500	65,25
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	JOGOS DE CHAVES ESTRELA COMBINADAS COM CHAVE DE BOCA DE 08 A		10,000	145,0000	1.450,00
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	NÍVEL ALUMÍNIO 16 POL 3 AMPOLAS		5,000	8,6400	43,20
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	PICARETAS FABRICADA EM AÇO CARBONO SAE 1070. PINTURA ELETROS		20,000	23,1400	462,80
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	PRUMO DE PEDREIRO Nº5 DE FACE		5,000	14,4700	72,35
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	SERROTES GRANDES 22 " POL. COM BAINHA LÂMINA DE AÇO CARBONO		5,000	13,9800	69,90
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	TRENA RETRÁTIL DE 30 METROS CONFECCIONADA EM FIBRA DE VIDRO,		10,000	21,0800	210,80
SAMARA CRISTINA FERNANDES RAMOS ME	MANUTENÇÃO BOMBAS E BICOS - MAQ. 57□RETROESCAVADEIRA-FIAT AL	416	2.605,350	1,0000	2.605,35
SERGIO ALVES TELAS ME	ARAME N. 14	420	7,000	9,0000	63,00
SERGIO ALVES TELAS ME	GRAMPO P/ CERCA	420	1,000	7,5000	7,50
SERGIO ALVES TELAS ME	TELA 1,90X5X14	403	16,000	27,5500	440,80
SERGIO ALVES TELAS ME	TELA MALHA 5 ARAME 14	420	116,600	14,5000	1.690,70
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	418	1,000	751,0900	751,09
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ABRAÇADEIRA TIPO U 4"	400	16,000	1,1500	18,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MEDIA	429	14,000	65,0000	910,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CIMENTO C/ 50 KG	428	20,000	19,3000	386,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CURVA 90 DE PVC 60 MM	400	2,000	15,5800	31,16
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	LUVAS SÓLIDAS 60MM	400	4,000	6,3500	25,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 6/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, TUBOS VÁRIAS BITOLAS		50,000	135,8500	6.792,50
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA		300,000	29,6300	8.889,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA PARA ENTULHOS		50,000	71,5000	3.575,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE AUTO BOMBA		100,000	143,0000	14.300,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE CAMINHÃO AUTO-VÁCUO PARA DESENTUPIMENTO		150,000	143,0000	21.450,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO		150,000	201,4000	30.210,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>611.280,53</b>

**Compras Mês Setembro 2011 HABITAÇÃO****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PUBLICA	55	1,000	165,8300	165,83
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	55	1,000	82,9100	82,91
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA	55	1,000	72,3800	72,38
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>321,12</b>



## Compras Mês Setembro 2011 IPPUC

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	MÃO DE OBRA ELÉTRICA ESPECIALIZADA	135	13,000	11,0000	143,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VS 400W INTERNO C/IGNITOR	133	1,000	56,4400	56,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELETRICA	133	1,000	44,0000	44,00
BEL PREST. DE SERV. COM. REPR. LTDA (CLASSIC	COPIA DE PROJETOS	131	3,000	18,0000	54,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	123	4,000	8,0000	32,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	130	2,000	55,0000	110,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>439,44</b>

## Compras Mês Setembro 2011 PREFEITURA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 1/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UN 35mm	4539	10,000	21,5500	215,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UN 35mm	4559	3,000	21,5500	64,65
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UN 35mm	4623	5,000	21,5500	107,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 2X2,50MM2		407,454	1,4100	574,51
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 2X2,50MM2	4532	59,000	1,4100	83,19
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 2X2,50MM2	4542	19,000	1,4100	26,79
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 2X2,50MM2	4703	799,000	1,4100	1.126,59
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 3X2,5MM2		1.145,338	1,9500	2.233,41
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 3X2,5MM2	4623	65,000	1,9500	126,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO PP 3X2,5MM2	4695	6,000	1,9500	11,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CONTATOR 26A 220V 60HZ 1NA	4542	2,000	75,6000	151,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CONTATOR 30A 220V 60HZ 1NA	4623	10,000	117,7400	1.177,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR MONOFASICO 50A.		1,000	8,5900	8,59
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR MONOFASICO 50A.	4623	4,000	8,5900	34,36
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR TRIFASICO 50 A.	4623	4,000	33,0200	132,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR TRIFASICO 90 A.	4623	9,000	44,7700	402,93
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2		42,000	0,6800	28,56
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2	4539	8,000	0,6800	5,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 1,50 mm2	4623	7.075,000	0,6800	4.811,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm		877,000	0,6800	596,36
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4529	247,000	0,6800	167,96
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4542	37,000	0,6800	25,16
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4623	589,000	0,6800	400,52
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4695	857,000	0,6800	582,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4689	706,000	0,6800	480,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4690	2.039,000	0,6800	1.386,52
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4691	212,000	0,6800	144,16
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 1,50 mm	4692	74,000	0,6800	50,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 2,50 mm	4539	1.000,000	1,0900	1.090,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 2,50 mm	4623	12,000	1,0900	13,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 2,50 mm	4690	1.022,000	1,0900	1.113,98
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO PARALELO 2 X 2,50 mm	4703	4.079,000	1,0900	4.446,11
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm		522,000	2,0100	1.049,22
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4529	224,000	2,0100	450,24
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4536	10,000	2,0100	20,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4539	143,000	2,0100	287,43
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4542	200,000	2,0100	402,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4559	8,000	2,0100	16,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4564	1.164,000	2,0100	2.339,64

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 2/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4623	254,000	2,0100	510,54
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 10,00 mm	4695	4.205,000	2,0100	8.452,05
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 4,00MM	4539	12,000	0,8100	9,72
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 4,00MM	4544	12,000	0,8100	9,72
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 4,00MM	4623	6.192,000	0,8100	5.015,52
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm		1.266,000	1,2000	1.519,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	4544	14,000	1,2000	16,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	4564	676,000	1,2000	811,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	4623	4.567,000	1,2000	5.480,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FIO RÍGIDO 6,00 mm	4695	164,000	1,2000	196,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL DZ 30 A	4536	5,000	1,0000	5,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL DZ 30 A	4542	1,000	1,0000	1,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL DZ 63 A	4542	1,000	1,5400	1,54
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL DZ 63 A	4623	2,000	1,5400	3,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL NHT00 125 A	4542	1,000	7,1000	7,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FUSIVEL NHT00 125 A	4623	15,000	7,1000	106,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	HASTE DE TERRA COPERWELD 2400 MM	4539	8,000	14,7600	118,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	HASTE DE TERRA COPERWELD 2400 MM	4542	2,000	14,7600	29,52
ABCM ELETROTECNICA LTDA	HASTE DE TERRA COPERWELD 2400 MM	4695	5,000	14,7600	73,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W	4539	16,000	2,5800	41,28
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 200 W		1,000	2,2500	2,25
ABCM ELETROTECNICA LTDA	lâmpada incandescente 40 w		27,000	1,2900	34,83
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF		163,000	2,9400	479,22
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	4516	1,000	2,9400	2,94
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 60 W FILAMENTO REF	4536	27,000	2,9400	79,38
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA MISTA 160 W	4539	32,000	5,8400	186,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LAMPADA MISTA 250 W	4539	50,000	9,6400	482,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados		93,000	11,0000	1.023,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4530	12,000	11,0000	132,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4531	5,000	11,0000	55,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4533	29,000	11,0000	319,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4534	9,000	11,0000	99,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4537	42,000	11,0000	462,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4540	71,000	11,0000	781,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4543	69,000	11,0000	759,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4545	29,000	11,0000	319,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4561	7,000	11,0000	77,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4624	233,000	11,0000	2.563,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	manutenção elétrica em diversos locais a seguir relacionados	4688	72,000	11,0000	792,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 3/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	PADRÃO COMPLETO MONOFÁSICO 30 A	4539	1,000	250,0000	250,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	PADRÃO COMPLETO MONOFÁSICO 30 A	4623	5,000	250,0000	1.250,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	PARA- RAO POLIMÉRICO 21 KV 10 KA	4623	3,000	120,0000	360,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	POSTE CONCRETO DT 8/100	4539	2,000	206,7800	413,56
ABCM ELETROTECNICA LTDA	POSTE CONCRETO DT 8/100	4623	10,000	206,7800	2.067,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR PARTIDA RAPIDA 1 x 40 w 220V	4539	6,000	7,9800	47,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE MERCÚRIO 400 W EXTERNO	4536	40,000	33,9900	1.359,60
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE MERCÚRIO 400 W EXTERNO	4544	10,000	33,9900	339,90
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO		2,000	56,4400	112,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	4529	6,000	56,4400	338,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	4532	5,000	56,4400	282,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	4536	7,000	56,4400	395,08
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	4542	1,000	56,4400	56,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	4544	4,000	56,4400	225,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400 W 220 V C/ IGNITOR INTERNO	4695	3,000	56,4400	169,32
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 10-CV 4 POLOS	4623	2,000	273,7500	547,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 15-CV 4 POLOS	4623	1,000	329,0000	329,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 15-CV 4 POLOS	4695	1,000	329,0000	329,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 30-CV 4 POLOS	4623	2,000	701,9600	1.403,92
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REBOBIN. DE MOTOR TRIF. 7,5-CV 4 POLOS	4623	1,000	232,4700	232,47
ABCM ELETROTECNICA LTDA	RELE DE TEMPO DE 0 A 30 SEG. 220 V	4539	1,000	49,4900	49,49
ACADEF-ASS.CACAD. DEFICIENTES FISICOS	CONTRATAÇÃO DA ACADEF	4638	0,898	10.000,0000	8.977,60
ADELVO BASQUERA - EPP	ABAFADOR	4486	1,000	29,5000	29,50
ADELVO BASQUERA - EPP	CAPA DE CHUVA TRANSPARENTE	4425	20,000	16,0000	320,00
ADELVO BASQUERA - EPP	CAPA DE CHUVA GG	4425	10,000	23,0000	230,00
ADELVO BASQUERA - EPP	CAPA DE CHUVA PROT CAP	4425	20,000	20,0000	400,00
ADELVO BASQUERA - EPP	EMPATE MANGUEIRA	4425	2,000	20,5000	41,00
ADELVO BASQUERA - EPP	FITA ZEBRADA C/ 100 m	4457	10,000	11,0000	110,00
ADELVO BASQUERA - EPP	FITA ZEBRADA C/ 200 M	4425	4,000	11,0000	44,00
ADELVO BASQUERA - EPP	LUVA DE RASPA	4486	3,000	16,5000	49,50
ADELVO BASQUERA - EPP	LUVA EM VAQUETA	4425	4,000	14,5000	58,00
ADELVO BASQUERA - EPP	MASCARA 1/4 FACIAL	4486	3,000	38,9000	116,70
ADELVO BASQUERA - EPP	OCULOS DE PROTECAO	4486	3,000	12,5000	37,50
ADELVO BASQUERA - EPP	REDUÇÃO 2 1/2	4425	1,000	62,0000	62,00
ADELVO BASQUERA - EPP	SAPATO DE SEGURANÇA	4308	2,000	28,0000	56,00
AGROPECUÁRIA DIZA LTDA - ME	CAL VIRGEM SACAS COM 20 KG	4324	2,000	7,0000	14,00
AGROPECUÁRIA DIZA LTDA - ME	FUNGICIDA A BASE DE MANCOZEB	4324	3,000	14,0000	42,00
AGROPECUÁRIA DIZA LTDA - ME	INSETICIDA ACARICIDA DE CONTATO E INGESTÃO A BSE DE FENTIONA	4324	2,000	128,0000	256,00
AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA	CONCERTO DE MOTOBOMBA	4297	1,000	1.576,0000	1.576,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA	CONTATOR 3RT10	4297	1,000	44,0000	44,00
AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA	RELE SOBRE CARGA 5/8S	4297	1,000	103,3500	103,35
AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA	RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE BOMBA DÁGUA	4297	2,000	350,0000	700,00
ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA MANGUEIRA, PISTA D	4372	0,645	239.426,8200	154.430,30
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MCG 4093□MOTO-YAMAHA□2004	4456	48,000	1,0000	48,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MCT 4219□MOTO-HONDA□2002	4456	36,000	1,0000	36,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MCT 4309□MOTO-HONDA□2002	4243	130,000	1,0000	130,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MDZ 5312□MOTO-YAMAHA□2004	4456	33,000	1,0000	33,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MHE 5053□MOTO-SUZUKI□	4456	235,000	1,0000	235,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MOTO HONDA MIE 9994 - 2010	4456	200,000	1,0000	200,00
ALCEU JOSE MATACHON	CONCERTO DE VAZAMENTO EM BANHEIRO	4357	1,000	75,0000	75,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CONCERTO DE FECHADURA	4525	1,000	80,0000	80,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIA DE CHAVE PARA VEÍCULO	4525	1,000	20,0000	20,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	4343	8,000	4,5000	36,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	4344	2,000	4,5000	9,00
ANGELINA MANICA BORGHETTI	locação de imóvel de propriedade de Angelina Borghetti, loca		1,000	1.818,8700	1.818,87
ANNA JACOMINA ANDREUZZI RASADOR	locação de parte de área de terreno rural, localizado no Mor	4420	4,000	220,5100	882,04
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4209	3.936,000	3,0000	11.808,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4210	14.498,000	3,0000	43.494,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4389	43.166,000	3,0000	129.498,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4390	880,000	2,2000	1.936,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4392	80,000	2,2000	176,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4393	5.920,000	2,2000	13.024,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4394	8.820,000	2,2000	19.404,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4395	2.880,000	2,2000	6.336,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	4397	400,000	2,2000	880,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	AUTOMÓVEL TIPO SEDAN, FLEXPPOWER, ANO/MODELO 2011/2012		1,000	41.300,0000	41.300,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	FILTRO DE OLEO	4348	2,000	21,4000	42,80
AUTO MECANICA GERAL LTDA	Oleo do Motor	4348	14,000	10,0000	140,00
AUTO MECANICA GERAL LTDA	VEDADOR	4348	2,000	1,0000	2,00
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	MICRO ÔNIBUS AGRALE 1600 91CV - DIESEL, PLACA LZR 7684, 1988	4454	626,470	1,0000	626,47
AUTO POSTO ARAUCARIA LTDA	GASOLINA COMUM	4627	1.428,571	2,8000	4.000,00
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAI BASE ACRILICA		4449	1,000	156,7000	156,70
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAI FUNDO OLEO LT		4449	1,000	9,1000	9,10
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAI KIT ANTIRESPINGO ECONOMICO		4449	1,000	11,0000	11,00
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAI SOLVENTE		4449	1,000	5,9000	5,90
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAI TINTA ESMALTE COR BRANCA LATA 1 KG		4449	1,000	12,9000	12,90
AUTO REPINTURA CACADOR LTDA - EPP (DEKORAI TRINCHA 2"		4449	1,000	3,0000	3,00
BELLENZIER PNEUS LTDA	PNEU 1.75 X 70 X R 13. DEVERÁ CONTER EM ALTO RELEVO	4710	4,000	105,1000	420,40



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 5/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BELLENZIER PNEUS LTDA	Pneu 1000 R 20 - RADIAL NOVO, 16 LONAS, BORRACHUDO	4262	16,000	1.150,0000	18.400,00
BELLENZIER PNEUS LTDA	PNEU 7,50 X 16 R DIAGONAL BORRACHUDO, 12 LONAS	4535	4,000	400,0000	1.600,00
BENOIT ELETRODOMESTICOS LTDA	TELEFONE COM FIO	4441	1,000	35,9000	35,90
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	MÃO DE OBRA MECÂNICA	4330	1,000	242,5500	242,55
BRESSAN AUTOPECAS LTDA	TURBO MT. VW-8.150 MWM C/ VALV.	4330	1,000	1.854,7900	1.854,79
CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTI	Mangueira hidráulica R-2 ½ " com 2,60 mt e terminais 200-10	4435	1,000	54,0000	54,00
CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTI	Mangueira hidráulica R-2 ¾" com 1,60 mt e terminais 212-12-	4641	1,000	66,0000	66,00
CASA DAS VED. COM. DE VED. DE BORRACHAS LTI	Mangueira hidráulica R-2 5/8 " com 1,40 mt e terminais SP e	4641	2,000	54,0000	108,00
CASA DO ASFALTO DIST. IND. E COM. DE ASFALTO XISTO		4482	5,000	1.960,0000	9.800,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	CAVADEIRA DE CABO DUPLO P/ CAVAR BURACOS EM TERRA ( INFRA-ES	4513	1,000	26,1400	26,14
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	PICARETA ( INFRA-ESTRUTURA)	4513	1,000	30,4700	30,47
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - ME	prego 17 x 27 (100 KG INFRA-ESTRUTURA, 50 KG AGRICULTURA)	4484	8,000	5,6500	45,20
CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA	CAP - 50-70	4481	25,000	1.305,0000	32.625,00
CBB IND E COM DE ASF. E ENGENHARIA LTDA	CAP - 50-70	4527	25,000	1.305,0000	32.625,00
CENTRO CAR COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA	MANUTENÇÃO MECANICA - MHJ-0369 BLAZER/ADVANCED	4669	208,390	1,0000	208,39
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	4448	10.000,000	1,9500	19.500,00
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	4653	10.000,000	1,9500	19.500,00
CIASC - CENTRO INFOR E AUTOMACAO SC S/A	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CIASC	4407	4,000	720,0000	2.880,00
CIDASC CIA. INT. DE DENSEV. AGRICOLA DE SC	AMOSTRAS DE SOLO PARA ANÁLISE BÁSICA DE FERTILIDADE	4459	7,000	20,0000	140,00
CLAUDIO TRIBESS - ME	BANANA CATURRA, TAMANHO MÉDIO EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO	4403	11.074,000	1,3200	14.617,68
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	BASE P/ CARIMBO AUTOMATICO	4349	1,000	15,0000	15,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMATICO M-55	4349	2,000	55,0000	110,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-301	4352	2,000	15,0000	30,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-301	4353	1,000	15,0000	15,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-302	4351	1,000	20,0000	20,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-302	4354	3,000	20,0000	60,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	4349	1,000	25,0000	25,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-303	4350	1,000	25,0000	25,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMÁTICO P-304	4350	1,000	30,0000	30,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	CARIMBO AUTOMATICO R-30	4349	1,000	75,0000	75,00
CLICHERIA E FACARIA CLICHERFORT LTDA ME	REFIL PARA CARIMBO AUTOMÁTICO M-60	4349	1,000	15,0000	15,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4359	4,000	17,9000	71,60
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4361	3,000	17,9000	53,70
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4364	3,000	17,9000	53,70
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 36A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4366	1,000	17,9000	17,90
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 49 A BASE DE TROCA	4359	2,000	26,9900	53,98
COLUSSI & CIA LTDA	AUTOMÓVEL MOTOR 1.0, 8 VÁLVULAS, ANO/MODELO 2011/2012		1,000	31.400,0000	31.400,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B 53	4442	8,000	13,7000	109,60
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B 54	4442	6,000	13,9000	83,40

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B 55	4442	14,000	14,4000	201,60
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B 57	4442	14,000	14,8000	207,20
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B 60	4442	2,000	15,7000	31,40
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B 62	4442	2,000	16,1000	32,20
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA B-78	4442	8,000	20,1000	160,80
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA C 173	4442	16,000	79,3000	1.268,80
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA C 180	4442	12,000	85,0000	1.020,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA C- 240	4442	8,000	114,5000	916,00
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA C-59	4442	6,000	26,7000	160,20
COMERCIAL DE ROLAMENTOS E CORREIAS LTDA	CORREIA C-80	4442	6,000	37,0000	222,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	Pacotes de guardanapos de papel - tamanho médio,22,5 X 19,5	4399	100,000	0,3500	35,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI	SACO PLASTICO TRANSPARENTE , TIPO CESTA BÁSICA	4399	600,000	0,4000	240,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG	4280	1,000	53,5714	53,57
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RECARGA DE EXTINTOR PQS 4 KG	4280	2,000	40,0000	80,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RETEXTE DE EXTINTOR CO2 4 KG	4280	2,000	26,7857	53,57
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	RETEXTE DE EXTINTOR PQS 4KG	4280	1,000	20,0000	20,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	SUPORTE PARA EXTINTORES	4280	1,000	2,6000	2,60
CONNECT INFORMATICA LTDA	EQUIPAMENTO C3 COMPUTCH	4290	2,000	389,0000	778,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E GONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTO C3	4290	1,000	160,0000	160,00
CONEXAO ELETRICIDADE LTDA ME	Canaleta 20 x 50 x 2000 com divisóras / PVC	4377	80,000	5,9000	472,00
CONEXAO ELETRICIDADE LTDA ME	Parafuso auto tarrachante	4377	100,000	0,1000	10,00
CONEXAO ELETRICIDADE LTDA ME	Tomada 2P+T Sobrepor	4377	10,000	2,6200	26,20
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	BORAX SOLO - 11%B- SACO DE 25 KG	4309	1,000	63,0000	63,00
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	FERTILIZANTE FOLIAR SOLÚVEL EM ÁGUA, CONTENDO CLORO + BORO	4309	5,000	7,4000	37,00
COOPER. AGROIND. DO PRODUT. DE HORTIFRUTIC	FUNGICIDA A BASE DE FAMAXADONA E MANCOZEB	4309	7,000	81,0000	567,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTDA	ACTARA	4318	3,000	200,0000	600,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTDA	BOTA DE BORRACHA N 44	4318	1,000	25,0000	25,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTDA	BOTA DE BORRACHA NÚMERO 38	4318	1,000	25,0000	25,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTDA	BOTA DE BORRACHA NÚMERO 41	4318	1,000	25,0000	25,00
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE LTDA	COBRE ATAR - EMB. COM 3 kg	4318	1,000	56,0000	56,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BATATA SALSA.CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO	4639	28,000	3,0000	84,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	BIFE DE COXÃO MOLE. CARACTERÍSTICAS: COR VERMELHO CEREJA	4639	43,000	14,7000	632,10
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	CARNE BOVINA DE 1ª, CORTE CORAÇÃO DE PALETA, SEM OSSO	4639	203,000	11,3000	2.293,90
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	CARNE MOÍDA DE 2ª. CARACTERÍSTICA: FRESCA (MOÍDA NA HORA),	4639	500,000	10,3000	5.150,00
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	Carne suína, paleta desossada, sem pele, limpa, resfriada.	4639	387,000	9,8000	3.792,60
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	MAÇÃ FUJI. CARACTERÍSTICAS: TAMANHO MÉDIO	4639	3.219,000	3,7500	12.071,25
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	MÚSCULO.CARACTERÍSTICAS: COR VERMELHO-CEREJA BRILHANTE	4639	43,000	9,8000	421,40
COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL	REPOLHO.CARACTERÍSTICAS: TIPO BRANCO, FRESCO	4639	296,000	1,1000	325,60
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	ABÓBORA (MORANGA)	4664	32,000	0,6400	20,48

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 7/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	ABOBRINHA.CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES	4664	251,000	0,6400	160,64
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	AIPIM CARACTERÍSTICAS: COR UNIFORME, COMPLETAMENTE BRANCO	4664	193,000	1,0800	208,44
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	ALHO	4664	8,160	8,5000	69,36
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	BATATA DOCE. CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, SEM BROTOS	4664	120,000	0,7500	90,00
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	BATATA LAVADA, CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE	4664	787,000	1,3000	1.023,10
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	Beterraba.Características: firme, tenra, razoavelmente macia	4664	40,000	0,8500	34,00
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	BRÓCOLIS. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM ESTAR	4664	430,000	1,1300	485,90
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	CEBOLA BRANCA.CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAMA	4664	397,000	1,1800	468,46
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	CENOURA.CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE,	4664	307,000	1,0500	322,35
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	CHUCHU.CARACTERÍSTICAS: VERDE, TENRO, FIRME, SEM MANCHAS	4664	256,000	0,9000	230,40
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	COUVE FLOR. CARACTERÍSTICAS: OS TALOS E AS FLORES DEVEM	4664	430,000	1,1400	490,20
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	Milho para pipoca.Características: Grão duro; Classe amarelo	4664	400,000	1,8000	720,00
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA TERRA	OVO DE GALINHA.CARACTERÍSTICAS: TIPO 2, AMARELO, FRESCO,	4664	50,000	3,0400	152,00
COPAL - COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA DE AR ARO 16	4261	2,000	26,0000	52,00
COPAL - COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PNEU 1400 X 24 16 LONAS, DESENHO V OU LAGARTO.	4261	12,000	1.289,4900	15.473,88
COPAL - COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PROTECTOR 1000 X 20	4261	20,000	12,4400	248,80
COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA	DESENGORDURANTE E DESENGRAXANTE- CONCENTRADO	4391	20,000	67,9100	1.358,20
COPAPEL COM. E REPRES. DE PAPEL LTDA	Saponáceo em pó com amoníaco, tubo com 300 gramas.	4391	600,000	1,0600	636,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	Refeições prontas tipo marmite, número 09, compostas de no	4342	3.500,000	8,1700	28.595,00
CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA	VIDRO LISO COLOCADO	4408	8,000	12,5000	100,00
CRISTAL IND E COM DE VIDROS LTDA	VIDROS	4408	1,000	86,0000	86,00
CURTUME VIPOSA S/A - IND. E COM.	Coturno de segurança com cano em cordura, com fechamento		45,000	90,0000	4.050,00
CURTUME VIPOSA S/A - IND. E COM.	Botas cano longo para motociclista cano alto, com fechame		30,000	168,8300	5.064,90
CURTUME VIPOSA S/A - IND. E COM.	Botina de segurança confeccionada em couro vaqueta		12,000	43,9600	527,52
ELETRON - ALARMES E TELECOMUNICACOES LT	CONTROLE REMOTO PARA PORTÃO	4452	1,000	30,0000	30,00
EMPREITEIRA MAO DE OBRA J.G.P LTDA - CONSTR	TRAVE DE HANDEBOL EM MADEIRA MACIÇA	4505	2,000	690,0000	1.380,00
EZEQUIEL DA SILVA - ME - DUARTE ESTOFARIA E A	Serviço de estofaria - carpetes e bancos - em automóvel de p	4436	56,000	15,0000	840,00
F. M. PNEUS LTDA	CONCERTO PARA RECAPE DO Nº 40 A 46		20,000	22,0662	441,32
F. M. PNEUS LTDA	CONCERTO PARA RECAPE DO Nº 02 À 05		50,000	12,6092	630,46
F. M. PNEUS LTDA	CONCERTO PARA RECAPE DO Nº 06 A 09		50,000	15,7615	788,08
F. M. PNEUS LTDA	CONCERTO PARA RECAPE DO Nº 12 A 22		20,000	9,4569	189,14
F. M. PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 14.9 X 24 10L (DIANT) PARA TRATOR VALMET		4,000	636,3403	2.545,36
F. M. PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 14.9 X 28 12 L (TRAS) PARA TRATOR VALMET		4,000	679,0796	2.716,32
F. M. PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 7.5 X 16 (DIANT) PARA TRATOR VALMET		4,000	175,7059	702,82
F. M. PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU18.4 X 34 10 L ( TRAS) PARA TRATOR VALMET		4,000	1.098,8742	4.395,50
F. VACHILESKI & CIA LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 1.400 X 24 16 L - PARA MOTONIVELADORA		20,000	600,0000	12.000,00
F. VACHILESKI & CIA LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 16.5 X 12 NHS BORRACHUDO ( DIANT)		2,000	254,9896	509,98
F. VACHILESKI & CIA LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 16.9 X 28 R4 10 L PARA RETROESCAVADEIRA		4,000	849,9654	3.399,86
F. VACHILESKI & CIA LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 19.5 X 24 10 L ( TRAS) PARA RETRO		2,000	660,0795	1.320,16

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FATOS DIARIOS EDIT. JORNAL. LTDA-EPP(FOLHA D	Serviço de divulgação de publicidade de utilidade publica.	4707	6.400,000	1,0000	6.400,00
FICALLY - IND E COM DE MOVEIS LTDA	ARMARIO EM MDF COM NICHOS ABERTOS 40X30CMDE 2,10X1,50	4455	1,000	960,0000	960,00
FRANÇA ELETRICID. PARA VEÍCULOS LTDA - ME (FI	MANUTENÇÃO ELÉTRICA VW GOL LZJ 3874 1992	4293	1,000	760,0000	760,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	LANEJA PÊRA CASCA COR ALARANJADA ODOR AGRADÁVEL E DOCE	4402	1.132,000	2,2490	2.545,87
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	LIMÃO - CARACTERÍSTICAS: CASCA VERDE, PEQUENO	4402	200,000	3,2985	659,70
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MAÇÃ FUJI. CARACTERÍSTICAS: TAMANHO MÉDIO	4402	908,000	3,2485	2.949,64
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MELANCIA. CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE, CASCA ÍNTEGRA, SEM	4402	6.766,000	1,3900	9.404,74
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Ponã - MERENDA	4402	4.576,000	1,3994	6.403,65
GABRIEL DELANO DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA PROCON	4226	1,000	1.240,0000	1.240,00
GERSON A. FRIGHETTO - GS PNEUS	PNEU 205 X 55 R16. CERTIFICADO PELO INMETRO	4288	4,000	181,5000	726,00
GERSON A. FRIGHETTO - GS PNEUS	PNEU 7,50 X 16 DIAGONAL LISO, 12 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE	4263	2,000	275,0000	550,00
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU CAMINHÕES 1000 X 20 LISO		20,000	285,4176	5.708,35
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU CAMINHÕES 1000 X R20 LISO PRÉ-MOLDADO		15,000	285,4176	4.281,26
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS CAMINHÕES 1000 X R20 BORRACHUDO		20,000	295,2596	5.905,19
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU BORRACHUDO 1.000X20 PARA CAMINHÕES		20,000	295,2600	5.905,20
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DO Nº 02 a 05		10,000	20,0000	200,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DOS Nº 06 A 09		5,000	40,0000	200,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, MANCHAO PNEU ARO 24		10,000	120,0000	1.200,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, MANCHAO PNEU ARO 25		10,000	140,0000	1.400,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, MANCHAO PNEU ARO 28		10,000	140,0000	1.400,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, MANCHAO PNEU ARO 30		10,000	150,0000	1.500,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, TELA E MANCHAO PNEU 1.000 X 20		10,000	40,0000	400,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO, TELA E MANCHÃO PNEU 750 x 16		10,000	30,0000	300,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, TIP TOP PNEU ARO 24		10,000	120,0000	1.200,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, TIP TOP PNEU ARO 25		10,000	140,0000	1.400,00
GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZACAO, TIP TOP PNEU ARO 28		10,000	140,0000	1.400,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	160 ( CENTO E SESSENTA) LICENÇA DE ACESSO A DATACENTER	4687	1,000	6.912,0000	6.912,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	DOIS (2) SERVIDORES PARA TS	4687	1,000	3.748,2000	3.748,20
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	UM (1) SERVIDOR PARA TS:	4687	1,000	1.761,0000	1.761,00
HUBI COMERCIAL AGRICOLA LTDA	MUDAS DE HORTALIÇAS	4424	108,000	0,0900	9,72
HUBI COMERCIAL AGRICOLA LTDA	SEMENTES DE VERDURAS VARIADAS	4424	3,000	0,9200	2,76
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AÇÚCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 5 KG	4396	200,000	9,6900	1.938,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AÇÚCAR REFINADO. CARACTERÍSTICAS: NÃO DEVE APRESENTAR	4401	3.900,000	1,9900	7.761,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AÇÚCAR REFINADO. CARACTERÍSTICAS: NÃO DEVE APRESENTAR	4715	200,000	1,9900	398,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Água sanitária, embalagem de 1 litro. Comum	4396	1.490,000	1,0300	1.534,70
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÁLCOOL 92,8 GL	4524	73,000	3,3000	240,90
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ARROZ PARBOILIZADO - TIPO 1, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL	4714	1.200,000	1,2700	1.524,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITO DOCE TIPO LAMINADO DE LEITE,	4708	400,000	4,9500	1.980,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE COCO	4708	300,000	5,1000	1.530,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 9/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Biscoito doce(tipo Maria de chocolate)	4708	200,000	4,9500	990,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CANJQUINHA DE MILHO (QUIRERA).EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA	4714	600,000	1,2000	720,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA FLORES E FRUTAS, CAIXA COM 15 SAQUINHOS, SABORES A ESCOL	4396	450,000	5,4000	2.430,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COPO PLÁSTICO DESCARTAVEL180 ML - CX C/ 3.000 UNIDADES,	4396	30,000	49,8000	1.494,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COPO PLÁSTICO DESCARTAVEL180 ML - CX C/ 3.000 UNIDADES,	4523	42,000	49,8000	2.091,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EXTRATO TOMATE CONCENTRADO: EMBALAGEM 1 KG	4714	900,000	2,3600	2.124,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE MILHO (FUBÁ DE MILHO AMARELO)	4714	480,000	1,2000	576,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Fermento biológico fresco, embalagem de 500g. Ingredientes:	4401	200,000	8,7681	1.753,63
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103, CAIXA COM 30 UNIDADES	4396	97,000	1,4900	144,53
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE EM PÓ INTEGRAL FORTIFICADO INSTANTÂNEO. LATAS 400G	4715	100,000	8,5771	857,71
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA. EMBALAGEM TETRA PAK	4401	6.000,000	2,0300	12.180,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Macarrão com ovos (tipo parafuso) com vegetais.Embalagem pad	4714	600,000	2,9900	1.794,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MISTURA PREPARADA PARA PÃO FRANCÊS: (USO PROFISSIONAL) ENRIQ	4401	2.000,000	1,4900	2.980,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA REFINADO. EMBALAGEM PLÁSTICA	4714	600,000	2,8000	1.680,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABÃO EM PEDRA, NEUTRO 500 g	4523	22,000	0,8900	19,58
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	Recarga de toner 12 A, base de troca, com troca de cilindro	4360	3,000	18,9000	56,70
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	Recarga de toner 12 A, base de troca, com troca de cilindro	4365	1,000	18,9000	18,90
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	RECARGA DE TONER 15 A BASE DE TROCA	4360	4,000	18,0000	72,00
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	RECARGA DE TONER 15 A BASE DE TROCA	4365	1,000	18,0000	18,00
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	RECARGA DE TONER 15 A BASE DE TROCA	4367	1,000	18,0000	18,00
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	RECARGA DE TONER 35A, BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4360	1,000	19,0000	19,00
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	RECARGA DE TONER 85 A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4360	1,000	17,5000	17,50
INKOS RECICLADORA DE CARTUCHOS E TONER LT	RECARGA DE TONER 85 A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	4362	1,000	17,5000	17,50
ITAVOL COMERCIAL LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER COM GERGELIM.O PRODUTO DEVE APRESENTA	4717	500,000	5,5100	2.755,00
ITAVOL COMERCIAL LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL.O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE	4717	500,000	5,5100	2.755,00
ITAVOL COMERCIAL LTDA	CEREAL MATINAL DE MILHO SEM AÇUCAR	4717	800,000	4,7800	3.824,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL C/GAS 500ML C/ 12 UN	4228	6,000	12,0000	72,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL C/GAS 500ML C/ 12 UN	4239	2,000	12,0000	24,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4228	1,000	8,0000	8,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4229	2,000	8,0000	16,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4230	1,000	8,0000	8,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4231	1,000	8,0000	8,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4232	19,000	8,0000	152,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4233	3,000	8,0000	24,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4234	2,000	8,0000	16,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4235	8,000	8,0000	64,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4236	2,000	8,0000	16,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4237	4,000	8,0000	32,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4238	1,000	8,0000	8,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 10/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL COM 20 LITROS, SEM TAMBOR	4345	6,000	8,0000	48,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL COPOS 200 ML C/ 48 UN	4237	1,000	15,0000	15,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL GALÃO C/ 5 LITROS	4233	2,000	4,5000	9,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS 500ML C/ 12 UN	4228	1,000	11,0000	11,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS 500ML C/ 12 UN	4239	2,000	11,0000	22,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJÕES DE 13 QUILOS, GLP-P13	4345	1,000	43,0000	43,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	4221	7,000	43,0000	301,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	4222	3,000	43,0000	129,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	4223	1,000	43,0000	43,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	Gás acondicionado em cilindros de 13 quilos, GLP - P13, comp	4224	1,000	43,0000	43,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO,	4469	101,000	1,4600	147,46
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCO DE AVISO DE IRREGULARIDADE, conforme modelo anexo, sen	4469	122,000	1,9900	242,78
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCO DE SOLICITAÇÃO E/OU ORDEM DE SERVIÇOS, conforme model	4415	33,000	4,9500	163,35
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCOS DE AUTO DE INFRAÇÃO	4423	2,000	55,0000	110,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCOS DE AUTO DE APREENSÃO	4423	2,000	55,0000	110,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	BLOCOS DE FOLHAS DE CONTINUAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO	4423	2,000	55,0000	110,00
JACKSON HUGO PEREIRA ME	Cartazes formato 320x460 mm, impressão 4x0 cores, couchê 150	4479	1.473,000	0,3260	480,20
JACKSON HUGO PEREIRA ME	Cartazes formato 320x460 mm, impressão 4x0 cores, couchê 150	4696	368,000	0,3260	119,97
JACKSON HUGO PEREIRA ME	ENVELOPE 23X11,5, conforme modelo anexo, sendo: 1 folha 4x0	4497	2.486,000	0,1730	430,08
JACKSON HUGO PEREIRA ME	Folder A4, impressão 4x4	4347	1.791,000	0,1620	290,14
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. APONTADOR			20,000	0,1500	3,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. BOBINA PARA FAX			30,000	3,9500	118,50
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. CANETA AZUL, CAIXA COM 50 UNIDADES			10,000	16,4400	164,40
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. CANETA MARCA TEXTO ( VÁRIAS CORES)			50,000	0,7800	39,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. CANETA PRETA, CAIXA COM 50 UNIDADES			5,000	16,4400	82,20
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. CANETA VERMELHA, CAIXA COM 50 UNIDADES			3,000	16,4400	49,32
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. CARTOLINA VÁRIAS CORES			100,000	0,2100	21,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLA EM BASTÃO COM 10 GR			30,000	0,5500	16,50
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETE Nº 03, CAIXA COM 72 UNIDADES			15,000	1,5300	22,95
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETE Nº 04, CAIXA COM 72 UNIDADES			15,000	1,5300	22,95
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETE Nº 05, CAIXA COM 72 UNIDADES			15,000	1,5600	23,40
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETE Nº 06, CAIXA COM 72 UNIDADES			15,000	1,6000	24,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETE Nº 07, CAIXA COM 72 UNIDADES			15,000	1,7800	26,70
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETE Nº 08, CAIXA COM 72 UNIDADES			10,000	2,1100	21,10
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. COLCHETES Nº 15, CAIXA COM 72 UNIDADES			10,000	6,4600	64,60
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. CORRETIVO 18 ML			30,000	0,7900	23,70
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. ENVELOPE PARDO 17X25			1.000,000	0,1200	120,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. ESTILETE TAMANHO GRANDE			15,000	0,9600	14,40
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD. FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12 MM X 50 CM			20,000	0,8400	16,80

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 11/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 19 MM X 50 M		20,000	1,1300	22,60
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	FITA CREPE 25 MM X 50 M		20,000	3,4800	69,60
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	GRAFITE PARA LAPISEIRA 07		30,000	2,3900	71,70
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	GRAMPEADOR TAMANHO MÉDIO		8,000	5,9100	47,28
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	GRAMPO 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES		30,000	2,7500	82,50
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	LAPIS PRETO		40,000	0,2300	9,20
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	LAPISEIRA 07		20,000	0,9600	19,20
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	PAPEL CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES		10,000	24,7700	247,70
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	PAPEL VERGÊ.		1.000,000	0,1300	130,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	Pasta de papelão com elástico		50,000	0,9000	45,00
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	PINCEL MARCADOR (VÁRIAS CORES)		30,000	0,7500	22,50
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	PINCEL PARA QUADRO BRANCO ( VÁRIAS CORES)		30,000	1,0900	32,70
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	RÉGUA EM PLÁSTICO DURO, COM 30 CM		30,000	0,6400	19,20
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	TESOURA TAMANHO MÉDIO		10,000	1,3800	13,80
JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTD.	TINTA PARA CARIMBO AZUL		5,000	1,5400	7,70
JULIANO ZENI	LOCAÇÃO DE TERRENO URBANO SEM BEMFEITORIAS, COM ÁREA .		12,000	500,0000	6.000,00
KALURI AUTOMACAO COMERCIAL LTDA	ARQUIVO DE AÇO RAM 8 GAVETAS DUPLA FICHA 4X6. 1335MMALTURA,	4470	1,000	1.350,0000	1.350,00
KALURI AUTOMACAO COMERCIAL LTDA	MESA	4470	4,000	322,5000	1.290,00
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA	CÂMARA DE AR 1000 X 20. CERTIFICADO PELO INMETRO.	4248	20,000	37,3200	746,40
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA	CAMARA DE AR ARO 24	4248	6,000	64,3500	386,10
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 1.100 X R 22 LISO. CERTIFICADO PELO INMETRO	4711	4,000	921,0300	3.684,12
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA	PROTETOR ARO 16.	4248	2,000	10,5000	21,00
LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA - EPP	"Conjunto de uniformes composto por:		90,000	212,9800	19.168,20
LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA - EPP	Jaquetas em nylon 240x240 PVC impermeável, forrada com nylon		45,000	103,7400	4.668,30
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	APARELHOS DE TELEFONE SEM FIO, PRETO, 220V, FREQUÊNCIA MÍNIM		3,000	89,0000	267,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	CAFETEIRA ELÉTRICA, COM DISPOSITIVO CORTA-PINGOS, PORTA-FILT		1,000	99,0000	99,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	CALCULADORA DE MESA, MÍNIMO DE OPERAÇÕES MATEMÁTICAS SIMPLES		5,000	29,9000	149,50
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	ESTABILIZADOR DE NO MÍNIMO 1000VA COM ENTRADA 220V E SAÍDA 1		2,000	179,0000	358,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	ESTABILIZADOR DE NO MÍNIMO 430VA COM ENTRADA 220V E SAÍDA 11		6,000	89,0000	534,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	IMPRESSORA LASER, COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: EM PRETO		2,000	349,0000	698,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	MICRO COMPUTADORES, INTEL CORE I3 540 4M CACHE 3,06GHZ, MB C		6,000	1.999,0000	11.994,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	MICROONDAS, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 30 LITROS, COM FUNÇÃO		1,000	468,0000	468,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	NOTEBOOK. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR		1,000	2.399,0000	2.399,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	TONER 85 A RECONDICIONADO		4,000	49,0000	196,00
MADETINTAS LTDA	ROLO 303/9	4478	80,000	6,0000	480,00
MADETINTAS LTDA	TINTA AMARELA DEMARC. VIÁRIA , BASE SOLVENTE 18 LTS	4478	15,000	125,0000	1.875,00
MADETINTAS LTDA	TINTA BRANCA DEMARC. VIÁRIA, BASE SOLVENTE 18 LTS	4478	15,000	116,0000	1.740,00
MADETINTAS LTDA	TINTA PRETA DEMARC. VIÁRIA, BASE SOLVENTE 18 LTS	4478	8,000	123,0000	984,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo micro ônibus	4240	6,000	80,0000	480,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 12/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4227	5,000	20,0000	100,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4240	1,000	20,0000	20,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	4242	7,000	20,0000	140,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	4227	2,000	30,0000	60,00
MARCELO GONCALVES - ME	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	4240	2,000	30,0000	60,00
MARCELO GONCALVES - ME	LUBRIFICAÇÃO DE VEICULO	4240	2,000	20,0000	40,00
MARCIA APARECIDA DA SILVA MATTOS - MVT TELE	MUDANÇA DE RAMAL TELEFONICO	4346	2,000	75,0000	150,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Bolsa de algodão branca, alvejada, tamanho 80 x 60 cm	4400	400,000	3,9900	1.596,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CANELA EM PÓ. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO ATÉ 50G DO PRODUTO.	4716	5,000	22,7840	113,92
MARCOS BULLE DA COSTA ME	CANJICA DE MILHO (BRANCA). TIPO 1, CLASSE BRANCA, SUBGRUPO D	4716	300,000	2,9900	897,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Chá mate de saquinho (sabor natural).	4716	600,000	1,9756	1.185,37
MARCOS BULLE DA COSTA ME	COLA COM GLITTER- 35 GR-( CORES VARIADAS) BOA QUALIDADE	4704	50,000	1,5300	76,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Farinha de trigo especial, enriquecida com ferro	4716	200,000	1,7500	350,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Grampo para grampeador 26/6, prata, caixa com 5.000	4496	20,000	1,9000	38,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Lixeira plástica reforçada 15 litros sem tampa ( não telado)	4400	50,000	5,9500	297,50
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Papel higiênico branco, picotado, macio folha dupla, 30 mt	4200	400,000	39,3000	15.720,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	Sabonete liquido, composição: Ph neutro, fragancia erva doce,	4400	60,000	14,9000	894,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	SAGU. CLASSE PÉROLA, TIPO I, É O PRODUTO AMILÁCEO DERIVADO D	4716	360,000	4,1500	1.494,00
MARCOS BULLE DA COSTA ME	TINTA DIMENSIONAL- METÁLICA- 35 ML, (CORES VARIADAS) BOA QUA	4704	50,000	1,9600	98,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	CADEIRA GIRATÓRIA, MODELO PRESIDENTE, BRAÇO EM POLIURETANO,		6,000	249,0000	1.494,00
MARILDA SALETE LUZ - ME	ESTAÇÃO DE TRABALHO 1,50X1,50 EM 18MM, 4 GAVETAS COM CHAVE		1,000	439,9000	439,90
MARILDA SALETE LUZ - ME	ILHA DE TRABALHO COM 4 ESTAÇÃO DE TRABALHO 1,50X 1,50 CA		1,000	2.150,0000	2.150,00
MARINO ANTONIO ANGELI - ME	REDE PARA TRAVE DE HANDEBOL FIO 4 MM	4244	1,000	150,0000	150,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	MANIPULAÇÃO DE IMAGENS	4432	3,000	1,0000	3,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	REVELAÇÃO DE FOTOS	4322	14,000	0,7400	10,36
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA - EPP	REVELAÇÃO DE FOTOS	4432	13,000	0,7400	9,62
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA - MAF 3658- UNO/FIAT-GASOLINA 1994	4208	221,900	1,0000	221,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECANICA FIAT FIORINO APM 7586 - 2007	4295	1,000	425,5000	425,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA	4247	242,986	44,0000	10.691,38
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	4247	132,682	44,0000	5.838,01
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE BRITA ESPECIAL	4247	1.200,000	44,0000	52.800,00
MODELO PNEUS LTDA	PNEU 1.100 X R22 BORRACHUDO. CERTIFICADO PELO INMETRO	4709	8,000	1.014,0000	8.112,00
MODELO PNEUS LTDA	PNEU 1000 R 20, NOVO, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO	4260	10,000	1.203,0000	12.030,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	pincel 2``	4451	1,000	2,2000	2,20
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRÍLICA 3,6 L	4451	1,000	24,9500	24,95
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	ABOBRINHA. CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES	4404	150,000	1,7442	261,63
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	AIPIM CARACTERÍSTICAS: COR UNIFORME, COMPLETAMENTE BRANCO	4404	200,000	1,9734	394,68
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BATATA LAVADA, CARACTERÍSTICAS: BOA QUALIDADE	4404	160,000	2,9402	470,43
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Beterraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia	4404	50,000	1,9309	96,54

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 13/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em sacos	4404	208,000	2,4817	516,19
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CEBOLA BRANCA.CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, TAMA	4404	50,000	1,8438	92,19
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CENOURA - CARACTERÍSTICAS: DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO	4404	100,000	1,8438	184,38
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	COUVE MANTEIGA.CARACTERÍSTICAS: FOLHAS FIRMES, BEM VERDES	4404	40,000	1,9309	77,24
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	OVO DE GALINHA.CARACTERÍSTICAS: TIPO 2, AMARELO, FRESCO,	4404	30,000	2,9402	88,21
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	REPOLHO NACIONAL. CARACTERISTICAS: TIPO BRANCO	4404	50,000	1,3854	69,27
O MONGE - REST. CHURRASC. E PIZZARIA O MONGE	REFEIÇÕES - LANCHES	4319	16,000	6,2500	100,00
OTTIMIZARE ENGENHARIA LTDA	SERVIÇO DE SERRALHERIA	4314	2,000	2.061,0000	4.122,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Almofada para carimbo nº 04 azul	4493	2,000	9,9000	19,80
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ALMOFADA PARA CARIMBO, COR AZUL		5,000	3,9000	19,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO		10,000	7,0000	70,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BORRACHA MÉDIA		30,000	0,3500	10,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CAIXA DE ARQUIVO MORTO		150,000	1,6500	247,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Cartolina cores variadas	4504	2,000	0,3000	0,60
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Cartucho de tinta 93	4504	3,000	69,0000	207,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 01, CAIXA COM 500 GR		10,000	5,9000	59,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 02, CAIXA COM 500 GR		10,000	5,9000	59,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 03, CAIXA COM 500 GR		10,000	5,9000	59,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 04, CAIXA COM 500 GR		10,000	5,9000	59,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 06, CAIXA COM 500 GR		10,000	5,9000	59,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CLIPS NIQUELADO TAMANHO 08, CAIXA COM 500 GR		10,000	5,9000	59,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA BRANCA COM 90 GR		50,000	0,8200	41,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLCHETES Nº 15, CAIXA COM 72 UNIDADES	4495	20,000	5,8000	116,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE NA COR BRANCA 17 X 25		2.000,000	0,1500	300,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARDO 11X23		3.000,000	0,0600	180,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARDO 21X29		1.000,000	0,1800	180,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARDO 23 X33		1.000,000	0,1800	180,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARDO 23 X36		1.000,000	0,2200	220,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	ENVELOPE PARDO 31X41		1.000,000	0,3200	320,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 50M		20,000	2,2000	44,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA CREPE BRANCA 50 MM X 50 M		20,000	6,9000	138,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Folhas de pagamento com bloqueio Labo 02 205x5 1/2 pol - 2	4291	14.000,000	0,0800	1.120,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Folhas de pagamento com bloqueio Labo 02 205x5 1/2 pol - 2	4487	1.000,000	0,0800	80,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	LIVRO ATA COM 200 FLS		10,000	14,0000	140,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL A4		50,000	98,0000	4.900,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PAPEL A4	4493	5,000	99,0000	495,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Papel verge cores variadas gramatura 120	4490	402,500	0,1200	48,30
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PASTA DE PLÁSTICO PARA DOCUMENTOS		30,000	2,2500	67,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Pasta suspensa terminal de plástico marmorizada	4489	682,000	0,5500	375,10

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 14/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Post-it 70mm x 102 mm	4504	3,000	2,3000	6,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE OFÍCIO		30,000	8,7500	262,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Tinta para carimbo automático PRETO, 40 ml	4493	1,000	3,9000	3,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	Tinta para carimbo automático VERMELHO, 40 ml	4493	1,000	3,9000	3,90
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	TRANSPARENCIA		500,000	0,7000	350,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 01- Prédio sede da Secretaria Municipal de Educação	4663	1,000	81,0979	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 02-Secretaria de Agricultura	4498	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 04- Secretaria de infra Estrutura ( Secretaria, Garage	4499	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 05- Tiro de Guerra	4500	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 07- Escola Municipal Castelhana	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 08- Escola Municipal Alcides Tombini	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 09 - Escola Municipal Tabajara	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 10 - Escola Municipal Nossa Senhora Salete	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 11 - Escola Municipal Irmão Venâncio José	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 12 - Escola Municipal Maria Luiza Barbosa	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 13 - Escola Municipal Alto Bonito	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 14 - Escola Municipal Walsin Nunes Garcia	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 15 - Escola Municipal Ulysses guimarães	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 16 - Escola Municipal pierina Santin Perret	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 17 - Escola Municipal Esperança	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 18 - Escola Municipal Morada do Sol	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 19 - Escola Municipal Padre José Chamot	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 20 - Escola Municipal Henrique Júlio Berger	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 21 - Escola Municipal Hilda Granemann de Souza CAIC	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 22 - Escola Municipal Vereda dos Trevos	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 24 - Escola Isolada Linha São Pedro	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 25 - Escola Isolada Cerro Branco	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 26 - Escola Isolada Colônia Polidoro	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 27 - CMEI sininho	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 28 - CMEI Irmão Thomaz	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 29- CMEI Sonho Encantado	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 30- Centro Cultura Maria Luiza Barbosa	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 32- Ginásio Flávio Cruz	4663	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 34- Marcenaria CAIC	4663	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 35- Farmácia CAIC	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 36- Depósito de Materiais da prefeitura	4663	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 37- Depósito da Merenda Escolar	4663	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 39- Prédio sede da Prefeitura Municipal de Caçador	4522	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 40- Estacionamento aos fundos do Predio sede da Prefe	4522	1,000	81,1012	81,10



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 15/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 41- Setor de Britagem e Usina de Asfalto (SC 302 Km 07	4499	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 42- Ponto Reserva	4502	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 43- Ponto Reserva	4522	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 44- Ponto Reserva	4503	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 46- Ponto Reserva	4522	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 47- Ponto Reserva	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 49- Ponto Reserva	4667	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 50- Ponto Reserva	4663	1,000	81,1012	81,10
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	PONTO 51- Ponto Reserva	4663	1,000	81,1012	81,10
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ANTICORROSIVO DCA4 PARA RADIADOR FUNDOS-G PARA RETROESCAVADE		20,000	27,2200	544,40
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO PARA REVISÃO PREVENTIVA		1,000	1.750,0000	1.750,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ÓLEO RK-180000069/0 SALA MANGUE PARA RETROESCAVADEIRA RANDON		20,000	13,1200	262,40
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ÓLEO RK-180000163/0 HD 46 SALA MANGUE PARA RETROESCAVADEIRA		120,000	17,2500	2.070,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	ÓLEO RK-180100504/0 ÓLEO 1 PARA RETROESCAVADEIRA RANDON NºS		120,000	19,4300	2.331,60
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK 219002257/0 REPARO 04-004 PARA RETROESCAVADEIRA RAND		1,000	435,0000	435,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-218002539/0 FILTRO 43-013 PARA RETROESCAVADEIRA		2,000	68,9600	137,92
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-218004412/0 FILTRO 03-140 PARA RETROESCAVADEIRA RAND		4,000	74,9800	299,92
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219000397/0 FILTRO 43-012 PARA RETROESCAVADEIRA RAN		2,000	36,3700	72,74
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219000483/0 ANEL 04-032 PARA RETROESCAVADEIRA RANDON		2,000	4,2500	8,50
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219000751/0 FILTRO TRANSMISSÃO 43-013 PARA RETROESCA		2,000	163,7200	327,44
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001057/0 FILTRO 43-001 PARA RETROESCAVADEIRA		2,000	62,4800	124,96
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001058/0 FILTRO 43-010 PARA RETROESCAVADEIRA RAND		2,000	83,9500	167,90
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001059/0 CORREIA 43-005 PARA RETROESCAVADEIRA RAN		2,000	75,9800	151,96
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001068/0 FILTRO COMBUSTÍVEL 43-003 PARA RETROESCA		2,000	22,4600	44,92
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001256/0 POLIA 03-148 PARA RETROESCAVADEIRA RANDO		2,000	287,3400	574,68
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001377/0 HASTE D-004 PARA RETROESCAVADEIRA RANDON		1,000	1.409,5800	1.409,58
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001445/0 JUNTA 03-162 PARA RETROESCAVADEIRA RANDO		8,000	11,2400	89,92
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001446/0 ANEL 20-015 PARA RETROESCAVADEIRA RANDON		8,000	2,3500	18,80
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001877/0 FILTRO 43-012 PARA RETROESCAVADEIRA RAND		2,000	268,2700	536,54
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LT	PEÇA RK-219001878/0 KIT DE ANEL 04-284 PARA RETRO		2,000	14,7200	29,44
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	PERSIANA VERT EM PVC	4538	65,000	40,5000	2.632,50
PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	Roçadeira para grama com 6 fios e 3 facas FS 220	4461	1,000	1.900,0000	1.900,00
RAIA 3 ATIVIDADES AQUATICAS LTDA	HIDROTERAPIA	4405	1,000	116,0000	116,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM DE PNEU PARA ÔNIBUS 7,50 X 16 BORRACHUDO		20,000	145,9500	2.919,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25		5,000	973,0874	4.865,44
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 23.5 X 25		5,000	1.994,0315	9.970,16
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 9.50 X 17.5 LISO		10,000	167,4986	1.674,99
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 9.50 X17.5 BORRACHUDO		10,000	173,0819	1.730,82
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM DE PNEU LISO 9.00 X 20 LISO		10,000	215,3554	2.153,55



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 16/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM PNEU 215/75R 17.5		5,000	157,9260	789,63
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM PNEU BORRACHUDO 735 X 14		5,000	89,3326	446,66
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA	RECAPAGEM PNEU LISO 735 X 14		5,000	83,7493	418,75
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	BOMBA DE DRENAGEM PARA AR CONDICIONADO SPLIT	4431	3,000	650,0000	1.950,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	CONCERTO DE CÂMARA FRIA	4325	1,000	480,0000	480,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	INSTALAÇÃO DE APARELHO DE ARA CONDICIONADO	4323	2,000	550,0000	1.100,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	4426	18,000	55,0000	990,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	4427	7,000	55,0000	385,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	4428	1,000	55,0000	55,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	4429	1,000	55,0000	55,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	4430	1,000	55,0000	55,00
RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP	ÓLEO DIFERENCIAL 433 TDH, BALDE COM 20 L (AGRICULTURA)	4300	2,000	122,0000	244,00
RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP	ÓLEO DIFERENCIAL 85 W 140 GL, BALDE COM 20 LITROS( Agricultura	4300	3,000	121,0000	363,00
RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP	Óleo hidráulico 68 que atenda os requisitos dos testes de es	4300	10,000	82,0000	820,00
RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP	Óleo Lubrificante para motor a diesel de alta potência, supe	4300	30,000	109,0000	3.270,00
RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP	Óleo para motor a gasolina. atender os níveis de desempenho	4300	100,000	7,4900	749,00
ROMÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O PRÉDIO ADMINISTRATIVO DA PREFE		1,000	2.289,2700	2.289,27
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS IMPRESSÃO DIGITAL 120X60MM	4355	1.000,000	0,5400	540,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT	4355	1,000	25,0000	25,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT	4355	1,000	60,0000	60,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT	4355	3,000	50,0000	150,00
SANDRO CUCCAROLO M.E. - SIM COM. DE MÁQ. AG	CORRENTE PARA MOTOSERRA	4411	5,000	41,6000	208,00
SCHUMANN MOVEIS E ELETRODOMESTICOS	FILMADORA	4547	1,000	614,9000	614,90
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 3,6V 450MA 4/5 AAA	4485	4,000	23,0000	92,00
STAR LUB DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTC	GRAXA CHASSI - 2, TAMBOR COM 170 KG( AGRICULTURA)	4302	1,000	458,6400	458,64
STAR LUB DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTC	ÓLEO CAIXA SAE 90 GL-5 - BALDE COM 20 L (AGRICULTURA)	4302	2,000	119,8600	239,72
SUDMERCATO COM. E REP. DE ALIMENTOS LTDA	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, ENRIQUECIDO COM V	4712	1.000,000	6,1029	6.102,90
SUDMERCATO COM. E REP. DE ALIMENTOS LTDA	Mingau de chocolate com coco queimado. MERENDA	4712	1.000,000	8,6621	8.662,10
SULEICA DOS SANTOS - ME	BOTA DE BORRACHA	4438	10,000	24,0000	240,00
SULEICA DOS SANTOS - ME	LUVA NITRILICA	4369	10,000	5,0000	50,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CABEÇA DE IMPRESSÃO DA IMPRESSORA LX 300	4284	1,000	150,0000	150,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CABO PAR TRANÇADO CATEGORIA 5 ( METRO)	4416	40,000	1,7800	71,20
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE	4416	6,000	1,7800	10,68
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	COOLER PARA CELERON E K6II	4417	1,000	60,0000	60,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM MICRO	4220	1,000	60,0000	60,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM MICRO	4418	4,000	60,0000	240,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	HORA TECNICA PARA SERVIÇO EM IMPRESSORA	4285	1,000	60,0000	60,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	MOUSE PS2 OPTICO	4219	1,000	25,0000	25,00
SYSMATEC INFORMATICA LTDA - ME	PLACA MOTHER-BOARD PARA CELERON D ON-BOARD	4417	1,000	250,0000	250,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 17/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TEC PEÇAS COM. E SERVIÇOS MECANICOS LTDA	TELA DE AÇO MALHA 3/16" FIO 2,1MM	4287	1,000	910,0000	910,00
TEC PEÇAS COM. E SERVIÇOS MECANICOS LTDA	TELA DE AÇO MALHA 3/16" FIO 3,00MM	4287	1,000	940,0000	940,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E	4358	56,000	39,0000	2.184,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	SWITCH 8 PORTAS	4443	1,000	58,0000	58,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA	CONTRATAÇÃO DE 120 HORAS DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA		120,000	85,0000	10.200,00
TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA	CONTRATAÇÃO DE 125 HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA		125,000	160,0000	20.000,00
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4462	1,000	551,8700	551,87
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4462	1,000	1.444,4500	1.444,45
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4462	1,000	608,6900	608,69
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4462	1,000	1.656,0700	1.656,07
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4462	1,000	1.477,9500	1.477,95
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4462	1,000	2.058,1300	2.058,13
TIM CELULAR S/A	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	4468	1,000	350,1400	350,14
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ARAME RECOZIDO 14 (AGRICULTURA)	4480	8,000	5,3000	42,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA FINA.	4409	2,000	65,0000	130,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MEDIA	4444	1,000	66,5500	66,55
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MÉDIA, FINA E GROSSA (1.300 M INFRA-ESTRUTURA, 300 M A	4307	40,000	65,0000	2.600,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ARGAMASSA- 20 KG	4409	10,000	5,8600	58,60
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CIMENTO C/ 50 KG	4444	3,000	22,0000	66,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ENXADAS FABRICADA EM AÇO CARBONO FORJADO DE ALTA QUALIDADE (	4483	2,000	15,3000	30,60
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	FERRO CA 50 10,0 mm COM 12 METROS 3/8" ( AGRICULTURA)	4480	15,000	28,0500	420,75
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	FERRO CA 50 6,3 mm COM 12 METROS 1/4" (AGRICULTURA)	4480	15,000	12,7600	191,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Ferro CA-50 4,2 mm 12 metros (AGRICULTURA)	4480	10,000	4,7800	47,80
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	REJUNTE pacote de 1 kg cada	4409	10,000	1,9000	19,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	TORNEIRA/ BANHEIRO 20MM	4409	5,000	1,8000	9,00
VICOLOR LTDA EPP	CÂMERA DIGITAL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO: FOTOGRÁFICA DI		4,000	470,0000	1.880,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO		500,000	18,7000	9.350,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA		15,000	110,0000	1.650,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FILTROS		200,000	27,5000	5.500,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA		300,000	29,6300	8.889,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LIMPEZA DE SUMIDOURO - POÇO NEGRO		500,000	29,8100	14.905,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA PARA ENTULHOS		120,000	71,5000	8.580,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE CAMINHÃO AUTO-VÁCUO PARA DESENTUPIMENTO		200,000	143,0000	28.600,00
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO		300,000	139,5000	41.850,00
WORLD MASTER COMÉRCIO DE PAPELARIA E SUP	GRAMPEADORES 26/6, TIPO 266 EM METAL, COM 20 X 9	4705	20,000	11,4400	228,80
WORLD MASTER COMÉRCIO DE PAPELARIA E SUP	PERFURADOR DE METAL MÉDIO PARA 25 FOLHAS	4705	20,000	11,5000	230,00
WUSTRO & WUSTRO LTDA	ALUMINIO PARA VEICULOS	4488	200,000	1,5000	300,00
WUSTRO & WUSTRO LTDA	DETERGENTE AUTOMOTIVO	4488	200,000	1,5000	300,00
WUSTRO & WUSTRO LTDA	SOLUPAN - REMOVEDOR DE GRAXA	4488	200,000	1,5000	300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 18/18

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ZUCCO PNEUS LTDA	LONA OCOMOTIVA VERDE 6 X4	4713	2,000	664,0000	1.328,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>1.405.289,39</b>

## Camboriú

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 1.334/2011

DECRETO Nº. 1.334/2011

Homologa o resultado final do Concurso Público - Edital 001/2011.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Município;  
CONSIDERANDO o relatório da Comissão do Concurso Público - Edital 001/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o resultado final do Concurso Público - Edital 001/2011, conforme segue:

#### I - Cargo de Contador:

- Classificação 001 - Guido Vanderline Junior, CPF: 653.123.259-53, Pontos: 7,00;
- Classificação 002 - Renata Pereira, CPF: 033.331.319-43, Pontos: 5,67 ;
- Classificação 003 -Alexsander Silva Batista, CPF: 030.891.239-08 , Pontos: 5,67.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
Em, 29 de setembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e  
Registrado no Livro de Publicações  
Na data supra

JOHN LENON TEODORO  
Secretário da Administração

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Anulação Processo Licitatório 63/2011 CONCORRÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
ANULAÇÃO TOTAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2011  
Modalidade Concorrência

Considerando o Parecer Jurídico prolatado nestes autos, ora acolhido na íntegra como razões de decidir, o Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições legais

#### RESOLVE,

dar parcial provimento a impugnação editalícia apresentada pela empresa Sadenco Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda., no sentido de promover as alterações necessárias no edital do

Processo Licitatório nº 63/2011, modalidade Concorrência, pelo que fica o mesmo ANULADO por estar em dissonância com a lei.

Está aberto prazo recursal que trata o art. 109, I, c, da Lei Federal 8.666/93 e alterações. Publique-se esta Decisão no órgão de publicação oficial do Município, conforme determina a lei.  
Campo Alegre/SC, 03 de outubro de 2011.

CLODOALDO DA ROSA

Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de Campo Alegre-SC

Visto e de acordo:

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB 17.760

#### Pregão (presencial) - Nº 67/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) – Nº 67/2011

O objeto da licitação consiste na aquisição de A licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ERVA MATE e EUCALYPTUS, as mudas serão distribuídas aos produtores rurais cadastrados no programa específico criado através da Lei Municipal nº 3132/2006. conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Fixado (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	40.000	Unid.	MUDAS DE EUCALYPTUS DA ESPÉCIE BENTHAMII	0,30		
02	4.000	Unid.	MUDAS DE ERVA MATE	0,50		

- O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO (preço unitário por item, com fixação de valor máximo).

DIA: 18/10/2011

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

- Entidade: 01 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

- Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

- Unidade: 01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente

- Projeto/Atividade: 1.009 – Distribuição de Mudas de Árvores de Matas Nativas

- Complemento do Elemento: 3.3.90.32.00.00.00.00.0136.0 - Material de Distribuição Gratuita.

- Código reduzido sistema: 130

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 67/2011"

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 04 de outubro de 2011.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

**Resultado CV 65/2011**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

JULGAMENTO CONVITE Nº 65/2011

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 65/2011)

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às 14 horas, em sessão pública, Joceli de Souza, André Luiz Niemeyer, e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 65/2011, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo fornecimento de material e mão de obra para a sinalização viária de diversas ruas deste Município: Rua Benjamin Constant; Travessa do Caulim; Rua Cel. Bueno Franco; Rua Waldomiro M. Schroeder; Rua José Gomes Munhoz e Faixas de Pedestres nas Ruas Centrais e sinalizações em várias ruas centrais. Empresas convidadas: Sinasc Sinalização e const. de Rodov. Ltda, More Sinalização e Construção Ltda, Jms Serviços de Trânsito Ltda e Sinalville Sinalização Ltda a empresa Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda solicitou o edital para participar do presente Processo. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão a única empresa que se fez representar na sessão foi a empresa Jms Serviços de Trânsito Ltda, passou-se ao credenciamento do Licitante sendo Sr. Rubens Sergio Machado Passou-se a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas proponentes: More Sinalização e Construção Ltda, Jms Serviços de Trânsito Ltda e Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda. A Comissão julgou a empresa licitante Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda inabilitada por apresentar a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União com validade vencida com data de 20/09/2011. As empresas Jms Serviços de Trânsito Ltda e More Sinalização e Construção Ltda foram consideradas Habilitadas. Nenhuma empresa apresentou documento que comprova o enquadramento como ME ou EPP. Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo UNITÁRIO. A Comissão julgou a empresa Jms Serviços de Trânsito Ltda vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 36.559,14. A empresa More Sinalização e Construção Ltda apresentou proposta com o valor global de R\$ 38.023,58. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

**Campos Novos****PREFEITURA****Aviso de dispensa**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 147/2011

Dispensa nº 11/2011

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO COM SAÍDA A REDE MUNDIAL DE INTERNET, LINK FULL Kbps SPEEDNET PROFESSIONAL, PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ CARLOS PIZANI, LOCALIZADO NA RUA APOLINÁRIA THIBES, BAIRRO SANTO ANTONIO EM CAMPOS NOVOS. DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais)

Campos Novos, de 01 agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Pregão 41\_11**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21/10/201 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por lote, REGISTRO DE PREÇOS, tendo como objeto A FUTURA AQUISIÇÃO EM PEÇAS DE MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER A MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DE CAMPOS NOVOS. Conforme proposta padronizada. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua; São João Batista, Praça Lauro Muller, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 05 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Contrato Nº 16/2011**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2011

LICITAÇÃO Nº 05/2011 - CARTA CONVITE Nº 04/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE

VALOR TOTAL: R\$ 15.158,00

DATA: 03/10/2011

**Contrato Nº 17/2011**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2011

LICITAÇÃO Nº 06/2011 - CARTA CONVITE Nº 05/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: AUTO POSTO FALCÃO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULO OFICIAL DA CAMARA VEREADORES

VALOR TOTAL: R\$ 14.000,00

DATA: 03/10/2011

**Extrato Contrato Nº 15/2011**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2011

LICITAÇÃO Nº 05/2011 - CARTA CONVITE Nº 04/2011

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE

VALOR TOTAL: R\$ 1.760,00

DATA: 03/10/2011



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Resolução COMDEMA Nº 005, de 05 de Outubro de 2011

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 005, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011  
Regulamenta os procedimentos e disposições relativas a ÁREAS SUJEITAS A INUNDAÇÕES no Município de Canoinhas - SC

O Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, no uso das competências que lhe conferem a Lei nº 4.357 de 29/10/2008, o Decreto Nº 173/09, visando a promoção do desenvolvimento urbano, de modo disciplinado e integrado, a fim de obter melhoria da qualidade de vida da população, o crescimento e desenvolvimento social e o aumento do bem estar da comunidade. Considerando que aos municípios competem criar normas que venham a proteger o meio ambiente, para as presentes e futuras gerações.

Considerando a proteção ao meio ambiente e por consequência a qualidade de vida da coletividade.

Considerando a iminente existência de risco de agravamento de processos como enchentes, inundações dentre outros.

#### Resolve:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos e as disposições relativas às operações e as áreas definidas em projetos de construções de imóveis em cotas de altitude mínimas para aprovação de quaisquer edificações e empreendimentos imobiliários.

Art. 2º O desenvolvimento urbano municipal, tratando-se de cotas de altitude, obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Resolução, a qual visa:

I - Ordenação e promoção do crescimento, o desenvolvimento urbano do município, nos setores físico, econômico, social, cultural e administrativo;

II - Aumentar harmonicamente a densidade demográfica na área urbana,

III - Atendimento das necessidades e carências básicas da população quanto às funções de habitação, lazer e cultura, circulação, abastecimento e convívio com a natureza;

IV - Conservação do patrimônio ambiental do município, valorizando os aspectos característicos da paisagem local, através da proteção ecológica, paisagística e cultural;

V - Racionalização e ordenação do uso e ocupação do solo, para perfeita adequação entre a estrutura urbana e social e o bem estar da população.

#### SEÇÃO I DAS ÁREAS SUJEITAS A INUNDAÇÕES

Art. 3º As áreas sujeitas a inundações são as que requerem regime urbanístico especial, visando à segurança, preservação e a valorização de áreas de interesse da coletividade.

Art. 4º São áreas sujeitas a inundações: áreas que equivalem às várzeas vão até a cota máxima de extravasamento de um corpo d'água em ocorrência de máxima vazão em virtude de grande pluviosidade.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º Para emissão do alvará de construção fica o Responsável Técnico do projeto da edificação obrigado a apresentar na planta de situação do imóvel a cota de altitude dos vértices do terreno.

Art. 6º Para a emissão do parecer da Consulta Prévia, o proprietário deverá apresentar os seguintes documentos:

- I - Requerimento assinado contendo endereço completo do imóvel e matrícula atualizada (90 dias);
- II - Procuração dando poderes a seu representante, caso houver;
- III - RG do proprietário ou seu representante legal;
- IV - CPF do proprietário ou seu representante legal.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Fica instituída por esta Resolução a cota de altitude mínima de 761,0 m para autorização de construções e quaisquer terraplenagem no perímetro urbano do município de Canoinhas com base no mapa planialtimétrico elaborado no ano de 2009 pela Prefeitura Municipal de Canoinhas.

Parágrafo Único: somente serão autorizadas novas construções e/ou terraplenagem (corte ou aterro de terra) em atendimento a cota de altitude mínima descrita no Art. 7º.

Art. 8º Excetuam-se desta resolução as autorizações de construções de utilidade pública ou interesse social sem finalidade de ocupação permanente, desde que previamente autorizadas pelo COMDEMA.

Art. 9º Poderão ser autorizadas construções na cota de altitude mínima descrita no Art. 7º, somente aquelas construídas em forma de edificação sob pilotis (infra-estrutura em concreto armado ou madeira para sustentação da edificação em forma de grelha de pilares ou colunas a partir do pavimento térreo) sendo que a área não poderá ser fechada nem habitada.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º O não cumprimento desta Resolução implicará ao proprietário as sanções referente às legislações ambientais Federais, Estaduais e Municipais, principalmente a Lei nº 9.605/1998 (dos crimes ambientais).

Art. 11º As atividades governamentais de indução e promoção do desenvolvimento urbano do Município são objeto de planejamento contínuo, organizadas sob a forma de conselho e sujeitas à atualização periódica.

Art. 12º A presente Resolução entra em vigor em 90 dias a partir da data de sua publicação.

Canoinhas, 05 de outubro de 2011.

FELIPPE SALIBA DAVET

Presidente

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Esta Resolução foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em 05/10/2011.

#### Edital de Pregão Eletrônico n.º FMAS 01/2011

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FMAS 29/2011

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMAS 01/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ nº 11.455.005/0001-25, realizará no dia 20/10/2011, às 10h00min, pregão eletrônico para aquisição de 01 (um) veículo, tipo sedan,



04 portas, novo, zero quilômetro, ano e modelo igual ou superior a 2011, destinado ao CREAS. Cadastro de propostas no site, até às 09h00min do dia 20/10/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Identificação no Banco do Brasil n.º 390268.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

**Edital Nº. 054/2011 - Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007**  
**EDITAL Nº. 054/2011**

Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco

Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 054/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 054 - SERVENTE FEMININO

MARIA SUELI ADAMSKI

**Edital Nº. 055/2011 - Convoca Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Previsto no Edital Nº 07/SMS/2011**

EDITAL Nº. 055/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 07/SMS/2011.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 07/SMS/2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 246/2011;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do

Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 07/SMS/2011, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga,

convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 055/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO - MÉDICO GENERALISTA - 2 VAGAS

DIOGO BUBNIAK

FELIPE FARIAS TEIXEIRA

CARGO - ENFERMEIRO - 1 VAGA

KATIA OLISKOWSKI PIRES BATISTA

CARGO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 1 VAGA

ANGELA MARIA KLUSKA

CARGO - AUXILIAR DE GESTÃO - 2 VAGAS

KARINE CZARNY

MARCELA SIBELE ALEXI

CARGO - AUXILIAR DE ODONTÓLOGO - 1 VAGA

KARINA VOIGT RODRIGUES

## Capinzal

### PREFEITURA

**Decreto 070/2011**

DECRETO Nº 070, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

Regulamenta a Lei nº 2.486/2003, de 02 de Outubro de 2003, que institui o Troféu "Destaque Econômico".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal nº 2.486, de 02 de outubro de 2003,

**DECRETA:**

Art. 1º A execução do disposto na Lei nº 2.486/2003, de 02 de outubro de 2003, que institui o Troféu "Destaque Econômico", será feita em conformidade com o presente regulamento.

Art. 2º Para os efeitos de distribuição da premiação no segmento empresarial (Indústria, Comércio e Serviços), serão consideradas as faixas de faturamento que seguem:

I - pessoa jurídica com receita bruta anual de um centavo de real (R\$ 0,01) e igual ou inferior a cento e cinquenta mil reais (R\$ 150.000,00);

II - pessoa jurídica com receita bruta anual de cento e cinquenta mil reais e um centavo (R\$ 150.000,01) e igual ou inferior a trezentos mil reais (R\$ 300.000,00);

III - pessoa jurídica com receita bruta anual superior a trezentos mil reais e um centavo (R\$ 300.000,01) e igual ou inferior a quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00).



IV - pessoa jurídica com receita bruta anual superior a quinhentos mil reais e um centavo (R\$ 500.000,01) e igual ou inferior a setecentos e cinquenta mil reais (R\$ 750.000,00)

V - pessoa jurídica com receita bruta superior a setecentos e cinquenta mil reais e um centavo (R\$ 750.000,01) e igual ou inferior a um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00);

VI - pessoa jurídica com receita bruta superior a um milhão de reais e um centavo (R\$ 1.000.000,01) e igual ou inferior a um milhão e quinhentos mil reais (R\$ 1.500.000,00);

VII - pessoa jurídica com receita bruta superior a um milhão e quinhentos mil reais e um centavo (R\$ 1.500.000,01) e igual ou inferior a dois milhões e quinhentos mil reais (R\$ 2.500.000,00);

VIII - pessoa jurídica com receita bruta superior dois milhões e quinhentos mil reais e um centavo (R\$ 2.500.000,01).

Art. 3º A premiação da categoria especial, de empresas (indústria, comércio e serviços) com maior valor adicionado de ICMS e as empresas com maior valor de recolhimento de ISSQN (ISS), ocorrerá do primeiro ao décimo lugar, tomando-se por base o movimento apurado pela Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento e pela Secretaria de Estado da Fazenda, dados disponíveis em 31 de agosto de 2011.

Parágrafo único. Dentre as empresas classificadas nesta Categoria Especial será premiado o "Destaque dos Destakes", empresa de maior movimento econômico.

Art. 4º A premiação no segmento Agropecuária ocorrerá do primeiro ao quinto lugar, de acordo com o valor apurado na emissão das notas fiscais do Bloco do Produtor Rural, a seguir especificados:

I - agricultura familiar sem integração;

II - agricultura familiar com integração;

III - empregador rural (produtor) com integração;

IV - empregador rural (produtor) sem integração;

Art. 5º A concessão do Troféu "Destaque Econômico" ocorre anualmente, sendo entregue durante a realização da Feira de Eventos Capinzal e da Expovale Capinzal.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal promoverá ampla divulgação do resultado apurado, com forma de reconhecimento e incentivo às pessoas físicas e jurídicas que contribuem para o movimento econômico de Capinzal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga o Decreto nº 081, de 22 de setembro de 2010.

Capinzal, em 26 de setembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

**Gabarito Provisório Concurso Público 22.2011**

03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

### Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**

Questão	Alternativa
01	D
02	A
03	D
04	C
05	B
06	B
07	*
08	*
09	A
10	A
11	*
12	C
13	D
14	B
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	A
22	D
23	B
24	D
25	A
26	C
27	D
28	B
29	A
30	B
31	B
32	B
33	D
34	B
35	D
36	A
37	A
38	C
39	A
40	C

**CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Questão	Alternativa
01	B
02	A
03	A
04	D
05	A
06	A
07	D
08	B
09	C
10	C
11	A
12	D
13	A
14	B
15	C
16	A
17	D
18	D
19	B
20	B

Questão	Alternativa
21	D
22	*
23	D
24	A
25	D
26	D
27	B
28	D
29	C
30	A
31	A
32	A
33	D
34	A
35	A
36	A
37	D
38	C
39	D
40	B

**CARGO: CARPINTIRO**

Questão	Alternativa
01	A
02	D
03	B
04	C
05	D
06	C
07	B
08	D
09	B
10	A
11	C
12	D
13	D
14	A
15	D
16	A
17	C
18	C
19	A
20	A

Questão	Alternativa
21	A
22	D
23	C
24	D
25	D
26	C
27	D
28	A
29	D
30	*
31	A
32	B
33	C
34	B
35	D
36	C
37	D
38	A
39	D
40	B

**CARGO: FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO**

Questão	Alternativa
01	D
02	C
03	B
04	D
05	D
06	C
07	C
08	D
09	D
10	C
11	D
12	A
13	B
14	C
15	A
16	C
17	D
18	A
19	B
20	D

Questão	Alternativa
21	*
22	D
23	B
24	D
25	B
26	D
27	A
28	D
29	B
30	B
31	A
32	B
33	D
34	B
35	C
36	D
37	B
38	B
39	C
40	C

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: FONOAUDIÓLOGO**

Questão	Alternativa
01	C
02	D
03	A
04	B
05	C
06	A
07	B
08	C
09	A
10	D
11	D
12	A
13	B
14	C
15	A
16	C
17	D
18	A
19	B
20	D

Questão	Alternativa
21	*
22	D
23	B
24	D
25	B
26	D
27	A
28	D
29	B
30	B
31	A
32	B
33	D
34	B
35	C
36	D
37	B
38	B
39	C
40	C

**CARGO: MOTORISTA**

Questão	Alternativa
01	A
02	A
03	A
04	C
05	B
06	C
07	A
08	C
09	A
10	B
11	A
12	D
13	A
14	B
15	C
16	A
17	D
18	D
19	B
20	B

Questão	Alternativa
21	D
22	*
23	D
24	A
25	D
26	D
27	B
28	D
29	C
30	A
31	A
32	A
33	D
34	A
35	A
36	A
37	D
38	C
39	D
40	B

**CARGO: PEDREIRO**

Questão	Alternativa
01	D
02	C
03	B
04	A
05	C
06	A
07	D
08	B
09	B
10	A
11	D
12	C
13	D
14	B
15	A
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	D
22	B
23	A
24	D
25	A
26	C
27	B
28	B
29	D
30	C
31	A
32	B
33	A
34	C
35	C
36	C
37	B
38	A
39	D
40	*

**CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

Questão	Alternativa
01	D
02	C
03	D
04	C
05	B
06	D
07	A
08	D
09	B
10	B
11	*
12	C
13	D
14	B
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	B
22	D
23	B
24	D
25	A
26	C
27	D
28	B
29	A
30	B
31	B
32	B
33	D
34	B
35	D
36	A
37	A
38	C
39	A
40	C

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

2



03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: PSICÓLOGO**

Questão	Alternativa
01	B
02	C
03	B
04	C
05	A
06	D
07	A
08	D
09	C
10	D
11	D
12	A
13	B
14	C
15	A
16	C
17	D
18	A
19	B
20	D

Questão	Alternativa
21	*
22	D
23	B
24	D
25	B
26	D
27	A
28	D
29	B
30	B
31	A
32	B
33	D
34	B
35	C
36	D
37	B
38	B
39	C
40	C

**CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA**

Questão	Alternativa
01	C
02	D
03	A
04	D
05	B
06	A
07	B
08	A
09	D
10	A
11	*
12	C
13	D
14	B
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	B
22	D
23	B
24	D
25	A
26	C
27	D
28	B
29	A
30	B
31	B
32	B
33	D
34	B
35	D
36	A
37	A
38	C
39	A
40	C

**CARGO: ESCRITURÁRIO**

Questão	Alternativa
01	D
02	B
03	C
04	D
05	B
06	A
07	C
08	A
09	B
10	D
11	D
12	A
13	B
14	C
15	A
16	C
17	D
18	A
19	B
20	D

Questão	Alternativa
21	*
22	D
23	B
24	D
25	B
26	D
27	A
28	D
29	B
30	B
31	A
32	B
33	D
34	B
35	C
36	D
37	B
38	B
39	C
40	C

**CARGO: PROFESSOR DE ARTES**

Questão	Alternativa
01	B
02	C
03	D
04	B
05	A
06	A
07	B
08	C
09	A
10	B
11	D
12	C
13	D
14	B
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	B
22	D
23	B
24	D
25	A
26	C
27	D
28	B
29	A
30	B
31	B
32	B
33	D
34	B
35	D
36	A
37	A
38	C
39	A
40	C

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

3



03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: AUXILIAR DE PROFESSOR**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	B
02	D	22	D
03	C	23	B
04	B	24	D
05	A	25	A
06	C	26	C
07	B	27	D
08	A	28	B
09	B	29	A
10	C	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

**CARGO: FISCAL DE SANEAMENTO**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	B	21	*
02	D	22	D
03	B	23	B
04	C	24	D
05	D	25	B
06	A	26	D
07	C	27	A
08	D	28	D
09	C	29	B
10	B	30	B
11	D	31	A
12	A	32	B
13	B	33	D
14	C	34	B
15	A	35	C
16	C	36	D
17	D	37	B
18	A	38	B
19	B	39	C
20	D	40	C

**CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	A	21	B
02	B	22	D
03	C	23	B
04	C	24	D
05	B	25	A
06	A	26	C
07	C	27	D
08	A	28	B
09	B	29	A
10	C	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

**CARGO: MOTORISTA TRANSP. COLETIVO**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	A	21	D
02	D	22	*
03	A	23	D
04	B	24	A
05	A	25	D
06	D	26	D
07	C	27	B
08	B	28	D
09	C	29	C
10	C	30	A
11	A	31	A
12	D	32	A
13	A	33	D
14	B	34	A
15	C	35	A
16	A	36	A
17	D	37	D
18	D	38	C
19	B	39	D
20	B	40	B

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

4

03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

### CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	B
02	B	22	D
03	C	23	B
04	D	24	D
05	C	25	A
06	C	26	C
07	D	27	D
08	C	28	B
09	C	29	A
10	B	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

### CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	B	21	B
02	C	22	D
03	A	23	B
04	D	24	D
05	D	25	A
06	C	26	C
07	A	27	D
08	C	28	B
09	C	29	A
10	B	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

### CARGO: OPERADOR DE MAQ. PESADAS

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	C	21	D
02	A	22	*
03	C	23	D
04	C	24	A
05	D	25	D
06	B	26	D
07	A	27	B
08	C	28	D
09	A	29	C
10	C	30	A
11	A	31	A
12	D	32	A
13	A	33	D
14	B	34	A
15	C	35	A
16	A	36	A
17	D	37	D
18	D	38	C
19	B	39	D
20	B	40	B

### CARGO: OPERADOR DE MAQ. LEVES

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	C	21	D
02	A	22	*
03	B	23	D
04	B	24	A
05	A	25	D
06	A	26	D
07	B	27	B
08	C	28	D
09	C	29	C
10	D	30	A
11	A	31	A
12	D	32	A
13	A	33	D
14	B	34	A
15	C	35	A
16	A	36	A
17	D	37	D
18	D	38	C
19	B	39	D
20	B	40	B

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

5


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: SECRETARIO DE ESCOLA**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	A	21	B
02	C	22	D
03	D	23	B
04	A	24	D
05	A	25	A
06	C	26	C
07	D	27	D
08	B	28	B
09	B	29	A
10	C	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

**CARGO: A.S.G. – INFRA-ESTRUTURA**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	B	21	A
02	C	22	D
03	D	23	C
04	B	24	D
05	A	25	D
06	B	26	C
07	A	27	D
08	C	28	A
09	A	29	D
10	A	30	*
11	C	31	A
12	D	32	B
13	D	33	C
14	A	34	B
15	D	35	D
16	A	36	C
17	C	37	D
18	C	38	A
19	A	39	D
20	A	40	B

**CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	B
02	A	22	D
03	B	23	B
04	B	24	D
05	D	25	A
06	C	26	C
07	A	27	D
08	D	28	B
09	B	29	A
10	A	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

**CARGO: PROFISSIONAL HAB. HIGIENE BUCAL**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	C
02	B	22	D
03	C	23	B
04	A	24	D
05	D	25	B
06	C	26	D
07	A	27	A
08	B	28	D
09	C	29	B
10	A	30	B
11	D	31	A
12	A	32	B
13	B	33	D
14	C	34	B
15	A	35	C
16	C	36	D
17	D	37	B
18	A	38	B
19	B	39	C
20	D	40	C

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

6

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: FISIOTERAPÊUTA**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	*
02	A	22	D
03	C	23	B
04	C	24	D
05	B	25	B
06	D	26	D
07	A	27	A
08	C	28	D
09	A	29	B
10	B	30	B
11	D	31	A
12	A	32	B
13	B	33	D
14	C	34	B
15	A	35	C
16	C	36	D
17	D	37	B
18	A	38	B
19	B	39	C
20	D	40	C

**CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	C	21	B
02	D	22	D
03	A	23	B
04	D	24	D
05	D	25	A
06	D	26	C
07	B	27	D
08	B	28	B
09	B	29	A
10	A	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

**CARGO: NUTRICIONISTA**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	C	21	*
02	C	22	D
03	A	23	B
04	B	24	D
05	B	25	B
06	A	26	D
07	D	27	A
08	C	28	D
09	D	29	B
10	D	30	B
11	D	31	A
12	A	32	B
13	B	33	D
14	C	34	B
15	A	35	C
16	C	36	D
17	D	37	B
18	A	38	B
19	B	39	C
20	D	40	C

**CARGO: PROF. PEDAGOGIA EDUC. INFANTIL**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	D	21	B
02	C	22	D
03	D	23	B
04	B	24	D
05	C	25	A
06	B	26	C
07	A	27	D
08	B	28	B
09	D	29	A
10	B	30	B
11	*	31	B
12	C	32	B
13	D	33	D
14	B	34	B
15	C	35	D
16	B	36	A
17	C	37	A
18	B	38	C
19	A	39	A
20	D	40	C

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

7

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

03/10/2011

## GABARITO PRIVISÓRIO

Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

### CARGO: PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Questão	Alternativa
01	C
02	A
03	B
04	C
05	A
06	B
07	D
08	B
09	A
10	D
11	*
12	C
13	D
14	B
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	B
22	D
23	B
24	D
25	A
26	C
27	D
28	B
29	A
30	B
31	B
32	B
33	D
34	B
35	D
36	A
37	A
38	C
39	A
40	C

### CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Questão	Alternativa
01	C
02	D
03	C
04	A
05	C
06	C
07	B
08	C
09	C
10	B
11	D
12	A
13	B
14	C
15	A
16	C
17	D
18	A
19	B
20	D

Questão	Alternativa
21	*
22	D
23	B
24	D
25	B
26	D
27	A
28	D
29	B
30	B
31	A
32	B
33	D
34	B
35	C
36	D
37	B
38	B
39	C
40	C

### CARGO: A.S.G – DEMAIS SECRETARIAS

Questão	Alternativa
01	D
02	C
03	B
04	D
05	B
06	A
07	C
08	A
09	A
10	B
11	C
12	C
13	D
14	A
15	B
16	C
17	D
18	B
19	C
20	*

Questão	Alternativa
21	C
22	A
23	C
24	A
25	D
26	C
27	A
28	A
29	C
30	B
31	C
32	B
33	B
34	D
35	B
36	D
37	A
38	D
39	A
40	B

### CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA SÉRIES INICIAIS

Questão	Alternativa
01	D
02	C
03	C
04	B
05	B
06	A
07	A
08	C
09	D
10	A
11	*
12	C
13	D
14	B
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D

Questão	Alternativa
21	B
22	D
23	B
24	D
25	A
26	C
27	D
28	B
29	A
30	B
31	B
32	B
33	D
34	B
35	D
36	A
37	A
38	C
39	A
40	C

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

8


**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

03/10/2011

**GABARITO PRIVISÓRIO**  
Edital 022/2011 – Pref. Capinzal

**CARGO: COBRADOR DE TARIFAS TRANSP. COLETIVO**

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01	A	21	D
02	B	22	C
03	C	23	D
04	A	24	B
05	D	25	A
06	B	26	B
07	D	27	C
08	A	28	B
09	B	29	A
10	A	30	D
11	C	31	A
12	C	32	B
13	D	33	A
14	A	34	C
15	B	35	B
16	D	36	A
17	A	37	C
18	D	38	D
19	B	39	A
20	B	40	A

**LEGENDA (\*) : Questão anulada**  
**→ Considerada certa**

9



**Edital 030/2011**

EDITAL Nº 030, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, no mês de setembro de 2011, conforme a seguir especificado:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/09/2011	PNATE - Ensino Médio	2.416,75
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/09/2011	PNATE - Ensino Fundamental	6.297,36
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/09/2011	PNATE - Ensino Infantil	1.021,94
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/09/2011	PNAE - Merenda Creche	2.688,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/09/2011	PNAE - Merenda - Ensino Fundamental	8.166,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/09/2011	PNAE - Pré Escola	4.212,00
Fundo Nacional de Saúde	06/09/2011	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	14/09/2011	PAB - Piso Atenção Básica	31.135,50
Fundo Nacional de Saúde	16/09/2011	PAB - Piso Atenção Básica	246,83
Fundo Nacional de Saúde	20/09/2011	PAB - Piso de Atenção Básica	246,83
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	20/09/2011	Salário Educação	41.653,92
Fundo Nacional de Saúde	22/09/2011	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	22/09/2011	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	21.000,00
Fundo Nacional de Saúde	22/08/2011	Programa Saúde da Família - PSF	20.100,00
Fundo Nacional de Saúde	26/09/2011	Saúde Bucal	2.100,00

Capinzal - SC, 3 de outubro de 2011.

LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

**SIMAE****Portaria N º 041/2011/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 041/2011/SIMAE-CAO, de 23 de setembro de 2011.  
Designa Comissão para recebimento de obra.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

Designar os servidores Ademar de Giacometi, Eder Lisboa e Leonir Luiz Miqueloto, para comporem a Comissão de Fiscalização e Recebimento do objeto descrito no processo licitatório nº CAO/0186/2011, referente ao Edital de Tomada de Preço nº CAO/01/2011.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO

Diretor

**Catanduvás****PREFEITURA****Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação - Licitação Nr.: 0002/2011 - Dispensa de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a),, que dispensou a licitação, com fundamento do art. 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

a) Processo Nr.: 0088/2011

b) Licitação Nr.: 0002/2011 - Dispensa de Licitação

c) Modalidade : Dispensa de Licitação

d) Objeto : Aquisição de uma máquina para pintura de meio fio visando o desenvolvimento das atividades da secretaria de Infraestrutura.

e) Fornecedores.:

4155- CIMASP - COMERCIO E IND. DE EQUIP., SERVIÇOS E PEÇAS LTDA, no(s)

item(ns) 01, com um valor total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

f) Valor Total.: R\$ 35.000,00.

Publique-se.

Catanduvás, 04 de outubro de 2011.

CLAUDINEI SELLA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Extrato de Contrato Nº 0141/2011 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0141/2011

Objeto: Contratação de locação de divisórias e mão de obra de montagem e desmontagem para a 7ª Festa do Chimarrão que

acontecerá de 10 a 13 de novembro de 2011, visando o desenvolvimento das atividades culturais do município.  
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.  
 Contratado (a): RODRIGO LUIS SCHAEFER ME.  
 Valor global contratado: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).  
 Vigência: de 29 de setembro de 2011 até 30 de novembro de 2011.  
 Data e assinatura do contrato: 29 de setembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
 Prefeita Municipal

### **Comunicado 0001/2011 - PMC** **COMUNICADO 0001/2011**

O Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, nº 1435, Centro, CEP. 89670-000, representado por sua Prefeita a Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, torna público aos interessados que a Prefeitura Municipal pretende disponibilizar espaços públicos destinados à publicidade privada, a ser concedida mediante a formalização de contrato de permissão precária de uso remunerado.

Os espaços públicos objeto deste comunicado compreendem 32 estruturas no formato de quadros, com aproximadamente 300 cm x 170 cm (5,10m²), destinado à colocação de banners ou placas publicitárias, na parte externa do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, pelo prazo de dois (2) anos, a contar da assinatura do contrato a ser formalizado pela Administração Pública Municipal. O Permissionário deverá efetuar a confecção e instalação do banner ou placa publicitária no espaço público. O valor global para a permissão de uso do espaço público corresponde à importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Os interessados terão até o dia 1º de novembro de 2011 para manifestar interesse na locação do espaço público.

As dúvidas pertinentes ao presente comunicado serão esclarecidas pela Comissão Organizadora da 7ª Festa do Chimarrão, nos seguintes endereços:

- Telefone: (49) 3525-1270.
- E-mail: turismo@catanduvas.sc.gov.br
- Endereço: Avenida Coronel Rupp, nº 2580, Centro, Praça Prefeito Ângelo José Groto, Casa da Cultura, Biblioteca Municipal, em Catanduvas - Santa Catarina.

Catanduvas(SC), 04 de outubro de 2011.  
 GISA APARECIDA GIACOMINI  
 Prefeita Municipal

CLAUDEMIR TCHOI BUCCO  
 Assessor Jurídico

## **Chapadão do Lageado**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria nº 394/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
 PORTARIA Nº 394/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica e conforme dispõe o art. 18, inciso II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e de acordo com o Decreto

050/2009,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Concede Progressão Funcional por Desempenho aos Servidores Públicos abaixo relacionado, conforme tabela a seguir:

NOME	CARGO	NÍVEL ATUAL	NOVO NÍVEL
Adelcio da Silva	Operador de equipamentos	Nível - IV	Nível - V
Charliane Michels	Oficial administrativo	Nível - I	Nível - II
Crislei Sebold	Secretario de escola	Nível - I	Nível - II
Eraldo Luis Monteiro	Engenheiro Agrônomo	Nível - I	Nível - II
Fabio Franz	Operador de equipamentos	Nível - IV	Nível - V
Gilvani Farias	Operário	Nível - II	Nível - III
Izolene Batista Correa	Agente Serviços Gerais	Nível - III	Nível - IV
João Aloir França de Oliveira	Técnico em Enfermagem	Nível - I	Nível - II
Jonas Schneider	Técnico Agrícola	Nível - I	Nível - II
Luciani Paul Kerschbaum	Agente Serviços Gerais	Nível - IV	Nível - V
Maicon Rodrigo Paul	Oficial de Nível Médio	Nível - I	Nível - II
Maicson Montibeller	Oficial de Nível Médio	Nível - I	Nível - II
Neusa Francisco Luckmann	Administrador	Nível - IV	Nível - V
Pedro Lopes	Operador de equipamentos	Nível - I	Nível - II
Roni Capistrano	Operador de equipamentos	Nível - I	Nível - II
Zila de Souza	Agente Serviços Gerais	Nível - I	Nível - II
Zuleide Diel Schneider	Agente Serviços Gerais	Nível - IV	Nível - V

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 04 de outubro de 2011.

ABEL DA SILVA  
 Prefeito Municipal em exercício

## **Concórdia**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Complementar Nº 593, de 21 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 593, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Estabelece a Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, de que trata a Lei Complementar nº 194, de 20 de junho de 2001 e alterações, passa a reger-se pela presente Lei.

#### **TÍTULO I**

## DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida pelas seguintes entidades:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Fundo para a Infância e Adolescência - FIA;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## CAPÍTULO II

## DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

## Seção I

## Da Criação e Natureza do Conselho

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES.

## Seção II

## Das Competências do CMDCA

Art. 4º Compete ao CMDCA:

I - formular a política de promoção, defesa, orientação e proteção integral da criança e do adolescente, pelo conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, do Estado e do Município;

II - zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, acompanhando e controlando a execução da política municipal da criança e do adolescente;

III - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IV - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições municipais, governamentais e não governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

V - difundir as políticas sociais básicas;

VI - dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente, que lhe forem formuladas, controlando a execução das medidas necessárias a sua apuração;

VII - oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

VIII - definir com os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, o

percentual e a dotação orçamentária a ser destinada à execução das políticas sociais básicas destinadas à criança e ao adolescente e acompanhar a sua aplicação;

IX - solicitar, pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, servidores para formação da equipe técnica e de apoio administrativo, necessária à consecução de seus objetivos, que deverá ser constituída por pessoas de comprovada experiência na área;

X - alterar o seu Regimento Interno, com aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XI - manter comunicação com os Conselhos Nacional e Estadual, bem como com os Conselhos Municipais congêneres e com organismos internacionais que tenham atuação na proteção, defesa e promoção dos direitos e interesses da criança e do adolescente;

XII - inscrever os programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução no município, por entidades governamentais e organizações da sociedade civil, comunicando o Conselho Tutelar e a autoridade judiciária;

XIII - cadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

XIV - conhecer a realidade municipal e elaborar o plano de ação;

XV - gerir o FIA, em conjunto com a SEDES, para definir a utilização dos recursos por meio do plano de aplicação;

XVI - regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações - Estatuto da Criança e Adolescente, e legislação pertinente.

## Seção III

## Dos Membros do CMDCA

Art. 5º O CMDCA será constituído por 12 (doze) membros efetivos e respectivos suplentes, com representação paritária das instituições governamentais e não governamentais, da seguinte forma:

I - 6 (seis) conselheiros efetivos, com igual número de suplentes, indicados pelas seguintes entidades e órgãos governamentais:

a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

b) Secretaria Municipal de Educação;

c) Secretaria Municipal de Saúde;

d) Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

e) Fundação Municipal de Esportes;

f) Fundação Municipal de Cultura;

II - 6 (seis) conselheiros titulares efetivos, com igual número de suplentes, representantes de entidades não governamentais, de atendimento, defesa, estudos e pesquisa e de garantia dos direitos da criança e do adolescente, escolhidos em fórum próprio, convocados bianualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O CMDCA elegerá, dentre seus membros, pelo quórum mínimo de 2/3 (dois terços), seu presidente, vice-presidente e

secretário, na data da posse dos conselheiros.

§ 2º No prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua posse, o Chefe do Poder Executivo designará os representantes dos órgãos governamentais.

§ 3º Os representantes das entidades não governamentais terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 4º A comissão organizadora do fórum municipal das entidades não governamentais de que trata o inciso II deste artigo, regulará seu funcionamento e a forma de escolha de seus representantes.

Art. 6º Os membros do CMDCA não receberão remuneração pela sua participação, requerendo disponibilidade para efetivo desempenho de suas funções em razão do interesse público e da prioridade absoluta assegurada aos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º O CMDCA poderá, no Regimento Interno, prever ressarcimento das despesas de transporte e alimentação ou pagamento de diárias aos seus membros.

§ 2º Consideram-se justificadas as ausências ao serviço, determinadas pelo comparecimento do conselheiro a sessões do CMDCA e participação em diligências.

Art. 7º A organização estrutural e funcionamento do CMDCA serão estabelecidos em Regimento Interno, aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.

#### Seção IV

Dos impedimentos, da cassação e da perda do mandato

Art. 8º Não poderão compor o CMDCA:

I - conselhos de políticas públicas;

II - representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

III - ocupantes de cargos de confiança ou comissionado do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Conselheiros Tutelares no exercício da função;

V - a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público com atuação na área da criança e do adolescente, em exercício na Comarca, Foro Regional, Distrital e Federal.

Art. 9º Os representantes dos órgãos governamentais e das entidades não governamentais poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados, quando:

I - for constatada a reiteração de faltas injustificadas às sessões deliberativas do CMDCA, na forma prevista no Regimento Interno;

II - for determinada a suspensão cautelar dos dirigentes da entidade, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento, conforme arts. 191 a 193, da Lei Federal nº 8.069/1990 ou aplicada alguma das sanções previstas no artigo 97, do mesmo Diploma Legal;

III - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa

do Brasil de 1988.

Parágrafo único. A cassação do mandato, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos conselheiros municipais.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

##### Seção I

##### Da Natureza do Fundo

Art. 10. O Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, nos termos do art. 88, IV, da Lei Federal nº 8.069/1990, é órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados, conforme as deliberações do CMDCA, ao qual é vinculado.

##### Seção II

##### Da Competência do Gestor do FIA

Art. 11. Compete ao gestor do FIA, nos termos das resoluções do CMDCA:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos, em benefício da criança e do adolescente, pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município, por convênios ou doações ao FIA;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - prestar contas mensalmente.

##### Seção III

##### Dos Recursos do FIA

Art. 12. Constituirão recursos do FIA:

I - doações de contribuições de pessoas físicas ou jurídicas ou incentivos governamentais;

II - dotação consignada anualmente no orçamento do Município;

III - doações, auxílios, contribuições e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais e de pessoas;

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e das vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

V - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VI - multas originárias das infrações previstas nos arts. 245 e 258 da Lei Federal nº 8.069/1990;



VII - outros, legalmente constituídos.

Art. 13. O CMDCA fixará os critérios de utilização, por intermédio de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 260, § 2º, da Lei Federal nº 8.069/1990 e no art. 227, § 3º, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

#### CAPÍTULO IV

##### DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

###### Seção I

###### Da Natureza do Conselho

Art. 14. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, vinculado à SEDES, instalado nos termos de resoluções expedidas pelo CMDCA.

###### Seção II

###### Da Composição do Conselho

Art. 15. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 5 (cinco) membros efetivos, escolhidos pela comunidade local, para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 1º A recondução significa a possibilidade de exercício de mandato subsequente, com a sujeição ao preenchimento de todos os requisitos para inscrição de candidatura e ao processo de escolha.

§ 2º Para efeito de impedimento à recondução, será considerado mandato somente o efetivo exercício como Conselheiro Tutelar por período superior a 18 (dezoito) meses, consecutivos ou não.

Art. 16. Para cada Conselheiro Tutelar efetivo haverá 2 (dois) suplentes.

Parágrafo único. A suplência dos Conselheiros Tutelares será exercida por ordem de classificação dos candidatos, sendo estes convocados nos seguintes afastamentos dos conselheiros efetivos:

I - licenças, ausências e impedimentos legais iguais ou superiores a 30 (trinta) dias;

II - renúncia ou perda do mandato;

III - férias.

###### Seção III

###### Do Exercício da Função e da Remuneração dos Conselheiros

Art. 17. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 18. Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de conselheiro exige dedicação exclusiva, observado o que determina o art. 37, XVI e XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vedado

o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada.

Art. 19. O Conselho Tutelar funcionará em local definido pelo Poder Executivo Municipal, no Município de Concórdia, SC, em dias e horários de expediente da Prefeitura Municipal, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

Art. 20. A atuação do Conselho Tutelar será permanente, com plantão para atender os casos urgentes em qualquer dia e horário, inclusive noturno, na forma das resoluções e do Regimento Interno do CMDCA.

Art. 21. Constará na lei orçamentária municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 22. O Conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do CMDCA.

Art. 23. Os membros do Conselho Tutelar escolherão entre si, seu presidente, vice-presidente e secretário, para dirigirem os trabalhos, conforme estabelecido no Regimento Interno.

Art. 24. Os membros do Conselho Tutelar, em efetivo exercício, receberão ajuda de custo, mensal, em valor correspondente ao cargo de provimento em comissão, Nível 7, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

§ 1º Além da remuneração de que trata o caput deste artigo, o Conselheiro Tutelar terá direito, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, a:

I - férias remuneradas de 30 (trinta) dias por ano, acrescidas de 1/3 (um terço) da remuneração;

II - 13º salário.

§ 2º Nos casos de não fruição dos benefícios de que trata o § 1º deste artigo, o Conselheiro Tutelar terá direito à indenização, no término do mandato ou na interrupção deste.

Art. 25. O Conselho Tutelar poderá, no Regimento Interno, prever ressarcimento das despesas de transporte e alimentação aos seus membros.

Art. 26. Tratando-se de agentes públicos eleitos para mandato temporário, os Conselheiros Tutelares não adquirem, ao término de seu mandato, qualquer direito a indenizações, efetivação ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal, vinculando-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social da União, como trabalhadores autônomos.

§ 1º As férias dos Conselheiros Tutelares serão anuais e usufruídas consecutivamente, permitindo-se o afastamento de um Conselheiro por vez.

§ 2º A escala de férias será organizada pelo Conselho Tutelar, até o dia 30 de novembro de cada ano.

§ 3º Havendo conflito entre os Conselheiros Tutelares quanto ao período de gozo de férias, os critérios de decisão serão os seguintes:

I - maior assiduidade;

II - maior número de filhos em idade escolar;

III - maior idade.

Art. 27. Elegendo-se algum servidor público municipal como Conselheiro Tutelar, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos do seu cargo efetivo, vedada, em qualquer hipótese, acumulação da remuneração das duas funções, ficando-lhe garantido:

I - o retorno ao cargo ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

II - a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 1º O Município poderá firmar convênio com os Poderes Estadual e Federal para permitir igual vantagem ao servidor público dessas esferas.

§ 2º Mensalmente, o Secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação comunicará ao CMDCA, a frequência dos membros do Conselho Tutelar.

#### Seção IV

##### Da Escolha dos Conselheiros

Art. 28. São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membros do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de Concórdia há mais de 2 (dois) anos;

IV - estar em pleno gozo de seus direitos políticos;

V - estar em pleno gozo das aptidões mental e física para o exercício da função;

VI - não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos últimos 5 (cinco) anos;

VII - conhecimento em informática básica;

VIII - ter participado de curso específico sobre a política de atendimento à infância e adolescência, promovido mediante resolução do CMDCA;

IX - ter concluído o Ensino Médio;

X - ser aprovado em prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo CMDCA.

§ 1º O CMDCA regulamentará, por resolução, a forma de comprovação dos requisitos previstos neste artigo.

§ 2º O membro do CMDCA que pretender concorrer a Conselheiro Tutelar, deverá solicitar seu afastamento da função no ato da inscrição da candidatura.

§ 3º O servidor público que pretender candidatar-se a uma vaga de Conselheiro Tutelar deverá apresentar, no ato da inscrição, comprovante de disponibilidade para atuar no Conselho Tutelar.

Art. 29. Os conselheiros serão escolhidos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleições realizadas sob a responsabilidade do CMDCA e coordenadas por comissão especialmente designada pelo mesmo Conselho.

Parágrafo único. Caberá ao CMDCA prever forma de registro das candidaturas, prazo para impugnações, processo eleitoral,

proclamação dos eleitos e posse dos conselheiros.

Art. 30. O processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido pelo CMDCA e fiscalizado por membro do Ministério Público.

#### Seção V

##### Da Perda do Mandato e dos Impedimentos dos Conselheiros

Art. 31. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - for condenado na Justiça Penal pela prática de crime doloso ou contravenção penal;

II - sofrer penalidade administrativa de perda da função ou cometer infração administrativa prevista na Lei Federal nº 8.069/1990, nesta Lei Complementar ou no Regimento Interno do Conselho Tutelar;

III - receber, em razão da função, honorários, gratificações, custas, emolumentos ou diligências.

§ 1º A perda do mandato será decretada pelo CMDCA, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada ampla defesa, nos termos de seu Regimento Interno.

§ 2º Verificada a perda do mandato, o CMDCA expedirá resolução declarando vaga a função de Conselheiro, situação em que o Prefeito Municipal nomeará o primeiro suplente.

§ 3º As irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares, no exercício da função, serão apuradas por Comissão de Ética, designada pelo CMDCA.

Art. 32. São impedidos de servir no Conselho Tutelar, no mesmo mandato, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício, na Comarca, foro regional ou distrital local.

#### Seção VI

##### Das Atribuições do Conselho

Art. 33. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas em conformidade com o disposto no art. 101, I a IX, da Lei Federal nº 8.069/1990;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a X, da Lei Federal nº 8.069/1990;

III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) solicitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou



adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, I a IX da Lei Federal nº 8.069/1990, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII - viabilizar os encaminhamentos necessários, quando houver comunicação de dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental, nos casos de:

a) maus-tratos envolvendo seus alunos;

b) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

c) elevados níveis de repetência;

XIII - exercer fiscalização das entidades governamentais e não governamentais, de que trata esta Lei.

## Seção VII

### Da Competência do Conselho

Art. 34. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, exercendo as atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 35. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, à falta dos pais ou responsável.

§ 1º Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde se sediar a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

§ 3º Em caso de infração cometida pela transmissão simultânea de meios de comunicação em massa, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede estadual da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo Estado.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogadas as Leis Complementares nºs. 194, de 20 de junho de 2001; 261, de 13 de dezembro de 2002 e 511, de 17 de dezembro de 2007.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURO KICHEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## Lei Complementar Nº 594, de 23 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 594, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores de Linha Maria Goreti.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 2.500,00m², com a Associação de Moradores de Linha Maria Goreti, inscrita no CNPJ sob nº 02.579.611/0001-61, destinada para regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 63, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado em Linha Maria Goreti, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.782, Livro nº 2 - "S".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, considera-se inexigível a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, a homologação prevista no art. 10, III, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Lei Complementar Nº 595, de 23 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 595, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com o Grêmio Esporte União.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 1.500,00m<sup>2</sup>, com o Grêmio Esporte União, de Linha Marchesan, inscrito no CNPJ sob nº 78.479.300/0001-92, destinada para regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 571, do 7º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado em Linha Marchesan, Distrito de Engenho Velho, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.485, livro nº 2 - "E".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, considera-se inexigível a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, a homologação prevista no art. 10, III, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Lei Complementar Nº 596, de 23 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 596, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com o Esporte Clube Palmeiras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 6.647,61m<sup>2</sup>, com o Esporte Clube Palmeiras, inscrito no CNPJ sob nº 00.353.916/0001-25, destinada para regularização da sede e do campo de futebol da Entidade, caracterizada como: parte do lote rural nº 35, da propriedade Laranjeiras, com área de 4.246,92m<sup>2</sup> e parte do lote rural nº 2.270, da Colônia Rancho Grande, com área de 2.400,69m<sup>2</sup>, situados em Linha de Carli, 1º Distrito deste Município, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.863, Livro

nº 2 - "O".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, considera-se inexigível a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, a homologação prevista no art. 10, III, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Lei Complementar Nº 597, de 23 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 597, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores do Bairro Primavera.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 2.858,97m<sup>2</sup>, com a Associação de Moradores do Bairro Primavera, inscrita no CNPJ sob nº 72.446.495/0001-98, para regularização do centro comunitário, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.016 e 1.020, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, da quadra B, com áreas de 82,50m<sup>2</sup> e 2.776,47m<sup>2</sup>, situado na Rua Adolfo Bortoli, no Loteamento Zanini, Bairro Primavera, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 20.894, Livro nº 2 - "BJ".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, considera-se inexigível a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, a homologação prevista no art. 10, III, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Lei Nº 4.341, de 23 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.341, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e autoriza a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada no âmbito do Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

## **CAPÍTULO I**

### **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e**

#### **Seção I**

##### **Definição**

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e no âmbito do Município de Concórdia, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Parágrafo único. Considera-se NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Concórdia, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por senha de acesso do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças - SEMUF, antes da ocorrência do fato gerador.

#### **Seção II**

##### **Dos Contribuintes Obrigados**

Art. 2º O Município de Concórdia definirá por decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem pela emissão da NFS-e estarão sujeitos ao disposto nesta Lei e à sua regulamentação, em caráter definitivo e irretratável.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ACESSO AO SISTEMA DA NFS-e**

#### **Seção I**

##### **Do Acesso pelo Contribuinte**

Art. 3º O acesso ao sistema da NFS-e, que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante utilização de senha de segurança.

Art. 4º Para obter acesso ao sistema de que trata esta Lei, os interessados deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso no site: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link: Portal de Serviços On-line.

§ 1º Após o cadastramento de que trata o caput deste artigo, o interessado deverá imprimir o formulário denominado "Solicitação de Acesso".

§ 2º Comprovada a regularidade das informações pela SEMUF, proceder-se-á a liberação do acesso, sendo encaminhada, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, mensagem com o resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 3º No caso de constatação de qualquer inconsistência nas informações prestadas pelo interessado, este será informado, no endereço eletrônico (e-mail) cadastrado, o motivo do indeferimento do pedido de acesso.

Art. 5º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo por seu detentor.

Art. 6º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador de serviços, considerando o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, no Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante as Receitas Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "Solicitação de Acesso", e conterá as funções de gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 7º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da NFS-e.

#### **Seção II**

##### **Do Acesso pela SEMUF**

Art. 8º O acesso ao sistema da NFS-e, que conterá dados fiscais de interesse da SEMUF, será realizado mediante utilização de senha de acesso, com as seguintes funções:

I - habilitar e desabilitar usuários;

II - criar ou modificar perfis de utilização;

III - incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da SEMUF.

Art. 9º Aos servidores da SEMUF será permitido acesso ao sistema da NFS-e, conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

## **CAPÍTULO III**

### **DA EMISSÃO DA NFS-e**

Art. 10. A NFS-e deverá conter as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) número da inscrição no CPF ou no CNPJ;

e) número da inscrição no Cadastro Econômico Municipal;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) número da inscrição no CPF ou no CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - local da prestação do serviço;

VIII - valor total da NFS-e;

IX - valor da dedução na base de cálculo, se houver, na forma prevista na legislação municipal;

X - valor da base de cálculo;

XI - código do serviço, conforme itens da Lista de Serviços para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, constante na Lei Complementar Municipal nº 326, de 15 de dezembro de 2003.

XII - alíquota e valor do ISSQN;

XIII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Concórdia, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a legislação vigente;

c) retenção de ISSQN na fonte;

d) expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional", para as empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa;

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) outras informações que o contribuinte entender como necessárias à emissão.

§ 1º A NFS-e conterá as expressões "Prefeitura Municipal de Concórdia", "Secretaria Municipal de Finanças" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, específico por série e para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V do caput deste artigo é opcional:

I - para as pessoas físicas;

II - para as pessoas jurídicas, somente quanto à alínea "c".

§ 5º As NFS-e de contribuinte optante pelo Simples Nacional conterão:

I - no campo destinado ao valor do imposto, a expressão "Simples Nacional";

II - no campo "alíquota", a informação do faturamento da empresa, de acordo com o art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

III - no campo destinado às informações complementares, as expressões: "Documento emitido por Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional".

§ 6º Caso a ME ou a EPP optante pelo Simples Nacional estiver impedida de recolher o ISSQN na forma deste regime, em decorrência de haver extrapolado o sublimite estabelecido, em face do disposto no § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, a NFS-e será emitida com a seguinte expressão: "Estabelecimento impedido de recolher o ICMS/ISSQN pelo Simples Nacional, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 123/2006".

Art. 11. A NFS-e deverá ser emitida on-line, no sítio: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link: Portal de Serviços On-line, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Concórdia, mediante liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive, ser enviada por correio eletrônico (e-mail) ao tomador de serviços.

Art. 12. A NFS-e poderá ser emitida por outras ferramentas gerenciais ou fiscais usadas pelas empresas contábeis ou pelo próprio contribuinte e exportada/importada para a ferramenta Fiscal Web em arquivo no formato "txt" pelo Integrador da NFS-e.

Art. 13. O desenvolvimento das rotinas de emissão da NFS-e no padrão do aplicativo fornecido pelo Município de Concórdia é de total responsabilidade do contribuinte, que deverá seguir estritamente as regras contidas no manual do integrador.

Art. 14. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas e impressas nos meios eletrônicos da SEMUF.

Art. 15. Todo estabelecimento prestador de serviços inscrito no Cadastro Econômico Municipal de Concórdia é obrigado a gerar NFS-e para todos os serviços prestados, independente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício.

Art. 16. Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

#### Seção I

Do Sistema de Emissão da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada - NF-e Conjugada

Art. 17. Fica autorizada a utilização da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada - NF-e Conjugada, pelos contribuintes do ISSQN que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 1º A NF-e Conjugada será de uso exclusivo dos contribuintes que possuam, concomitantemente, operações de circulação de mercadoria, de competência estadual, e de prestação de serviços,



de competência municipal.

§ 2º A solicitação para utilização e emissão deverá ser requerida pelo interessado, protocolizada e endereçada à SEMUF - Seção de Fiscalização, que poderá autorizar em regime especial, desde que o contribuinte esteja previamente credenciado para emissão da NF-e Conjugada, pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, considerando o disposto no art. 8º da Portaria SEF nº 048/2010, de 26 de março de 2010.

§ 3º O contribuinte do ISSQN que passar a utilizar a NF-e Conjugada sem autorização do Fisco Municipal sujeitar-se-á às penalidades cabíveis na legislação tributária vigente.

§ 4º A normatização e regulamentação da NF-e Conjugada, submeter-se-á às normas definidas na Legislação Tributária do Município de Concórdia e na Legislação Tributária da Fazenda Estadual, especialmente dos artigos 1º a 23 do Anexo II, do Regulamento do ICMS, do Estado de Santa Catarina - RICMS/SC.

§ 5º A autorização para utilização da NF-e Conjugada não dispensa o contribuinte das demais obrigações definidas na Legislação Tributária Municipal.

Art. 18. Fica o contribuinte, que obteve autorização para utilizar a NF-e Conjugada, obrigado a informar ao Fisco Municipal, mediante ofício, no prazo de 30 (trinta) dias, a ocorrência de:

I - seu eventual descredenciamento na SEF de Santa Catarina;

II - alterações na legislação estadual que inviabilizem a continuidade da emissão da NF-e Conjugada.

Art. 19. O contribuinte do ISSQN deve disponibilizar à Seção de Fiscalização da SEMUF, quando solicitado, o arquivo XML digital das NF-e Conjugadas emitidas e o respectivo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE.

Parágrafo único. Os arquivos digitais e respectivos DANFEs devem estar disponíveis para verificação do Fisco Municipal pelo período previsto na legislação tributária vigente.

## Seção II

Da emissão da NFS-e por Profissionais Liberais

Art. 20. É facultada aos Profissionais Liberais, inscritos no Cadastro Econômico Municipal, a emissão de NFS-e, prevista no art.15 desta Lei.

## Seção III

Da dispensa da obrigatoriedade da emissão da NFS-e

Art. 21. Estão dispensados da obrigatoriedade prevista no art.15 desta Lei:

I - bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

III - autônomos que prestem serviços sob a forma de trabalho pessoal.

## Seção IV

Da Declaração Automática da NF-e e do Documento de Arrecadação

Art. 22. As NFS-e emitidas pelos contribuintes do ISSQN, inclusive os optantes pelo Simples Nacional, serão automaticamente declaradas pelo aplicativo emissor para a SEMUF, sem a necessidade de serem informadas pelo aplicativo (Fiscal Web) de envio de Declarações de Informações Fiscais do Município - DIF.

Art. 23. O recolhimento do ISSQN relativo às NFS-e emitidas será efetuado por documento de arrecadação municipal emitido pelo aplicativo de envio de DIF na data do vencimento do imposto, mediante protocolo por assinatura digital.

Parágrafo único. Para os contribuintes optantes pelo Simples Nacional ou que recolham o ISSQN sob regime de estimativa fixa mensal, o aplicativo não gerará débito do imposto bastando apenas efetuar o protocolo de envio da DIF pelo Fiscal Web.

## Sessão V

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 24. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, via sistema informatizado no sítio: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link: Portal de Serviços On-line, antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º Após o pagamento ou vencimento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada mediante processo administrativo fiscal regular e pagamento de taxa no valor de 6,25 Unidades Fiscais de Referência - UFIRs Municipal, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram à anulação do documento. O sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço informando a operação.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 25. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do valor do serviço, sendo o imposto devido em razão de sua prestação, conforme disposto na Lei Complementar Municipal nº 326/2003.

## CAPÍTULO IV

### Seção I

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 26. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do ISSQN incidente na operação, ficando, a falta ou insuficiência de seu recolhimento, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

## CAPÍTULO V

### DAS PENALIDADES

Art. 27. No caso de infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor de:

I - 40 (quarenta) UFIRs Municipal para cada NFS-e não emitida, ausência de outro documento ou declaração exigida pela Administração Municipal;

II - 100 (cem) UFIRs Municipal para cada NFS-e indevidamente

cancelada;

III - 150 (cento e cinquenta) UFIRs Municipal para cada NFS-e tributável, emitida indevidamente como isenta, imune ou não tributável.

Art. 28. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa de 1.500 (mil e quinhentas) UFIRs Municipal.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria Municipal de Administração do Município, pelo contribuinte, mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido no caput deste artigo, somente se admite antes de instaurado processo de fiscalização.

Art. 30. A partir da vigência desta Lei tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou que recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 31. Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias, a contar da data de vigência desta Lei, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo V desta Lei.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 90 (noventa) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo V desta Lei.

Art. 32. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br) para fins de verificação da autenticidade dos documentos emitidos, bastando que o consulente informe o código de verificação de autenticidade constante nas mesmas.

Art. 33. As NFS-e ficarão armazenadas em meio magnético no Município de Concórdia até o vencimento do prazo decadencial previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 34. Os contribuintes que já possuam inscrição no Cadastro Econômico Municipal e estejam emitindo documentos fiscais impressos tipograficamente, deverão solicitar Autorização para Emissão de NFS-e no prazo de 90 (noventa) dias após a data de publicação desta Lei, passando compulsoriamente a emitir os documentos assim que autorizados.

§ 1º Os contribuintes enquadrados no caput deste artigo deverão apresentar as Notas Fiscais de Prestação de Serviços não utilizadas à Seção de Fiscalização do Município para sua inutilização, até

90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

§ 2º Deverão se submeter aos procedimentos determinados no parágrafo anterior também os contribuintes que optem pela emissão da NFS-e antes de decorridos 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

§ 3º Os contribuintes enquadrados no caput deste artigo que necessitem de autorização para emissão de documentos fiscais antes de 90 dias após a publicação desta Lei, deverão obrigatoriamente solicitar Autorização para Emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços.

Art. 35. Aos contribuintes que se inscreverem no Cadastro Econômico Municipal a contar da data de publicação desta Lei, somente será liberada autorização para impressão de NFS-e.

Art. 36. O Poder Executivo regulamentará no que couber, a presente Lei.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### Lei Nº 4.342, de 23 de Setembro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.342, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza o Município receber, em doação, áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, em doação, as áreas de terras abaixo descritas, situadas em Linha São Paulo, neste Município, ocupadas pelo traçado da Rodovia Caetano Chiucchetta:

I - área de terras de 6.661,85m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.026, 1.036 e 1.037, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 61.447,11m<sup>2</sup>, de propriedade de NEUDI NATAL DETOFANO e sua mulher IRENE RESMIM DETOFANO, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.633, Livro nº 2 - "BQ", tendo a área de 6.661,85m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 40,22m, com área a ser doada para a Rodovia Caetano Chiucchetta, referente a matrícula 16.408, em descontinuidade, na extensão de 20,00m, com Rodovia Caetano Chiucchetta; ao noroeste, em linhas quebradas, na extensão de 212,87m, com área remanescente dos proprietários; ao sudeste, em linhas quebradas, na extensão de 58,35m, com área remanescente dos proprietários, em descontinuidade, na extensão de 80,00m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta, na extensão de 61,88m, em linhas quebradas, com área remanescente dos proprietários; ao sudoeste, na extensão de 20,00m, com a



Rodovia Caetano Chiucchetta, em descontinuidade, na extensão de 40,01m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta;

II - área de terras de 1.255,59m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.026, 1.036 e 1.037, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 75.120,30m<sup>2</sup>, de propriedade de ALBERTO ROQUE DETOFANO e sua mulher ARMELINDA SALVADOR DETOFANO, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 16.408, Livro nº 2 - "AAQ", tendo a área de 1.255,59m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, em linhas quebradas, na extensão de 42,33m, com área a ser doada para a Rodovia Caetano Chiucchetta, referente a matrícula 19.927; ao noroeste, na extensão de 27,77m, com área remanescente dos proprietários; ao sudeste, em linhas quebradas, na extensão de 34,72m, com área remanescente dos proprietários; ao sudoeste, na extensão de 40,22m, com área a ser doada para a Rodovia Caetano Chiucchetta, referente a matrícula 22.633;

III - área de terras de 1.944,50m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.025, 1.036 e 1.037, do Bloco B, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 66.692,65m<sup>2</sup>, de propriedade de MAURO DETOFANO e sua mulher SALETE RESMINI DETOFANO, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 19.927, Livro nº 2 - "BF", tendo a área de 1.944,50m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 23,74m, com área a ser doada para a Rodovia Caetano Chiucchetta, referente a matrícula 19.930, em descontinuidade, na extensão de 21,80m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta; ao noroeste, em linhas quebradas, na extensão de 95,43m, com área remanescente dos proprietários; ao sudeste, em linhas quebradas, na extensão de 95,67m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta, em descontinuidade, na extensão de 1,24m, com área remanescente dos proprietários; ao sudoeste, em linhas quebradas, na extensão de 42,33m, com área a ser doada para a Rodovia Caetano Chiucchetta, referente a matrícula 16.408;

IV - área de terras de 3.301,34m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.025, 1.036 e 1.037, do Bloco B, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 70.934,63m<sup>2</sup>, de propriedade de MARIO DETOFANO e sua mulher SALETE MARIA DALLA ROSA DETOFANO, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 19.930, Livro nº 2 - "BF", tendo a área de 3.301,34m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 44,81m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta; ao noroeste, na extensão de 98,66m, com área remanescente dos proprietários; ao sudeste, na extensão de 66,40m, com área remanescente dos proprietários, em descontinuidade, na extensão de 26,00m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta; ao sudoeste, na extensão de 23,74m, com área a ser doada para a Rodovia Caetano Chiucchetta, referente a matrícula 19.927, em descontinuidade, na extensão de 23,74m, com a Rodovia Caetano Chiucchetta.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade dos proprietários a implantação de toda a infraestrutura, como: rede de abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública.

Art. 3º Os proprietários outorgarão as escrituras definitivas de doação das áreas, após a competente autorização legislativa.

Art. 4º As despesas com escrituras correrão à conta do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Lei Nº 4.343, de 23 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.343, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO  
Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.500,00

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA  
Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária  
Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural  
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

TOTAL ANULADO R\$ 136.100,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 20.606.0025.1008 Modernização e Organização

Administrativa - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.500,00

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 136.100,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de julho de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 48.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0064 Atenção Básica R\$ 50.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0064 Atenção Básica R\$ 450.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 548.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.179, de 10 de maio de 2010 e 4.259, de 20 de dezembro de 2010, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Lei Nº 4.344, de 23 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.344, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

Autoriza celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, objetivando a complementação de recursos, necessários para propiciar atendimento da clientela da Rede Municipal de Ensino que necessite de atendimento especial, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º Fica a Fundação Municipal de Cultura - FMC autorizada a celebrar convênio com o Grupo Folclórico Parceria, inscrito no CNPJ sob nº 13.602.319/0001-39, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão da cultura gaúcha, mediante a realização do I Festival Fronteira da Canção Nativista de Concórdia, podendo a FMC participar com o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 3º Fica a Fundação Municipal de Esportes - FMEC autorizada a celebrar convênio com a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural São José, inscrita no CNPJ sob nº 80.633.928/0001-42, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São José e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 4º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 5º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

**Decreto Nº 5.622, de 23 de Setembro de 2011**  
**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 5.622, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.  
Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.343, de 23 de setembro de 2011.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

**Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.500,00

**Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA**

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

**TOTAL ANULADO R\$ 136.100,00.**

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.1008 Modernização e Organização Administrativa - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

**Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.500,00

**Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA**

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 136.100,00.**

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de julho de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO**

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0036.2035 Ações de Assistência Comunitária

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 48.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0064 Atenção Básica R\$ 50.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0064 Atenção Básica R\$ 450.000,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 548.000,00.**

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON

Secretária Municipal de Administração, em exercício

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Decreto Nº 733/2011, de 21 de Setembro de 2011**  
**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 733/2011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora SILMARA TOBALDINI PEREIRA DA COSTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de julho de 2005 a 10 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

GENAIR LOURDES BOGONI  
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **Decreto Nº 734/2011, de 21 de Setembro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 734/2011, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JANETE NIOTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2011, à servidora JANETE NIOTTI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

MARIA SUELI S. BIGATON  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de setembro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA**

#### **Termo de Retificação da Lei Nº965/2011 (Publicado no dia 04/10/2011)**

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA LEI Nº 965/2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA A CONCEDER INCENTIVO FISCAL A EMPRESA 'LATICÍNIOS CORDILAT LTDA'."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Incentivo Fiscal estabelecido no artigo 5, inciso IV, da Lei Municipal 215/97, à Empresa - Laticínios Cordilat Ltda, cadastrada no CNPJ/MF n.º 04.991.174/0001-14, nos termos da Ata n. 003/2011 da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Onde LÊ-SE: § Único - O Incentivo Fiscal à Empresa Laticínios Cordilat Ltda será de concessão de redução em 75% (setenta e cinco por cento) do valor do m³ (metro cúbico) da taxa de abastecimento de água, pelo prazo de 5 (cinco) anos. LEIA-SE : § Único - O Incentivo Fiscal à Empresa Laticínios Cordilat Ltda será de concessão de redução em 50% (cinquenta por cento) do valor do m³ (metro cúbico) da taxa de abastecimento de água, pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 2.º. A empresa beneficiada fica obrigada a cumprir as determinações da Lei que autoriza a concessão de benefícios - Lei Municipal 215/97, bem como as cominações superiores aplicáveis à espécie.

Art. 3.º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta SC, 30 de setembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

#### **Portaria 402/2011**

PORTARIA Nº 402, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública, Sra. VALESKA BRIANCINI ZANARDI, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - Educação Tecnológica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 30 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

#### **Portaria 403/2011**

PORTARIA Nº 403 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidos 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, sendo do dia 03 à 07 de outubro de 2011, a Servidora, Sra. IVETE ATUATI PIAIA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 03 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

#### **Portaria 404/2011**

PORTARIA Nº 404 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art.11º, II, da Lei Municipal nº 468/2001.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica demitida, a Sra. MONICA CARNIEL, ocupante do cargo de Professora de Anos Iniciais - 20 horas semanais - ACT, objeto do Edital nº005/2010, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra

#### **Portaria 405/2011**

PORTARIA Nº 405 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

“EXONERA SERVIDORA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Servidora Pública, Sra. JAQUELINE FIORESE, registrado sob matrícula nº 6318-01, ocupante do cargo de Técnica de Apoio Administrativa, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Declara vacância de cargo público de Técnico de Apoio Administrativo, 40 (quarenta) horas semanais, em virtude da exoneração da Servidora mencionada.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão por conta do orçamento municipal do exercício de 2011.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 06 de outubro de 2011.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

#### **Portaria 406/2011**

PORTARIA Nº406 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSORA, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2009.”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Art. 1o Fica nomeada, a Sra. LUISA BURIGO PINTO, na função de Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º ano) - 20 horas semanais, turno vespertino, na Escola Municipal Bento Gonçalves, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o A servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipais, Lei Compl. nº 18/2001, Lei Compl. Nº 17/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 70/2009 e Lei Complementar nº 72/2009 e suas alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

**Portaria 407/2011**

PORTARIA Nº 407 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.

"NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. MONICA CARNIEL, para exercer o cargo de Assessora de Secretaria, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á aos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 70/2009, Lei Complementar nº 72/2009 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Portaria, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta SC, 04 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.



**Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 29/09/2011****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 29/09/2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>3.484,31</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.484,31
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	3.484,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.090,59
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.393,72

**Notificação de Recebimentos de Recursos Federais 30/09/2011****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 30/09/2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>93.730,19</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	109.383,45
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	106.692,66
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	106.018,40
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	63.611,04
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	26.504,60
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	15.902,76
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	674,26
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	404,55
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	168,57
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	101,14
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.690,79
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.614,47
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	672,70
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	403,62
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.223,42
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	6.223,42
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	3.734,05
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.489,37
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-21.876,68
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-21.338,53
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-21.203,68
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-134,85
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-538,15

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 145 de 30 de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 145 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política da Criança e Adolescente no Município;

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica convocada a IV Conferencia Municipal de Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 05 de outubro de 2011 a partir das 13h:00min, tendo como tema central: "Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios".

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 30 de setembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

GILSON EDUARDO PAHL  
Pres. Cons.Munic. da Criança e Adolescente

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

## Corupá

### PREFEITURA

#### Errata do Decreto 391/11 -

ERRATA DO DECRETO Nº 391/11 - de 15 de setembro de 2011  
Publicado em 22 de setembro de 2011.

ONDE SE LÊ: Declara de Interesse Social, para efeitos de arruamento, as áreas constantes nos imóveis que identifica.

LEIA-SE: Declara de Interesse Público, para efeitos de arruamento, as áreas constantes nos imóveis que identifica.

ONDE SE LÊ: Considerando, a urbanização e valorização imobiliária das áreas onde encontra-se a referida rua projetada;

LEIA-SE: Considerando, a urbanização e necessidade de implementação do sistema viário nas áreas onde encontra-se a referida rua projetada;

ONDE SE LÊ: Art. 1º - Fica declarada de Interesse Social para fins de arruamento, as áreas específicas, em conformidade com a planta em anexo, dos seguintes bens imóveis:

LEIA-SE: Art. 1º - Fica declarada de Interesse Público para fins de arruamento, as áreas específicas, em conformidade com a planta em anexo, dos seguintes bens imóveis:

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 84 de 15 de Setembro de 2011

DECRETO Nº. 84 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
2033 Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

104 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
2041 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
120 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
2033 Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

103 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
2041 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
121 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de setembro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 15 de setembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 60/2011**  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 60/2011  
DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 094/2008

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - J F PAVIMENTAÇÕES LTDA  
DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 16.802,78 (dezesesseis mil oitocentos e dois reais e setenta e oito centavos) do Contrato nº 094/PMF/2010 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras, se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademir João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de sua.  
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.  
DATA DA ASSINATURA - 28/09/2011

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

**Portaria Nº 1866/2011**  
PORTARIA N.º 1.866 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

EDILBERTO CARLOS FERREIRA, Prefeito Municipal em Exercício,  
no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de MARLI APARECIDA DA ROSA FRAGOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 733.226.449-87, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, a partir de 03 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de outubro de 2011.  
EDILBERTO CARLOS FERREIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### CÂMARA MUNICIPAL

**Resolução Nº 07/2011**  
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS (PSB), PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, COM FUNDAMENTO NO ART. 38, II, DA LOM, c/c ART. 86, II DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso V, do Regimento Interno, com base no Requerimento, aprovado pelo Plenário, em sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2011, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador da bancada do PSB - Partido Socialista Brasileiro, Sr. PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, para tratar, sem remuneração, de interesse particular, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 38, II, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 86, II, § 1º e art. 117, § 3º, I, do Regimento Interno.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 27 de setembro de 2011.  
PAULO SANTOS  
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS  
Gestor Público Legislativo

## Garopaba

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 139/2011**  
DECRETO Nº. 139, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0012/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

- Considerando, o afastamento do servidor municipal efetivo, investido no cargo de médico veterinário, em virtude de processo administrativo;
- Considerando, que a Secretaria de Agricultura e Pesca atende também a pecuária do município, com ênfase para a pequena propriedade rural.
- Considerando que os serviços do profissional médico veterinário são indispensáveis ao atendimento prestado pela Secretaria no município;

**DECRETA:**

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0012/2011, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para

conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/10/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

#### **Decreto Nº. 141/2011**

DECRETO Nº. 141, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0011/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

- Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

- Considerando a necessidade de atender o aumento de demanda por serviços públicos de saúde na temporada de verão;

- Considerando, o projeto do Município de Garopaba na área de saúde, de atendimento 24 (vinte e quatro horas).

- Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0011/2011, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/10/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

#### **Decreto Nº. 142/2011**

DECRETO Nº. 142, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0010/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

- Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

- Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

- Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

- Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

- Considerando a necessidade de atender o aumento de demanda por serviços públicos de saúde;

- Considerando, o projeto do Município de Garopaba, de atendimento 24 (vinte e quatro horas).

- Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0010/2011, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a



Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/10/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária Municipal de Administração

#### **Portaria N.º 672/2011**

PORTARIA N.º 672, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PERDA DE PRAZO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, por motivo de PERDA DE PRAZO, nos termos do art. n.º 19, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, a Portaria n.º 442, de 20 de julho de 2011, referente ao candidato DIOGO DUTRA, aprovado e classificado, no Concurso Público 0001/2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de FISCAL DE OBRAS II.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

Publicado no DOM/SC em 05/10/2011

#### **Contrato N° 362/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 362/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 362/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 362/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDINEI JOSÉ DE ABREU

Objetivo: ELETRICISTA

Valor: R\$ 1.350,00 mensais

Vigência: 01/09/2011 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

#### **Contrato N° 363/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 363/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 363/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º:

363/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MANOEL DE SOUZA NETO

Objetivo: ELETRICISTA

Valor: R\$ 1.350,00 mensais

Vigência: 01/09/2011 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

#### **Contrato N° 364/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 364/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 364/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 364/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADRIANA RITA DE FREITAS

Objetivo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

Valor: R\$ 636,50 mensais

Vigência: 01/09/2011 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável conforme legislação vigente.

#### **Contrato N° 365/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 365/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 365/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 365/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALBA LUCILIA ROMÃO

Objetivo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

Valor: R\$ 636,50 mensais

Vigência: 01/09/2011 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável conforme legislação vigente.

#### **Contrato N° 366/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 366/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 366/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 366/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RENATO DO CARMO SAID

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA - 30 HORAS

Valor: R\$ 6.895,20 mensais

Vigência: 01/09/2011 pelo período de 60 (sessenta) dias prorrogável conforme legislação vigente.

#### **Contrato N° 367/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 367/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 367/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 367/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RENATA BONASPETTI

Objetivo: PSICÓLOGO

Valor: R\$ 1.416,21 mensais

Vigência: 05/09/2011 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.



**Contrato Nº 368/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 368/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 368/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 368/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TAMARA DILMA DA SILVA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU

Valor: R\$ 797,84 mensais

Vigência: 01/09/2011 pelo período de 01 (um) ano prorrogável conforme legislação vigente.

**Contrato Nº 369/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 369/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 369/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 369/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VAGNER DA ROSA PIRES

Objetivo: TÉCNICO DE RAIOS X

Valor: R\$ 797,84 mensais

Vigência: 05/09/2011 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

**Contrato Nº 370/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 370/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 370/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 370/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOEL DA SILVA DAVID

Objetivo: ENFERMEIRO - ESF

Valor: R\$ 1.731,59 mensais

Vigência: 19/09/2011 pelo período de 18 (dezoito) meses prorrogável conforme legislação vigente.

**Contrato Nº 371/2011**

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 371/2011

**Contrato Nº 372/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 372/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 372/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 372/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUIZ ANTONIO DA SILVA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU

Valor: R\$ 797,84 mensais

Vigência: 19/09/2011 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável conforme legislação vigente.

**Contrato Nº 373/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 373/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 373/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 373/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIEGO JOÃO PEREIRA

Objetivo: TÉCNICO DE RAIOS X

Valor: R\$ 797,84 mensais

Vigência: 20/09/2011 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

**Contrato Nº 374/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 374/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 374/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 374/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANGELA MARIA GONÇALVES BATISTA

Objetivo: TÉCNICO DE RAIOS X

Valor: R\$ 797,84 mensais

Vigência: 20/09/2011 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável conforme legislação vigente.

**Contrato Nº 375/2011**

Extrato de Contrato de Trabalho - 375/2011

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 375/2011

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 375/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSIANE PACHECO

Objetivo: PROFESSORA NÍVEL II 20 HORAS

Valor: R\$ 676,61 mensais

Vigência: Substituição

**Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0007/2011**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0007/2011  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES

Considerando que o número de candidatos inscritos foi insuficiente para preencher a quantidade de vagas oferecidas,

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público que prorrogou até 19/10/2011, as inscrições do Processo Seletivo, referente ao Edital n.º 007/2011, Publicado no DOM/SC - Edição n.º 825, em 15/19/2011.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Secretaria Municipal de Administração  
Prefeitura Municipal de Garopaba**Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0010/2011**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0010/2011

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos

mais freqüentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

Considerando a necessidade de atender o aumento de demanda por serviços públicos de saúde;

Considerando, o projeto do Município de Garopaba, de atendimento 24 (vinte e quatro horas).

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba/SC.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Secretário Municipal de Saúde e nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

I. pelo término do prazo contratual;

II. por iniciativa do contratado;

III. por conveniência e oportunidade do serviço público.

## 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 05 de outubro de 2011 a 19 de outubro de 2011, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho- Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

### MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no MEC;

- Título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;
- Comprovante de Residência;

### MÉDICO ESPECIALISTA EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no MEC;

- Título de Especialista em Diagnóstico por imagem (atuação exclusiva ultra-sonografia geral);

- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;

- Comprovante de Residência;

### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Certificado de conclusão do Ensino Fundamental (primeiro grau), devidamente registrado no MEC;

- Comprovante de Residência.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

## 3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva - CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico Cirurgião de Cabeça e Pescoço	01	20 h	4.088,53
Médico Especialista em Radiologia e Diagnóstico por imagem	01	20 h	4.088,53
Agente Comunitário de Saúde	CR	40 h	636,50
Agente de Combate de Endemias	01 CR	40 h	636,50

## 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para área de atuação, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar

e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, A Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, data, horário e local a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e em locais de fácil acesso após finalizadas as inscrições.

## 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 1,0 (um) ponto, não podendo zerar na entrevista.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à Saúde;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para Técnico de Enfermagem e Médico);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;

b) Cargo a que concorre;

c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 04 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

## ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Médico Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço	Realizar consultas ambulatoriais dentro de sua especialidade; indicar, realizar e acompanhar cirurgias; analisar e definir terapias, observando custo x benefícios; identificar a gravidade dos casos, garantindo atendimento imediato ao paciente grave; participar de reuniões clínicas multidisciplinares; preencher adequadamente os prontuários; preencher os documentos, formulários e relatórios inerentes a atividade; cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais.	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, e título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço
Médico Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem	Realizar e interpretar exames de ultra-sonografia, obedecer as Políticas de Saúde estabelecidas pela Secretaria de Saúde; manter conduto que propicie ao usuário do Sistema de Saúde um atendimento eficaz, ético, agradável e atencioso; coordenar, supervisionar e executar atividades qualificadas na área de ultra-sonografia.	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, e título de Especialista em Diagnóstico por imagem (atuação exclusiva ultra-sonografia geral)
FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Agente Comunitário ESF	<p>Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar
FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Agente de Combate de Endemias ESF	<p>Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção, controle de doenças e promoção da saúde junto às famílias na área de abrangência determinada, conforme estabelecido em seu plano de trabalho, elevando sua frequência nos domicílios que apresentem situações de risco e ou requeiram atenção especial; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; realizar o cadastramento dos domicílios de sua respectiva base geográfica e o acompanhamento das micro-áreas de risco; promover o saneamento domiciliar, de forma a descobrir, destruir e evitar a formação e reprodução de focos e criadouros; Orientar a comunidade quanto aos meios para evitar a proliferação de vetores, visando o combate aos mesmos; realizar o combate aos vetores, conforme orientação técnica do Município de Garopaba/SC, utilizando equipamentos de proteção individual -- EPI, quando necessário e conforme determinado; deixar no PA -- ponto de apoio -- o itinerário a ser cumprido no dia; receber e cumprir as programações estabelecidas, observando a produção e qualidade exigida; ser cordial no trato com a comunidade, de modo a não gerar conflitos; utilizar instrumentos para diagnósticos demográficos e sócio-culturais da comunidade de sua atuação; Realizar ações e atividades definidas no planejamento local; Realizar borrifação com inseticidas; exercer outras funções correlatas.</p>	Conclusão do Ensino Fundamental
-----------------------------------	---	---------------------------------

\* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde



e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

## ANEXO II

### MEDICO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de Residência Médica	1 ponto	1 ponto
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	3 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

\* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

## ANEXO III

### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 0010/2011

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição, ORIGINAL E CÓPIA:  
MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO  
MÉDICO ESPECIALISTA EM RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM

( ) Carteira de Identidade; ( ) CPF;

( ) Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no MEC;

( ) Título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço;

( ) Título de Especialista em Diagnóstico por imagem (atuação exclusiva ultra-sonografia geral);

( ) Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

( ) Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina

( ) Comprovante de Residência;

### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

( ) Carteira de Identidade; ( ) CPF;

( ) Certificado de conclusão do Ensino Fundamental (primeiro grau), devidamente registrado no MEC;

( ) Comprovante de Residência.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

## Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0011/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0011/2011

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando a necessidade de atender o aumento de demanda por serviços públicos de saúde na temporada de verão;

Considerando, o projeto do Município de Garopaba na área de saúde, de atendimento 24 (vinte e quatro horas).

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba/SC.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Secretário Municipal de Saúde e nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de

profissionais para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

I. pelo término do prazo contratual;

II. por iniciativa do contratado;

III. por conveniência e oportunidade do serviço público.

## 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 05 de outubro de 2011 a 19 de outubro de 2011, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho- Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

### ENFERMEIRO

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Diploma, de formação em Enfermagem, devidamente registrado no MEC;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;
- Comprovante de Residência;
- Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos;
- Experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência.

### TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Curso Técnico em Enfermagem;
- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Comprovante de Residência;
- Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos;
- Experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência.

### VIGILANTE

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Ensino Fundamental completo (1º Grau).
- Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Comprovante de Residência;
- Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos;

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

## 3. DAS VAGAS

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Enfermeiro	CR	40 hs	1.416,00
Técnico de Enfermagem	CR	40 h	797,00
Vigilante	CR	40 h	718,00

## 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para área de atuação, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, A Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, data, horário e local a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e em locais de fácil acesso após finalizadas as inscrições.

## 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 1,0 (um) ponto, não podendo zerar na entrevista.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à Saúde;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;



- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para Técnico de Enfermagem e Médico);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão considerados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 04 de outubro de 2011.

**LUIZ CARLOS LUIZ**  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Enfermeiro	Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.	Curso superior completo e registro no Conselho de Classe.*

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Técnico em Enfermagem	Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas. Lei	Curso Técnico em Enfermagem; Registro no Conselho da Classe Profissional.*

\* Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos; Experiência comprovada em Serviços de Atendimento de Emergência.

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Vigilante	Exercer guarda e inspeção diurna e/ou noturna nas dependências dos próprios municipais, evitando roubos, entrada de pessoas estranhas, incêndios ou outras anormalidades, preservando a integridade do estabelecimento e do patrimônio; exercer a ronda nos imóveis, verificando o fechamento de portas, janelas e outras vias de acesso; vigiar veículos e máquinas nos pátios observando a entrada e saída de pessoas e bens; informar à Chefia imediata das irregularidades observadas, para que sejam tomadas as devidas providências; exercer outras atividades correlatas com as especificadas	Ensino Fundamental completo (1º Grau). Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula*

\* Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos

**ATRIBUIÇÕES AS QUAIS ESTARÃO SUBMETIDOS TODOS OS CARGOS DO PRESENTE EDITAL:**

- Rotina de trabalho em atividade de rotina ou em regime de plantão com escala previamente organizada no serviço de urgência e emergência da Policlínica Municipal;
- Integrar equipes multiprofissionais de trabalho, respeitando e colaborando no aperfeiçoamento de normas e procedimentos operacionais;

- Participar de reuniões técnico-científicas da unidade de emergência e urgência.

## ANEXO II

### ENFERMEIRO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	3 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	2 ponto
Especialização em Urgência e Emergência, Pronto Socorro ou CTI.	2 pontos	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	3 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	2 ponto
Curso de aperfeiçoamento em Urgência e Emergência, Pronto Socorro ou CTI - Carga Horária Mínima de 20 h.	2 pontos	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

### VIGILANTE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	2 ponto	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	7 pontos	

## ANEXO III

### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 0011/2011

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição, ORIGINAL E CÓPIA:  
ENFERMEIRO / TÉCNICO DE ENFERMAGEM

( ) Carteira de Identidade; ( ) CPF;

( ) Diploma, de formação em Enfermagem, devidamente registrado no MEC;

( ) Certificado de Conclusão de Curso Técnico em Enfermagem;

( ) Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

( ) Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;

( ) Comprovante de Residência;

( ) Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos; ( ) experiência comprovada em Serviços de Atendimentos de Emergência.

### VIGILANTE

( ) Carteira de Identidade; ( ) CPF;

( ) Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental completo (1º Grau).

( ) Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula

( ) Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

( ) Comprovante de Residência;

( ) Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos;

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

## Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0012/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0012/2011

Considerando, o afastamento do servidor municipal efetivo, investido no cargo de médico veterinário, em virtude de processo administrativo;

Considerando, que a Secretaria de Agricultura e Pesca atende também a pecuária do município, com ênfase para a pequena propriedade rural.

Considerando que os serviços do profissional médico veterinário são indispensáveis ao atendimento prestado pela Secretaria no município;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, de substituição para atuar na Secretaria de Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Garopaba,

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial, pelo prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, conforme a legislação vigente.

1.4. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.5. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a) pelo término do prazo contratual;

b) por iniciativa do contratado;

c) por conveniência e oportunidade do serviço público;

d) pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

## 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 05 de outubro de 2011 a 19 de outubro de 2011, das 14h às 17h, na sede da Secretaria de Agricultura e Pesca, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8412, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de Residência;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro no órgão de classe de Santa Catarina;
- Diploma, de formação em Medicina Veterinária, devidamente registrado no MEC.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação da documentação apresentada pelo candidato.

## 3. DAS VAGAS

3.1 São as seguintes vagas:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária	Remuneração R\$
Médico Veterinário	01	40 hs semanais	1.416,00

## 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, sendo que para os cargos previamente informados será somada a nota da entrevista.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos voltados para a especialidade para qual o interessado for candidatar-se, com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria de Agricultura e Pesca, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8412, data, horário e local a ser divulgada no [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e em locais de livre acesso, após finalizadas as inscrições.

## 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório

de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 1,0 (um) ponto, em cada etapa.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à área pleiteada;
- maior idade;

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina (para os cargos com exigência);
- Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;
- Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e) Identificação do candidato.

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicadas

no Diário Oficial dos Municípios.

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 04 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

MÉDICO VETERINÁRIO	
Atendimento e estímulo ao desenvolvimento pecuário do Município. * Controlar e cuidar da sanidade dos animais do Município. Realizar quarentenas, exames, biópsias e necrópsias. Conduzir tratamentos clínicos e cirúrgicos nos animais e planejar e realizar imunizações periódicas e o controle parasitário dos animais. Participar das atividades interdisciplinares estabelecidas para a promoção e manutenção do bem estar dos animais do Município, em atendimento da comunidade.	Curso superior completo na área de Medicina Veterinária e registro no conselho de classe do Estado de Santa Catarina.

#### ANEXO II

##### MÉDICO VETERINÁRIO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (cada 2 anos)	3 pontos
Curso de Pós-Graduação na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	2 ponto	2 ponto
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

#### ANEXO III

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (02 vias protocolo/candidato)

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 0012/2011

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

Médico Veterinário

( ) Carteira de Identidade;

( ) CPF;

( ) Comprovante de Residência;

( ) Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

( ) Registro no órgão de classe de Santa Catarina;

( ) Diploma, de formação em Medicina Veterinária, devidamente registrado no MEC;

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

#### Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0013/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0013/2011

Considerando, a municipalização da gestão dos serviços de iluminação pública;

Considerando, que é exigência legal a existência no quadro de engenheiro eletricista, para supervisão, coordenação e orientação técnica de atividades referentes à transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica com ênfase na iluminação pública.

Considerando que o Município não possui em seus quadros profissional com tal qualificação;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, de substituição para atuar na Secretaria de Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Garopaba,

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial, pelo prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, conforme a legislação vigente.

1.4. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.5. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a) pelo término do prazo contratual;

b) por iniciativa do contratado;

c) por conveniência e oportunidade do serviço público;

d) pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 05 de outubro de 2011 a 19 de outubro de 2011, das 14h às 17h, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Garopaba, situado a Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.



2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de Residência;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina (CREA/SC)
- Diploma, Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrotécnica, devidamente registrado no MEC.

2.3. **ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação da documentação apresentada pelo candidato.

### 3. DAS VAGAS

3.1 São as seguintes vagas:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária	Remuneração R\$
Engenheiro Eletricista	01	40 hs semanais	1.416,00

### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, sendo que para os cargos previamente informados será somada a nota da entrevista.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos voltados para a especialidade para qual o interessado for candidatar-se, com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria de Agricultura e Pesca, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8412, data, horário e local a ser divulgada no [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e em locais de livre acesso, após finalizadas as inscrições.

### 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 1,0 (um) ponto, em cada etapa.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à área pleiteada;
- maior idade;

### 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina (para os cargos com exigência);
- Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;
- Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

### 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- Identificação do candidato.

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir



questões oriundas do presente processo seletivas.  
8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 04 de Outubro de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### ENGENHEIRO ELETRICISTA

Supervisão, coordenação e orientação técnica de atividades referentes à transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica com ênfase na iluminação pública; equipamentos, materiais e máquinas elétricas e de medição e controles elétricos elaborar estudos planejamentos e projetos de instalações elétricas e de iluminação pública, realizar estudo de viabilidade técnico-econômica para instalações novas e reformas, realizar vistorias e elaborar laudos e pareceres técnicos concernentes a instalações elétricas e iluminação pública, executar e fiscalizar obras e serviços técnicos relativos a montagem e reparo de instalações elétricas e iluminação pública, planejar sistemas elétricos, operar supervisionar e controlar sistemas elétricos de potência, sistemas de medição, proteção e controle elétricos, conduzir equipes de instalação, montagem operação, reparo ou manutenção, interpretação da legislação e das normas técnicas de saúde e segurança do trabalho, qualidade e ambientais e iluminação pública, melhoria contínua da qualidade, introdução de novas tecnologias e intercambio com outros setores, executar outras tarefas correlatas, inclusive as constantes do regulamento de sua profissão. Portador do diploma de curso superior em Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrotécnica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina (CREA/SC) e registro profissional no órgão representativo de sua categoria.

#### ANEXO II

##### ENGENHEIRO ELETRICISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (cada 2 anos)	3 pontos
Curso de Pós-Graduação na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	2 ponto	2 ponto
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

#### ANEXO III

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (02 vias protocolo/candidato)

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 0013/2011

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefone para contato: \_\_\_\_\_  
Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_  
Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

Engenheiro Eletricista

- ( ) Carteira de Identidade;
- ( ) CPF;
- ( ) Comprovante de Residência;
- ( ) Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- ( ) Registro no órgão de classe de Santa Catarina;
- ( ) Diploma, de Engenheiro Eletricista, devidamente registrado no MEC;

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

#### Reabertura do Prazo de Inscrições

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0007/2011  
REABERTURA DO PRAZO DE INSCRIÇÕES

Considerando que o número de candidatos inscritos foi insuficiente para preencher a quantidade de vagas oferecidas,

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna pública a reabertura de inscrições de 03/10/2011 à 19/10/2011, para o Processo Seletivo, referente ao Edital n.º 007/2011, Publicado no DOM/SC - Edição n.º 825, em 15/09/2011.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 03/10/2011.  
Secretaria Municipal de Administração  
Prefeitura Municipal de Garopaba

#### Reabertura do Prazo de Inscrições

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0008/2011  
REABERTURA DO PRAZO DE INSCRIÇÕES

Considerando que o número de candidatos inscritos foi insuficiente para preencher a quantidade de vagas oferecidas,

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna pública a reabertura de inscrições de 05/10/2011 à 10/10/2011, para o Processo Seletivo, referente ao Edital n.º 008/2011, Publicado no DOM/SC - Edição n.º 828, em 20/09/2011.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 03/10/2011.  
Secretaria Municipal de Administração  
Prefeitura Municipal de Garopaba

#### Reabertura do Prazo de Inscrições

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0006/2011  
REABERTURA DO PRAZO DE INSCRIÇÕES

Considerando que o número de candidatos inscritos foi insuficiente para preencher a quantidade de vagas oferecidas,

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de

Administração, no uso de suas atribuições, torna pública a reabertura de inscrições de 05/10/2011 à 10/10/2011, para o Processo Seletivo, referente ao Edital n.º 006/2011, Publicado no DOM/SC - Edição n.º 823, em 13/09/2011.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 03/10/2011.  
Secretaria Municipal de Administração  
Prefeitura Municipal de Garopaba

## Garuva

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação FMH Nº 003/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia  
FMH Nº 003/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de mão de obra, para a construção de 12 (doze) unidades habitacionais em alvenaria, com 37,80 metros quadrados por unidade, na Rua Carlos Borgenhausen, Giórgia Paula, referente ao Programa "Minha Casa Minha Vida", conforme memorial descritivo e projeto em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 21/10/2011 às 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 04 de outubro de 2011.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 3.344, de 22 de Setembro de 2011.

LEI Nº. 3.344, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE RECOLHIMENTO E REAPROVEITAMENTO DE ÓLEOS COMESTÍVEIS SERVIDOS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas que geram resíduos oriundos da utilização de óleo comestível no

Município, responsáveis pela destinação adequada desses produtos, mediante procedimento de coleta, reutilização, reciclagem, beneficiamento ou disposição final.

Parágrafo único. Para os fins de que trata este artigo, consideram-se como resíduos as sobras descartadas dos óleos comestíveis, utilizados nas frituras e condimentos de uso culinário industrial, comercial e doméstico.

Art. 2º Para efeito de aplicação desta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

- I - óleo comestível: óleo vegetal de qualquer espécie, gordura vegetal hidrogenada e gordura animal;
- II - meio ambiente: o solo, os cursos d'água, os sistemas públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto;
- III - estabelecimento: complexo de bens organizado para o desenvolvimento das atividades da empresa ou da entidade pública ou privada que utilize o óleo comestível para o preparo de alimentos;
- IV - entidade: associação, que é a união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, nos termos dos artigos 53 a 61 do Código Civil, órgãos da administração direta ou indireta e as fundações; e
- V - empresa: atividade econômica organizada para a produção e a circulação de bens ou de serviços.

Art. 3º As empresas com atividade de produção e venda de refeições em geral, manuseadoras de óleos de uso culinário, ficam obrigadas a implantar em sua estrutura funcional programa de coleta de óleo comestível usado, destinando para reaproveitamento.

Art. 4º Os locais de coleta e armazenamento dos óleos comestíveis servidos deverão possuir área adequada com:

- I - piso e parede revestidos de material liso, lavável, impermeável, resistente, na cor clara e de fácil higienização;
- II - ponto de água corrente a fim de facilitar a higienização; e
- III - ralo com sistema de fechamento da grelha para escoamento das águas provenientes da higienização.

Art. 5º A destinação final dos resíduos oriundos da utilização de óleos comestíveis deverá ser de forma ambientalmente adequada, em locais licenciados pelos órgãos ambientais competentes, ficando proibido:

- I - lançamento em pias, ralos ou canalizações que levem às fossas sépticas ou aos sistemas públicos de esgotos;
- II - lançamento em guias e sarjetas, bocas de lobo, bueiros ou canalizações que levem ao sistema de drenagem de águas pluviais;
- III - lançamento em córregos, rios, nascentes, lagos e lagoas; e
- IV - lançamentos em locais não licenciados, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

Art. 6º Outras formas de destinação dos resíduos, além daquelas descritas no parágrafo único do art. 1º desta Lei, poderão ser regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 7º Os estabelecimentos públicos e privados, cooperativas e associações interessados poderão se cadastrar junto ao Departamento Municipal de Vigilância Sanitária para instalar posto de coleta e entrega de óleo comestível servido.

Parágrafo único. No ato do cadastramento, o responsável pelo estabelecimento deverá apresentar cópia do contrato com a empresa coletora e cópia da licença ambiental da empresa que fará a coleta do óleo comestível servido, além da comprovação da existência de local adequado conforme artigo 4º da presente Lei.

Art. 8º O recolhimento e/ou beneficiamento do óleo comestível

servido só poderá ser realizado por empresa devidamente licenciada para essa atividade pelo órgão ambiental competente.

Art. 9º A desobediência ou a inobservância de qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator, independentemente de outras sanções previstas em lei, às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando-se o infrator para sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, sob pena de multa;

II - não sanada a irregularidade, será aplicada multa conforme previsto na legislação municipal vigente, após avaliado o grau de gravidade da infração cometida;

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro; e

IV - persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será suspenso o alvará de licença e funcionamento concedido à empresa, por até 30 (trinta) dias ou até sua regularização.

Parágrafo único. As penalidades descritas nos incisos II e III deste artigo passarão a ser aplicadas às infrações ocorridas após 12 (doze) meses da publicação da presente Lei.

Art. 10. Competirá ao Departamento Municipal de Vigilância Sanitária e ao órgão responsável pelo Meio Ambiente no Município de Gaspar a fiscalização da coleta dos resíduos e sua destinação.

Parágrafo único. Compreende a gestão dos resíduos sólidos do óleo de cozinha o processo de coleta, manipulação, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento, reciclagem e a disposição final.

Art. 11. Fica o Município, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e do Departamento Municipal de Meio Ambiente, responsável para:

I - informar à população quanto aos problemas ambientais causados pelo despejo de óleos comestíveis servidos nas redes de esgoto e de drenagem pluvial, nas fossas sépticas e as vantagens dos processos de reciclagem;

II - promover a discussão, o desenvolvimento, a adoção e a execução de ações, projetos e programas que atendam aos objetivos desta Lei, reconhecendo-os como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos e de águas pluviais, bem como para a preservação dos mananciais hídricos do Município;

III - incentivar a prática da reciclagem de óleos comestíveis de uso culinário, doméstico, comercial ou industrial;

IV - estimular e apoiar as iniciativas não-governamentais voltadas à reciclagem, bem como a outras ações ligadas às diretrizes de política ambiental de que trata esta Lei;

V - promover campanhas de conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando à solidariedade e à união de esforços em prol da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento de políticas de reciclagem dos resíduos;

VI - estabelecer no Município, de forma exclusiva ou em parceria com empresas privadas, cooperativas ou associações, pontos de entrega credenciados para coleta de resíduos de óleos comestíveis para sua destinação correta;

VII - informar as vantagens econômicas e ecológicas dos processos de reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal;

VIII - informar e motivar os setores gastronômico e hoteleiro acerca da importância de sua participação nas atividades de reciclagem e destinação final de óleos comestíveis;

IX - capacitar os servidores públicos como agentes disseminadores do programa referido nesta Lei;

X - estimular as empresas que produzem resíduos de óleos comestíveis a armazenarem seus resíduos ou a se tornarem um posto

de coleta deste;

XI - incentivar os condomínios da cidade a armazenarem seus descartes de óleos de cozinha e instituírem postos de coleta; e  
XII - divulgar à população os estabelecimentos cadastrados como posto de coleta de óleo comestível no Município de Gaspar.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei por Decreto.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 22 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **Lei Nº. 3.351, de 30 de Setembro de 2011**

LEI Nº. 3.351, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar para o exercício de 2012 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal de acordo com o Plano Plurianual 2010/2013;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 são aquelas definidas nos Anexos I, II e III desta Lei (art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), desdobradas nas seguintes tabelas:

I - ANEXO I - Anexo de Metas Fiscais:

a) Demonstrativo das Metas Anuais;

b) Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

- d) Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- g) Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

II - ANEXO II - Anexo de Metas Físicas priorizadas para o exercício de 2012:

- a) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção do Legislativo;
- b) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Programa Vereador Mirim;
- c) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Construção da Sede Própria da Câmara Municipal;
- d) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;
- e) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção da Diretoria de Comunicação;
- f) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Administração e Finanças;
- g) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Secretaria de Administração e Finanças;
- h) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Procuradoria do Município;
- i) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão Área da Cultura;
- j) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação Infantil;
- k) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Ensino Fundamental;
- l) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Jovens e Adultos;
- m) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Educação Especial;
- n) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
- o) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- p) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- q) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão na Área de Desenvolvimento Social;
- r) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks;
- s) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de

Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social;

- t) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- u) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- v) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Desenvolvimento Agrícola;
- w) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Meio Ambiente;
- x) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Transportes e Obras;
- y) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Diretoria de Trânsito - DITRAN;
- z) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar;
- aa) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Polícia Civil;
- bb) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar;
- cc) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção e Melhorias na Infra-Estrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
- dd) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de unidades habitacionais;
- ee) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu;
- ff) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Fundação Municipal de Esportes;
- gg) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Fundação Municipal de Esportes;
- hh) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;
- ii) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do SAMAE;

III - ANEXO III - Anexo de Riscos Fiscais:

- a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2012 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I, II e III desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal



(art. 4º, § 1º, da LRF).

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da saúde.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata o inciso VI do art. 167 da Constituição Federal serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº. 163/2001 e a Portaria 633/2006 do Ministério da Fazenda e demais alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

III - resumo geral natureza da despesa (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - programa de trabalho (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

V - programa de trabalho de governo - demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII - demonstrativo da despesa até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - demonstrativo da evolução da despesa realizada até modalidade de aplicação dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício de 2011 e para o exercício de 2012;

XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2012 (art. 5º, III, da LRF);

XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2011 (art. 4º, §§ 1º e 9º, da LRF).

Parágrafo único. Os orçamentos dos Fundos, Fundação e Autarquia que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, previsão para 2011, 2012, 2013 e 2014, com justificativa da estimativa para 2012, acompanhado de metodologia e memória de cálculo (art. 12, da LRF);

II - quadro demonstrativo da evolução da despesa em nível de função e subfunção, dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, fixada



para 2011 e 2012;

III - quadro demonstrativo da dívida fundada, saldo em 31/12/2010, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014;

IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2012;

V - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

VI - demonstrativo do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito se for o caso.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O orçamento para o exercício de 2012 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a", da LRF).

Art. 8º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2012 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo (art. 9º da LRF):

I - eliminação de despesas com horas extras, observadas as situações previstas nesta Lei;

II - redução de investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2012, a 10% (dez por cento) da RCL (Receita Corrente Líquida) apurada no exercício de 2011.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º, da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência, do excesso de arrecadação, da redução de despesas discricionárias e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2012, de cada uma das

Unidades Gestoras, poderá contemplar recursos para a reserva de contingência, limitados a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei (art. 5º, III, "d", da LRF).

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e à manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal deverá elaborar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando o desenvolvimento do programa de governo, bem como obras e serviços de competência do Município ou não.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa (art. 8º, § único, da LRF).

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de Convênios, Operações de Crédito, Contratos de Repasse a Fundo Perdido, Emendas Parlamentares e Termos de Responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, servirão como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, através de Decreto do Executivo e abertura de crédito especial, através de lei.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2012, são as constantes do Anexo I, Tabela 7, desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, de saúde, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica (art. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas às quais o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de sessenta dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

Art. 19. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 21. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão avaliadas para o exercício de 2012 a preços estimados de dezembro de 2011.

Parágrafo único. Na fixação do orçamento para o exercício financeiro de 2012 será destinado ao Poder Legislativo o percentual de até 6% (seis por cento) da receita direta do orçamento da Prefeitura do Município de Gaspar, ou seja, do orçamento da Administração Direta.

Art. 23. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada programa, projeto, atividade ou operação especial, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF).

Parágrafo único. Sempre que expedido decreto para detalhamento de saldos de dotações de despesa, ou para seu remanejamento, dentro de cada programa, projeto ou atividade, cópia deverá ser enviada à Câmara de Vereadores.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta Lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais será considerada por fonte de recurso.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2012, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento, com exceção das operações afetas ao Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que poderão destinar-se também ao financiamento de despesas correntes.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, parágrafo 1º, II, da CF).

§ 1º A revisão geral e anual à remuneração dos servidores e subsídios será concedida pelo índice de inflação oficialmente divulgado e acumulado nos últimos doze meses à concessão da revisão.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Gaspar ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei para reformulação da legislação tributária, podendo conceder benefícios fiscais, isenção e remissão tributária aos contribuintes, devendo, nesses casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estimativa do seu impacto, e atender ao disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º, da LRF).

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2011 a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30 de novembro de 2011.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal para processamento e envio dos relatórios respectivos ao Legislativo para propiciar a preparação da redação final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender aos riscos fiscais previstos.

Art. 37. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 38. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 39. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 30 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa:		0001			
Descrição do Programa:		Manutenção do Legislativo			
Órgão: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.					
Público Alvo: Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.0.2	Adequação do quadro de Servidores, remuneração, revisões remuneratórias a qualquer título, plano de carreira, pagamento de Servidores ativos e inativos, subsídio dos Vereadores, contratação de estagiários, verbas indenizatórias e encargos sociais.	Servidores Ativos, Inativos, Bolsistas e Vereadores	Servidores	40
0002	2.0.0.0.0.4	Contratação de serviços terceirizados em geral, locação, materiais de consumo, atualização e conservação do patrimônio, auxílios a servidores, assinaturas, contribuições, diárias, demais despesas com a manutenção do Legislativo.	Sessões	Sessões	70
0002	2.0.0.0.0.6	Aquisição, atualização e locação de softwares, manutenção de site, manutenção e ampliação de rede de informática, proporcionar treinamento de Servidores e Vereadores sobre assuntos relativos à informática	Unidades	Unidades	20
0001	1.0.0.0.0.1	Compra de mobiliário, atualização da biblioteca (física e eletrônica).	Unidades	Unidades	50
0002	2.0.0.0.0.8	Realização de Concurso Público.	Unidades	Unidades	1
0002	2.0.0.0.1.0	Dotar Servidores e Vereadores de cursos, palestras e afins visando o desenvolvimento das atividades do Legislativo; conceder bolsas de estudos em nível de graduação e pós-graduação a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.	Unidades	Unidades	50
0002	2.0.0.0.1.2	Publicidade, divulgação e veiculação dos atos da Câmara de Vereadores em atendimento às normas legais, bem como proporcionar conhecimento aos munícipes das ações realizadas pela Edilidade	Unidades	Unidades	70

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0002			
Descrição do Programa		Programa Vereador Mirim			
Órgão:Mesa Diretora da Câmara Municipapl de Gaspar e a Coordenação do Programa.					
Público Alvo: Alunos, professores,diretores e pais das escolas do Município de Gaspar que atendam 5ª a 8ª séries.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.1.4	Manutenção do programa, contratação de serviços terceirizados em geral, aquisição de materiais de consumo (lanches,passes de ônibus, outros),palestras, demais despesas com o processo legislativo Mirim.	Sessões	Sessões	20
0002	2.0.0.0.1.6	Contratação de agência de publicidade para criação e desenvolvimento de cartilha,materiais de divulgação nos educandários, diplomas, certificados e afins.	Alunos	Alunos	4800



**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0003			
Descrição do Programa		Construção da Sede Própria			
Órgão:Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.					
Público Alvo: Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.0.0.3	Criação,desenvolvimento e gerenciamento dos projetos e acompanhamento das etapas de execução da obra.	Projetos	Unidade	35
0001	1.0.0.0.0.5	Contratação e execução da obra	Área	M²	700

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa:		0.0.0.4			
Descrição do Programa:		Gestão do Gabinete e Políticas Públicas			
Órgão:Gabinete do Prefeito e Vice Prefeita					
Público Alvo: População Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.1.8	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	Secretaria	Unidade	1
0001	1.0.0.0.0.9	Aquisição de Equipamentos Mat. Permanente	EquipamentosMaterial Permanente	Unidade	10

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.0.5			
Descrição do Programa		Manutenção da Diretoria de Comunicação			
Órgão: Setor de Comunicação					
Público Alvo:População Gasparense e Secretarias do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	2012
0002	2.0.0.0.2.0	Manutenção da Comunicação	Imprensa	Unidade	1
0001	1.0.0.0.1.1	Aquisição de Móveis e Equipamentos	Equipamentos Material Permanente	Unidade	5

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa:		0.0.0.6			
Descrição do Programa:		Gestão da Secretaria de Administração e Finanças			
Órgão:Secretaria de Administração e Finanças					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.0.1.3	Modernização Administrativa e Fiscal	Administração	Unidade	1
0002	2.0.0.0.2.2	Manutenção da Secretaria Adm.Finanças	Secretaria	Unidade	1
0009	1.0.0.0.4.5	Encargos Especiais	Encargos	Unidade	10
0001	1.0.0.0.1.7	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Equipamentos Permanente      Material	Unidade	50

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Órgão: Secretaria de Administração de Administração e Finanças					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	



**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.0.8			
Descrição do Programa :		Gestão Area da Cultura			
Órgão: Secretaria de Educação					
Público Alvo: População do Muicípio de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.2.4	Eventos Culturais	Eventos	Quantidade	14
0002	2.0.0.0.2.6	Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca	Manutenção	Cultura	1
0002	2.0.0.0.2.8	Manutenção das Oficinas Culturais	Manutenção	Oficinas Culturais	19
0001	1.0.0.0.1.9	Construção do Complexo Cultural de Gaspar, Restauração e ampliação do Coreto Municipal e Ampliação da Casa das Oficinas Culturais	Contrução	Unidade	1
0002	2.0.0.0.3.0	Biblioteca Itinerante	Alunos	Número	5.350
0002	2.0.0.0.3.2	FEDASC - Festival Escolar de Dança de Santa Catarina	Eventos	Festival	1
0002	2.0.0.0.3.4	Oficinas de Formação	Professores	Número	45
0002	2.0.0.0.3.6	Aquisição de Material de Pesquisa	Alunos	Número	5.350
0001	1.0.0.0.4.7	Aquisição de Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	15

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.0.9			
Descrição do Programa :		Gestão de Educação Infantil			
Órgão:Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos da Educação Infantil					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0001	1.0.0.0.2.1	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	Área	m²	1600
0001	1.0.0.2.4.1	Construção do Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) no Bairro Sete de Setembro	Área	m²	1118,48
0001	-	Construção de Centro de Desenvolvimento Infantil no Bairro Margem Esquerda.	Área	m²	400
0002	2.0.0.0.3.8	Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Número	2500
0002	2.0.0.0.4.0	Merenda Escolar	Alunos	Número	2500
0001	1.0.0.0.9.9	Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	100

VETADO

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.1.0			
Descrição do Programa :		Gestão de Educação de Ensino Fundamental			
Órgão: Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos do Ensino fundamental					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.0.2.9	Construção, Ampliação e Reforma de Escolas e Quadras Esportivas	Área	m²	3500
0002	2.0.0.0.4.2	Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Número	4600
0002	2.0.0.0.4.4	Transporte Escolar	Alunos	Número	900
0002	2.0.0.0.4.6	Merenda Escolar	Alunos	Número	4.600
0001	1.0.0.0.3.3	Projetos Pedagógicos	Projeto	Unidade	4
0001	1.0.0.1.7.7	Aquisição de Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	250

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.1.2				
Descrição do Programa	Gestão de Educação de Jovens e Adultos				
Órgão:Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos da Educação de Jovens e Adultos					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0002	2.0.0.0.5.0	Manutenção Educação de Jovens e Adultos	Alunos	Número	300
0002	2.0.0.0.5.2	Merenda Escolar	Alunos	Número	300
0001	1.0.0.2.1.9	Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	10

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.1.1				
Descrição do Programa	Gestão da Educação Especial				
Órgão:Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos da Educação Especial					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.4.8	Manutenção Educação Especial	Manutenção	Educação Especial	1



**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.1.3			
Descrição do Programa		Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio			
Órgão:Secretaria de Turismo Indústria e Comércio					
Público Alvo:População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.5.4	Manutenção das ações da secretaria	Manutenção	Unidade	1
0002	2.0.0.0.5.6	Transferências as entidades privadas sem fins lucrativos	Entidades	Unidade	12
0002	2.0.0.0.6.0	Incentivo a economia solidária/cooperativas/incubadoras	Empresas	Unidade	1
0002	2.0.0.0.6.2	Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Unidade	12
0001	1.0.0.0.3.7	Construção de Centro de Eventos/Pórtico	Centro de Eventos	Unidade	1
0002	2.0.0.0.6.6	Manutenção Sábado na Praça	Edições	Unidade	12
0002	2.0.0.1.8.2	Festival de Inverno e Expo Gaspar	Edições	Unidade	1
0002	2.0.0.0.6.8	Gaspar Natal em Festa	Edições	Unidade	1
0002	2.0.0.0.7.0	Semana Aniversário Município	Edições	Unidade	1
0001	1.0.0.0.4.3	Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto	Etapa	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.0			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO			
Órgão:Procuradoria Geral do Município					
Público Alvo: Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.1.0.0	Manutenção da Procuradoria Geral	Manutenção	Unidade	1
0001	1.0.0.1.2.7	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	41
0002	2.0.0.1.0.2	Manutenção do Programa de Reaparelhamento da Procuradoria - Honorários de Sucumbência	Manutenção	Unidade	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.2.9				
Descrição do Programa :	Gestão na Área de Desenvolvimento Social				
Órgão:Fundo Municipal de Assistência Social.					
Público Alvo: População do Município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.1.6.4	Ações de Desenvolvimento Social	Ações	Secretaria	1
0002	2.0.0.1.6.6	Feiras / Artesanato	Feiras	Projeto	1
0001	1.0.0.1.9.3	Revisão BPC - Benefício de Prestação Continuada	Revisão	Projeto	1
0002	2.0.0.1.8.0	Convênios com Entidades	Convênios	Entidades	5
0001	1.0.0.1.9.5	Implantar Programas na Área social	Programa	Programa	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.9			
Descrição do Programa :		Gestão na Área de Desenvolvimento Social			
Órgão:Fundo Municipal de Assistência Social.					
Público Alvo: População do Município de Gaspar.					
Metas Físicas					
0001	2.0.0.1.9.2	Proteção Social Básica	Programa	Programa	1
0001	2.0.0.1.9.4	Proteção Social Especial - Média Complexidade	Programa	Programa	1
0001	2.0.0.1.9.6	Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Abrigos	Abrigos	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.3.0				
Descrição do Programa	Gestão Centro Educativo Maria Hendricks				
Órgão:Fundo Municipal de Assistência Social					
Público Alvo: População do município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.1.8.4	Garantir Funcionamento, Manutenção e Equipamentos para Centro Educativo	Manutenção	Criança e Adolescente	250
0001	1.0.0.2.1.7	Construir Quadra Esportiva e Anfiteatro	Área	Quadra e Anfiteatro	1
0001	1.0.0.2.1.3	Adquirir Equipamentos	Material Permanente	Peças	20
0002	2.0.0.1.8.6	Garantir Proteção Social Especial de Média Complexidade Peti Jornada	Proteção Social	Programa	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II- Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.0.7				
Descrição do Programa	Reserva de Contingência				
Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	2012
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	



**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.2.7			
Descrição do Programa		Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente			
Órgão : Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente					
Público Alvo: Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade Social.					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0001	1.0.0.1.7.3	Pesquisa de Diagnóstico Social	Diagnóstico	Pesquisa	
0002	2.0.0.1.5.4	Manter Programas e Ações	Ações	Programa	16
0001	1.0.0.1.7.5	Manter Convênios com Entidades	Convênios	Projeto	15
0001	1.0.0.1.7.7	Manter Convênios com Entidades	Convênios	Projeto	5
0002	2.0.0.1.5.6	Criar e Manter Oficinas Profissionalizantes para Adolescentes	Crianças e Adolescentes	Programa	
0001	1.0.0.1.7.9	Capacitação para toda a Rede de atendimento a Crianças e Adolescentes	Projeto	Unidade	2

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.1			
Descrição do Programa :		APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA			
Órgão: Secretaria de Agricultura					
Público Alvo: Agricultores do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0002	2.0.0.1.0.4	Manutenção das atividades agrícolas	secretaria	unidade	1
0001	1.0.0.1.3.3	Projeto para compra de equipamentos agrícolas	secretaria	projeto	2
0001	1.0.0.1.3.5	Construção de Pontilhões	Pontes	Unidade	4
0001	1.0.0.1.3.7	Constr./Aquis.Sede da Secretaria de Agricultura e Feira Livre Municipal	secretaria	m2	300
0002	2.0.0.1.0.6	Seminarios de Capacitação de Agricultores	secretaria	projeto	5
0001	1.0.0.1.3.9	Convenio Federal - Projeto Expo- Gaspar	secretaria	projeto	1
0001	1.0.0.1.4.1	Aquis.Equip.Psicultura	Equipamentos	Unidade	1
0001	1.0.0.1.4.3	Aquisição de Material Permanente	Equipamentos	unidade	5

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II- Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.2.2				
Descrição do Programa :	APOIO AO MEIO AMBIENTE				
Órgão: Secretaria de Agricultura					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0002	2.0.0.1.0.8	Manutenção do Meio Ambiente	Meio Amb.	Unidade	1
0001	1.0.0.1.4.9	Projeto Aquisição Equipamentos	Projeto	Unidade	1
0001	1.0.0.1.5.1	Aquisição de Equipamentos Material Permanente	Equip.Mat.Perm.	Unidade	2

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.1.4			
Descrição do Programa:		GESTÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS			
Órgão:Secretaria de Obras					
Público Alvo: População de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação	da Ação		Medida	2012
0002	2.0.0.0.7.2	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	IluminaçãoPública	unidades	11.000
0001	1.0.0.2.5.3	Pavimentação de Ruas	Ruas Pavimentadas	m²	20.000
0002	2.0.0.0.7.4	Manutenção e da Secretaria de Obras	Secretaria	secretaria	1
0001	1.0.0.0.4.7	Implantação de Calçadas,passeios públicos e ciclovias	Calçadas	m	4.300
0001	1.0.0.0.5.1	Aquisição de Veículos	Veículos	unidades	1
0001	1.0.0.0.5.3	Aquisição de máquinas e equipamentos	Máquinas	unidades	2
0001	1.0.0.0.5.5	Construção/ampliação ou reforma do imóvel da secretaria	Edificação	m²	200
0002	2.0.0.0.9.2	Manutenção Superintendência Belchior	Superintendência	Unidade	1
0001	1.0.0.0.5.7	Dragagem e Desassorimento de cursos de água	Desassor.Valas	m	15.000

**MUNICÍPIO DE GASPAR/SC****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.1.5			
Descrição do Programa :		Gestao do Ditrان			
Orgão Responsável : Ditrان					
Público Alvo: Todas as vias públicas e escolas do município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.0.5.9	Desapropriação/Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unidade	2
0001	1.0.0.0.6.1	Implantação de Ciclovias	Área	km	3
0002	2.0.0.0.7.6	Asfaltamento de área pública	Área	km	3
0002	2.0.0.0.7.8	Manutenção da DITRAN	Diretoria de Trânsito	unidade	1
0001	1.0.0.0.6.3	Aquisição de Veículos da DITRAN	unidade	Veículos	2
0001	1.0.0.0.6.5	Aquisição de materiais permanentes da DITRAN	Equipamento Material Permanente	Unidade	5
0001	1.0.0.0.6.7	Educação para o Trânsito	Cursos	Unidade	50
0001	1.0.0.0.6.9	Construção da Sede DITRAN	Imóvel	Imóvel	

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.1.6			
Descrição do Programa :		GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE GASPAR			
Órgão: Secretaria de Administração e Finanças - Corpo de Bombeiros					
Público Alvo: Comunidade Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.0.7.1	AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE	Equipamento Material Permanente	Unidade	20
0002	2.0.0.0.8.0	APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA	Corpo de Bombeiros	Unidade	1
0001	1.0.0.0.7.3	CONSTRUÇÃO SEDE	Sede	Unidade	1



**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.1.7			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL			
Órgão: Secretaria de Transporte e Obras - POLÍCIA CIVIL (Convênio de Trânsito)					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.0.7.5	Aquisição Veículos	Veículos	unidade	4
0001	1.0.0.0.7.7	Aquisição Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	40
0002	2.0.0.0.8.2	Manutenção Polícia Civil	Sede	Unidade	1
0001	1.0.0.0.7.9	Construir e Equipar Nova Sede	Área	m2	1900

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.1.8				
Descrição do Programa :	GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA MILITAR EM GASPAR				
Órgão: Secretaria de Transportes e Obras (Convênio Trânsito) - Polícia Militar					
Público Alvo: Comunidade Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0001	1.0.0.0.8.1	Aquisição Veiculos/Motos-Trânsito PM	Veículo	unidade	2
0001	1.0.0.0.8.3	Aquisição Equipamentos/Materiais Permanentes-Trânsito PM	Equip.Mat. Perman.	unidade	40
0002	2.0.0.0.8.4	Manutenções Diversas Trânsito-PM	Trânsito	unidade	1
0001	1.0.0.2.5.7	Projetos/Obras e Reformas	Obras	unidade	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.2.8				
Descrição do Programa	Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar				
Órgão: Fundação Municipal de Esportes					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2012
0002	2.0.0.1.5.8	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	4
0001	1.0.0.1.8.1	Aquisição de Veículos	Veículos	Unidade	1
0001	1.0.0.1.8.5	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Areas Esportivas	Unidade	10
0002	2.0.0.1.6.0	Apoio a Entidades Esportivas	Projetos	Unidade	25
0002	2.0.0.1.6.2	Manutenção da Fundação M. Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	Esporte	Unidade	1
0001	1.0.0.1.8.7	Aquisição de Equip.Mat.Perm./Equip.Academia Popular	Equipamento Perman.	Unidade	34

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.0.7				
Descrição do Programa	Reserva de Contingência				
Órgão: Fundação Municipal de Esportes					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.5			
Descrição do Programa:		Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SAMAE			
Órgão: SAMAE					
Público Alvo: Usuários do Samae					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.1.1.0	Manutenção da estrutura administrativa da autarquia	Autarquia	unidade	1
0001	1.0.0.1.5.3	Aquisição de Veículos	Veículo	unidade	2
0002	2.0.0.1.1.4	Coleta de Lixo	Resíduo	tonelada	14500
0002	2.0.0.1.1.6	Ampliação/ Manut. da rede de água e esgoto	Extensão	km	325
0002	2.0.0.1.1.8	Manutenção da frota de veículos e equipamentos	Veículos/ Equipamentos	unidade	34
0001	1.0.0.1.5.7	Aquisição de Bombas, equipamentos e mobília em geral	Equipamentos	Unidade	1
001	1.0.0.1.5.9	Esgoto Sanitário	Residencias	residencias	2.000
0009	1.0.0.2.4.3	Encargos Especiais	Financiamento	Financiamento	1

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.0.7				
Descrição do Programa	Reserva de Contingência				
Órgão: SAMAE					
Público Alvo: Administração Indireta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva Contingência	Unidade	



**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :			0.0.1.9		
Descrição do Programa :			CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO		
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento					
Público Alvo: População do Município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0002	2.0.0.0.8.8	Manutenção das ações da Secretaria.	Secretaria	Secretaria	1
0001	1.0.0.0.9.1	Aquisição de veículos.	Veículo	Unidade	1
0001	1.0.0.0.9.5	Pavimentação de vias e corredores.	Ruas pavimentadas	m2	57.663
0001	-	Pavimentação da Rua Renato Manoel Peixoto – Poço Grande; da Estrada Geral Poço Grande – Lagoa; da Rua Francisco Scheidt – Figueira, e da Rua Alessandro A. da Silva – Santa Terezinha.	Ruas pavimentadas	m2	17.100
0001	-	Pavimentação da Rua Hilda Lenfers – Margem Esquerda; da Rua Lagoa Vermelha – Margem Esquerda; da Rua São Francisco – Margem Esquerda; da Rua Penha – Margem Esquerda; da Rua Olga Bohn – Coloninha; da Rua Arnaldo Kock – Coloninha; e da Rua Amaro Muller – Coloninha.	Ruas pavimentadas	m2	15.900
0001	-	Pavimentação da Rua Ferminio Fachini.	Ruas pavimentadas	m2	1.500
0001	-	Pavimentação da Rua Anselmo Paschoal da Silva.	Ruas pavimentadas	m2	2.000
0001	-	Pavimentação da Rua Maranhão – Bairro Sete de Setembro.	Ruas pavimentadas	m2	2.000
0001	-	Pavimentação da Rua Mathilde Bernz – Bairro Sete de Setembro.	Ruas pavimentadas	m2	3.237

VETADO

VETADO

VETADO

VETADO

VETADO

VETADO

0004	-	Pavimentação da Rua Maria da Silva	Ruas pavimentadas	m2	600	VETADO
0001	1.0.0.0.9.7	Construção, reforma e ampliação de terminais rodoviários urbanos.	Terminais rodoviários	Unidade	1	
0002	2.0.0.0.9.0	Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo.	Transporte coletivo	Unidade	1	
0001	1.0.0.1.0.1	Construção do Centro de Convivência.	Centro Convivência	Unidade	1	
0001	1.0.0.1.0.7	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas.	Ciclovias	m2	40.000	
0001	1.0.0.1.0.9	Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais.	Drenagem	Bairros	2	
0001	1.0.0.1.1.1	Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário.	Regularização e atualização de cadastro	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.2.1	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Obra	Unidade	1	

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :			0.0.1.9		
Descrição do Programa :			CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO		
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento					
Público Alvo: População do Município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2012
0001	1.0.0.1.1.3	Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes.	Implantação de infra-estrutura	Unidade	1
0001	1.0.0.1.1.5	Contratação de projetos técnicos.	Projetos	Unidade	20
0002	2.0.0.0.9.6	Revisão e complementação do plano diretor.	Plano	Unidade	1
0001	1.0.0.1.1.7	Aquisição de terrenos e desapropriações.	Terreno	m2	80.000
0002	2.0.0.0.9.8	Educação ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes.	Plano	Unidade	1
0001	1.0.0.2.6.1	Execução de trabalhos Sócio Ambientais	Trabalhos	Unidade	4
0001	1.0.0.2.5.9	Estabilização de Talude do Morro do SAMAE	Morro	Unidade	1
0001	1.0.0.2.6.3	Infraestrutura de Loteamentos	Loteamentos	Unidade	2
0001	1.0.0.2.6.7	Serviços de Contenção de Encostas	Encostas	Unidade	1
0001	1.0.0.2.5.1	Construção de Viaduto e seus acessos para Melhoria das Vias	Viaduto	Unidade	1
0001	1.0.0.2.4.5	Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamento das águas superficiais Bairro Santa Terezinha	Drenagem Bairro	Unidade	1
0001	1.0.0.2.6.5	Assistência Técnica em Habitação	Famílias Assistidas	Famílias	180
0001	1.0.0.2.6.9	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	SES	Unidade	1
0001	1.0.0.2.7.1	Melhoria em sistema de Abastecimento de água	Sistema de água	Unidade	1
0001	1.0.0.2.4.9	Construção de Pontos de ônibus	Pontos de ônibus	Unidade	10

0001	1.0.0.1.1.9	Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes.	Equipamentos	Unidade	20
0001	1.0.0.1.2.1	Anel viário e via interbairros	Extensão	Km	5
0001	1.0.0.1.2.3	Reforma da ponte Hercílio Deeke	Projeto	Unidade	1
0001	1.0.0.1.2.5	Vigilância eletrônica e segurança pública e de espaços públicos.	Projeto	Unidade	3
0001	1.0.0.2.2.3	Reurbanização de Vias Públicas	Ruas	Unidade	5

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.3			
Descrição do Programa :		Construção de unidades habitacionais.			
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	2012
Ação	da Ação			Medida	
0001	1.0.0.1.0.3	Construção de unidades habitacionais.	Moradias	Unidade	22

**MUNICÍPIO DE GASPAR****ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.4			
Descrição do Programa :		Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajai-Açu.			
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento					
Público Alvo: População do Município de Gaspar e região.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	2012
Ação	da Ação			Medida	
0001	1.0.0.0.9.3	Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajai-Açu em Gaspar	Ponte	Unidade	

**Anexo III -Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

**Município de Gaspar**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2012**

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Arrecadação realizada a menor que a prevista no orçamento	250.000,00	Reserva de Contingência e Redução de despesas discricionárias	250.000,00
Situações de calamidade pública que demandem ações emergenciais			
<b>TOTAL</b>	250.000,00	<b>TOTAL</b>	250.000,00



## Anexo I -Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

**Município de Gaspar**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2012**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB(a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100
Receita Total	255.406.165	238.474.477	0,166	272.523.765	238.470.218	0,164	288.617.725	238.487.626	0,164
Receitas Primárias (I)	222.625.512	207.866.958	0,144	239.710.965	209.757.582	0,145	252.807.759	208.897.504	0,144
Despesa Total	255.406.165	238.474.477	0,166	272.523.765	238.470.218	0,164	288.617.725	238.487.626	0,164
Despesas Primárias (II)	253.994.429	237.156.329	0,165	271.172.213	237.287.551	0,164	287.338.872	237.430.897	0,164
Resultado Primário (I - II)	(31.368.917)	(29.289.372)	(0,020)	(31.461.248)	(27.529.969)	-0,019	(34.531.113)	(28.533.393)	-0,020
Resultado Nominal	(31.431.624)	(29.347.921)	(0,020)	(29.522.644)	(25.833.605)	-0,018	(32.471.558)	(26.831.564)	-0,018
Dívida Pública Consolidada	34.450.388	32.166.562	0,022	64.184.082	56.163.880	0,039	96.853.942	80.031.352	0,055
Dívida Consolidada Líquida	31.300.388	29.225.386	0,020	60.823.032	53.222.814	0,037	93.294.590	77.090.225	0,053

FONTE:Metodologia de Cálculo

**Metodologia de Cálculo:**

- 1 - As estimativas de receita foram calculadas tendo por base a média dos últimos 3 anos de arrecadação, inflação, média de crescimento e uma maior fiscalização e cobranças dos impostos e dívida ativa.
- 2 - À arrecadação foi ajustada pelo crescimento aplicou-se a projeção de inflação e crescimento econômico projetado.

**Anexo I -Tabela 2 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR****Município de Gaspar****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR****2012**

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Metas Previstas em 2010	% PIB	Metas Realizadas em 2010	% PIB	Variação	
					Valor	%
Receita Total	151.735.000	0,096	94.725.633,06	0,069	57.009.366,94	0,027
Receitas Primárias (I)	146.459.511	0,092	89.757.142,43	0,065	56.702.368,57	0,027
Despesa Total	151.735.000	0,096	88.168.051,86	0,064	63.566.948,14	0,032
Despesas Primárias (II)	151.028.555	0,095	87.547.445,72	0,063	63.481.109,28	0,032
Resultado Primário	(4.569.044)	-0,003	2.209.696,71	0,002	-6.778.740,71	-0,004
Resultado Nominal	(3.171.291)	-0,002	-1.067.681,03	-0,001	-2.103.609,97	-0,001
Dívida Pública Consolidada	6.758.098	0,004	3.836.205,21	0,003	2.921.892,79	0,001
Dívida Consolidada Líquida	3.608.098	0,002	-15.234.786,99	-0,011	18.842.884,99	0,013

FONTE: Extraído a Meta Prevista em relatórios da LDO e as Metas Realizadas de 2010, extraído do Anexo LRF.

**Anexo I -Tabela 3 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES****Município de Gaspar****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES****2012**

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	VALOR CORRENTE										
	2009	2010	%	Previsão 2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	85.288.207	94.725.633	11,07%	228.864.105	141,61%	255.406.165	11,60%	272.523.765	6,70%	288.617.725	5,91%
Receitas Primárias (I)	83.805.090	89.757.142	7,10%	196.248.325	118,64%	222.625.512	13,44%	239.710.965	7,67%	252.807.759	5,46%
Despesa Total	78.301.110	88.168.052	12,60%	228.864.105	159,58%	255.406.165	11,60%	272.523.765	6,70%	288.617.725	5,91%
Despesas Primárias (II)	77.165.953	87.547.446	13,45%	227.515.503	159,88%	253.994.429	11,64%	271.172.213	6,76%	287.338.872	5,96%
Resultado Primário (I - II)	6.639.137	2.209.697	-66,72%	(31.267.178)	-1515,00%	(31.368.917)	0,33%	(31.461.248)	0,29%	(34.531.113)	9,76%
Resultado Nominal	(7.469.931)	(1.067.681)	-85,71%	(31.656.351)	2864,96%	(31.431.624)	-0,71%	(29.522.644)	-6,07%	(32.471.558)	9,99%
Dívida Pública Consolidada	1.431.698	3.836.205	167,95%	35.087.199	814,63%	34.450.388	-1,81%	64.184.082	86,31%	96.853.942	50,90%
Dívida Consolidada Líquida	(18.043.190)	(15.234.787)	-15,56%	31.937.199	-309,63%	31.300.388	-1,99%	60.823.032	94,32%	93.294.590	53,39%
ESPECIFICAÇÕES	VALOR CONSTANTE										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	95.283.985	100.409.171	5,379%	228.864.105	127,93%	238.474.477	4,20%	238.470.218	0,00%	238.487.626	0,007%
Receitas Primárias (I)	93.627.047	95.142.571	1,619%	196.248.325	106,27%	207.866.958	5,92%	209.757.582	0,91%	208.897.504	-0,41%
Despesa Total	87.478.000	93.458.135	6,836%	228.864.105	144,88%	238.474.477	4,20%	238.470.218	0,00%	238.487.626	0,01%
Despesas Primárias (II)	86.209.803	92.800.292	7,645%	227.515.503	145,17%	237.156.329	4,24%	237.287.551	0,06%	237.430.897	0,06%
Resultado Primário (I - II)	7.417.244	2.342.279	-68,421%	(31.267.178)	-1434,90%	(29.289.372)	-6,33%	(27.529.969)	-6,01%	(28.533.393)	3,64%
Resultado Nominal	(8.345.407)	(1.131.742)	-86,439%	(31.656.351)	2697,14%	(29.347.921)	-7,29%	(25.833.605)	11,97%	(26.831.564)	3,86%
Dívida Pública Consolidada	1.599.493	4.066.378	154,229%	35.087.199	762,86%	32.166.562	-8,32%	56.163.880	74,60%	80.031.352	42,50%
Dívida Consolidada Líquida	(20.157.852)	(16.148.874)	-19,888%	31.937.199	-297,77%	29.225.386	-8,49%	53.222.814	82,11%	77.090.225	44,84%

FONTE:Extraído dos Anexos da LDO dos anos anteriores e as previsões efetuadas dos anos 2012, 2013 e 2014 foi baseado na estimativa de inflação do período

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Índices de Inflação	5,90%	5,40%	6,00%	7,10%	6,70%	5,90%
Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	11,72%	6,00%		7,10%	14,28%	21,02%

	1,117	1,060		1,071	1,1428	1,210
--	-------	-------	--	-------	--------	-------

**Anexo I -Tabela 4 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Município de Gaspar**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2012**

AMF-Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Resultado Acumulado	74.152.972,49	100	62.602.244,58	100	49.112.689,95	100
<b>TOTAL</b>	<b>74.152.972,49</b>	<b>100</b>	<b>62.602.244,58</b>	<b>100</b>	<b>49.112.689,95</b>	<b>100</b>

**FONTE:**

LinhaResultado Acumulado 2008, extraído do Balanço 2008 arquivado na contabilidade

LinhaResultado Acumulado 2009, extraído do Balanço 2009 arquivado na contabilidade

Linha Resultado Acumulado 2010, extraído do Balanço 2010 arquivado contabilidade

**Município de Gaspar**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2012**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>RECEITAS REALIZADAS</u></b>	<b>2010 (a)</b>	<b>2009 (b)</b>	<b>2008 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	4.614,27	10.565,04	175.901,31
<b><u>DESPESAS EXECUTADAS</u></b>	<b>2010 (d)</b>	<b>2009 (e)</b>	<b>2008 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	162.000,00	9.423,00	
DESPESAS DE CAPITAL	162.000,00	9.423,00	
Investimentos	162.000,00	9.423,00	18.081,04
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	
Regime Geral de Previdência Social		-	200.000,00
<b><u>SALDO FINANCEIRO</u></b>	<b>2010 (g) = ((Ia - IIId) + IIIf)</b>	<b>2009 (h) = ((Ib - IIe) + IIIf)</b>	<b>2008 (i) = (Ic - IIIf)</b>
VALOR (III)	6.135,96	163.521,69	162.379,65

FONTE:

Nota :Foi ajustado este anexo em relação ao apresentado no Balço de 2008, pois o de 2008 estava incorreto.

**Anexo I - Tabela 06 - DEMONSTRATIVO VI – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**Município de Gaspar**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2012**

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2012
Aumento Permanente da Receita	3.600.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.600.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.600.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.400.000,00
Novas DOCC	2.400.000,00
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>1.200.000,00</b>

FONTE: Secretários Municipais



**Município de Gaspar**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2012**

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
IPTU	Mata Nativa	Art. 177, § 3º	30.000,00	34.000,00	38.000,00	Valores previstos no orçamento da receita, dispensado compensação art. 14, I da LRF.
IPTU	Aposentados	Art. 173	70.000,00	75.000,00	80.000,00	
IPTU	Area Rural	art. 171	110.000,00	125.000,00	130.000,00	
IPTU	Remissão	Art. 75	40.000,00	40.000,00	45.000,00	
IPTU	Desconto 15%	Art. 178, § 1º	520.000,00	550.000,00	570.000,00	
IPTU/ISS	Incentivo Fiscal	Lei 2.944/2007	108.900,00	120.000,00	120.000,00	
<b>TOTAL</b>			<b>878.900,00</b>	<b>944.000,00</b>	<b>983.000,00</b>	

FONTE: Setor de Tributação Prefeitura Municipal de Gaspar.

**Decreto Nº 4.513 de 23 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.513 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Rose Maria Venturini	Auxiliar de Enfermagem	30h	11º	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.514 de 23 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CMDU.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.605, de 29 de junho de 2005, e Lei Municipal nº 3.100, de 20 de maio de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam substituídos os conselheiros representantes das entidades abaixo mencionadas, que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU:

ENTIDADE	NOVO MEMBRO
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Titular: Thainá Oliveira Suplente: Lorival Valim
AMPE - Associação de Micro e Pequenas Empresas de Gaspar	Titular: Rodrigo Arns Suplente: Ricardo Karstedt

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 3.519, de 15 de julho de 2009.

Gaspar, 23 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.517 de 23 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.517 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado

para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Josiane Mello	Bibliotecário	40h	5º	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.519 de 26 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.519 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovados para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Edinei Antonio Moreno	Bibliotecário	40h	6º	Secretaria Municipal de Educação
Ledir Ribeiro	Bibliotecário	40h	7º	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.522 de 27 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.522 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Rosane Zuchi Adao	Educador Social	40h	16º	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.523 de 27 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.523 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Andrea Aparecida Silva	Bibliotecário	40h	8º	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.515 de 23 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.515 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Nomeia os membros conselheiros do órgão abaixo mencionado para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

ENTIDADE	NOVO MEMBRO
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Titular: Thainá Oliveira Suplente: Lorival Valim

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 23 de setembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**Decreto Nº. 4.516, de 23 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.516, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.

ALTERA DECRETO Nº 4.491/2011 QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DO DIRETOR GERAL DE ESCOLAS E CDIs MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.72 da Lei Orgânica do Município

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 5º do Decreto nº 4.491/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A cerimônia de posse do cargo de Diretor Geral será definida pela Comissão Municipal, iniciando-se as respectivas atividades a partir de 03 de fevereiro do ano subsequente ao das eleições."

Art. 2º Fica alterada a redação do caput do art. 8º, do Decreto nº 4.491/2001, passando a vigorar com a seguinte forma:

"Art. 8º O Diretor Adjunto será designado de acordo com o número de alunos matriculados no ato da inscrição para o provimento da função, na unidade escolar, com base no Censo Escolar, conforme o disposto no Anexo I deste Decreto, sendo de livre escolha do diretor eleito, e observado ao que dispõe a Lei nº 2.612/2005, referente ao número de vagas existentes."

Art. 3º Ficam alterados os incisos III e VI, e o §1º do art. 9º, do Decreto nº 4.491/2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º [ ]

[ ]

III - Estar 2 (dois) anos ininterruptos, no mínimo, em efetivo exercício na atividade de magistério na rede pública municipal de Gaspar;

[ ]

VI - Ter concluído curso de formação continuada para gestores escolares, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Gaspar no ano de 2011;

[ ]

§ 1º Para efeito do que dispõe o inciso III deste artigo, considera-se como de efetivo exercício o afastamento, devidamente remunerado, decorrente de:

I - licença para tratamento de saúde, pelo período máximo de 3 (três) meses;

II - licença prêmio;

III - licença maternidade."

Art. 4º Fica alterado o § 2º do art. 12, do Decreto nº 4.491/11, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. [ ]

[ ]

§ 2º O edital de convocação da eleição, que indicará os requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação dos candidatos, dia, hora e local de votação e apuração, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral, serão fixados no mural das Escolas e CDIs da Rede Pública Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios."

Art. 5º Fica alterado o caput do art. 12, do Decreto nº 4.491/11, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. O candidato deverá apresentar cópia(s) da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) cujo projeto de gestão tenha sido apresentado à comunidade escolar, devendo a mesma ter pauta específica e somente para este fim, com a assinatura de todos os presentes, conforme cronograma a ser divulgado pela Comissão Municipal."

Art. 6º Fica acrescentado o § 4º junto ao art. 25, do Decreto nº 4.491/11, cuja redação obterá a seguinte forma:

"§ 4º Sendo constatada idêntica pontuação geral entre candidatos que disputam a mesma vaga, será considerado eleito o profissional com mais tempo de exercício na Rede Municipal de Ensino de Gaspar, e, persistindo o empate, aquele que tiver maior idade."

Art. 7º As demais disposições não mencionadas neste Decreto permanecem inalteradas.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de setembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº. 4.518 de 26 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.518 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA DA TOMADA DE CONTAS Nº 124/2011 - DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA A REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para comporem a Comissão Especial de Licitação, responsáveis pela análise da proposta técnica da Tomada de Contas nº 124/2011 - destinado à contratação de empresa de consultoria especializada para a revisão e complementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Gaspar.

- I - Patrícia Sheidt;
- II - Sara Nunes de Souza;
- III - Gercio Issao Kussunoki.

Art. 2º Os membros da Comissão de Licitação, nomeados pelo Decreto nº 4.398/11, terão a incumbência de realizar os demais procedimentos relativos à licitação mencionada no caput do artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de setembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº. 4.520, de 26 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.520, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.  
TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO MENCIONADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos, conforme quadro abaixo, pelas razões especificadas:

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO	MOTIVO
Maria Inês Silva Berlanda	Educador Social	DECRETO Nº 4.460/11	Não tomou posse dentro do prazo legal
Maria da Glória da Silva	Educador Social	DECRETO Nº 4.460/11	Não tomou posse dentro do prazo legal
Luisa Peruzzo	Terapeuta Ocupacional	DECRETO Nº 4.464/11	Não tomou posse dentro do prazo legal

Josiane Mello	Bibliotecária	DECRETO Nº 4.517/11	Desistência expressamente manifestada
---------------	---------------	---------------------	---------------------------------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de setembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.521, de 27 de Setembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.521, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.  
TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO MENCIONADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos, conforme quadro abaixo, em virtude de desistência expressamente manifestada:

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
Edinei Antonio Moreno	Bibliotecário	DECRETO Nº 4.519/11
Ledir Ribeiro	Bibliotecário	DECRETO Nº 4.519/11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de setembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

**Resolução 57/11**

RESOLUÇÃO Nº. 57/2011

Autoriza a realização de audiência pública para apresentação do Projeto de Lei nº. 79/2011, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Gaspar para o exercício financeiro de 2012", a ocorrer no dia 18 de outubro de 2011, às 15h.

A Mesa Diretora e Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos arts. 39, inciso I, 43, inciso V, da Lei Orgânica e 45, inciso V, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o Ofício Interno nº. 233/2011, subscrito pelos Vereadores Membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, solicitando a realização de Audiência Pública no dia 30 de setembro de 2011, às 15h, no recinto do Plenário da Edilidade, a respeito da apresentação do Projeto de Lei nº. 79/2011 que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Gaspar para o exercício financeiro de 2012";

**RESOLVEM:**

Art. 1º Fica autorizada a realização de Audiência Pública no dia 18 de outubro de 2011, às 15h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a finalidade de se efetivar a apresentação do Projeto de Lei nº. 79/2011 que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Gaspar para o exercício financeiro de 2012".

Art. 2º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive a

expedição de convites e publicações em jornal local, para a efetivação da Audiência Pública a que se refere o artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, 03 de outubro de 2011.

MESA DIRETORA E COMISSÃO EXECUTIVA  
CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA  
Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO  
Vice-Presidente

JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI  
Primeiro Secretário

RAUL SCHILLER  
Segundo Secretário

### Convite

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente apresentação do Projeto de Lei nº. 79/2011, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Gaspar para o exercício financeiro de 2012" (Lei Orçamentária Anual - LOA 2012).

DATA: 18/10/2011.

HORÁRIO: 15h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.

Prédio do GASCIC.

## SAMAE

### Portaria n º 102/2011 - SAMAE

PORTARIA Nº 102 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011  
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
IVO SESTREN JUNIOR	ATM	44	40	Operador de Sistema	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 04 de outubro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

### Aviso de Pregão Presencial Nº 41/2011 - SAMAE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.41/2011

OBJETO: Aquisição de equipamentos para análises da água dos sistemas de tratamento e distribuição, a serem realizadas no laboratório da ETA V - Belchior.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 19/10/2011.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 19/10/2011 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 23 de setembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

### Extrato do termo aditivo Nº. 001/2011 ao Contrato Nº. 095/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2011 AO CONTRATO Nº. 095/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para execução do acesso da Avenida Caravelas até a praia com fornecimento de material conforme edital, memorial descritivo, projeto e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na cláusula oitava - Da vigência, para 60 (sessenta) dias contados a partir de 01 de outubro de 2011, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de outubro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES  
Prefeito Municipal.

## Guaramirim

### PREFEITURA

### Extrato Portaria 403/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIA Nº 403/2011

NOMEIA Subcomissão Técnica para Tomada de Preço 094/2011.  
Nilson Bylaardt, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,



em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Subcomissão Técnica para a Tomada de Preço 094/2011, referente à contratação de empresa de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos órgãos da administração direta e indireta do município de Guaramirim, conforme sorteio público divulgado e realizado no dia 16 de setembro de 2011, conforme lei nº 12.232, de 29 de Abril de 2010.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem a Subcomissão da qual trata esta portaria, os membros que seguem abaixo:

- Emerson Gonçalves;
- Luiz Augusto Zilmer Cardoso;
- Maria Aparecida Alves Hohl.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de setembro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito

ROLF WERNER ANTONIUS JÚNIOR

Secretário Municipal da Administração e Finanças

CLÁUDIO EDUARDO MABA

Presidente da Comissão de Licitações

**Extrato cancelamento edital 96/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Edital: Convite p/ Compras e Serviços - 96/2011

Tipo : Menor Preço Global - por item

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA PARA MINI - DOOR E OUTDOOR E IMPRESSÃO EM LONAS COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, ( COM FORNECIMENTO DE ARTE PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM )

CANCELADO

LICITAÇÃO DESERTA

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 21/09/2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Retificação Edital Leilão**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO AVISO DE LEILÃO

Edital: Leilão 93/2011

Tipo : Maior lance ou Oferta - Por item

Objeto : LEILÃO COMUM PARA A VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Abertura: 25/10/2011 às 09:30h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda

à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-2210 - ou pelo site : WWW.PORTALDOLEILO-EIRO.COM.BR

GUARAMIRIM-SC, 04/10/2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

**Portaria Nº 939/2011**

PORTARIA Nº 939/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora FRANCIELI PRANDO DACAS LOKSTEIN (Matr. 3292), a partir de 03 de outubro de 2011, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 940/2011**

PORTARIA Nº 940/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora GISELI MARIA PAZ PADILHA STOPASSOLA (Matr. 3312), a partir de 03 de outubro de 2011, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



**Portaria Nº 941/2011**

PORTARIA Nº 941/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR TOSATTI (Matr. 882), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2010 e 15 de abril de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 942/2011**

PORTARIA Nº 942/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOAO DA SILVA (Matr. 207), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "F", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2010 e 21 de setembro de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 943/2011**

PORTARIA Nº 943/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GERSON DE JESUS (Matr. 189), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "G", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo

Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2010 e 28 de fevereiro de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 944/2011**

PORTARIA Nº 944/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOSÉ ALÍPIO RIBEIRO (Matr. 146), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, Nível - 4, Referência "J", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20 de maio de 2010 e 19 de maio de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 945/2011**

PORTARIA Nº 945/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ FRANCISCO FERREIRA LIRA (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manut. de Máq. e Veículos, Nível - 8, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de maio de 2010 e 21 de maio de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 947/2011**

PORTARIA Nº 947/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor FERNANDO HERRMANN (Matr. 3048), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico - ESF, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de junho de 2010 e 31 de maio de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 948/2011**

PORTARIA Nº 948/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Telefonista, Nível - 6/2, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2009 e 31 de outubro de 2010, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 949/2011**

PORTARIA Nº 949/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DIRLI TEREZINHA MALAQUIAS (Matr. 2850), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde - ESF, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder

Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2009 e 18 de agosto de 2010, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 950/2011**

PORTARIA Nº 950/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LUCIVANI APARECIDA GALVAN CAMARGO (Matr. 2853), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde - ESF, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de agosto de 2010 e 25 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de outubro de 2011 a 01 de novembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 110.2011

DECRETO PMI Nº 110, de 16 de setembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

Órgão:

15

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 14 - Saúde Priorização pela Vida

Projeto (Ação): 2.056 - Man. Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Funcional programática: 10.305.0014

4.4.90.00.00.00.00.00.0173 (0051) Aplicações Diretas 10.000,00

Total 10.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:

15

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 15.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 14 - Saúde Priorização pela Vida

Projeto (Ação): 2.056 - Man. Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Funcional programática: 10.305.0014

3.3.90.00.00.00.00.00.0173 (0007) Aplicações Diretas 10.000,00

Total 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 114.2011

DECRETO PMI Nº 114, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei nº 1.649, de 29 de

fevereiro de 1996 e o Art. 10 da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010;

Considerando o parecer exarado pelo Assessor Jurídico Dr. Euclides de Oliveira Porto, as fls.15/17 no Processo nº 10617/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, do Senhor MIODRAG VOJICIC, inscrito no CPF sob o nº 004.203.569-40, para o Senhor CASIANO BETAT NETO, inscrito no CPF sob o nº 975.363.426-04 e RG nº 505.563.952.9, nos termos do Processo Administrativo nº 10617/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 116.2011

DECRETO PMI Nº 116, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei nº 1.649, de 29 de fevereiro de 1996 e o Art. 10 da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010;

Considerando o parecer exarado pelo Assessor Jurídico Dr. Euclides de Oliveira Porto, as fls.15/18 no Processo nº 10458/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, do Senhor OSVALDO JOÃO VIERA, inscrito no CPF sob o nº 063.783.239-68, para o Senhor JOÃO BATISTA VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 020.848.829-40 e RG nº 5ª/C 3.024.343, nos termos do Processo Administrativo nº 10458/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 117.2011**

DECRETO PMI Nº 117, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei nº 1.649, de 29 de fevereiro de 1996 e o Art. 10 da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010;

Considerando o parecer exarado pelo Assessor Jurídico Dr. Euclides de Oliveira Porto, as fls.17/19 no Processo nº 10456/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, do Senhor RUI GERALDO RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 461.063.919-04, para o Senhor JOSE DOS PASSOS TOMAZ, inscrito no CPF sob o nº 012.255.548-10 e RG nº 13.051.458-5, nos termos do Processo Administrativo nº 10456/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 115.2011**

DECRETO PMI Nº 115, de 26 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei nº 1.649, de 29 de fevereiro de 1996 e o Art. 10 da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010;

Considerando o parecer exarado pelo Assessor Jurídico Dr. Euclides de Oliveira Porto, as fls.14/17 no Processo nº 11091/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, do Senhor JOSUE PATRIK TRAJANO, inscrito no CPF sob o nº 034.716.649-04, para o Senhor JOSE PAULO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 861.469.718-04 e RG nº 5.395.799-7, nos termos do Processo Administrativo nº 11091/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de setembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria DGP/SEAGP N.º 210/2011**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 210, de 03 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar férias do servidor JOÃO SOARES, Auxiliar de Serviços, matrícula nº 1772, inscrito no CPF sob o n.º 399.074.499-20, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 552-89/2011, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2009/2010	3/10/2011 a 1º/11/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

**Portaria DGP/SEAGP N.º 211/2011**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 211, de 03 de setembro de 2011.

Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar férias do servidor LUIZ DA SILVA, Auxiliar de Serviços, matrícula nº 1746, inscrito no CPF sob o n.º 398.395.679-34, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 550-22/2011, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2009/2010	3/10/2011 a 1º/11/2011

Art. 2º Por determinação judicial as férias em questão deverão ser pagas em dobro, assim como o terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de setembro de 2011.



DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO  
Diretora de Gestão de Pessoas

#### Portaria PMI Nº 157.2011

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 157, de 30 de setembro de 2011.  
Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 11229/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 132, de 01 de agosto de 2011, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2011.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Edital SEAGP nº 099/2011

EDITAL SEAGP Nº 099/2011  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 13 de Setembro a 13 de Setembro de 2011, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no

período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 13 de Setembro de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### EDITAL SEAGP Nº 099/2011

Anexo I

#### CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde (área 07)  
Graziela de Azevedo Biermann

Enfermeiro  
Schirley Ramos Lindig

Motorista - ESF  
Lúcio Luis de Lima

Iomerê

#### PREFEITURA

#### Decreto 1188/2011

DECRETO Nº. 1188 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2020 Manutenção do Ensino Fundamental  
31900000 Aplicações Diretas  
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação  
R\$ 7.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo

anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 30 de setembro de 2011.

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1189/2011**

DECRETO Nº. 1189 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 13.626,41 (Treze mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2006 Manutenção da Sec de Administração e Finanças  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 5.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2006 Manutenção da Sec de Administração e Finanças  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 8.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2048 Manutenção da Sec de Obras e Serviços Públicos  
44900000 Aplicações Diretas  
189.00 Alienação de Bens Destinados a Outros Programas  
R\$ 626,41

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 30 de setembro de 2011.

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria 1750/2011**

PORTARIA Nº 1750 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidora KETELIN CRISTIANE VENDAUSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 12/01/2010 a 11/01/2011 a contar de 03/10/2011 a 01/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### **GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 30 de setembro de 2011.

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 30 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria 1751/2011**

PORTARIA Nº 1751 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidora VALERIA GRIFANTE, pelo período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 06/09/2010 a 05/09/2011 a contar de 01/10/2011 a 20/10/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### **GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 30 de setembro de 2011.

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 30 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Portaria 1752/2011**

PORTARIA Nº 1752 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor VANDERSON JOSE PERAZZOLI, pelo período de 20 (vinte) dias, referente ao período

aquisitivo de 04/03/2010 a 03/03/2011 a contar de 01/10/2011 a 20/10/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 30 de setembro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 30 de setembro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 1753/2011**

PORTARIA Nº 1753, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Nomeia GERALDO CIVIDINI para o cargo de Chefe de Sessão.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear GERALDO CIVIDINI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.337.698-5 e CPF nº 501.568.299-91, para o cargo de Chefe de Sessão, lotado na Secretaria de Obras.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 03 de outubro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Extrato de Aditivo 0010/2011**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Nº 0010/2011

CONTRATO CT110056

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS IVETE CONTE LTDA

OBJETO: SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA LOCALIDADE DE BOM SUCESSO

VALOR TOTAL: R\$ 4.541,74 (quatro mil e quinhentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos)

Data: 01/09/2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo 11/2011**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Nº 0011/2011

CONTRATO CT110015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APOSTILAS ESCOLARES

VALOR TOTAL: R\$ 944,00 (NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS)

Data: 08/09/2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo 12/2011**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Nº 0012/2011

CONTRATO CT110065

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE RESIDENCIA UNIFAMILIAR - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

Data: 08/09/2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo 13/2011**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Nº 0013/2011

CONTRATO CT110006

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: CHV SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

OBJETO: SERVIÇOS DE MOTONIVELADORA

VALOR: 14.000,00 (quatorze mil reais)

Data: 13/09/2011

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

**Extrato de Aditivo 14/2011**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Nº 0014/2011

CONTRATO CT110001

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: Auto Posto Iomerê Ltda

OBJETO: Aquisição de 2.750 litros de gasolina

Data: 27/09/2011

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal e.e.

**Extrato de Contrato 15/2011**

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Nº 0015/2011

CONTRATO CT110065

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATADO: CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA

OBJETO: Construção de residência uni familiar

VALOR: 5.077,27 (cinco mil e setenta e sete reais e vinte e sete centavos)

Data vigência: 09/09/2011



ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 50/2011 - FMS**

EXTRATO DE CONTRATO FMS  
Nº 0050/2011

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde de Iomerê  
CONTRATADO: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA  
OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial  
VALOR TOTAL: R\$ 564,08 (quinhentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)  
Data: 14/09/2011

SOLANGE DE BORTOLI BEAL  
Gestor

**Extrato de Contrato 51/2011 - FMS**

EXTRATO DE CONTRATO FMS  
Nº 0051/2011

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde de Iomerê  
CONTRATADO: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial  
VALOR TOTAL: R\$ 427,89 (quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos)  
Data: 14/09/2011

SOLANGE DE BORTOLI BEAL  
Gestor

**Extrato de Contrato 73/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nº 0073/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê  
CONTRATADO: BF TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA  
OBJETO: Contratação de serviços para distribuição de adubo orgânico  
VALOR TOTAL: R\$ 53.300,00 (cinquenta e três mil e trezentos reais)  
Data: 02/09/2011

ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 74/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nº 0074/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê  
CONTRATADO: BIKE SESSION LTDA  
OBJETO: Apresentação de show no encerramento da olimpíada de Iomerê  
VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)  
Data: 27/09/2011

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal E.E.

**Extrato de Contrato 75/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nº 0075/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê  
CONTRATADO: JEFERSON E GIOVANI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME

OBJETO: Apresentação de show e sonorização no encerramento do Projeto Educação, Saúde e Cidadania  
VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)  
Data: 27/09/2011

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal E.E.

**Extrato de Contrato 76/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
Nº 0076/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê  
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE IOMERÊ

OBJETO: Divulgação de atos, informativos municipais e jornalismo  
VALOR TOTAL: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)  
Data: 30/09/2011

MIRIO EBELING  
Prefeito Municipal E.E.

## Irineópolis

### PREFEITURA

**Lei Orgânica****TÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, e unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º - São Símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 4º - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam ou venham a pertencer.

Parágrafo Único - O Município tem direito a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

Art. 5º - A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Art. 6º - O Município poderá dividir-se em distritos, segundo suas necessidades administrativas e o interesse de seus habitantes.

§ 1º - Os distritos serão criados, organizados, suprimidos ou

fundidos por lei de iniciativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, após consulta plebiscitária a população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 2º - O Distrito será designado pelo nome de sua sede.

Art. 7º - As associações representativas cooperarão no planejamento Municipal.

## CAPÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

#### SESSÃO I

#### DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 8º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual;

III - elaborar o plano anual e plurianual e o orçamento anual;

IV - instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

V - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

VI - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

VII - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;

VIII - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

IX - instituir o quadro, os planos de carreira e o regime único dos servidores públicos;

X - organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o transporte coletivo, que tem caráter essencial;

XI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, de ensino fundamental e de ensino especial;

XII - instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

XIII - amparar, de modo especial os idosos e os portadores de deficiências;

XIV - estimular a participação na formação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;

XV - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento a saúde da população, inclusive assistência de emergência médico-hospitalares de pronto-socorro com recursos próprios mediante convênio com entidade especializada;

XVI - planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o da zona urbana;

XVII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes a ordenação do seu território, observadas as diretrizes da lei federal;

XVIII - instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XIX - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza;

XX - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XXI - cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial a saúde, a higiene, a segurança, ao sossego e aos bons costumes;

XXII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;

XXIII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de política administrativa;

XXIV - fiscalizar nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observada a legislação federal pertinente;

XXV - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXVI - dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXVII - disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais, cuja conservação seja de sua competência;

XXVIII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXIX - regulamentar a utilização de logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXX - fixar e sinalizar as zonas de silêncio, de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXI - regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXII - regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

a) o serviço de carros de aluguel, inclusive o de táxi;

b) os serviços funerários e os cemitérios;

c) os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos;

d) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;

e) os serviços de iluminação pública;

f) a fixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.

XXXIII - fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XXXIV - estabelecer servidões administrativas necessárias a realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XXXV - adquirir, inclusive por meio de desapropriação;

XXXVII - assegurar a expedição de certidão, quando requeridas às municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

§ 1º - As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atenda o peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflite com a competência federal e estadual;

§ 2º - As normas de edificação, de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVII deste artigo deverão exigir reservas de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalização pública, de esgotos e de águas pluviais;

c) passagem de canalização pública de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes, obedecidas as dimensões e demais condições estabelecidas na legislação.

§ 3º - A lei que dispuser sobre a guarda municipal destinada a proteção de bens, serviços e instalações municipais estabelecerá sua organização e competência.

§ 4º - A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser substanciada em Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, § 1º da Constituição Federal.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 9º - É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar federal:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência, da proteção e garantia das pessoas de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obra de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração, social dos setores desfavoráveis;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

## SEÇÃO III

### DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 10 - Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e aquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando a adaptá-la à realidade e às necessidades locais.

## CAPÍTULO III

### DAS VEDAÇÕES

Art. 11 - Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos políticos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos estranhos a administração e ao interesse público.

## CAPÍTULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### SEÇÃO II

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Município, obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e, também ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicos são acessíveis aos

brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos deve ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei obedecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observando como limite máximo os valores percebidos como remuneração, em espécie pelo Prefeito;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos ao Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no § 1º, do art. 13 desta Lei Orgânica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos anteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os incisos XI e XII deste artigo, bem como os arts. 150, II; III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

XVII - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - a administração e seus servidores fiscais terão dentro de suas armas de competência e jurisdição procedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, os serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável a garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto no inciso II e III deste artigo, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - As reclamações relativas a prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - Os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, são os estabelecidos em lei federal.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

## SEÇÃO II

### DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 13 - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos e atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 79, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 14 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando



decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo de serviço;

§ 1º - A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º - A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º - Aplica-se ao servidor público o disposto no § 2º, do art. 202 da Constituição Federal.

§ 5º - Os proventos da aposentadoria serão previstos na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 6º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15 - São estáveis após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 16 - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição Federal.

## TÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

## CAPÍTULO I

### DO PODER LEGISLATIVO

#### SEÇÃO I

##### DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 17 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

Art. 18 - A Câmara Municipal compõe-se de vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de vereador, na forma da lei federal:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de dezoito anos;

VII - ser alfabetizado.

§ 2º - O número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município, observados os limites estabelecidos no art. 29, IV, da Constituição Federal.

Art. 19 - A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no parágrafo anterior, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondente a sessão legislativa ordinária.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para compromisso e a posse de Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara, conforme previsto no art. 27, V, desta Lei Orgânica.

§ 4º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 20 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos presente a maioria de seus membros, salvo a disposição em contrário prevista na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 21 - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 22 - As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 26, XII desta Lei Orgânica.

§ 1º - O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2º - Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Art. 23 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 24 - As sessões somente serão abertas com a presença de, no mínimo, um quinto (1/5) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente a sessão o vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem de Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

## SEÇÃO II

### DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 25 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente, sobre:

I - tributos municipais, arrecadação e dispêndio de suas rendas;

II - isenção e anistia em matéria tributária, bem como remissão de dívidas;

III - orçamento anual, plano plurianual e autorização para aberturas de créditos suplementares e especiais;

IV - operações de crédito, auxílios e subvenções;

V - concessão, permissão e autorização de serviços públicos;

VI - concessão administrativa de uso dos bens municipais;

VII - alienação de bens públicos;

VIII - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

IX - organização administrativa municipal; criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

X - criação e estruturação de Secretarias Municipais e demais órgãos da administração pública, bem assim a definição das respectivas atribuições;

XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;

XII - autorização para assinatura de convênios de qualquer natureza com outros municípios ou com outras entidades públicas ou privadas;

XIII - delimitação de perímetro urbano;

XIV - transferência temporária da sede do governo municipal;

XV - autorização para mudanças de denominação prédios, vias e

logradouros públicos;

XVI - normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 26 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

I - eleger os membros de sua Mesa Diretora;

II - elaborar o Regimento Interno;

III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

VII - exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;

VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação, pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c) no decurso do prazo previsto na alínea anterior, as contas do Prefeito ficarão a disposição de qualquer contribuinte do Município, para exame e apreciação, o qual podem questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;

d) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito.

IX - decretar a perda de mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

X - autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno ou externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

XI - proceder a tomada de contas do Prefeito, através da comissão especial, quando não apresentadas a Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XII - aprovar convênio, acordo ou outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica;

XIII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIV - convocar o Prefeito, Secretário do Município ou autoridade equivalente para prestar esclarecimento, aprazando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência sem justificativa adequada crime de responsabilidade, punível na forma da



legislação federal;

XV - encaminhar pedidos escritos de informação a Secretário do Município ou autoridade equivalente, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa.

XVI - ouvir Secretários do Município ou autoridades equivalentes quando, por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios com a Mesa, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da Secretaria ou do Órgão da administração de que forem titulares.

XVII - deliberar sobre o atendimento e a suspensão de suas reuniões;

XVIII - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;

XIX - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se tenham destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XX - solicitar a intervenção do estado no Município;

XXI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;

XXII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;

XXIII - fixar, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura, para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

XXIV - fixar, observado o que dispõem o art. 12, XI, desta Lei Orgânica e os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 27 - Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá, dentre os seus membros, em votação secreta, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições:

I - reunir-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de quinze dias, observado o disposto no inciso VI do art. 26.

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º - A Comissão Representativa é constituída por número ímpar de Vereadores.

§ 2º - A Comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

### SEÇÃO III

#### DOS VEREADORES

Art. 28 - Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Casa, observado o disposto no § 2º, do art. 53 da Constituição Federal.

§ 2º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Câmara Municipal, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 3º - Os Vereadores serão submetidos a julgamento perante Tribunal de Justiça.

§ 4º - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 29 - É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público; salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 16, desta Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja inexorável ad natum, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente.

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

e) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 30 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório as instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido político representado na Câmara assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 31 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor de órgão da Administração Pública Direta ou Indireta do Município, conforme previsto no art. 29, inciso II, alínea "a", desta Lei Orgânica.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos do inciso I, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença.

§ 3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento as reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 32 - Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior, não for preenchida, calcular-se-á quorum em função dos Vereadores

remanescentes.

## SEÇÃO IV

### DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 33 - A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º - Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 5º - A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Art. 34 - O mandato da Mesa será de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 35 - A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na Constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para complementação do mandato.

Art. 36 - A Câmara tem comissões permanentes e especiais.

§ 1º - As comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/3 (um terço) dos membros da Casa;

II - realizar audiência pública com entidades da sociedade civil;

III - convocar os secretários municipais ou diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de

qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º - As comissões especiais criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e a representação da Câmara em Congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º - Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º - As comissões parlamentares do inquérito, que terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (em terço) de seus membros, para a apuração de fato e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 37 - A Maioria, a Minoria, as Representações Partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão líder e, quando for o caso, Vice-líder.

§ 1º - A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou Partidos Políticos à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem a instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º - Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 38 - Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões da Câmara.

Parágrafo Único - Ausente ou impedido, o líder, suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder.

Art. 39 - À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispor sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

IV - periodicidade das reuniões;

V - comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 40 - À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias a regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art.. 41 - Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição; Federal e pela Constituição Estadual;

X - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência.

## SEÇÃO V

### DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art.. 42 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emendas a Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - resoluções; e

VI - decretos legislativos.

Art. 43 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

III - pelo menos 5% dos eleitores municipais.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda a Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 44 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias, cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, que a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 45 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observado os demais termos de votação ordinária.

Parágrafo Único - Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica;

I - Código tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Código de Postura;

IV - lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

V - lei orgânica instituidora da guarda municipal;

VI - lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VII - lei que institui o Plano Diretor do Município.

Art. 46 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções e empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de suas remunerações;

II - servidores públicos do Poder Executivo, da Administração Indireta e autarquias, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuições das secretarias, departamentos ou diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

Parágrafo Único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvando o disposto no inciso IV, primeira parte, deste artigo.

Art. 47 - É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo Único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos vereadores.

Art. 48 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Solicitada a urgência a Câmara deverá manifestar em até noventa dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação

§ 2º - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na ordem do dia sobrestando-se as demais proposições, para que se utilize a votação.

§ 3º - O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 49 - Aprovado o projeto de lei será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 2º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, do parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 48 desta Lei Orgânica.

§ 7º - A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 5º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

Art. 50 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação a Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei Complementar, os planos plurianuais e orçamentos não serão objetos de delegação.



§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, que a fará em votação única, vedada a apresentação da emenda.

Art. 51 - Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projetos de resolução e de projetos de decreto legislativo, considerar-se-á concluída a deliberação com a votação final a elaboração de norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 52 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

## SEÇÃO VI

### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 53 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, acompanhamento das atividades financeiras e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas, anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4º - As contas do Município ficarão, no decurso do prazo previsto no § 2º deste artigo, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 5º - As contas relativas a aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 54 - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade a realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

## CAPÍTULO II

### DO PODER EXECUTIVO

#### SEÇÃO I

##### DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 55 - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Parágrafo Único - Aplica-se a elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 18 desta Lei Orgânica, no que couber, e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 56 - A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a de Vereadores, nos termos estabelecidos no art. 29, incisos I e II da Constituição Federal.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em brancos e os nulos.

§ 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º - Ocorrendo, antes de realizado o segundo turno, morte, desistência ou impedimento legal do candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º - Na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescendo, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 57 - O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 12 de janeiro do ano subsequente a eleição em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica observar as leis da União, do estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único - decorrido dez dias da data fixada para a posse, se o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

\* As regras dos §§ 2º a 5º do art. 56 somente serão exigidas para os Municípios com mais de duzentos mil eleitores.

Art. 58 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

§ 2º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 59 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância de cargo assumirá a administração municipal o

Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, importará em automática renúncia a sua função de dirigente legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara a chefia do Poder Executivo.

Art. 60 - Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á a eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores;

II - ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.

Art. 61 - O mandato do Prefeito é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

Art. 62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício de cargo, não poderão sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob perda do cargo ou mandato.

Parágrafo Único - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - em gozo de férias;

III - a serviço ou missão de representação do Município.

Art. 63 - O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

Art. 64 - A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do Inciso XXIII do art. 26 desta Lei Orgânica.

## SEÇÃO II

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 65 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - representar o Município em juízo e fora dele;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V - nomear e exonerar os Secretários Municipais e os Diretores dos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;

VI - decretar nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VIII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros, após a autorização do poder legislativo;

IX - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

X - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

XI - encaminhar a Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como, os balanços do exercício findo;

XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - prestar à Câmara, dentro de quinze dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, de dados necessários ao atendimento do pedido;

XV - prover os serviços e obras da administração pública;

XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara.

XVII - colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e, até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XVIII - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XIX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

XX - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXI - convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XXII - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arreamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIII - apresentar, anualmente, a Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXIV - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, com observância do limite das dotações a elas destinadas;

XXV - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVI - providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXVII - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXVIII - desenvolver o sistema viário do Município;



XXIX - conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXX - providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXI - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXII - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXIII - solicitar, obrigatoriamente, autorização a Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a quinze dias;

XXXIV - adotar providência para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXV - publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXXV - estimular a participação popular e estabelecer programa de incentivo para os fins previstos no art. 8º, XIV, observado ainda o disposto no Título IV desta Lei Orgânica.

Art. 66 - O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XV e XXIV do art. 65.

### SEÇÃO III

#### DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 67 - É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, II, IV, e V da Constituição Federal e no art. 16 desta Lei Orgânica.

§ 1º - Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito é vedado desempenhar função, a qualquer título, em empresa privada;

§ 2º - A infringência ao disposto neste artigo e em seu § 1º implicará perda do mandato.

Art. 68 - As incompatibilidades declaradas no art. 29, seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 69 - São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 70 - São infrações político-administrativa do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

Art. 71 - Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara dentro do prazo de dez dias;

III - infringir as normas dos artigos 29 e 61 desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

### SEÇÃO IV

#### DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO\*

Art. 72 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais;

II - os diretores de órgãos da Administração Pública Direta;

Parágrafo único - os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito, escolhidos entre os de comprovada competência e de idoneidade moral.

Art. 73 - A lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 74 - São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Diretor:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de vinte e um anos.

Art. 75 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários ou Diretores:

I - subscrever atas e regulamentas referentes aos seus órgãos;

II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas secretarias e órgãos;

IV - comparecer a Câmara Municipal, sempre que convocadas pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor da Administração.

§ 2º - A infringência no inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade, nos termos da lei federal.

Art. 76 - Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelas atas que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 77 - Lei Municipal, de iniciativa do Prefeito, poderá criar Administrações de Bairros e Subprefeituras nos Distritos.

§ 1º - Aos Administradores de Bairros ou Subprefeituras, como delegados do Poder Executivo, compete:

I - cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos, mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos pela Câmara e por ele aprovados;

II - atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando for o caso;

III - indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Bairro ou Distrito;

IV - fiscalizar os serviços que lhe são afetos;

V - prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 78 - O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 79 - Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

### CAPÍTULO III

#### DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 80 - O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos de lei complementar.

§ 1º - lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.

§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 81 - As atividades municipais de defesa civil serão disciplinadas em lei e exercidas em articulação com o Estado e a União.

Art. 82 - O Município ordenará o trânsito e o tráfego em seu território, dispondo, nos termos da lei, especialmente sobre:

I - a sinalização das vias urbanas e das estradas municipais;

II - a fixação e a sinalização de zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

III - a disciplina dos serviços de carga e descarga;

IV - a fixação da tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

V - a regulamentação e a fiscalização do uso das vias urbanas e estradas municipais;

VI - os locais de estacionamentos de veículos;

VII - a fixação do itinerário e dos pontos de parada dos veículos de transporte coletivo.

### CAPÍTULO IV

#### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 83 - A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - as entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do Município se classificam em:

I - AUTARQUIA - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu maior funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;

II - EMPRESA PÚBLICA - a entidade dotada de personalidade jurídica, de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei, com exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração Indireta;

IV - FUNDAÇÃO PÚBLICA - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, gerado pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º - A entidade de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes as fundações.

### CAPÍTULO V

#### DOS ATOS MUNICIPAIS

##### SEÇÃO I

#### DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 84 - A publicação das leis e atos municipais, far-se-á em órgão da imprensa local ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - A escolha de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta, não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 85 - O Prefeito fará publicar:

I - diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

## SEÇÃO II DOS LIVROS

Art. 86 - O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de suas atividades e de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente, autenticados.

## SEÇÃO III

### DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 87 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência as seguintes normas:

I - Decreto, numerado, em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições nas constantes da lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso de bens municipais;
- h) medidas executarias do Plano Diretor do Município;
- i) normas de efeitos externos, não privativos da lei;
- j) fixação e alteração.

II - Portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos órgãos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) lotação e relocação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processo administrativos, aplicação de penalidade e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - Contrato, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do art. 12, IX, desta Lei Orgânica;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei.

§ 1º - Os atos constantes dos itens II e III deste artigo, poderão ser delegados.

§ 2º - Os casos não previstos neste artigo obedecerão a forma de atos, instruções ou avisos de autoridade responsável.

## SEÇÃO IV

### DAS PROIBIÇÕES

Art. 881 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, não poderão contratar com o Município, pelo período de suas vinculações.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos aqueles interessados.

Art. 89 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

## SEÇÃO V

### DAS CERTIDÕES

Art. 90 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos ou decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

## CAPÍTULO VI

### DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 91 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 92 - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, e com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 93 - Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - pela sua natureza;

II - em relação a cada serviço.

Parágrafo Único - Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 94 - A alienação de bens municipais, subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II - quando imóveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.

Art. 95 - O Município, preferentemente a venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento será alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitadas ou não.

Art. 96 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 97 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou lagos públicos, salvo pequenos espaços destinados a venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 98 - O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º - A concessão de uso dos bens públicos, de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e sem feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do § 1º do art. 93 desta Lei Orgânica.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto.

Art. 99 - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha previamente, a remuneração arbitrada e assine o termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 100 - A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

## CAPÍTULO VII

### DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 101 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do Plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para a sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou, melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executado sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 102 - A permissão de serviço público, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de concorrência pública.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como qualquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitido ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que executem, sua permanente atualização e adequação as necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelam insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos de imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 103 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 104 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Parágrafo Único - O Município deverá manter Comissão de Licitação, nomeadas pelo Executivo entre funcionários e vereadores.

Art. 105 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios.

## TÍTULO III

### DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DA RECEITA E DESPESA E DO ORÇAMENTO

#### CAPÍTULO I

##### DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 106 - São tributos municipais os impostos, as taxas a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 107 - Compete ao Município instituir impostos sobre:



I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão, inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel e gás de cozinha;

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidas na lei complementar previstas na art. 156, IV, da Constituição Federal e excluídas de sua incidência as exportações de serviços para o exterior.

§ 1º - o imposto previsto no inciso I poderá ser progressiva, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto na inciso II não incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salva, se, nesses casos, a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - A lei que instituir tributa municipal observará, no que couber, as limitações do poder tributar, estabelecidas, nos artigos 150 a 152 da Constituição Federal.

Art. 108 - As taxas serão instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestadas ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 109 - A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras pública, nos termos e limites definidos da lei complementar a que se refere o artigo 146 da Constituição Federal.

Art. 110 - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado a administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 111 - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social que criar e administrar.

## CAPÍTULO II

### DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 112 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 113 - Pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre

rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação de imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situadas no Município;

III - setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidentes sobre o outro, observado o disposto no art. 153, § 5º, da Constituição Federal;

IV - cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

V - vinte e cinco por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 114 - A fixação dos preços públicos, devidas pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 115 - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 116 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e as normas de direito financeiro.

Art. 117 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 118 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 119 - As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

## CAPÍTULO III

### DO ORÇAMENTO

Art. 120 - A elaboração e a execução orçamentária anual e do plano plurianual obedecerão as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e Orçamentário.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 121 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao

orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças a qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1º - as emendas serão apresentadas a Comissão, que sobre elas emitirá parecer, se apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida, ou

III - sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 122 - A lei orçamentária compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, sem fundos, órgãos ou entidades da administração direta ou indireta;

II - o orçamento de investimento de empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 123 - O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para o exercício seguinte.

§ 1º - O não cumprimento no disposto no caput deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da Competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem a Câmara, para propor a modificação de projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 124 - A Câmara não enviando, no prazo consignado, na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentário a sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o Projeto originário do Executivo.

Art. 125 - Rejeitada pela Câmara a Projeto de Lei Orçamentária Anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 126 - Aplicam-se ao Projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto neste Capítulo, as regras de processo legislativo.

Art. 127 - O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 128 - O orçamento não conterá dispositivo estranho a previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I - autorização para abertura de créditos suplementares;

II - contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 129 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta.

IV - a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do produto arrecadado dos impostos a que se referem os arts. 158 a 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, coma determinado pelo art. 154 desta Lei Orgânica e prestação de garantias as operações do crédito por antecipação de receita, previstas no art. 128, II desta Lei Orgânica.

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos limitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresa, fundações e fundos, inclusive dos mencionadas no art. 120, III, desta Lei Orgânica;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja, execução ultrapasse em exercício financeira poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ai sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que, forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso e, que, reabertos nos limites de seus saldos serão



incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 130 - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias, compreendidas os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 131 - As despesas com pessoal do Município, não poderão exceder a 60% (sessenta por cento) do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal a aos acréscimos dela decorrentes.

## TÍTULO IV

### DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

#### TÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 132 - O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses de coletividade.

Art. 133 - A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover justiça e solidariedade social.

Art. 134 - O trabalho e obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 135 - O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucros, mas também como meio de expansão econômica e bem-estar coletivo.

Art. 136 - O Município assistirá os trabalhos rurais e suas organizações legais, objetivando proporcionar a eles, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único - São isentas de impostos as respectivas Cooperativas, mediante cumprimento de seus estatutos.

Art. 137 - Aplica-se ao Município o disposto nos arts. 171, § 2º e 175 e Parágrafo Único da Constituição Federal.

Art. 138 - O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 139 - O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único - A fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as perícias necessárias a apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 140 - O Município dispensará a microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidos em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas

obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

Parágrafo Único - Toda empresa poderá funcionar somente quando devidamente legalizada através de: Alvará Municipal, Alvará Sanitário, Inscrição Estadual e C.G.C. A falta de qualquer dos itens acima implicará na sua ilegalidade funcional. Vendedores ambulantes deverão se enquadrar nos itens acima.

## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA URBANA

Art. 141 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, e o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 142 - O Município poderá, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir nos termos da lei federal do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 143 - São isentos de tributos os veículos de tração animal e no demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 144 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos a homem ou a mulher, ou ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor de uma vez.

Art. 145 - É isento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana o prédio ou terreno destinado a moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

## CAPÍTULO III

**DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 146 - O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - Caberá ao Município promover e executar as obras que por sua natureza ou extensão não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 147 - Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

**CAPÍTULO IV****DA SAÚDE**

Art. 148 - Sempre que possível o Município promoverá:

I - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através de ensino primário;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto contagiosas;

IV - combate ao uso de tóxicos;

V - serviços de assistência a maternidade e a infância;

VI - estabelecer compromissos orçamentários a nível municipal para o adequado financiamento das ações de saúde, independente das transferências de recursos financeiros da União e do Estado;

VII - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

VIII - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológicas, bem como as de saúde do trabalhador;

IX - participar da formulação da política e da execução das ações municipais de saneamento básico;

X - colaborar na proteção do meio ambiente, e garantir condições adequadas de trabalho;

XI - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

XII - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

XIII - implementar mecanismo de informação a população sobre saúde, juntamente com o conselho Municipal de Saúde;

XIV - acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores municipais de morbi-mortalidade;

XV - formular e implementar a política municipal de recursos humanos na área da saúde, garantindo isonomia salarial, admissão

através de concurso público, incentivo a dedicação exclusiva e tempo integral, capacitação e reciclagem permanente, condições adequadas de trabalho.

Parágrafo Único - Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços da saúde, que se organizam em sistema Único, observados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 149 - As ações e serviços municipais de saúde:

I - terão direção única;

II - visarão ao atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;

III - serão planejados, executados e controlados por equipes multi disciplinares;

IV - serão realizadas diretamente pelo Poder Público e, em caráter complementar, atendidas as diretrizes do sistema Único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio com instituições privadas, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

V - serão custeadas com recursos dos orçamentos municipal, estadual e federal de seguridade social ou provenientes de outras fontes;

VI - serão organizados de forma descentralizadas, por distritos, regiões administrativas ou bairros que comporão os sistemas locais de saúde;

VII - serão gratuitos, ainda que realizados por intermédio de terceiros no âmbito de sistema único de saúde.

Parágrafo Único - É vedada a destinação de recursos municipais para auxílios e subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 150 - A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal, terá caráter obrigatório.

Art. 151 - O Município cuidará do desenvolvimento das ruas e serviços relativos ao saneamento e urbanismo com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas em lei complementar federal.

**CAPÍTULO V****DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**

Art 152 - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual dispoendo sobre a cultura.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º - À administração cabe, na forma da lei, a gestão de documentação governamental e as providências para franquear sua consulta quantos dela necessitem.

§ 4º - Ao município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos,

as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, em articulação com os Governos Federal e Estadual.

Art. 153 - O dever do município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para as que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado as condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais e responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 154 - O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 155 - O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for o caso, ou por representante legal ou responsável.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Art. 156 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 157 - Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidas a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros com educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 158 - O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadoras, nos termos da lei, sendo que as amadoras e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Parágrafo Único - Aplica-se ao município no que couber, o disposto no art. 217 da Constituição Federal.

Art. 159 - O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, social e moral à altura de suas funções.

Art. 160 - A lei regulará a composição e funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 161 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 162 - É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Parágrafo Único - o sistema de ensino municipal será organizado em regime de colaboração com o da União e do Estado e será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - estímulo à criatividade e à curiosidade do aluno;

IV - pluralismo de idéias e de concepção pedagógica;

V - gratuidade no ensino em todos os níveis, não sendo impeditivo de matrícula a cobrança de taxas pelas APP's (Associação de Pais e Professores) ou similares;

VI - valorização dos profissionais de ensino, garantida, na forma da lei, planos de carreira para o magistério, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VII - gestão democrática do ensino, na forma da lei;

VIII - garantia de padrão de qualidade;

IX - democratização das relações na escola;

X - a integração comunidade-escola como espaço de valorização e recreação da cultura popular.

Art. 163 - O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, enfatizando o resgate, a preservação e a promoção da identidade e de memória local.

Parágrafo Único - As atividades culturais locais poderão receber apoio financeiro do Município, tanto para sua produção, quanto para sua divulgação.

Art. 164 - As ações governamentais na arca da cultura obedecerão os seguintes princípios:

I - liberdade de criação artística e cultural;

II - igualdade de oportunidade no acesso aos processos de produção cultural;

III - busca de sua sintonia com a política municipal de Educação;

IV - garantia de sua independência face a pressões de ordem econômica ou de conteúdo particular;

V - expressão dos interesses e aspirações do conjunto da sociedade.

Parágrafo Único - Para garantir a aplicação deste preceito, o órgão municipal da cultura será vinculado ao órgão municipal de educação.

Art. 165 - O Município desenvolverá uma política voltada ao turismo de forma a compatibilizar o desenvolvimento do setor como atividade econômica e a busca da preservação de suas riquezas naturais.

§ 1º - As atividades relacionadas com a exploração do turismo, deverão adequar-se à política urbana, e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do Município.

§ 2º - Fica o Município definido como de interesse turístico, para fins de obtenção de recursos juntos aos órgãos oficiais a serem aplicados na manutenção de eventos que enriqueçam o calendário turístico do Município.

Art. 166 - Entende-se como política de turismo:

I - integração dos planos e metas municipais com a política Nacional e Estadual definida para a área;

II - integração com o governo do estado, buscando a viabilização de um calendário integrado de forma a alcançar outros territórios de interesse turístico e compatibilizar seus calendários, programas e Eventos turísticos;

III - preservar e restaurar o patrimônio histórico, artístico, cultural e natural do Município;

IV - buscar geração de empregos, qualificação profissional e melhor distribuição de renda a nível municipal.

Art. 167 - É de competência do Município, apoiar, orientar e fiscalizar a atividade turística.

Art. 168 - Como forma de promover um turismo alternativo, minimize o impacto ambiental, participação do povo, ocupação racional do espaço de ataque à sazonalidade, estimular-se-á o desenvolvimento do turismo ecológico, como forma de ensinar a participação ativa da comunidade realçando os verdadeiros valores turísticos, culturais do Município.

## CAPÍTULO VI

## DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DO DEFICIENTE FÍSICO E DA MULHER

Art. 169 - O Município dispensam proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos; à maternidade e aos excepcionais, assegurada aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

§ 3º - Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual dispondo sobre a proteção a infância, a juventude e as pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º - No âmbito de sua competência, lei municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir o acesso adequado as pessoas portadoras de deficiência

§ 5º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo as famílias numerosas e sem recursos;

II - ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III - estímulo aos pais e as organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem a proteção e educação de crianças.

Art. 170 - Os planos e programas municipais de amparo a criança e ao adolescente observarão, além de outras diretrizes, as seguintes:

I - respeito absoluto aos direitos humanos;

II - atendimento em seu próprio ambiente e modo de vida;

III - atendimento em período integral a criança de 0 a 6 anos;

IV - estímulo à adoção;

V - atendimento integrado a criança de 0 a 6 anos, com ênfase para a nutrição, a saúde, o saneamento e a educação;

VI - aplicação de percentual de recursos destinados a saúde na assistência materno-infantil;

VII - programas educacionais aos carentes, favorecido o acesso do menor trabalhador à escola em turno compatível com o seu interesse;

VIII - ações de prevenção de atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins;

IX - ações de prevenção e educação sexual às crianças e adolescentes;

X - assistência especializada a gestante adolescente durante o pré, peri e pós parto.

Art. 171 - A lei assegurará nas praças, jardins públicos, vilas, bairros e conjuntos habitacionais, a obrigatoriedade de áreas de lazer



das crianças.

Art. 172 - O Município promoverá programa de amparo as pessoas idosas, para assegurar uma participação na comunidade, a defesa de sua dignidade e bem estar e garantir-lhes o direito à vida.

Art. 173 - Nas ações de amparo ao idoso, o Município:

I - dará preferência ao atendimento aos idosos em seus lares;

II - assegurará incentivo à criação de asilos de idosos e estabelecimentos similares, fiscalizando seu funcionamento;

III - prestará apoio técnico e financeiro as iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação da causa do idoso;

IV - colaborará com o treinamento de pessoal para as instituições beneficentes dedicadas ao idoso;

V - incentivará associativismo de trabalho das pessoas idosas para o aproveitamento de suas habilidades e complementação da renda para sua sobrevivência;

VI - garantirá aos maiores de 65 anos, gratuidade dos transportes coletivos urbanos e rurais.

Art. 174 - O Município, em regime de colaboração com a União e o Estado, dispensará apoio as pessoas portadoras de deficiência, para assegurar sua integração a vida comunitária e condições para o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Art. 175 - O apoio do Município às pessoas portadoras de deficiência será efetivado mediante a garantia, nos termos da lei, de:

I - atendimento especializado em educação, de preferência na rede de ensino;

II - promoção de ações preventivas no campo da saúde;

III - oferta de serviços especializados em habilitação e reabilitação;

IV - facilidade de acesso aos estabelecimentos municipais de saúde, com oferta de tratamento adequado;

V - oportunidade de inserção do mercado de trabalho mediante:  
a) programas específicos para o trabalho e capacitação profissional;

b) concessão de estímulos a iniciativa privada para sua admissão em ocupação profissional;

c) reserva de vagas na administração pública municipal direta, indireta e fundacional, a serem preenchidas por concurso público, preservado o princípio da igualdade entre os concorrentes;

VI - criação de normas que permitam seu acesso e livre trânsito nas vias, logradouros e edificações públicas ou privadas de uso coletivo, com a remoção e eliminação de barreiras arquitetônicas;

VII - programas específicos de acesso a cultura, ao esporte e ao lazer;

VIII - estímulo as iniciativas comunitárias e filantrópicas, com ênfase para a educação especial;

IX - promoção das ações civis públicas destinadas a proteção de seus direitos coletivos ou difusos.

Art. 176 - O Município prestará efetivo apoio as mulheres, mediante a garantia, nos termos da lei de:

I - que se implante no Município os programas de assistência integrada a saúde da mulher, com objetivo de oferecer atividades de:

a) assistência integrada clínico-ginecológica e educativa, voltadas para o aprimoramento do controle pré-natal, do parto e do puerpério;

b) de atendimento aos problemas da mulher presentes desde a adolescência até a terceira idade;

c) controle das doenças transmitidas sexualmente, do câncer cervico-uterino e mamário;

d) assistência para concepção e contracepção;

e) cuidados com a saúde mental e a saúde ocupacional da mulher.

II - que se promova cursos de alfabetização de adultos e ampliação e diversificação das oportunidades de profissionalização da mulher levando-se em conta o contexto sócio-econômico no qual estão inseridas;

III - que a Prefeitura apoie ou impulse projetos produtivos que resultem na melhor capacitação e organização das mulheres, na criação de empregos permanentes para o segmento feminino e consequentemente incrementar a renda familiar e o aumento do nível de vida das famílias.

IV - que o planejamento da infra-estrutura social dos bairros ou áreas de moradia construídas pelo Poder público Municipal, seja adequado as necessidades das mulheres e a plena expressão do ser feminino refletindo na criação de creches, lavanderias ou outros equipamentos priorizados pelas mulheres;

V - que se examine o quadro de servidores municipais e se elimine qualquer tratamento diferenciado que importe em discriminação da mulher no âmbito das administrações municipais.

VI - que se garanta no âmbito das Prefeituras os direitos trabalhistas da mulher: licença-gestante, repouso semanal, 13º salário, direito à creche, etc. Que seja garantida a mulher servidora municipal os meios para o exercício do direito à sindicalização;

VII - que o planejamento das ações de assistência social nos municípios considere iniciativas específicas voltadas para as necessidades das meninas de rua;

VIII - que seja examinada a possibilidade de se criar, em nível local, instâncias de aconselhamento, apoio e encaminhamento de mulheres vítimas de violência para que lhes seja assegurada a devida assistência jurídica, médica e psicológica;

IX - que se estimule a criação de grupo de mulheres, clubes de mães, movimentos femininos em partidos e demais entidades autônomas com objetivo de discutir problemas e questões concernentes as mulheres, de trabalhar a identidade feminina e como forma de conscientização e informação sobre seus direitos, estimulando sua participação na luta política;

X - que se estabeleçam mecanismos de participação das mulheres nas administrações municipais com objetivo de conjuntamente formular as políticas e realizar programas e ações sistemáticas seja em educação, saúde, habitação, fomento à renda, etc.

CAPÍTULO VII

**DO MEIO AMBIENTE**

Art. 177 - Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - O município, em articulação com a União e o Estado, observadas as disposições pertinentes do art. 23 da Constituição Federal, desenvolvem as ações necessárias para atendimento no previsto neste capítulo.

§ 2º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas a pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidos somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, nas formas da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévia de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

**TÍTULO V****DA COLABORAÇÃO POPULAR****CAPÍTULO 1  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 178 - Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular em todos os campos de atuação do Poder Público.

Parágrafo Único - O disposto neste título tem fundamento nos arts. 5º, XVII e XVIII, 29, X e XI, 174, § 2º, e 194, VII, entre outros, da Constituição Federal.

**CAPÍTULO II****DAS ASSOCIAÇÕES**

Art. 179 - A população do Município poderá organizar-se em associações, observadas as disposições da Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e de estatuto próprio, o qual além de fixar o objetivo da atividade associativa estabeleça, entre outras vedações:

a) atividade político-partidária;

b) participação de pessoas residentes ou domiciliadas fora do município ou ocupantes de cargo de confiança da Administração Municipal;

c) discriminação a qualquer título.

§ 1º - Nos termos deste artigo, poderão ser criadas associações com os seguintes objetivos, entre outros:

I - proteção e assistência a criança, ao adolescente, aos desempregados, aos portadores de deficiência, aos pobres, aos idosos, a mulher, a gestante, aos doentes e ao presidiário,

II - representação dos interesses de moradores de bairros e distritos, de consumidores, de donas de casa, de pais de alunos, de professores e de contribuintes

III - colaboração com a educação e a saúde;

IV - proteção e conservação da natureza e do meio ambiente;

V - promoção e desenvolvimento da cultura, das artes, do esporte e do lazer.

§ 2º - O Poder Público incentivará a organização de associações com objetivos diversos dos previstos no Parágrafo anterior, sempre que o interesse social e o da administração convergirem para a colaboração comunitária ou a participação popular na formulação e execução de políticas públicas.

**CAPÍTULO III  
DAS COOPERATIVAS**

Art. 180 - Respeitado o disposto na Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica e da legislação aplicável, poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores:

I - agricultura, pecuária e pesca;

II - construção de moradia;

III - abastecimento urbano e rural;

IV - crédito;

V - assistência judiciária.

Parágrafo Único - aplica-se as Cooperativas, no que couber, o previsto no § 2º do artigo anterior.

Art. 181 - O Poder Público estabelecerá programas especiais de apoio à iniciativa popular que objetive implementar a organização da comunidade local de acordo com as normas deste título.

Art. 182 - O governo Municipal incentivará a colaboração popular para a organização de mutirões de colheita, de roçado, de plantio, de construção e outros, quando assim o recomendar o interesse da comunidade diretamente beneficiada.



**CAPITULO IV****DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Art. 183 - A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada na forma da lei, observada a legislação federal e estadual, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais. Técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transporte.

Art. 184 - A política de incentivo ao artesanato do Município. tem como fundamento e objetivos o desenvolvimento da arte, do artista artesanal. estimulando a organização cooperativa e associativa, a recuperação e preservação dos costumes e fomentando a pesquisa.

§ 1º - Concorrentemente com a União e o Estado, o Município normatizará e disciplinará a atividade de economia familiar.

Art. 185 - O Município colaborará com o Estado e a União na execução do programa de reforma agrária em seu território.

Art.186 - O Município, nos termos da lei, observadas as metas e prioridades do plano plurianual, elaborará e executará programas destinados a orientação do interessado no processo de financiamento de terras, com a participação dos trabalhadores, cooperativas e outras formas do associativismo rural.

Art. 187 - As terras públicas e devolutas se destinarão. de acordo com suas condições naturais e econômicas, a preservação ambiental ou a assentamentos de famílias, na forma da lei federal.

Art. 188 - O Município promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

§ 1º - Fica instituída a Comissão de Defesa do Consumidor - CODECOM, destinada a promover e implementar as ações direcionadas a formulação da política municipal de defesa e orientação do consumidor, que terá os seus objetivos e ações regulamentadas em Lei Complementar.

§ 2º - A política municipal de defesa do consumidor, definida na forma do Parágrafo anterior, levará em conta entre outras, as seguintes necessidades:

I - promoção dos interesses e direitos dos destinatários e usuários finais e de bens e serviços;

II - criação do programa de atendimento, educação e informação do consumidor;

III - medidas para que os consumidores sejam esclarecidos a cerca das impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;

IV - articulação com ações federais e estaduais na área.

**TÍTULO VI****DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 189 - Incumbe ao Município:

I - auscultar, permanentemente, a opinião pública, para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II - adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente,

nos termos da lei, os servidores faltosos;

III - facilitar no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão;

IV - criar o matadouro público municipal;

V - delimitar, em lei complementar. áreas proibidas para a instalação de indústrias ou empreendimentos de qualquer espécie que produzam qualquer tipo de agente poluente, que por ações físico-químicas ou devido a condições meteorológicas, comprometam a qualidade de vida no perímetro urbano, a qualquer tempo.

Art. 190 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art.191 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art.192 - Os cemitérios do Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 193 - Esta Lei Orgânica. aprovada e assinada pelos membros da Câmara Municipal, e promulgada pela Mesa e entra em vigor na data de sua promulgação e, cabendo a sua reprodução gráfica e divulgação junto aos estabelecimentos de ensinos, repartições públicas e setores do direito, ao Poder Executivo Municipal.

Art. 194 - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis, 05 de abril de 1990.  
CIRO JOSÉ PROCRIFKA GALVÃO  
Presidente

JÚLIO ILSOMAR CHAIKOWSKI  
Relator

ANTÔNIA BERNADETE CRESTANI  
Vereador

DALMO EDSON SFAIR  
Vereador

JAIR AFONSO SCREPECZ  
Vereador

JAIR MÜLLER  
Vereador

JANDIR ANTÔNIO BASTIANELL  
Vereador

LINDOLFO CLEVER  
Vereador

ROMEU SENFF  
Vereador

**PREÂMBULO**

Os representantes do povo de Irineópolis, reunidos em forma de Câmara Municipal Constituinte, sob a proteção de Deus, com o objetivo de criar as condições de Progresso, Bem Estar e

Desenvolvimento, promulgam, com respaldo nas constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica Municipal de Irineópolis.

**Extrato de Homologação 37/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 37/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Herbert Materiais para Construção Ltda.

Irineópolis, 03 de outubro de 2011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Extrato de Homologação 38/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Herbert Materiais para Construção Ltda. e R.J. Fleith & Cia Ltda.

Irineópolis, 03 de outubro de 2011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 103/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 103/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis  
Contratada: Herbert Materiais para Construção Ltda.  
Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Creche de Rio Vermelho  
Valor: R\$ 1.340,62 (Um mil trezentos e quarenta reais e sessenta dois centavos)  
Vigência - 03.10.2011 a 31.12.2011  
Base Legal - Processo Licitatorio 37/2011 - Pregão Presencial nº. 19/2011  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 104/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 104/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis  
Contratada: Herbert Materiais para Construção Ltda.  
Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada São Sebastião do Bom Retiro  
Valor: R\$ 6.001,61 (Seis mil e um reais e sessenta um centavos)  
Vigência - 03.10.2011 a 31.12.2011  
Base Legal - Processo Licitatorio 38/2011 - Pregão Presencial nº. 20/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 105/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 105/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis  
Contratada: R. J. Fleith & Cia Ltda.  
Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada São Sebastião do Bom Retiro  
Valor: R\$ 3.777,63 (Três mil setecentos setenta sete reais e sessenta três centavos)  
Vigência - 03.10.2011 a 31.12.2011  
Base Legal - Processo Licitatorio 38/2011 - Pregão Presencial nº. 20/2011  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA**

**Termo de Prorrogação do Edital de Licitação Pública - Pregão Presencial Nº 33/2011**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -  
DATA: 06 de outubro de 2011 - Horário de entrega de envelopes até: 08h:30m e abertura de sessão pública às 09h:00m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL nº 33/2011 -  
Processo nº 67/2011 - Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de retroescavadeira, de aproximadamente 200horas/mês, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

**AVISO DE PRORROGAÇÃO**

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 10/10/2011 mantendo-se os mesmos horários, de até 08h:30m para recebimento envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 09h:00m a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 04 de outubro de 2011.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Município de Itapoá  
Pregoeira Oficial

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato Homologação PL 33 PP 28/2011 -FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:  
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 33/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 28/2011/FMS

Objeto: a aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

- Empresas Vencedoras:

NDS DIST. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 13.184,50

PROSAUDE DIST. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 3.650,00

HOSPFAR IND COM PROD HOSP LTDA

VALOR R\$ 1.258,80

S&R DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR R\$ 37.263,00

DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

VALOR R\$ 38.780,00

CML CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA

VALOR R\$ 5.624,95

ANGEOMED COM PROD MED HOSP LTDA

VALOR R\$ 9.121,15

ALTERMED MAT MED HOSP LTDA

VALOR R\$ 8.878,60

DIMASTER COM PROD HOSP LTDA

VALOR R\$ 28.208,00

PRO DIET FARMACEUTICA LTDA

VALOR R\$ 27.004,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 03 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Extrato Contrato 235/2011 PRODIET

EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: PRODIET FARM. LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 27.004,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

### Extrato Contrato 236/11 NDS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 236/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada,

de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 13.184,50

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

### Extrato Contrato 237/11 HOSPFAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 237/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: HOSPFAR INDUSTRIA COM PROD. HOSP LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.258,80

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

### Extrato Contrato 238/11 CMLE CIR RIO CLARENSE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 238/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 5.624,95

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

### Extrato Contrato 239/11 DIMERIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 38.780,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

### Extrato Contrato 239/11 DIMERIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 38.780,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

### Extrato Contrato 240/11 - ANGEOMED

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ANGEOMED COM PROD. MED. HOSP LTDA  
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 9.121,15

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

#### **Extrato Contrato 241/11 PROSAUDE**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.650,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

#### **Extrato Contrato 242/11 S&R**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 37.263,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

#### **Extrato Contrato 243/11 DIMASTER**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMASTER LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 28.208,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

#### **Extrato Contrato 244/11**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2011/FMS

PL 33/2011 FMS - PP 28/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: DIMASTER LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.878,60

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2011

DATA DE ASSINATURA: 03/10/2011.

#### **Extrato Contrato 341/2009/PMJ - TA 1/2011/PMJ** CONTRATO Nº 341/2009 - TA 1/2011

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.284.904/0001-60, estabelecida na Rua Hidalgo Araújo nº 773 - sala 02 Jd. Florianópolis, na cidade de São José (SC), doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. PATRICK GABRIEL FONTANELLA KUHNEN, portador da Carteira de Identidade nº 4.037.452-1 e CPF nº 006.191.809-19, residente e domiciliado na Rua Hidalgo Araújo, 773 - Bairro Jardim Florianópolis, na cidade de São José - SC, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 341/2009, celebrado em 05 de outubro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 72/2009, que tem por objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de recepcionistas (dois postos) no prédio sede da Prefeitura de Joaçaba (SC), onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

O prazo do contrato original fica prorrogado por 12 meses, a contar de 05/10/2011, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 04 de outubro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA  
CONTRATADA

PATRICK GABRIEL FONTANELLA KUHNEN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### **Edital de Audiência Pública**

#### **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA, onde serão apresentadas a estimativa de receita e fixado os gastos do Município para o ano de 2012, que acontecerá no dia 14 de outubro de 2011, às 18:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Avenida XV de Novembro, nº 378.



Joaçaba, 03 de outubro de 2011.  
**RAFAEL LASKE**  
 Prefeito

## José Boiteux

### PREFEITURA

**Processo Licitatório 32/2011**  
 MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC  
 PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS  
 PROCESSO LICITATÓRIO 32/2011  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna-se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 19/10/2011, às 10:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PARA COMPOR AS REFEICOES NA UNIDADE INTEGRADA MISTA DE SAUDE DESTA MUNICIPALIDADE. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 04 de Outubro 2011.  
**ALCINO PEREIRA**  
 Prefeito Municipal

## Lauro Muller

### PREFEITURA

**Decreto nº 037/2011**  
 DECRETO Nº 037/2011.  
 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

**HÉLIO LUIZ BUNN**, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.660/2010,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### Suplementação

10.00 - Hospital Municipal Henrique Lage  
 10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
 2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital  
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.2.0060 - R\$ 25.000,00  
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.2.0061 - R\$ 80.000,00  
 3.3.90 - Aplicação Direta - 0.2.0062 - R\$ 90.000,00

TOTAL - R\$ 195.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

#### Anulação

10.00 - Hospital Municipal Henrique Lage  
 10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
 2.071 - Manutenção das Atividades do Hospital  
 3.1.90 - Aplicação Direta - 0.2.0062 - R\$ 50.000,00  
 4.4.90 - Aplicação Direta - 0.2.0062 - R\$ 40.000,00  
 4.4.90 - Aplicação Direta - 0.2.0060 - R\$ 25.000,00  
 4.4.90 - Aplicação Direta - 0.2.0061 - R\$ 80.000,00

TOTAL - R\$ 195.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 28 DE SETEMBRO DE 2011.

**HÉLIO LUIZ BUNN**  
 Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

**MORGANA FERNANDES**  
 Sec. Administração, Fin, e Planej.

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

**Pregão Presencial Nº 077/2011**  
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 077/2011  
 PROCESSO nº 077/2011  
 DATA DA REALIZAÇÃO: 20 de outubro de 2011  
 HORÁRIO: a partir das 09:00 horas  
 LOCAL: Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, Brasil.

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – PROCESSO Nº 077/2011, objetiva-se a aquisição de cortinas para o Núcleo Escolar de Ribeirão dos Ovos, no município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Licitação nº 077/2011, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 023 de 22 de março de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos

interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, Brasil, iniciando-se no dia 20/10/2011, às 09:00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

#### I - DO OBJETO

1 - Objetiva-se a aquisição de cortinas para o Núcleo Escolar de Ribeirão dos Ovos, no município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Licitação nº 077/2011.

A despesa decorrente desta licitação correrá por conta de recursos previstos no orçamento fiscal vigente.

04 – Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
0401 – Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
01.12.361.0004-2.004. 0.0.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD-EF  
33903024 – Manutenção de Bens Imóveis  
II - DA PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

#### III - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

#### IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevasíveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta  
Pregão Presencial nº 077/2011  
Processo nº 077/2011

Envelope nº 2 – Habilitação  
Pregão Presencial nº 077/2011  
Processo nº 077/2011

3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

#### V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão Presencial;

c) descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do folheto descritivo – Anexo I deste Edital;

d) preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

e) prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) prazo de entrega: Conforme item 1 do Capítulo XI: O objeto desta licitação deverá ser entregue e colocado em até 15 dias após emissão da Autorização de Fornecimento no Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital;

g) Declaração que esta ciente do conhecimento do edital e concorda com todas as suas condições;

h) Declaração dando ciência que os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

i) Declaração de que está ciente de que não respeitando os prazos de entrega, estarão sujeitas as multas conforme item determinado.

2 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

#### VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

##### 1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;



d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) certidões de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

c) certidões de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d) certidões de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional.

e) certidões de regularidade de débito com o município sede da empresa.

#### 1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

#### 1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho - Anexo III;

b) declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

[

#### 1.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação de aptidão será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

### VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 05 minutos.

2 - Após o respectivo credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado(a) o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

c) que, no caso de solicitação pela Administração, apresentar

amostras não compatíveis com o folheto descritivo.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1 - Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do item.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

[

5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de:

R\$ 5,00 (cinco reais) para cada item; podendo a critério do pregoeiro ser reduzido ou aumentado este para qualquer valor.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

9 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

11 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

#### VIII - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do contrato.

6 - A licitante que convocada para assinar o contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do capítulo XIV, item 1.

#### IX - DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME

1. O prazo de validade do certame será até o dia 30 de novembro de 2011.

#### X- DAS CONTRATAÇÕES

1 - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO, dentro do prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da cientificação da homologação.

2 - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura.

3 - Não assinando o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá

aplicação de multa igual a 5 % (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Prefeitura pelo período de 12 (doze) meses.

4 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

5 - Este Edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

#### XI - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. O objeto desta licitação será recebido pela Prefeitura Municipal, em até 15 dias após emissão da Autorização de Fornecimento no Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos, conforme objeto do certame, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

#### XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1 - O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega, no local e endereço indicados no capítulo XI do item 1.

2 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

3 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

#### XIII - DA FORMA DE PAGAMENTO

1 - O pagamento será efetuado diretamente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em até 10 (dez) dias, após a Entrega do Material, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

3 - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do contratado, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cujo contratado é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

#### XIV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Leoberto Leal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de

2002.

2 – A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com multas no valor de 10% do preço total do certame, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada na CNM – Confederação Nacional dos Municípios.

3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

#### XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes foram abertos na sessão e as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

3 - O resultado do presente certame será amplamente divulgado.

4 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no mural público conforme determina lei orgânica municipal.

5 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Leoberto Leal, sito à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, Brasil, pelo prazo de trinta dias. Os envelopes não retirados neste prazo serão inutilizados.

6 - Até 02 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

6.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 dia útil anterior à data fixada para o recebimento das propostas.

6.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Comissão permanente de licitação.

8 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Folheto Descritivo;

Anexo II – Declaração de Pleno Atendimento às condições de Habilitação;

Anexo III - Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;

Anexo IV – Minuta de contrato.

12. Maiores informações acerca desta licitação poderão ser obtidas através do Fone/Fax no 0\*\* 48 3268 1212, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h com o Setor de Licitações e Compras.

13 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Ituporanga do estado de Santa Catarina.

Leoberto Leal/SC, 03 de outubro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

#### ANEXO I

#### FOLHETO DESCRITIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2011 PROCESSO Nº 077/2011

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANT	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	TOTAL PREÇO MÁXIMO
1	UND	Cortinas para Sala dos Professores: de 1,70 metros de altura com 3,00 metros de largura, de tecido rústico grosso com ilhós. Altura: 1,70 metros (com a barra feita) Largura: 3 vezes (3 partes) com 3,00 metros Tecido: Rústico Grosso 51,35 % poliéster mais 48,65 % algodão, na cor bege. Ilhós: tamanho médio, na cor bege. Suporte: Suportes para cortina PP, tamanho médio, na cor bege. Quantidade: 02 jogos com 02 unidades cada. Tubo: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor bege. Tamanho: 3,70 metros Custo do feito da cortina (tecido, mão-de-obra, ilhós, suportes e tubo)	03	R\$ 72,88	R\$ 218,64
2	UND	Cortinas para a Sala 01: de 1,70 metros de altura com 6,00 metros de largura, de tecido rústico grosso com ilhós. Altura: 1,70 metros (com a barra feita) Largura: 2 vezes (2 partes) com 6,00 metros Tecido: Rústico Grosso 51,35 % poliéster mais 48,65 % algodão, na cor bege. Ilhós: tamanho médio, na cor bege. Suporte: Suportes para cortina PP, tamanho médio, na cor bege. Quantidade: 02 jogos com 02 unidades cada Tubo: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor bege. Tamanho: 6,00 metros Custo do feito da cortina (tecido, mão-de-obra, ilhós, suportes e tubo)	02	R\$ 146,60	R\$ 293,20

3	UND	<p>Cortinas para Sala 02: de 1,70 metros de altura com 6,00 metros de largura, de tecido rústico grosso, com ilhós. Dois blecautes de 1,70 metros de altura com 6,00 metros de largura, de tecido poliéster, com ilhós.</p> <p>Altura da cortina e blecaute: 1,70 metros (com a barra feita)</p> <p>Largura da cortina e blecaute: 2 vezes (2 partes) com 6,00 metros</p> <p>Tecido da cortina: Rústico Grosso 51,35 % poliéster mais 48,65 % algodão, na cor bege.</p> <p>Ilhós da cortina: tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Tecido do blecaute: Tecido 100 % poliéster</p> <p>Ilhós do blecaute: tamanho médio, na cor bege</p> <p>Suporte: Suportes duplos para cortina PP, tamanho médio, na cor bege. Quantidade: 02 jogos com 02 unidades cada</p> <p>Tubo para cortina: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor bege. Tamanho: 6,17 metros</p> <p>Tubo para o blecaute: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor bege. Tamanho: 6,17 metros</p> <p>Custo do feitiço da cortina e do blecaute (tecido, mão-de-obra, ilhós, suportes e tubos)</p>	02	R\$ 357,59	R\$ 715,18
---	-----	---	----	------------	------------

4	UND	<p>Cortinas para a Sala 03: de 1,70 metros de altura com 6,00 metros de largura, de tecido rústico grosso com ilhós.</p> <p>Altura: 1,70 metros (com a barra feita)</p> <p>Largura: 2 vezes (2 partes) com 6,00 metros</p> <p>Tecido: Rústico Grosso 51,35 % poliéster mais 48,65 % algodão, na cor bege.</p> <p>Ilhós: tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Suporte: Suportes para cortina PP, tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Quantidade: 02 jogos com 02 unidades cada</p> <p>Tubo: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Tamanho: 6,03 metros</p> <p>Custo do feitiço da cortina (tecido, mão-de-obra, ilhós, suportes e tubo)</p>	02	R\$ 146,69	R\$ 293,38
5	UND	<p>Cortinas Sala Pré-Escolar: de 1,70 metros de altura com 6,00 metros de largura, de tecido rústico grosso com ilhós.</p> <p>Altura: 1,70 metros (com a barra feita)</p> <p>Largura: 2 vezes (2 partes) com 6,00 metros</p> <p>Tecido: Rústico Grosso 51,35% poliéster mais 48,65% algodão, na cor bege.</p> <p>Ilhós: tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Suporte: Suportes para cortina PP, tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Quantidade: 02 jogos com 02 unidades cada.</p> <p>Tubo: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor bege.</p> <p>Tamanho: 6,03 metros.</p> <p>Custo do feitiço da cortina (tecido, mão-de-obra, ilhós, suportes e tubo)</p>	02	R\$ 146,69	R\$ 293,38



6	UND	Cortinas para a Cozinha: de 1,25 metros de altura com 1,50 metros de largura, de tecido voal bordado, com forro e com argola. Altura: 1,25 metros (com a barra feita) Largura: 2 vezes (2 partes) com 1,50 metros Tecido: Voal bordado 100% poliéster, na cor branca, com forro e argola. Argola: tamanho médio, na cor branca. Suporte: Suportes para cortina PP, tamanho médio, na cor branca. Quantidade: 02 jogos com 02 unidades cada. Tubo: Tubo em aço revestido PP, tamanho médio, na cor branca. Tamanho: 1,80 metros. Custo do feitiço da cortina (tecido, mão-de-obra, argolas, suportes e tubo)	02	R\$ 68,71	R\$ 137,42
				TOTAL	R\$ 1.951,20

OBS.: O objeto desta licitação deverá ser entregue e colocado em até 15 dias após emissão da Autorização de Fornecimento no Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos, no Município de Leoberto Leal.

Leoberto Leal/SC, 03 de outubro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Modelo – deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

À Prefeitura Municipal de Leoberto Leal  
Leoberto Leal - SC

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2011

Vimos pela presente apresentar a V.Sª, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e declaramos que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

Leoberto Leal, .... de ..... de 2011.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do Representante Legal ou do Procurador)

## ANEXO III

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome

da pessoa jurídica), interessada em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2011, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, declaro, sob as penas da lei, que, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Leoberto Leal, ....de ..... de 2011.

Representante Legal ou Procurador

## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO

Contrato visando à aquisição de cortinas para o Núcleo Escolar de Ribeirão dos Ovos, no município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Licitação nº 077/2011.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, sito na xxxxxxxxxxxxxxxx, Cidade de xxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada xxxxxxxxxxxxxxxx, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 077/2011, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Contratação visando à aquisição de cortinas para o Núcleo Escolar de Ribeirão dos Ovos, no município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Licitação nº 077/2011.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/11/2011, devendo ser entregue e colocados todos os materiais em até 15 dias após emissão da Autorização de Fornecimento no Núcleo Escolar Ribeirão dos Ovos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO – Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ ..... (.....). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do CONTRATADO, em até 10 (dez) dias, após a entrega dos materiais ou execução dos serviços, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cujo CONTRATADO é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

II – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a

data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

**I – O CONTRATADO**, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

**II – O MUNICÍPIO**, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII item 1 do Processo Licitatório nº 077/2011.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO** – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA** – Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO** – O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Estadual e Tributos Federais.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO** – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

Leoberto Leal, ..... de ..... de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Contratado

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

**Contrato Nº 067/2011**

CONTRATO Nº 067/2011-PMLL

Por este instrumento particular de Contrato de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 066/2011, homologado em 03/10/2011, mediante sujeição mútua das normas constantes do Edital antes citado e as seguintes cláusulas contratuais:

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

**CONTRATADA:** A CONSTRUTORA WDD LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 214, 110 - Bairro Cascata, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.256.305/0001-08, neste ato representada pelo senhor DOUGLAS GUILHERME DALLABRIDA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Objetivando a contratação de empresa especializada, para construção de 01 (um) Centro de Educação Infantil - Creche Pró Infância Tipo "C", padrão do Ministério da Educação, com área total de 553,23 m², no Centro do município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 066/2011, por parte da CONTRATADA, conforme projeto respectivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente Contrato e possuir condições de executá-los dentro da melhor técnica.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL**

Fazem parte deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é do conhecimento das partes Contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da Contratada, Edital de Licitação nº 066/2011, projeto, plantas, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A obra, objeto do presente Contrato será realizado sob o Regime de Execução Empreitada por Preço Global.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados conforme Cronograma Físico Financeiro, após a aprovação das medições da conclusão das etapas previstas no Processo Licitatório e a liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal.

Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para fornecimento e execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos prestados inclusive transportes.



**CLÁUSULA QUINTA - CAUÇÃO**

01. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, a CONTRATADA deverá depositar a importância equivalente a 03% (três por cento) do valor deste contrato em conta específica no Banco do Brasil S/A, em nome da PREFEITURA.

02. O total retido só será restituído a CONTRATADA, depois de liquidado todos os compromissos que assume neste Contrato e obtido o Termo de Recebimento de Serviços.

03. A liberação da caução estará condicionada a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação no INSS, relativo à obra executada.

04. A Caução será liberada até 03 (três) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela comissão especialmente designada. O Termo de Recebimento de Obras será emitido após 60 (sessenta) dias do recebimento provisório da obra, caso não surjam quaisquer irregularidades.

05. Em caso de rescisão contratual, a devolução da caução somente se efetivará se houver acordo ou por falência da CONTRATADA.

06. A CONTRATADA estará sujeita a perda de caução, se na execução do objeto, vier a comprometer a Ordem ou Segurança Pública.

07. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso que assume neste Contrato, fica a PREFEITURA, após comprovação, autorizada a liberar a seu favor (da Prefeitura), total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução.

08. Em qualquer dos casos previstos, a liberação da caução da CONTRATADA se efetivará através de autorização da PREFEITURA.

**CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS**

As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

0401 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
04.01.12.365.0004.1.005 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transferência Convênio  
0401 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
04.01.12.365.0004.1.005 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Recursos Ordinários

**CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO**

01. Os serviços deverão ser iniciados até 05 (cinco) dias após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço.

02. A obra deverá ser entregue no prazo previsto no cronograma físico, salvo motivos de força maior devidamente justificado.

03. A CONTRATADA poderá pedir prorrogação do prazo em caso de interrupção dos trabalhos, por fatos oriundos da Administração Municipal ou de força maior, conforme definido no Código Civil em vigor.

04. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma apresentado pela CONTRATADA na sua proposta em acordo com o cronograma físico financeiro constante no edital de licitação nº 066/2011;

05. Os serviços incompletos ou executados em desacordo com os projetos e normas apresentados, serão refeitos imediatamente,

não cabendo a Firma executante o direito de indenização.

06. A partir do início da obra, a CONTRATADA deverá utilizar-se de um diário de obras, registrando todas as atividades executadas, bem como justificando os dias não trabalhados; e apresentá-lo a CONTRATANTE sempre que solicitado, devendo o mesmo permanecer na obra.

**CLÁUSULA OITAVA - MULTAS**

01. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, quando sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Se o valor da multa for igual ou inferior a 01 (uma) UFM, será dispensado o seu pagamento, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

02. O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do serviço, sem justificativa da CONTRATADA, será considerado como recusa e dará causa de cancelamento da Ordem de Serviço correspondente a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do Contrato não realizado.

03. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 01 (uma) a 10 (dez) UFM, em caso de infração a quaisquer disposições contidas no Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito e outros dispositivos legais pertinentes, respondendo ainda pelas multas decorrentes da infração cometida devidas ao órgão competente.

04. A CONTRATADA assiste o direito de pedir reconsideração, por escrito a PREFEITURA dentro de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da notificação recebida, que será decidida em 03 (três) dias, relevando ou não a multa.

05. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada, por escrito, pela PREFEITURA. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher a PREFEITURA.

06. Nenhum pagamento de medição será efetuado a CONTRATADA, se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

**CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR**

Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato a PREFEITURA e ratificar por escrito até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A PREFEITURA e a CONTRATADA, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

**CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS**

A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nas obras que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É de total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em efetivo funcionamento, na obra em questão.

01. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA, pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma, nos termos da NR-4 de 18 de junho de 1978, item 4.6.5.

02. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração legal, não serão consideradas em hipótese alguma, motivos de força maior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A PREFEITURA poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução das obras, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta Resolução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

01. O material necessário a execução dos serviços e obras será fornecido pela CONTRATADA.

O material a ser transportado, sua carga e descarga, assim como a guarda será de inteira responsabilidade da CONTRATADA não cabendo a PREFEITURA, em hipótese alguma, a obrigação de indenizar ou substituir por perdas, desaparecimentos, furtos ou outros.

02. A CONTRATADA colocará a disposição da obra, todo o equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

01. A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras executadas, nos termos do Código Civil em vigor, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

02. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a PREFEITURA de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

03. A empresa vencedora deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, a título de INSS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou procedimento, mediante documento escrito, quando:

a) As partes assim o acordarem;

b) A PREFEITURA assim o julgar conveniente, administrativamente se a CONTRATADA:

01. Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas;

02. Transferir o Contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da PREFEITURA;

03. Entrar em concordata ou falência, ou atrasar em mais de quinze dias o salário do pessoal envolvido na obra;

04. Deixar evidenciada por culpa, dolo, simulação, fraude na execução da obra ou por reiteradas impugnações feitas pela Fiscalização, sua incapacidade para dar execução aos serviços;

05. Desatender as determinações regulares da fiscalização da PREFEITURA ou seu(s) preposto(s);

06. Paralisar os serviços sem justa causa e previa comunicação a PREFEITURA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização a CONTRATADA, ficando a PREFEITURA autorizada a liberar a seu favor (Prefeitura) os valores depositados a título de caução.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo rescisão contratual, a qualquer título, a PREFEITURA pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão, por todos os serviços executados pela CONTRATADA, e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela Fiscalização da PREFEITURA, não cabendo a CONTRATADA, qualquer valor adicional, a título de indenização ou qualquer outro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de ocorrer a hipótese de rescisão constante do item 03, desta Cláusula, as obras serão recebidas pela PREFEITURA na situação em que se encontrarem, que ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, massa falida ou sucessora da Firma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente aos serviços, obras e fornecimentos de materiais, será exercida por:

01. PREFEITURA ou seu(s) preposto(s);

02. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

03. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga;

04. Caixa Econômica Federal;

05. Tribunal de Contas da União.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A PREFEITURA poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias relacionadas com o objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES DO PROJETO

A PREFEITURA reserva-se o direito de a qualquer momento alterar para mais ou para menos, os quantitativos do presente Contrato, sem que caiba a CONTRATADA, direito de reclamação ou indenização, mesmo que o valor global da obra seja diminuído.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de variação do volume das obras e serviços estipulados, prevalecerão para efeito de pagamento, os preços unitários.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

O presente Contrato é estipulado em R\$ 619.455,85 (seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VIGÊNCIA

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência até o recebimento definitivo da obra, pela PREFEITURA, conforme Edital, que deu origem ao presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de outubro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
CONTRATANTE

DOUGLAS GUILHERME DALLABRIDA  
CONSTRUTORA WDD LTDA  
Contratada

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09  
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

#### **Contrato Nº 067/2011** CONTRATO Nº 067/2011-PMLL

Por este instrumento particular de Contrato de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 066/2011, homologado em 03/10/2011, mediante sujeição mútua das normas constantes do Edital antes citado e as seguintes cláusulas contratuais:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A CONSTRUTORA WDD LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 214, 110 - Bairro Cascata, Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.256.305/0001-08, neste ato representada pelo senhor DOUGLAS GUILHERME DALLABRIDA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Objetivando a contratação de empresa especializada, para construção de 01 (um) Centro de Educação Infantil - Creche Pró Infância Tipo "C", padrão do Ministério da Educação, com área total de 553,23 m², no Centro do município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 066/2011, por parte da CONTRATADA, conforme projeto respectivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente Contrato e possuir condições de executá-los dentro da melhor técnica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é do conhecimento das partes Contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da

Contratada, Edital de Licitação nº 066/2011, projeto, plantas, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A obra, objeto do presente Contrato será realizado sob o Regime de Execução Empreitada por Preço Global.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados conforme Cronograma Físico Financeiro, após a aprovação das medições da conclusão das etapas previstas no Processo Licitatório e a liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal.

Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para fornecimento e execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos prestados inclusive transportes.

#### CLÁUSULA QUINTA - CAUÇÃO

01. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, a CONTRATADA deverá depositar a importância equivalente a 03% (três por cento) do valor deste contrato em conta específica no Banco do Brasil S/A, em nome da PREFEITURA.

02. O total retido só será restituído a CONTRATADA, depois de liquidado todos os compromissos que assume neste Contrato e obtido o Termo de Recebimento de Serviços.

03. A liberação da caução estará condicionada a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação no INSS, relativo à obra executada.

04. A Caução será liberada até 03 (três) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela comissão especialmente designada. O Termo de Recebimento de Obras será emitido após 60 (sessenta) dias do recebimento provisório da obra, caso não surjam quaisquer irregularidades.

05. Em caso de rescisão contratual, a devolução da caução somente se efetivará se houver acordo ou por falência da CONTRATADA.

06. A CONTRATADA estará sujeita a perda de caução, se na execução do objeto, vier a comprometer a Ordem ou Segurança Pública.

07. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso que assume neste Contrato, fica a PREFEITURA, após comprovação, autorizada a liberar a seu favor (da Prefeitura), total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução.

08. Em qualquer dos casos previstos, a liberação da caução da CONTRATADA se efetivará através de autorização da PREFEITURA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS

As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

0401 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
04.01.12.365.0004.1.005 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022 - Transferência Convênio  
0401 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto  
04.01.12.365.0004.1.005 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Recursos Ordinários

**CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO**

01. Os serviços deverão ser iniciados até 05 (cinco) dias após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço.

02. A obra deverá ser entregue no prazo previsto no cronograma físico, salvo motivos de força maior devidamente justificado.

03. A CONTRATADA poderá pedir prorrogação do prazo em caso de interrupção dos trabalhos, por fatos oriundos da Administração Municipal ou de força maior, conforme definido no Código Civil em vigor.

04. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma apresentado pela CONTRATADA na sua proposta em acordo com o cronograma físico financeiro constante no edital de licitação nº 066/2011;

05. Os serviços incompletos ou executados em desacordo com os projetos e normas apresentados, serão refeitos imediatamente, não cabendo a Firma executante o direito de indenização.

06. A partir do início da obra, a CONTRATADA deverá utilizar-se de um diário de obras, registrando todas as atividades executadas, bem como justificando os dias não trabalhados; e apresentá-lo a CONTRATANTE sempre que solicitado, devendo o mesmo permanecer na obra.

**CLÁUSULA OITAVA - MULTAS**

01. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, quando sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Se o valor da multa for igual ou inferior a 01 (uma) UFM, será dispensado o seu pagamento, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

02. O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do serviço, sem justificativa da CONTRATADA, será considerado como recusa e dará causa de cancelamento da Ordem de Serviço correspondente a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do Contrato não realizado.

03. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 01 (uma) a 10 (dez) UFM, em caso de infração a quaisquer disposições contidas no Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito e outros dispositivos legais pertinentes, respondendo ainda pelas multas decorrentes da infração cometida devidas ao órgão competente.

04. A CONTRATADA assiste o direito de pedir reconsideração, por escrito a PREFEITURA dentro de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da notificação recebida, que será decidida em 03 (três) dias, relevando ou não a multa.

05. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada, por escrito, pela PREFEITURA. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher a PREFEITURA.

06. Nenhum pagamento de medição será efetuado a CONTRATADA, se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

**CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR**

Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, conforme

definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato a PREFEITURA e ratificar por escrito até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A PREFEITURA e a CONTRATADA, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

**CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS**

A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nas obras que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É de total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em efetivo funcionamento, na obra em questão.

01. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA, pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma, nos termos da NR-4 de 18 de junho de 1978, item 4.6.5.

02. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração legal, não serão consideradas em hipótese alguma, motivos de força maior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A PREFEITURA poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução das obras, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta Resolução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

01. O material necessário a execução dos serviços e obras será fornecido pela CONTRATADA.

O material a ser transportado, sua carga e descarga, assim como a guarda será de inteira responsabilidade da CONTRATADA não cabendo a PREFEITURA, em hipótese alguma, a obrigação de indenizar ou substituir por perdas, desaparecimentos, furtos ou outros.

02. A CONTRATADA colocará a disposição da obra, todo o equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE**

01. A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras executadas, nos termos do Código Civil em vigor, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

02. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a PREFEITURA de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

03. A empresa vencedora deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, a título de INSS.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito,



independentemente de interpelação judicial ou procedimento, mediante documento escrito, quando:

- a) As partes assim o acordarem;
- b) A PREFEITURA assim o julgar conveniente, administrativamente se a CONTRATADA:

01. Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas;
02. Transferir o Contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da PREFEITURA;
03. Entrar em concordata ou falência, ou atrasar em mais de quinze dias o salário do pessoal envolvido na obra;
04. Deixar evidenciada por culpa, dolo, simulação, fraude na execução da obra ou por reiteradas impugnações feitas pela Fiscalização, sua incapacidade para dar execução aos serviços;
05. Desatender as determinações regulares da fiscalização da PREFEITURA ou seu(s) preposto(s);
06. Paralisar os serviços sem justa causa e previa comunicação a PREFEITURA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização a CONTRATADA, ficando a PREFEITURA autorizada a liberar a seu favor (Prefeitura) os valores depositados a título de caução.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo rescisão contratual, a qualquer título, a PREFEITURA pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão, por todos os serviços executados pela CONTRATADA, e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela Fiscalização da PREFEITURA, não cabendo a CONTRATADA, qualquer valor adicional, a título de indenização ou qualquer outro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de ocorrer a hipótese de rescisão constante do item 03, desta Cláusula, as obras serão recebidas pela PREFEITURA na situação em que se encontrarem, que ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, massa falida ou sucessora da Firma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente aos serviços, obras e fornecimentos de materiais, será exercida por:

01. PREFEITURA ou seu(s) preposto(s);
02. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
03. Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga;
04. Caixa Econômica Federal;
05. Tribunal de Contas da União.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A PREFEITURA poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias relacionadas com o objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES DO PROJETO

A PREFEITURA reserva-se o direito de a qualquer momento alterar para mais ou para menos, os quantitativos do presente Contrato, sem que caiba a CONTRATADA, direito de reclamação ou

indenização, mesmo que o valor global da obra seja diminuído.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de variação do volume das obras e serviços estipulados, prevalecerão para efeito de pagamento, os preços unitários.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

O presente Contrato é estipulado em R\$ 619.455,85 (seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VIGÊNCIA

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência até o recebimento definitivo da obra, pela PREFEITURA, conforme Edital, que deu origem ao presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de outubro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
CONTRATANTE

DOUGLAS GUILHERME DALLABRIDA  
CONSTRUTORA WDD LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09  
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

#### Resultado do Processo Seletivo Simplificado N. 007-2011

##### RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Prefeita Municipal Homologa e Torna Pública a lista de candidatos e respectivas notas referentes ao Processo Seletivo Simplificado Nº 007/2011.

01 Operador de Equipamentos II para Motoniveladora (patrola) - 01 vaga

Inscrição	Nome do Candidato	Prática	Nota Final	Classificação
002	Marcilei Farias	7,9	7,9	1

02 Operador de Equipamentos II para Retroescavadeira - 01 vaga

Inscrição	Nome do Candidato	Prática	Nota Final	Classificação
001	Edu Henrique Franzen	7,0	7,0	1

Comunica ainda, que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do Edital e dirigido a Prefeita Municipal.

Leoberto Leal, em 03 de outubro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto N. 2.175/2011

DECRETO Nº 2.175/2011, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Art. 8º da Lei Ordinária Nº 985/2010 de 15 de Dezembro de 2010:

#### D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade 04 - Fundo Municipal de Assistência Médica  
Projeto/Atividade 2.020 - Manutenção das Atividades do FAM  
3.3.90.00.00.00.00.025- Aplicações Diretas R\$ 5.622,84

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta superávit financeiro verificado no exercício anterior:

Fonte: Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 5.622,84

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 30 de Setembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

#### Extrato Pregão Presencial MEDICAMENTOS

MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
Fundo Municipal de Saúde  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011 FMS

GENIR LOLI - Secretário de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para

aquisição de medicamentos para a farmácia básica, as 08:30 horas, do dia 20 de outubro de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de outubro de 2011.  
GENIR LOLI  
Secretário de Saúde e Ação Social

#### Extrato do Contrato 136/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 136/2011 - 3º TA 17/2009

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A  
Licitação: PREGÃO Nº 46/2008  
Objeto: Contratação de serviços de publicação de atos oficiais no Jornal de circulação estadual Diário Catarinense.  
Valor: 1.056,00  
Vigência: 07 de janeiro de 2012.  
Assinatura: 28 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 137/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 137/2011 - 2º TA 126/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PARANÁ EQUIPAMENTOS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 36/2011  
Objeto: Substituição de peças adicionais bem como necessidade de horas de mão de obra adicionais para conclusão do conserto da retroescavadeira Caterpillar modelo 416e ano 2007.  
Valor: R\$ 2.833,12  
Vigência: 31 de dezembro de 2011.  
Assinatura: 28 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 138/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 138/2011 - 1º TA 163/2010

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAURI DELAI  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2010  
Objeto: Prorrogação por mais 12 meses, do contrato de locação da sala que é utilizada para instalações e funcionamento de uma sala de aula para turmas do 5º ano do ensino fundamental, tendo em



vista que o município não dispõe de sala própria adequada para tal finalidade.

Valor: R\$ 6.120,00

Vigência: 30 de setembro de 2012.

Assinatura: 30 de setembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

### Extrato do Convênio 43/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 43/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SANGA CASTELHANO E SANGA MARTINS.

Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando o repasse a CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da Associação.

Valor: R\$ 10.000,00

Lei: Lei Municipal 1.028/2011

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Assinatura: 03 de outubro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Lei 1005

LEI Nº 1005 de 04 de outubro de 2011.

"AUTORIZA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por COMPRA para complemento e alargamento da Rua da Amizade pelo montante de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) os imóveis a seguir descritos:

a)Parte lote urbano integrante da Matrícula Imobiliária nº 7.038 registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC), com as seguintes características: Inicia-se se no marco denominado '3', desde, segue por rua, dividindo-o com Rua da Amizade; Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 95°04'43" e a distância de 7.61 m até o marco '8' (E=8.666 m e N=19.398 m); Daí segue por linha seca confrontando com Nadir Cavalli e Pedro Gabriel Cavalli com o azimute de 184°55'38" e a distância de 8.93 m até o marco '7' (E=7.899 m e N=10.502 m); Daí segue por linha seca confrontando com Nadir Cavalli e Pedro Gabriel Cavalli com o azimute de 178°22'19" e a distância de 6.16 m até o marco '6' (E=8.074 m e N=4.345 m); Daí segue por linha seca confrontando com Nadir Cavalli e Pedro Gabriel Cavalli com o azimute de 154°43'36" e

a distância de 1.41 m até o marco '5' (E=8.676 m e N=3.069 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 273°10'46" e a distância de 5.66 m até o marco '4' (E=3.025 m e N=3.383 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 353°22'33" e a distância de 16.80 m até o marco '3' (E=1.087 m e N=20.071 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 100,67 m², avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

b)lote urbano integrante da Matrícula Imobiliária nº 11.762 registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC), com as seguintes características: Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por rua, dividindo-o com Rua da Amizade; Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 359°53'58" e a distância de 16.71 m até o marco '2' (E=0.000 m e N=20.260 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 99°50'30" e a distância de 1.10 m até o marco '3' (E=1.087 m e N=20.071 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 173°22'33" e a distância de 16.80 m até o marco '4' (E=3.025 m e N=3.383 m); Daí segue por rua confrontando com Rua da Amizade com o azimute de 273°10'46" e a distância de 3.00 m até o marco '1' (E=0.029 m e N=3.550 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 34,25 m², avaliado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art.2º- Os imóveis descritos no art.1º, desta Lei, pertencem a PEDRO GABRIEL CAVALLI e NADIR CAVALLI, brasileiros, casados entre si pelo regime da comunhão universal de bens antes da vigência da Lei nº 6.515/77, ele operário, ela do lar, CPF nº 423.428.309-63.

Art.3º - Os valores dos imóveis decorrem de avaliação prévia e serão pagos pelo MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) em parcela única no ato da assinatura da competente Escritura Pública.

Art.4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão da conta da dotação orçamentária nº 1101.15.451.0061.1053 - Pavimentação e Alargamento de Ruas e Passeios Públicos - Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Investimentos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de outubro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

#### Lei 1006

LEI Nº 1006 de 04 de outubro de 2011.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar financeiramente a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BRASIL DE VILA KENNEDY, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.731.744/0001-86, com sede neste Município de Luzerna(SC), no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para manutenção da entidade.

Parágrafo Único - A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos), bem como, de estar cadastrada junto ao Conselho Municipal de

Assistência Social para o recebimento dos recursos.

Art.2º-As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária Atividade nº 12.1201.08.244.0025 - Manutenção da Assistência Social Geral - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários do Orçamento vigente.

Art.3º- O valor do auxílio financeiro será liberado em parcela única, devendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos até 20 de dezembro de 2011.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de outubro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### **Resolução CONSEA Nº 001/2011**

RESOLUÇÃO Nº 001/2011

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 997 de 09 de agosto de 2011, e

CONSIDERANDO que há necessidade de discutir a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Luzerna;

CONSIDERANDO que está se compondo o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna(SC), não sendo ainda portanto, eleita sua Diretoria;

CONSIDERANDO que para a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna(SC), em conformidade com o §2º do art. 4º da Lei nº 997 de 09 de agosto de 2001, a definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESOLVE:

Art.1º- Instituir a COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), formada pelos seguintes membros:

MICHELE LUCIANE T. S. TEDESCO

VALI CAROLINA SPIER

RÉGIS VALTER WEISER

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de outubro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### **Resolução CONSEA Nº 002/2011**

RESOLUÇÃO Nº 002/2011

“DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 997 de 09 de agosto de 2011, e

CONSIDERANDO que há necessidade de discutir a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Luzerna;

CONSIDERANDO que está se compondo o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna(SC), não sendo ainda portanto, eleita sua Diretoria;

CONSIDERANDO que para a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna(SC), em conformidade com o §2º do art. 4º da Lei nº 997 de 09 de agosto de 2001, a definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESOLVE:

Art.1º- Realizar a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), no dia 14 de outubro de 2011, às 13h30 horas, nas dependências do Salão Branco do Centro de Eventos São João Batista, neste Município de Luzerna(SC).

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de outubro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### **Regimento Interno do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Luzerna**

REGIMENTO INTERNO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE LUZERNA

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA FINALIDADE**

Art.1º - Este Regimento Interno tem por finalidade instituir normas que assegurem a organização dos direitos das instituições não governamentais junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna a votarem e serem votadas para um mandato de 02 (dois) anos, podendo haver 02 (duas) reconduções consecutivas por igual período.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA COMPETÊNCIA**

Art.2º - Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna:

I - Convocar, através de Resolução, as entidades não governamentais a participarem da eleição para composição do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR de Luzerna;

II - Criar Comissão para condução e organização dos trabalhos do Processo Eleitoral;

III - Divulgar o Fórum de Eleição para a escolha dos membros não governamentais no Conselho;

IV - Oficializar o resultado da Eleição;

V - Zelar pelo cumprimento dos prazos e determinações estabelecidas na Resolução de Convocação das entidades não-governamentais à Eleição;

Art. 3º - Compete a Comissão de Organização do Fórum para Eleição dos Membros do CONSEA:

I - Elaborar o Regimento Interno para assegurar os direitos às instituições não governamentais, à participarem do processo eleitoral;

II - Abrir inscrições para a escolha dos membros das instituições não governamentais a participarem do processo eleitoral;

III - Elaborar relação das entidades, distribuídas em blocos por afinidades de atuação para escolha dos seus representantes no Conselho.

IV - Providenciar material de expediente necessário a realização do Fórum;

VI - Coordenar o processo eleitoral, desde a organização inicial, apuração dos votos, até a divulgação dos resultados.

### CAPÍTULO III

#### DAS INSTITUIÇÕES OU ORGANIZAÇÕES

Art. 4º - Serão considerados os representantes de Entidades Não-Governamentais representantes da sociedade civil, de acordo com a Lei nº 997 de 09 de agosto de 2011 do CONSEA.

### CAPÍTULO IV

#### DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 5º - Participação do Processo Eleitoral:

I - Entidades e organizações que estiverem conforme Lei nº 997 de 09 de agosto de 2011 do CONSEA.

II - Entidades e Organizações que apresentarem inscrição dos seus candidatos titulares até às 17horas do dia 14 de outubro de 2011, no Salão Branco do Centro de Eventos São João Batista, local de realização do evento.

Art. 6º - Os representantes das entidades não-governamentais serão indicados titulares observando-se na sua escolha os seguintes segmentos:

I. Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural - 01 vaga

II. Associação de classes profissionais e empresariais - 01 vaga

III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município - 03 vagas

IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais - 03 vagas

Art. 7º - A escolha dos representantes de entidades e organizações será feita entre os membros do grupo de instituições afins, sendo escolhidos por maioria simples, aberto e por aclamação.

Art. 8º - Somente terão direito a serem votadas as instituições presentes no Fórum Eleitoral; salvo na falta de quorum, em reunião previamente estabelecida conforme art. 5º, inciso II deste Regimento.

Art. 9º- O resultado será imediatamente anunciado.

Art. 10 - No caso de vacância de algum segmento estas serão supridas em segunda chamada com data e local a serem definidos pela Comissão de Reestruturação do Conselho.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 12 - Discutido e aprovado, este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de outubro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### Extrato Homologação Leilão pml.001.2011 - Sucatas

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Leilão nº 001/2011

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0065/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Leilão nº 001/2011

- Objeto: Alienação dos móveis (sucateados ou inservíveis) abaixo

relacionados, conforme as Leis Municipais nº 786/08 e 993/11:

01. 211 cadeiras e carteiras;

02. 04 quadros negros;

03. 13 cadeiras fixas sem braço, marca Cavaletti;

04. 01 caçamba coletora de lixo;

05. 04 máquinas de costura da marca Elgin;

06. 21 máquinas de escrever da marca Olivetti;

07. 01 máquina da calcular da marca Faciti;

08. 02 geladeiras;

09. 02 enceradeiras;

10. 01 aparelho de ar condicionado;

11. 01 arquivo de aço de quatro gavetas;

12. 01 máquina de lavar roupa de 10Kg;

13. 02 ventiladores de parede com um metro de diâmetro; e

14. 09 sucatas de janela de ferro, sem vidro.

Proponentes Vencedoras: NELSON LEAL ANTUNES

- Valor total: R\$ 757,10

Luzerna (SC), 29 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Contrato Nº.: 17/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 17/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2011 - Concorrência nº. 01/2011

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: SIFRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: execução da OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ATUAL UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO E DA UNIDADE DE DIAGNÓSTICO POR IMAGENS do Hospital do Município de Massaranduba (SC), conforme projeto aprovado em 10 de março de 2011 na Vigilância Sanitária do Estado - Processo SES 31686/2010 COM PARECER 195/ANARQ/10.

VALOR: R\$ 1.049.209,64 (Um milhão, quarenta e nove mil, duzentos e nove reais e sessenta e quatro centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 03/10/2011 a 03/02/2012.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Decreto Nº003-2011 (03/10/2011) - Cria o Portal da Transparencia no Ambito do Poder Legislativo de Massaranduba

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba -

SC 83.539.668/0001-39 - SITE: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

DECRETO LEGISLATIVO Nº003/2011

03/10/2011

Cria o Portal da Transparência no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Massaranduba

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º O Poder Legislativo Municipal disponibilizará pela rede mundial de computadores, de forma integrada, em site oficial, as informações referentes aos investimentos e gastos públicos, possibilitando ao cidadão que acompanhe a execução financeiro-orçamentária, a estrutura da Administração Pública, da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba.

§ 1º O portal, denominado Portal da Transparência do Legislativo do Município de Massaranduba, será disponibilizado em página ou sítio oficial do Legislativo Municipal, onde deverá constar, dentre outras, as seguintes informações de forma simplificada, de fácil leitura e consulta:

I - Orçamento anual, do Poder Legislativo do Município de Massaranduba - SC;

II - execução do Orçamento;

III - contratos;

IV - convênios;

V - acompanhamento de convênios e lista de inadimplentes;

VI - quantidade de cargos em comissão, FGs e estagiários em cada órgão da Administração do Poder Legislativo Municipal de Massaranduba.

VII - despesas com publicidade, telefone celular, passagens e diárias, locação de veículos de funcionários, horas extras, por órgãos da Administração do poder Legislativo Municipal de Massaranduba. Para as passagens e diárias, deverá ser informado o nome do usuário, finalidade e o valor pago individualmente;

VIII - licitações;

IX - dispensas e inexigibilidade de licitação;

X - estrutura da Administração;

XI - número de servidores concursados e comissionados do poder Legislativo do Município de Massaranduba;

XII - consultas públicas;  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571  
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba - SC 83.539.668/0001-39 - SITE: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

§ 2º Os dados deverão ser armazenados, disponibilizados e atualizados mensalmente, para consulta a toda a população, de forma que possa avaliar a evolução dos gastos da administração pública e a eficiência dos programas geridos pelo Poder Legislativo do Município de Massaranduba.

§ 3º Sem prejuízo a outras informações que o Poder Legislativo possa organizar na página da Internet, os dados disponibilizados deverão ficar armazenados pelo período máximo permitido pelo programa de informática utilizado, permitindo ao cidadão acompanhar a evolução dos gastos e despesas geridos pelo Legislativo.

§ 4º O Poder Legislativo providenciará a implementação da referida página em 180 dias, a contar da data da publicação desta lei,

sob pena de responsabilidade.

Art. 2º A implementação do Portal da Transparência não importará nenhum aumento de despesas para a Câmara de Vereadores, devendo ser implementado com os meios materiais e apoio de pessoal existente nos quadros do Poder Legislativo.

Art.3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL EM 03 DE OUTUBRO DE 2011

JOSÉ OSNIR RONCHI

Presidente

PUBLICADO NO EXPEDIENTE DA DATA SUPRA

JAIR MICHELUZZI

Assistente Legislativo.

## Meleiro

### PREFEITURA

**Portaria n.º 322/2011**

PORTARIA n.º 322/2011

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 014/2005, de 27 de outubro de 2005e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, RESOLVE:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 108/2011, do Senhor MANOEL RABELO JUSTINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Portaria n.º 323/2011**

PORTARIA n.º 323/2011

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE LAVADOR/ ENGRAXADOR POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas



atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 014/2005, de 27 de outubro de 2005, Lei Complementar 027/2009, de 28 de dezembro de 2009 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, RESOLVE:

**C O N T R A T A R**

Art. 1.º O Senhor FÁBIO DA SILVA, para ocupar o cargo de Lavador /Engraxador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir da presente data, por um período de até (seis meses).

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Outubro de 2011.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Leilão para Alienação de Bens Inservíveis Nº 01/2011

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS Nº 01/2011

##### OBJETO:

Alienação de bens móveis inservíveis a seguir descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÍNIMO DO LANCE
01	Um Veículo tipo Kia/Besta GS ano 2000, modelo 2001, Placa IJS 2767.	R\$ 5.600,00
02	Um Veículo tipo Asia/Topic ano e modelo 1997, Placa LZJ 4162.	R\$ 5.200,00
03	Um Veículo tipo Kia/Besta GS ano e modelo 2001, Placa MCK 6571.	R\$ 6.300,00
04	Um lote de Sucata de ferro Velho de vários tipos e origens.	R\$ 0,15 por Kg.

TIPO: Maior Oferta.

JULGAMENTO: POR ITEM.

ENTREGA: Documentos, até às 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 21/10/2011

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, endereço Rodovia SC 456, Km 15, s/nº, ou pela Home Page [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30 horas.

TELEFONE: (0\_\_49) 546-0194

Monte Carlo, 03/10/2011

VALDERI DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitações

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 094/2011

DECRETO Nº 94/2011.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e LDO/2010,

##### DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 310.600,00 (trezentos e dez mil e seiscentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 4º Bimestre de 2011 em anexo a este decreto:

#### 1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.0001 – Receitas Imp. E Transf. De Imp. - Educação – R\$ 194.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.365.0004.2005	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fund	194.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	194.900,00

FONTE 0.1.0016 – Contr. Interv. Domin. Econômico – R\$ 1.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0008.2011	Funcion. Manut. Secretaria Transp. Obras	1.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.300,00

FONTE 0.1.0017 – Contr. Custeio Serv. Iluminação Pública – R\$ 43.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.25.752.0009.2012	Manutenção Serviços de Iluminação Pública	43.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	43.900,00

FONTE 0.1.0061 – Programa Nacional do Transporte escolar – R\$ 4.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0004.2007	Manutenção do Transporte Escolar	4.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.200,00

#### 2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.0066 – Vigilância em Saúde – R\$ 9.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.10.301.0014.2017	Funcionamento e Manutenção do FMS	9.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.500,00

**3. UNIDADE GESTORA SAMAE**

FONTE 0.1.0000 – Recursos Ordinários – R\$ 56.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.17.512.0013.1040	Aquisição de Veículo	56.800,00
4.4.90.00	Investimentos	56.800,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Instituto de Previdência que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência serão cobertos pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto 72/2011.

Nova Trento, 22 de setembro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

**Lei 441/2011**

Lei nº 441, de 05 de Outubro de 2011.

“Dispõe sobre a isenção dos serviços de terraplenagem e dá outras providências.”

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, c/c com os arts. 81 à 84 da Lei Complementar nº 040, de 29 de Setembro de 2010,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que sanciona a seguinte lei;

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos estruturais de terraplenagem aos produtores rurais, visando incrementar as atividades agropecuárias voltadas para as áreas de avicultura, suinocultura e produção de leite.

§ 1º - O incentivo de que trata o caput deste artigo será na forma de isenção de serviços de terraplenagem, desde que não haja prejuízo ao andamento dos serviços públicos.

§ 2º - A isenção de que trata esta Lei será até a data de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Para fazer jus aos incentivos de que trata a presente Lei, os agricultores deverão formalizar requerimento junto à Secretaria de Agricultura, Transporte Obras e Meio Ambiente e atender os seguintes requisitos:

- I - Possuir atividade produtiva em propriedade localizada no Município mediante apresentação do Cadastrado de Produtor Primário emitido pelo Setor de Bloco de Notas de Produtor Rural;
- II - Apresentar Certidão Negativa de Débitos expedida pelo Setor

- de Tributação de Novo Horizonte;
- III - Descrever o tipo de edificação e atividade a ser desenvolvida;
- IV - Apresentar Licenças ambientais em casos de atividades de Avicultura e Suinocultura.

Parágrafo único - O Município poderá exigir outros documentos que achar pertinente à atividade a ser desenvolvida.

Art. 3º - Os serviços de terraplenagem de que o art. 1º, serão exclusivamente para construção de Aviários, Pocilgas, Silos e Salas de Ordenha.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei por Decreto no que couber.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Novo Horizonte/ SC, 05 de Outubro de 2011.  
SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

**Lei 442/2011**

Lei nº 442, de 05 de Outubro de 2011.

Institui o Sistema Municipal de Cultura, estabelece diretrizes para as políticas municipais de Cultura e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que sanciona a seguinte lei;

**CAPÍTULO I****DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 1º O Sistema Municipal de Cultura - SMC - visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural a todos os Novohorizontinos, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural, compreendido em seu sentido mais amplo.

Parágrafo único. Para a consecução dos fins previstos neste artigo, o Sistema Municipal de Cultura tem como objetivos:

I - Estabelecer e implementar políticas de longo prazo, em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade Novohorizontina;

II - Consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, através da revisão dos marcos legais já estabelecidos: Departamento Municipal de Cultura, Lei Municipal de Incentivo à Cultura e Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Novo Horizonte, e da implantação de novos instrumentos institucionais, como o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, o Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte - CCM, o Fundo Municipal de Cultura - FMC, a Lei Municipal de Patrimônio Cultural, e posterior elaboração do Plano Plurianual da Cultura Municipal - PPA;

III - Mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio da ação comunitária, definir prioridades e assumir co-responsabilidades no desenvolvimento e na sustentação das manifestações e projetos culturais;

IV - Democratizar o acesso aos bens culturais e o direito à sua fruição, através da ampliação da oferta desses bens e da descentralização das ações culturais do município, estendendo o circuito e os aparelhos culturais a toda municipalidade, zona rural, inclusive;



V - Fortalecer as identidades locais, através da promoção e do incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais, nos vários campos da cultura, de modo a renovar a auto-estima da população, fortalecer seus vínculos com a cidade, estimular atitudes críticas e cidadãs e proporcionar prazer e conhecimento;

VI - Colaborar com as organizações já existentes para sua consolidação;

VII - Estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades de classe atuantes na área cultural;

VIII - Levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e as memórias, materiais e imateriais, da comunidade, bem como proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais, inclusive adaptações para pessoas com necessidades educativas especiais;

IX - Garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;

X - Assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o Município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e multiplicidade culturais e estimulando uma visão local que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura.

## CAPÍTULO II

### DO CADASTRO CULTURAL DO MUNICÍPIO

Art. 2º Fica criado o Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte/SC - CCM, instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, de caráter normativo, regulador e difusor, que organiza e disponibilizam informações sobre os diversos fazeres culturais, nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, bem como sobre seus espaços.

Art. 3º O CCM tem por finalidades:

I - Reunir dados sobre a realidade cultural do Município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos fazeres populares tradicionais, dos diversos artistas, esportistas, produtores, técnicos, usuários, profissionais, bem como grupos, entidades e equipamentos culturais existentes;

II - Viabilizar a pesquisa, a busca por informações culturais, a contratação de artistas e serviços de entidades culturais, esportivas e de turismo, a divulgação da produção cultural local, além de subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas culturais do Município;

III - Difundir a produção e o patrimônio cultural do Município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva;

IV - Regular o acesso a fontes de financiamento das atividades culturais nas suas diversas áreas, no âmbito municipal;

V - Habilitar seus integrantes a participar dos fóruns deliberativos, nas diversas instâncias do Sistema Municipal de Cultura;

VI - Identificar fontes de financiamento das atividades culturais, nas suas diversas áreas.

Art. 4º O CCM está organizado de acordo com as áreas de atuação, e seus respectivos segmentos, a saber:

I - Arte:

- a) artes visuais;
- b) música;
- c) artesanato e artes aplicadas;
- d) artes cênicas;
- e) literatura;
- f) culturas urbanas;
- g) audiovisual;
- h) artes digitais;
- i) arte educação;
- j) agente cultural;
- k) produtor cultural;
- l) cidadãos.

II - Patrimônio Cultural:

- a) comunidades tradicionais;
- b) tradições populares;
- c) culturas de raiz;
- d) culturas afro-brasileiras em suas diversas manifestações;
- e) culturas populares;
- f) arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares;
- g) historiografia regional, incluindo produções de outros campos do conhecimento: hemerografia, antropologia, geografia, sociologia etc.;
- h) patrimônio material;
- i) patrimônio imaterial;
- j) cultura e turismo;
- k) jornalismo;
- l) movimentos sociais;
- m) cidadãos.

Parágrafo único: Os Fóruns Setoriais podem deliberar pela criação, exclusão ou fusão de novos segmentos a serem incluídos no Cadastro, como previsto no Artigo 24, Inciso IV.

Art. 5º O CCM, disponibilizado em formatos diferenciados, impresso e mídia digital, tem sua implementação regulada por Portaria Administrativa do Departamento Municipal de Cultura, em acordo com o CMPC, através da Comissão Executiva.

Parágrafo único. O CCM tem campos de informações disponíveis para o acesso público e gratuito, e campos de acesso restrito à administração do Departamento Municipal de Cultura.

Art. 6º Podem se cadastrar:

I - Pessoas físicas, residentes em Novo Horizonte, com comprovação de atuação na área cultural;

II - Pessoas físicas comprovadamente atuantes na área cultural residentes em outras cidades, estados e países;

III - Pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em Novo Horizonte

IV - Teatros, salas de cinema, centros culturais, museus, casas de memória, bens tombados, casas de leitura e escrita, bibliotecas, escolas de arte, locais de interesse turístico, galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de artesanato, praças, e outros.

Art. 7º Uma pessoa ou entidade pode se cadastrar em mais de uma área ou segmento.

Parágrafo único. Em cada processo eleitoral, o cadastrado só pode se candidatar para representar um segmento ou área.

Art. 8º O CCM é essencial para o acesso a financiamento público, no âmbito municipal. A pessoa física ou jurídica, inadimplente com qualquer das formas de financiamento do Sistema Municipal de Cultura, é incluída no campo de inadimplência do CCM, de acordo com o disposto no Artigo 53.

Art. 9º Qualquer cidadão pode apresentar impugnação fundamentada, de pessoa ou entidade cadastrada, no Colegiado dos Fóruns Setoriais, para análise e tomada de decisão.

## CAPÍTULO III

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Art. 10. Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador que institucionaliza e organiza a relação entre a administração municipal e a sociedade civil e integra o SMC.

Art. 11. O CMPC está organizado em quatro (4) instâncias de participação: Conferência Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura - CMC, Fóruns Setoriais e Câmaras Temáticas.

Art. 12. São atribuições e competências do CMPC:

I - Representar a sociedade civil de Novo Horizonte junto ao Poder

Público Municipal, no âmbito do Departamento Municipal de Cultura, em todos os assuntos que digam respeito à gestão cultural;  
II - Estabelecer diretrizes e propor normas para as políticas culturais do Município;

III - Apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito: à produção, ao acesso aos bens culturais e à difusão das manifestações culturais da cidade de Novo Horizonte;

IV - Estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção, formação e difusão culturais no município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental;  
V - Estabelecer condições que garantam a continuidade dos projetos culturais e que fortaleçam as identidades locais;

VI - Responder a consultas sobre questões normativas relacionadas às políticas culturais do município;

VII - Fiscalizar as ações relativas ao cumprimento das políticas culturais do município, pelos órgãos públicos de natureza cultural, na forma de seu Regimento.

Art. 13. A Conferência Municipal de Cultura é a instância máxima de participação e deliberação do CMPC, tendo direito à voz e voto todas as pessoas, físicas e jurídicas, inscritas no Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte, exceto os inscritos nos campos: cidadãos e usuários do sistema, que somente têm direito à voz.

Art. 14. São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

I - Debater e aprovar o Plano Plurianual - PPA;

II - Aprovar o Regimento Interno do CMPC;

III - Avaliar a estrutura e o funcionamento das demais instâncias do CMPC, levando em consideração os relatórios elaborados pelas mesmas, apresentando modificações, quando forem necessárias;

IV - Avaliar a estruturação e a funcionalidade do Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte, apresentando modificações quando forem necessárias, considerando os encaminhamentos propostos pelas demais instâncias do CMPC;

V - Avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas culturais do Município;

VI - Debater e aprovar propostas de reformulação dos marcos legais da gestão cultural, antes de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal;

VII - Estimular a criação de instrumentos para o fortalecimento das identidades locais, zelando pelo Patrimônio Cultural, material e imaterial, e sua diversidade, nos termos da Lei Municipal de Patrimônio Cultural.

Art. 15. A Conferência Municipal de Cultura é realizada em caráter ordinário anualmente, sob a coordenação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, e extraordinariamente, de acordo com o Regimento Interno do CMPC.

Parágrafo único. O Regulamento de cada Conferência Municipal de Cultura, sua dinâmica e finalidades, são elaboradas pelos Colegiados dos Fóruns Setoriais e Comissão Executiva da Cultura.

Art. 16. O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Novo Horizonte, terá a seguinte composição:

I - o Diretor da Secretaria da Educação e Cultura do Município de Novo Horizonte, como membro nato, e mais 01 (um) representantes da Prefeitura Municipal, todos indicados pelo Prefeito Municipal;

II - 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino;

III - 01 (um) representante de Associação sem fins lucrativos;

IV - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação que atue na área de educação, cultura, esporte ou lazer;

V - 01 (um) representante do teatro;

VI - 01 (um) representante de artes visuais;

VII - 01 (um) representante de audiovisual;

VIII - 01 (um) representante da música;

IX - 01 (um) representante da dança;

X - 01 (um) representante da cultural popular;

XI - 01 (um) representante de literatura;

XII - 01 (um) representante do artesanato;

§ 1º Os representantes previstos nos:

I - incisos I e II serão indicados pelo Prefeito Municipal ou pelos respectivos órgãos, instituições ou fundações;

II - incisos III a XII serão eleitos e/ou indicados pelos seus pares.

§ 2º Compete ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, tomar as providências necessárias para convocação, realização e registro das reuniões do CMPC;

§ 3º Os membros da Coordenação são escolhidos entre os representantes e podem ser substituídos a qualquer tempo, por decisão de maioria simples.

Art. 18. O CMPC não tem presidente.

Art. 19. O mandato dos membros da CMC e dos Colegiados dos Fóruns Setoriais tem a duração de um (2) anos, não sendo permitida a recondução imediata.

Art. 20. O CMC, com a finalidade de agilizar a apreciação dos assuntos que lhes são pertinentes, pode constituir Comissões Externas com o mínimo de três (3) componentes, a fim de realizar pesquisas, estudos, levantamentos de dados e fornecer pareceres, podendo inclusive sugerir a contratação de consultorias especializadas para este fim.

Art. 21. A função exercida no CMC, nos Fóruns Setoriais e Câmaras Temáticas, tem prioridade sobre as demais que os representantes do Departamento Municipal de Cultura possam exercer.

Art. 22. São atribuições e competências da Comissão Executiva, nas formas e disposições deliberadas pelas Câmaras Temáticas, Fóruns Setoriais e Conferência Municipal de Cultura, naquilo que cabe:

I - Contribuir com o processo de organização e consolidação das políticas culturais, assumindo co-responsabilidade com relação às seguintes ações:

a) Contribuir com a elaboração do Plano Plurianual, de acordo com as recomendações dos Colegiados dos Fóruns Setoriais;

b) Executar a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, a Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Novo Horizonte, de acordo com o estabelecido em legislação específica;

c) Gerenciar o Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte;

d) Estimular a integração intermunicipal para a promoção de metas culturais conjuntas.

II - Fiscalizar a execução financeira do Departamento Municipal de Cultura e os projetos culturais financiados por ela, de acordo com as normas do Colegiado dos Fóruns Setoriais, em consonância com a legislação vigente;

III - Acompanhar a execução dos projetos culturais da administração municipal e de projetos da sociedade civil financiados por ela;

IV - Organizar, junto aos Colegiados, os Fóruns Setoriais nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, a cada trimestre, estimulando ampla e efetiva participação dos seus segmentos;

V - Acompanhar o andamento dos trabalhos desenvolvidos pelas diversas Câmaras Temáticas, em consonância com os Colegiados dos Fóruns Setoriais;

VI - Articular-se com órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela gestão pública da cultura, de modo a garantir o desenvolvimento equilibrado dos programas culturais existentes no município de Novo Horizonte, evitando a sobreposição de ações;

VII - Acompanhar o processo de planejamento, execução e avaliação das ações e metas estabelecidas no Plano Plurianual;

VIII - Manter intercâmbio com outros municípios, estados e países, de modo a contribuir com a formação de um circuito que estimule a produção, criação e circulação de bens culturais, com especial atenção para o contexto amazônico;

IX - Elaborar proposta de Regimento Interno do CMPC, em suas diversas instâncias, e submetê-la à apreciação e aprovação dos Colegiados dos Fóruns Setoriais;

X - Elaborar relatórios trimestrais e submetê-los à aprovação dos Colegiados dos Fóruns Setoriais.

Art. 23 - Os Fóruns Setoriais, organizados em duas áreas: Arte e Patrimônio Cultural, acontecem trimestralmente.

Parágrafo único. A plenária dos Fóruns Setoriais é organizada por

Colegiados, formados por um representante de cada Câmara Temática.

Art. 24. São atribuições dos Fóruns Setoriais:

I - Reunir os diversos segmentos das áreas, conforme definidas no Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte - CCM para debater questões relacionadas às políticas culturais;

II - Eleger seu representante para compor o CMC;

III - Analisar a atuação de seu representante no CMC, podendo substituí-lo em caso de necessidade, ou do não cumprimento das deliberações do Fórum;

IV - Criar Câmaras Temáticas representativas dos diversos segmentos de cada uma das áreas, de acordo com as demandas do movimento cultural;

V - Pactuar, entre os segmentos componentes de cada área, as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelas Câmaras Temáticas, em consonância com os encaminhamentos dos Colegiados;

VI - Discutir as linhas de financiamento de cada área, de acordo com as diretrizes, prioridades e estratégias de suas respectivas Câmaras Temáticas;

VII - Discutir e aprovar o Relatório Semestral elaborado pela CMC;

VIII - Normatizar um processo público de escolha da lista tríplice de candidatos à presidência do Departamento Municipal de Cultura, a ser sugerida ao prefeito;

IX - Incentivar, apoiar e acompanhar a criação e o funcionamento de Casas de Cultura na área urbana, bem como na área rural do município, de iniciativa de associações de moradores ou outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada;

X - Regulamentar, onde couber, as atribuições e competências da CMC.

Art. 25. São atribuições dos Colegiados dos Fóruns Setoriais:

I - Organizar, mobilizar e coordenar a realização dos Fóruns Setoriais;

II - Organizar as demandas das Câmaras Temáticas e subsidiar as deliberações dos Fóruns Setoriais;

III - Realizar estudos e elaborar propostas, de acordo com as demandas das Câmaras Temáticas para composição do PPA e enviar os resultados para a CMC, de acordo com o previsto no Art. 22, Inciso I (a);

IV - Contribuir para a ampliação do conceito de cultura, identificando atores e segmentos sociais até aqui não contemplados pelas políticas culturais;

V - Criar Grupos de Trabalho especiais, com caráter temporário, para discutir temas que sejam objeto das políticas públicas de cultura, relacionadas aos diferentes segmentos;

VI - Acompanhar e monitorar a atuação da CMC, encaminhando, ao Fórum Setorial, Parecer acerca da atuação de seus representantes.

Art. 26. As Câmaras Temáticas, que se reúnem mensalmente, são espaços de diálogo, de pactuação e formulação das políticas públicas para cada segmento, sugerindo ações e acompanhando sua execução pelo governo.

Art. 27. As Câmaras Temáticas são formadas por, no mínimo, três (3) conselheiros, desde que inscritos no segmento correspondente do Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte, sem limite máximo de participantes.

§ 1º Os segmentos: cidadãos e usuários do sistema, de que trata o Artigo 4º desta Lei, não constituem Câmara Temática específica, nem têm direito a voto nas diversas instâncias do CMPC;

§ 2º Para participar das Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto, o conselheiro deve estar inscrito no segmento correspondente do CCM;

§ 3º A representação da Câmara Temática no Colegiado do Fórum Setorial apenas acontece quando há, no mínimo, cinco (5) conselheiros de diferentes entidades.

Art. 28. São atribuições das Câmaras Temáticas:

I - Discutir, de forma abrangente, as questões relativas ao segmento a que se dedica;

II - Estabelecer diretrizes, metas, prioridades e estratégias a serem encaminhadas aos Colegiados;

III - Estimular a qualificação dos atores envolvidos nos fazeres culturais de Novo Horizonte, buscando estabelecer mecanismos para a melhoria da produção local;

IV - Realizar estudos sobre a Legislação pertinente às políticas culturais relacionadas a cada segmento;

V - Propor novos mecanismos de ampliação da participação popular na definição das ações desenvolvidas e dos investimentos aplicados em cada segmento;

VI - Ampliar o foco das discussões dos conselheiros, abrangendo também aspectos relacionados à comunicação, circulação, consumo e mercado para os bens culturais;

VII - Eleger um representante para compor o Colegiado do respectivo Fórum Setorial.

Art. 29. Fica instituída, em caráter especial, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, como definido nos termos da Lei Municipal de Patrimônio Cultural.

Art. 30. O Departamento Municipal de Cultura garante infra-estrutura, suporte técnico, financeiro e administrativo ao CMPC, para o fiel desempenho de suas atribuições, na forma do estabelecido, em documento específico, pelos Fóruns Setoriais e Departamento Municipal de Cultura, bem como nas normas de natureza administrativa e financeira.

Art. 31. O CMPC tem o direito de usufruir de espaços oficiais nos meios de comunicação, para publicar e divulgar suas resoluções e comunicados.

#### CAPÍTULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 32. Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura - FMC, com alocação inicial de até 0.5% (meio por cento) do orçamento do Município, até aprovação do Sistema Nacional de Cultura, passando então para 1% (um por cento) do orçamento do Município, instrumento de financiamento das políticas públicas municipais de cultura nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, de natureza contábil especial, que funciona sob as formas de apoio a fundo perdido, mediante Editais específicos.

Art. 33. O FMC tem por finalidades:

I - Apoiar as manifestações culturais, com base no pluralismo, na diversidade, nas vocações e no potencial de cada comunidade, preferencialmente áreas e segmentos menos estruturados e organizados;

II - Estimular o desenvolvimento cultural no Município, nas áreas urbana e rural, de maneira equilibrada, considerando as características de cada comunidade, as diretrizes definidas pelo CMPC e prioridades do PPA;

III - Incentivar a pesquisa e a divulgação das manifestações culturais locais, de modo a mapear e estimular os saberes e fazeres das comunidades tradicionais, de diversos atores envolvidos nos fazeres culturais;

IV - Financiar ações de manutenção, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Município;

V - Apoiar grupos e movimentos na formação de redes, associações, cooperativas e entidades, todas ligadas às áreas de Arte e Patrimônio Cultural;

VI - Incentivar o aperfeiçoamento dos diversos atores envolvidos nos fazeres culturais e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;

VII - Valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da cultura local;

VIII - Apoiar atores envolvidos nos fazeres culturais, através da concessão de bolsas, ou outras modalidades de financiamento, que viabilizem seu aperfeiçoamento e garantam a continuidade de suas atividades, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais;

IX - Promover o livre acesso da população aos bens, espaços,



atividades e serviços culturais;

X - Financiar programas de divulgação e de circulação de bens culturais, promovendo também intercâmbio, com outros Municípios, Estados e Países.

Art. 34. Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura:

I - Recursos orçamentários do Município;

II - Contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

III - Resultados de convênios, contratos ou acordos, celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural;

IV - Recursos oriundos de repasses de loterias, de acordo com as Leis referentes;

V - Outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMC.

§ 1º Os recursos do Fundo são depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominado de Departamento Municipal de Cultura/Fundo Municipal de Cultura;

§ 2º A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao FMC, não utilizados, são transferidos para utilização pelo Fundo, no exercício financeiro subsequente;

§ 3º Do montante efetivamente repassado para o FMC, até cinco por cento (5%) pode ser destinado ao custeio da administração do Fundo.

Art. 35. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura somente podem ser destinados a projetos culturais nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, apresentados por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, inscritas no Cadastro Cultural do Município de Novo Horizonte.

Art. 36. É vedada a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Cultura em: construção ou conservação de bens imóveis; despesas de capital que não se refiram a aquisição de acervos; projetos, cujo produto final ou atividades sejam destinados a coleções particulares; projetos que beneficiem exclusivamente seu proponente, na qualidade de sociedade com fins lucrativos, seus sócios ou titulares, e projetos que tenham sido beneficiados por outro sistema de financiamento, de origem municipal.

Parágrafo único. Excetuam-se a vedação deste Artigo, os projetos que tenham por objeto a conservação, reciclagem ou restauração de bens tombados pelo município.

Art. 37. O FMC pode garantir até 100% do custo do projeto aprovado, ficando a cargo de cada edital estabelecer contrapartida do proponente, de modo que não inviabilize a sua execução.

Art. 38. Os projetos concorrentes devem ter o seu principal local de produção e execução no Município de Novo Horizonte.

Art. 39. A transferência financeira dá-se mediante depósito em conta corrente vinculada ao projeto.

Art. 40. Nos projetos apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura de Novo Horizonte deve constar, no corpo do produto, em destaque, apenas a seguinte expressão: apoio institucional da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, através do Departamento Municipal de Cultura, com o brasão do Município.

Art. 41. O Departamento Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Políticas Culturais são responsáveis pela gestão do Fundo, ficando a administração a cargo do Departamento Municipal de Cultura.

Art. 42. A administração dos recursos do FMC é feita pelas seguintes instâncias:

I - Direção Geral do Fundo, responsabilidade do Diretor do Departamento Municipal de Cultura;

II - Comissão de Análise Técnica, instituída no âmbito do Departamento Municipal, responsável pela habilitação dos projetos, constituída por, no mínimo, três (3) membros;

III - Comissão de Avaliação e Seleção, composta através de deliberação dos Colegiados dos Fóruns Setoriais, responsável pela avaliação e seleção dos projetos a serem financiados, constituída por, no mínimo, cinco (5) membros.

Art. 43. Além da Direção Geral do FMC, compete ao Diretor do Departamento Municipal de Cultura:

I - Nomear os membros da Comissão de Avaliação e Seleção, escolhidos pelos Colegiados dos Fóruns Setoriais, bem como das Comissões Especiais de Avaliação;

II - Designar e nomear os componentes da Comissão de Análise Técnica;

III - Autorizar expressamente todas as despesas e pagamentos realizados pelo FMC;

IV - Movimentar, juntamente com o responsável pela Tesouraria do Município, a conta bancária do Fundo;

V - Firmar contratos, convênios e congêneres;

VI - Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do FMC;

VII - Encaminhar, nas épocas aprazadas, demonstrativos e prestações de contas, plano de aplicação de recursos e outros documentos informativos necessários ao acompanhamento e controle do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 44. Compete ao Parecerista Técnico:

I - Emitir e encaminhar a Comissão de Avaliação e Seleção Parecer Técnico prévio de habilitação dos projetos apresentados ao Fundo, considerando seus aspectos legais, de compatibilidade orçamentária, de viabilidade técnico-financeira e de adequação ao previsto no Edital, nos limites dos aspectos formais dos projetos;

II - Acompanhar os projetos aprovados, encaminhando ao Diretor do Departamento Municipal de Cultura, ao seu término, ou a qualquer tempo, laudo técnico com a avaliação sobre o cumprimento das obrigações assumidas pelo proponente do projeto cultural;

III - Opinar sobre cláusulas de convênios, contratos, prestações de contas, ou outras questões pertinentes relacionadas a projetos apresentados ao Fundo.

Parágrafo único. A Comissão de Análise Técnica é coordenada por um de seus membros, indicado pelo Diretor-Presidente do Departamento Municipal de Cultura.

Art. 45. À Comissão de Avaliação e Seleção, compete:

I - Apreciar e aprovar projetos culturais a serem financiados, de acordo com as diretrizes e disponibilidades financeiras do Fundo;

II - Atender normas e critérios referentes à apreciação dos projetos culturais, de acordo com o previsto no Artigo 22, Inciso I-e, cuidando de dar visibilidade a essas normas e critérios.

§ 1º A Comissão de Avaliação e Seleção é presidida por um de seus membros, eleito entre eles;

§ 2º A Comissão de Avaliação pode convocar, quando se fizer necessário, o apoio de pareceristas e/ou especialistas.

Art. 46. Os projetos culturais que pretendam obter financiamento junto ao FMC devem ser apresentados em formulário próprio, datado e assinado pelo proponente, de acordo com as normas a serem regulamentadas por Edital.

Art. 47. Cabe ao Departamento Municipal de Cultura e a CMC elaborar os Editais, estabelecendo prazos, a tramitação interna dos projetos e a padronização de sua apreciação, definindo ainda, os formulários de apresentação, bem como a documentação a ser exigida.

Art. 48. Os projetos culturais devem apresentar proposta de fruição e acesso a bens culturais, contrapartida, ou retorno de interesse público.

Parágrafo único. No caso do projeto aprovado resultar em obra de caráter permanente, como CD, DVD, livro etc., o retorno consistirá em doação de parcela da edição ao acervo municipal, para uso público, conforme definido em Edital.

Art. 49. O Departamento Municipal de Cultura, por meio da Comissão de Análise Técnica, fica incumbida do acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos, ao longo e ao término de sua execução.

§ 1º A avaliação comprovará os resultados esperados e atingidos, objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na sociedade;

§ 2º A avaliação culminará em laudo final, que será submetido ao Diretor do Departamento Municipal de Cultura e do CMPC;

§ 3º O CMPC acompanhará o desenvolvimento dos projetos durante sua execução e apresentação de resultados.

Art. 50. O acompanhamento dos projetos financiados dá-se na

forma de visitas aos locais de execução e da apresentação, por parte dos executores, de relatórios de atividades e execução financeira, com periodicidade definida no Edital, em formulário padrão.

Art. 51. Fica autorizada a contratação de pareceristas e/ou especialistas para assessorar as Comissões de Avaliação e Seleção dos projetos a serem apoiados, de acordo com as especificidades de cada Edital.

Art. 52. Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente, que forem concorrer novamente aos benefícios do FMC com repetição de seus conteúdos fundamentais, devem anexar relatório de atividades contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

Art. 53. A não apresentação da prestação de contas e de relatórios de execução, nos prazos fixados, implica na aplicação sequencial das seguintes sanções ao proponente:

I - Advertência;

II - Suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando no SMC;

III - Paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

IV - Impedimento de pleitear qualquer outro incentivo do SMC e de participar, como contratado, de eventos promovidos pelo Departamento Municipal de Cultura;

V - Inclusão, como inadimplente, no Cadastro Municipal de Cultura e no órgão de controle de contratos e convênios da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, além de sofrer ações administrativas, cíveis e penais, conforme o caso.

Art. 54. Em caso de impedimento do proponente, durante a execução do projeto, ao Departamento Municipal de Cultura pode assumir ou indicar outro executor, conforme sua avaliação e do CMPC, para garantir a viabilidade do projeto, salvaguardadas as questões de direitos autorais.

Art. 55. No caso de quitação da pendência, o proponente é reabilitado e, se houver reincidência da inadimplência no período de três anos, é excluído, pelo prazo de três anos, como proponente beneficiário do Fundo, bem como de outros mecanismos municipais de financiamento à cultura.

Art. 56. O responsável pelo projeto, cuja prestação de contas for rejeitada pelo Departamento Municipal de Cultura, tem acesso à documentação que sustentou a decisão, bem como pode interpor recurso junto à administração pública municipal, conforme previsão de Edital, para reavaliação do laudo final, acompanhado, se for o caso, de elementos não apresentados inicialmente à consideração do Departamento Municipal de Cultura.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57. A Lei Municipal de Incentivo à Cultura, a Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Novo Horizonte, bem como outros mecanismos de gestão das políticas públicas culturais também constituem instrumentos do SMC, estando sujeitos às mesmas regulamentações.

Art. 58. A I Conferência Municipal de Cultura avaliará e proporá alterações, se necessárias, ao SMC e as encaminhará ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 59. O Departamento Municipal de Cultura formará uma Comissão, constituída por representantes de entidades culturais, que se responsabilizará, excepcionalmente, pelo acompanhamento e apoio às Câmaras Temáticas com vistas ao processo de escolha dos primeiros membros dos Fóruns Setoriais, ao final do qual a referida Comissão será automaticamente dissolvida.

Art. 60. Ficam autorizados a Comissão Executiva, os Fóruns Setoriais e as Câmaras Temáticas - a instituírem seus Regimentos Internos, a serem aprovados pelos Colegiados dos Fóruns Setoriais, ad referendum da I Conferência Municipal de Cultura, os quais, no seu conjunto, constituirão o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

Art. 61. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo e

entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 62. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC, em 05 de Outubro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

### Lei 443/2011

Lei nº 443, de 05 de Outubro de 2011.

"Aprova o Loteamento Pandini e dá outras providências".

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o "LOTEAMENTO PANDINI", sito na cidade de Novo Horizonte -SC, proveniente de uma área de terras constituída por parte de uma área de terras da reserva e parte do lote rural nº168-A com área total de 27.372,99 m2, sem benfeitorias, situado no perímetro urbano do município de Novo Horizonte, na fazenda Saudades, matriculado no registro de imóveis sob o nº 05.604 de propriedade do Sr. SANTOS PANDINI, conforme matrícula, projetos e memorial descritivo em anexo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - O perímetro parte do marco M-001, deste segue por uma linha reta e seca de azimuth 236º18'43" com distancia de 24,00m confrontando com parte da área da reserva de Sergio Luiz Bortoloti C.R.I - Mat = 04.233 ate encontrar o marco M-002, deste segue por uma linha reta e seca com azimuth 259º58'34" e distancia 84,997m, confrontando com parte da área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping C.R.I - Mat = 11.743 até encontrar o marco M-003, deste segue por uma linha reta e seca com azimuth 256º12'47" e distancia 97,808m, confrontando com parte da área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping C.R.I - Mat = 11.743 ate encontrar o marco M-004, deste segue por uma linha reta e seca com azimuth 250º06'57" e distancia 59,392m confrontando com partes dos lotes rurais nºs 168 e 168-A de Porcobom Comercio de Suínos Ltda C.R.I - Mat = 14.913 ate encontrar o marco M-005, deste segue, por uma linha reta e seca com azimuth 0º06'58" e distancia 196,979m confrontando com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Matiei C.R.I - Mat 09.496 ate encontrar o marco M-006, deste segue pela a Rua João XXIII com azimuth 112º31'24" e distancia 255,162m ate encontrar o marco M-007, deste segue pela Rua João XXIII com azimuth 146º18'45" e distancia 33,195m ate encontrar o marco M-001, marco que iniciou a descrição deste perímetro.

Art. 3º - O Loteamento mencionado no art. 1º passa a ter as seguintes áreas e confrontações:

#### QUADRA Nº00

1 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 364,80M2

NORTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 24,00m

SUL; Com parte da área da reserva de Sergio Luiz Bortoloti na ext. de 24,00m

LESTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 15,20m

OESTE; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,20m

2 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 363,86M2

NORTE; Com a Rua A em duas ocasiões na ext. de 17,716m e 6,86m

SUL; Com o lote urbano nº01 na ext. de 24,00m  
LESTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 14,800m  
OESTE; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 17,554m

**3 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 557,20M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,00m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 25,147m  
LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 15,20m e com o lote urbano nº02 na ext. de 17,554m  
OESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m

**4 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,50m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 12,50m  
LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m

**5 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,50m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 12,50m  
LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m

**6 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,50m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 12,50m  
LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m

**7 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 375,00M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,50m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 12,50m  
LESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m

**8 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 375,10M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,50m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 12,505m  
LESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,174m

**9 - LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 382,40M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 12,505m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 12,527m  
LESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,174m  
OESTE; Com a Área Pública na ext. de 30,996m

**10 - LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 363,08M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 18,28m  
SUL; Com parte do lote urbano nº11 na ext. de 16,90m  
LESTE; Com uma Área Pública na ext. de 18,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 24,968m

**11 - LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 465,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 16,90m e com o lote urbano nº12 na ext. de 13,10m  
SUL; Com uma Área Pública na ext. de 30,00m  
LESTE; Com uma Área Pública na ext. de 15,50m  
OESTE; Com a Rua B na ext. de 15,50m

**12 - LOTE URBANO Nº12 COM ÁREA TOTAL DE 362,46M2**

NORTE; Com a Rua A na ext. de 14,170m  
SUL; Com parte do lote urbano nº11 na ext. de 13,10m  
LESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 24,968m  
OESTE; Com a Rua B na ext. de 30,369m

**QUADRA Nº51**

**13 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 514,15M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 16,225m  
SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,00m  
LESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 31,185m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Mattei na ext. de 37,369m

**14 - LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 421,38M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 16,225m  
SUL; Com parte do lote urbano nº03 na ext. de 15,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 25,00m  
OESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 31,185m

**15 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 15,00m e com o lote urbano nº02 na ext. de 15,00m  
SUL; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Mattei na ext. de 14,00m

**16 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 30,00m  
SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Mattei na ext. de 14,00m

**17 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 30,00m  
SUL; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Mattei na ext. de 14,00m

**18 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 30,00m  
SUL; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Mattei na ext. de 14,00m

**19 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 30,00m  
SUL; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore



Matiei na ext. de 14,00m

**20 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 30,00m  
SUL; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Matiei na ext. de 14,00m

**21 - LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 420,00M2**

NORTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 30,00m  
SUL; Com o lote urbano nº10 na ext. de 30,00m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 14,00m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Matiei na ext. de 14,00m

**22 - LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 687,22M2**

NORTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,00m  
SUL; Com uma Área Verde na ext. de 32,095m  
LESTE; Com a Rua B na ext. de 17,205m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciatore Matiei na ext. de 28,610m

**QUADRA Nº52**

**23 - LOTE URBANO Nº01 COM ÁREA TOTAL DE 612,01M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 37,831m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 36,734m e com parte do lote urbano nº02 na ext. de 1,68m  
LESTE; Com a Rua A na ext. de 9,31m  
OESTE; Com o lote urbano nº20 na ext. de 27,50m

**24- LOTE URBANO Nº02 COM ÁREA TOTAL DE 592,46M2**

NORTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 13,80m, Com o lote urbano nº19 na ext. de 13,80m, com o lote urbano nº20 na ext. de 13,80m e com o lote urbano nº01 na ext. de 1,68m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 51,116m  
LESTE; Em Triangulo, Com a Rua A e com o lote urbano nº01  
OESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 27,50m

**25 - LOTE URBANO Nº03 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 13,80m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº02 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 27,50m

**26 - LOTE URBANO Nº04 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 13,80m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº03 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 27,50m

**27 - LOTE URBANO Nº05 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 13,80m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº04 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 27,50m

**28 - LOTE URBANO Nº06 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 13,80m

SUL; Com a Rua A na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº05 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 27,50m

**29 - LOTE URBANO Nº07 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 13,80m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº06 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 27,50m

**30 - LOTE URBANO Nº08 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 13,80m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº07 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 27,50m

**31 - LOTE URBANO Nº09 COM ÁREA TOTAL DE 552,72M2**

NORTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 11,96m e com o lote urbano nº11 na ext. de 13,80m  
SUL; Com a Rua A na ext. de 14,430m  
LESTE; Com o lote urbano nº08 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com a Rua B na ext. de 29,746m

**32 - LOTE URBANO Nº10 COM ÁREA TOTAL DE 485,03M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 23,307m  
SUL; Com parte do lote urbano nº09 na ext. de 11,96m  
LESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com a Rua B na ext. de 29,746m

**33 - LOTE URBANO Nº11 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com parte do lote urbano nº09 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 27,50m

**34 - LOTE URBANO Nº12 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com o lote urbano nº08 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 27,50m

**35 - LOTE URBANO Nº13 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com o lote urbano nº07 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº12 na ext. de 27,50m

**36 - LOTE URBANO Nº14 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com o lote urbano nº06 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº13 na ext. de 27,50m

**37 - LOTE URBANO Nº15 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com o lote urbano nº05 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº14 na ext. de 27,50m

**38 - LOTE URBANO Nº16 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com o lote urbano nº04 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº15 na ext. de 27,50m

**39 - LOTE URBANO Nº17 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com o lote urbano nº03 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº16 na ext. de 27,50m

**40 - LOTE URBANO Nº18 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº19 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº17 na ext. de 27,50m

**41 - LOTE URBANO Nº19 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº20 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº18 na ext. de 27,50m

**42 - LOTE URBANO Nº20 COM ÁREA TOTAL DE 379,50M2**

NORTE; Com a Rua João XXIII na ext. de 13,80m  
SUL; Com parte do lote urbano nº02 na ext. de 13,80m  
LESTE; Com o lote urbano nº01 na ext. de 27,50m  
OESTE; Com o lote urbano nº19 na ext. de 27,50m

**43 - ÁREA VERDE COM ÁREA TOTAL DE 1.775,36 M2**

NORTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 32,095m, com a Rua B na ext. de 12,578m e com uma Área Pública na ext. de 10,033m  
SUL; Com parte dos lotes rurais nº168 e 168-A de Porcobom Comercio de Suínos Ltda na ext. de 59,392m  
LESTE; Com uma Área Pública na ext. de 30,682m  
OESTE; Com parte do lote rural nº168-A de Abílio Cacciotore Mattei na ext. de 33,00m

**44 - ÁREA PÚBLICA COM ÁREA TOTAL DE 3.946,06 M2**

NORTE; Com o lote urbano nº11 na ext. de 30,00m e com a Rua A na ext. de 63,335m  
SUL; Com parte de uma área de terras de cultura e matos da reserva de Paulino Epping na ext. de 82,626m  
LESTE; Com o lote urbano nº09 na ext. de 30,996m  
OESTE; Com o lote urbano nº10 na ext. de 18,00m, com o lote urbano nº11 na ext. de 15,50m, com a Rua B na ext. de 13,147m e com uma Área Verde na ext. de 30,682m

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Novo Horizonte/SC, SC, em 05 de Outubro de 2011.  
SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

**Lei 444/2011**

Lei nº 444, de 05 de Outubro de 2011.

Autoriza o Poder Legislativo Municipal a conceder gratificação a servidor municipal que prestará serviços técnicos para a Câmara de Vereadores de Novo Horizonte/sc e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a conceder gratificação ao Servidor Municipal Sr. Valdemar Pedro Gobi, ocupante do Cargo de Técnico em contabilidade, matrícula nº. 216/01, para a prestação de serviços técnicos de contabilidade pública para a Câmara de Vereadores.

Art. 2º - O valor da Gratificação de que trata o artigo 1º é fixada em R\$1.375,67 (um mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) mensais.

Parágrafo Primeiro: A gratificação concedida por esta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor, sendo considerado como vantagem pecuniária nominalmente identificável, a incidir na folha de pagamento do mesmo, a partir da portaria, pelo período total de 150 dias sendo, 120 (cento e vinte dias), por ocasião da licença maternidade e 30 (trinta) dias, por ocasião de férias da Servidora Lourdes de Macedo, ocupante do cargo de Contadora, lotada junto a Câmara Municipal de Vereadores, matrícula nº. 37-0.

Art. 3º - As despesas oriundas da presente Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento vigente da Câmara de Vereadores.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte/ SC, 05 de outubro de 2011.  
SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

**Decreto 1892/2011**

DECRETO Nº 1.892, de 21 de Setembro de 2011.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Enchentes ou Inundações Graduais.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO QUE:**

- a ocorrência de enchentes ou inundações graduais, ocorridas nos dias 08 e 09 de setembro do ano corrente, atingindo o município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente aos sucessivos eventos adversos, causados por chuvas constantes e irregulares, acompanhadas de alagamentos e deslizamentos nas áreas afetadas, nos meses de junho, agosto e setembro de 2011.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Novo Horizonte - SC, 21 de Setembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

### **Decreto 1893/2011**

DECRETO Nº 1.893, de 03 de Outubro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de excesso de arrecadação no exercício vigente;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 99.999,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais), relativos a recursos vinculados, assim consignados:

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL.

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Atividade 2.031- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa 4.4.90.01.0066.000054 Aplicações Diretas  
R\$ 99.999,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 99.999,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 03 de Outubro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

## **Palhoça**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Nº 3.535, de 29 de setembro de 2011**

LEI Nº 3.535, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.

EDUCAÇÃO. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.674, de 13 de setembro de 2007.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 2.674, de 13 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil para atendimento de crianças de 3 a 5 anos, integrado a Rede Municipal de Educação Infantil, para funcionamento no ano letivo de 2007, na Comunidade da Barra do Aririú, sob a denominação de Centro de Educação Infantil São Tomé”.

Art. 2º O número de vagas nas Instituições prevista no art. 2º da Lei nº 2.674, de 13 de setembro de 2007, fica alterada para 166 vagas para atendimento a crianças de 3 a 5 anos no Centro de Educação a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º As despesas com a aplicação desta lei, correrão a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Palhoça, em 29 de setembro de 2011.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação- Pregão Presencial Nº 267/2011**

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 267/2011, no dia 17 de Outubro de 2011, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Paganini, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto Aquisição de painéis de led, para Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Indústria e Comércio. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br). Palhoça, 03 de Outubro de 2011. PREGOEIRO (A).

#### **Convenio Nº 028, de 19 de setembro de 2011**

CONVÊNIO Nº 028, DE 19 DE SETEMBRO - PMP/FIA/ICOM/2011  
Convênio que celebram, entre si, o Município de Palhoça, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, e o Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM - projeto diagnóstico da situação da infância e adolescência no Município de Palhoça.

A PREFEITURA DE PALHOÇA, com sede à Av. Hilza Terezinha Paganini, nº280, bairro Parque Residencial Pagani, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.316/001-08, neste ato representado por seu titular o Senhor Prefeito RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da C.I nº. 415.792, CPF nº179.763.839-49, e do FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, aqui representado pela Gestora a senhora ARLENE MARLI WAGNER DA SILVA, portadora C.I 2.061.185, SSP/SC, CPF 693.092.219-68, denominados neste ato simplesmente PMP/FIA de um lado, e de outro lado a INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS - ICOM, ora dito(a) CONVENIADA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.756.988/0001-62, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.606 de 28/08/1978, estabelecido(a) à Rua Jerônimo Coelho, nº383 - sala 505 - Centro - Florianópolis - SC, representado(a) pelo(a) Presidente Senhor(a) ESTER DE SOUZA FERREIRA DE MACEDO, portador(a) da C.I. nº 117.034-1, SSP/SC, CPF nº 455.543.239-87, com amparo na Lei nº 3.519, de 19 de setembro de 2011 e Decreto Legislativo nº 208/2011, têm justo e contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio consiste na cooperação financeira, para realizar um diagnóstico da situação da infância e adolescência no município de Palhoça, a fim de subsidiar a formulação e execução de políticas públicas para atendimento deste público no município, observando o estabelecido na meta do Plano de Ação/ Aplicação do FIA 2010/2011 e Resolução nº. 042/2009 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, apensados como Anexo I, parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Tem fundamentação legal no que couber na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, na Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 de 7/12/1993, no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, na Lei nº 2.755 de 21 de dezembro de 2007 em seu capítulo II art. 7º § XXVIII e no regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça em seu capítulo II art. 2º § XXVIII de abril de 2008.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

A cooperação financeira consiste no repasse de recursos financeiros pela PMP/FIA à CONVENIADA, para realização de um diagnóstico da situação da infância e adolescência no Município de Palhoça, a fim de subsidiar a formulação e execução de políticas públicas através do Projeto "DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA", apensado como Anexo II, parte integrante deste instrumento;

§ 1º Para atendimento ao disposto nesta Cláusula, a PMP/FIA repassará a importância de: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) em duas (2) parcelas de 28.000,00 (vinte e oito mil reais), conforme CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E PLANO DE APLICAÇÃO, Anexo III, parte integrante deste Convênio.

§ 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à Conta do Orçamento:

Projeto Atividade nº. 001/2011. - Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência no Município de Palhoça.  
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.0001 Fonte: Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, mediante a prestação de contas do repasse anterior. E segue outras determinações abaixo, pertinentes a esta cláusula:

I. A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II. Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto, é necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos, acrescido da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio e do nome da unidade concedente. Res. TCE/SC nº16/94, art.47 e parágrafo único.

III. A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV. O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PMP/FIA**

O Município obriga-se a:

I. Efetuar o repasse de acordo com o Plano de Aplicação do Projeto e Cronograma de Desembolso;

II. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio, conforme mencionado na Cláusula Primeira;

III. Facilitar aos técnicos e pesquisadores do ICOM o acesso aos dados e informações relevantes à Pesquisa, contribuindo na construção do Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente

de Palhoça, a qualquer momento e em qualquer órgão do poder executivo, para o cumprimento do Presente Convênio e do Plano de Aplicação.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A Conveniada obriga-se a:

I. Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II. Ressarcir à PMP/FIA os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a PMP/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V. Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI. Propiciar aos técnicos da PMP/FIA, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

VII. Caberá a Conveniada devolver os recursos recebidos através de depósito em conta corrente específica do FIA, na Caixa Econômica Federal, agência 1784, conta corrente 211-4, caso ocorra descumprimento das obrigações;

VIII. Computar, obrigatoriamente, a crédito do Convênio as receitas financeiras auferidas das aplicações financeiras, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;

IX. Devolver à PMP/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela PMP/FIA;

X. Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento à PMP/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XI. Encaminhar, no dia de recebimento de cada parcela, o recibo atestando que a CONVENIADA recebeu os recursos naquela data.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I. O conveniente ficará obrigado a apresentar a Prestação de Contas no PRAZO de 30 dias (30 dias), contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho quando se tratar de serviços executados por terceiros; e deve cumprir a apresentação dos seguintes documentos:

1. ofício do responsável pela Prestação de Contas,

2. cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
3. Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas dos Recursos Antecipados - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado, pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;
6. Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);
7. Fotocópias dos cheques nominais aos credores;
8. Comprovantes das despesas efetuadas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamentos, relatório de resumo de viagem, ordem de tráfico, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargo social e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documentos fotocopiados não serão aceitos), recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais.
9. Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula:

II. O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

a. Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

b. O pagamento da segunda parcela estará sujeito a aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

III - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

IV. Ante as responsabilidades assumidas quando da celebração dos instrumentos de Convênio, mediante os quais adquirem as condições preconizadas pela legislação para receber as transferências financeiras previstas em cada caso, seja pelas Unidades Administrativas Internas no acompanhamento da execução de cada objeto, na realização das análises técnicas e financeiras, e na efetivação dos devidos registros, a inclusão que tais procedimentos tem por finalidade é de estabelecer e ordenar quanto aos procedimentos a serem seguidos, visando à transparência dos atos conforme dispõe a Instrução Normativa Nº. 016/94 do eg. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE e Lei de Regularidade Fiscal Nº. 10, de 04/05/2000.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a PMP/FIA decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do Presente Convênio.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pela PMP/FIA, independente de procedimentos judiciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA INADIMPLÊNCIA**

Na ocorrência de inadimplência da CONVENIADA com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferem ao Município de Palhoça a res-ponsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do convênio ou restringir a regula-rização e o uso de bens e imóveis integrantes do patrimônio municipal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

Poderá haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das pe-nalidades previstas nas Cláusulas anteriores, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, por mútuo consenso das partes, a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO**

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas Cláusulas al-teradas através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir as dúvidas ou litígios ori-undos da execução deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegi-ado que o seja.

Para completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, nas testemunhas abaixo.

Palhoça, 19 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ARLENE MARLI WAGNER DA SILVA  
Gestora do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

ESTER DE SOUZA FERREIRA DE MACEDO  
Presidente do Instituto Comunitário Grande Florianópolis

**TESTEMUNHAS**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade:
CPF:	CPF:

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****Edital N.º 009/2011**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL N.º 009/2011

OSIRES PEDRO RANDON, Vice- Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto, as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para função de assistente social.

Data período da inscrição: 05/10/2011 a 21/10/2011

Horário: Das 07:30horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas

Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva,111, em Pinheiro Preto.

Centro Administrativo em 04 de outubro de 2011

OSIRES PEDRO RANDON  
Vice- Prefeito Municipal em Exercício

**Porto União****PREFEITURA****Lei Nº 3.818/2011**

LEI Nº 3.918, de 28 de setembro de 2011.

Denomina uma das vias públicas de nossa cidade de "Francisco da Silva".

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada uma das vias públicas de nossa cidade de "Francisco da Silva".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de setembro de 2011.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.918, de 28 de setembro de 2011.

**J U S T I F I C A T I V A**

Francisco da Silva nasceu no Município de União da Vitória - Paraná, em 17 de setembro de 1897 e faleceu em 19 de junho de 1998, aos cem anos de idade. Filho de Domingos José da Silva e Maria da Luz da Silva. Francisco casou com a Sr. Maria Alikexevski da Silva. Do matrimônio nasceram três filhos: Roberto da



Silva, casado com Úrsula Zinn da Silva, que lhes deram seis netos; Osório da Silva, casado com Ilse da Silva, que lhes deram três netos. Lindamir da Silva, casada com José dos Santos Ferreira, que lhes deram um neto. Francisco da Silva era popularmente conhecido por "Chico Duro", apelido dado por sua conduta como cidadão e funcionário exemplar que exigia total empenho dos seus subordinados nas tarefas determinadas pela Chefia. Chico Duro era ferroviário e muito contribuiu para o desenvolvimento das nossas cidades com sua dedicação em prol da ferrovia e das causas da comunidade, em especial com a comunidade do TÓCOS, hoje Bairro São Pedro. Francisco da Silva viveu como cidadão exemplar e profissional dedicado.

Aposentou-se após completar 46 anos de serviços prestados; isto aconteceu no ano de 1966. Vale registrar que, depois de aposentado, no ano de 1971, recebeu uma correspondência do então Ministro dos Transportes, concedendo-lhe um adicional na aposentadoria pelo tempo de serviço e horas extras trabalhadas. Após algum tempo de viuvez, casou-se com a Senhora Teresinha Kosloki da Silva.

Chico Duro foi um dos primeiros moradores do Bairro São Pedro onde residiu até seu falecimento ocorrido no seu domicílio.

### **Lei Nº 3.919/2011**

LEI Nº 3.919, de 28 de setembro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa DIRCEU FERNANDES ME, o Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa DIRCEU FERNANDES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.837.112/0001-18, de uma área de terras situada no Distrito Industrial de Porto União, com as seguintes metragens e confrontações: 59,80 metros de frente para a Rua Valdir Lemos de Camargo; 76,46 metros ao lado direito confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União; 75,00 metros ao lado esquerdo confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Porto União; e 64,00 metros aos fundos confrontando com terras do Loteamento Vila Santa Inês e terras da CELESC, perfazendo o total de 4.683,54 m2 (quatro mil, seiscentos e oitenta e três metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), constante da matrícula no Ofício do Registro de Imóveis sob o nº 11.628, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a presente Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de empresa de manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel, papelão e artefatos e serraria com desdobramento de madeira.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados nos seguintes prazos:

- I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;
- II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;
- III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;
- IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

- I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes

a presente concessão de Direito Real de Uso;  
II- hipotecar, penhorar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de setembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### **Decreto Nº 652/2011**

DECRETO Nº 652, de 03 de outubro de 2011.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, letra "a", da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inciso I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais ao Servidor Público Municipal Sr. PEDRO GUIMARÃES PINTO, portador do RG nº 2.179.084 SSP PR e CPF nº 404.879.119-20, no Cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente do IMPRESS

**Portaria Nº 039/2011**

PORTARIA N.º 039, de 29 de setembro de 2011.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Comissão Especial, com a finalidade específica de proceder a avaliação da Escola da Localidade de Rio D'Areia - Município de Porto União - SC.

Art. 2º Designar como membros da Comissão:

I- Ivan Francisco Andrukui - Coordenador de Sinalização Viária

II- Elena Koch - Professor Pedagogo

III- Adriana Mary Correa Stacechen - Professor Pedagogo

Art. 3º A comissão constituída deverá, em prazo improrrogável e não superior a 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato, apresentar laudo conclusivo dos trabalhos, contendo as reais condições de uso da escola pelo Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de setembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria Nº 040/2011**

PORTARIA Nº 040, de 03 de outubro de 2011.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão Sindicante, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão Sindicante nomeada pela Portaria nº 019, de 24 de maio de 2011;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º DECLARAR o Servidor Público Municipal, Sr. Admir José Batista, culpado pelo acidente de trânsito conduzindo veículo da municipalidade - Caminhão Mercedes Benz 1313, e efetuar o ressarcimento dos prejuízos ao erário público, com fundamento no artigo 217, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 2.055/94.

Art. 2º APLICAR ao Servidor Público Municipal, acima citado a penalidade de advertência, com fundamento no artigo 222, inciso I, da Lei Municipal nº 2.055/94.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

## Rio do Sul

**PREFEITURA****Portaria Nº 0612/2011**

PORTARIA Nº. 0612/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, a partir de 26/06/2011 a 24/08/2011, a servidora ANGELA MARIA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", para atuar como Diretora da Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal (CE Francisco Fleisner), em substituição da titular devido gozo de Licença Especial à Gestante. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos financeiros na folha de pagamento do mês de setembro de 2011.

Rio do Sul, 26 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0617/2011**

PORTARIA Nº. 0617/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, a partir de 25/08/2011 a 23/09/2011, a servidora ANGELA MARIA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", para atuar como Diretora da Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal (CE Francisco Fleisner), em substituição da titular devido gozo de 30 dias de férias. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos financeiros na folha de pagamento do mês de setembro de 2011.

Rio do Sul, 27 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0622/2011**

PORTARIA Nº. 0622/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, a partir de 01/09/2011 a 20/09/2011, o servidor EDER KREUSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, para atuar como Inspetor da Guarda Municipal, em substituição do titular devido afastamento Licença para Tratamento de Saúde, conforme Portaria Nº 0595/RH de 19/09/2011.

Art. 2º. Pelo exercício da função, faz jus pela diferença de vencimento dos cargos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº 0623/2011**

PORTARIA Nº. 0623/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, a partir de 21/09/2011 a 10/10/2011, o servidor EDER KREUSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, para atuar como Inspetor da Guarda Municipal, em substituição do titular devido Readequação, conforme Portaria Nº 0622/RH.

Art. 2º. Pelo exercício da função, faz jus pela diferença de vencimento dos cargos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Dispensa de Licitação 018/2011-FMAS**

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 018/2011/FMAS

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel com área de 417,00m² para Secretaria de Habitação e Assistência Social, situada na área urbana desta cidade, na rua Rocha Pombo, 95, Eugênio Schneider, R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mês  
Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 02 de outubro de 2011

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 116/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2011

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender alunos da rede municipal de ensino, setor de merenda escolar, Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 18/10/2011, às 08:00hrs, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 18/10/2011, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 04 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Pauta de Sorteio Nº 005/2011**

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES  
Pauta de Sorteio Nº 005/2011

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de outubro de 2011, às 09hs00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 128995/2011  
Nome do Recorrente: HOTEL ALIANÇA EXPRESS S/A  
Nº do Recurso: 020/2011

Rio do Sul, 03 de outubro de 2011.

LEONICE WITTE  
Secretaria Geral do CMC

**Salto Veloso****PREFEITURA****Portaria Nº. DP0378/2011**

PORTARIA Nº. DP0378/2011

Ana Rosa Zanela, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE,**

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, no período de 03 de outubro de 2011 à 03 de outubro de 2012, conforme Art. 82 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor (a) IDALINO LAZZARI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Operador de Máquina Pesada, criado pela Lei Municipal, nº 16/2010 de 23 de Dezembro de 2.010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de Outubro de 2011.  
ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

**Pregão Presencial N. 0023/2011**

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0023/2011

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Travessa das Flores, 058, Centro, em Salto Veloso, SC., torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações, realizará Licitação Pública na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, menor preço por Lote, que visa o Registro de Preços para Aquisição de Materiais Diversos de Construção, conforme autorização da Sra. Prefeita Municipal e.e, e condições estabelecidas no respectivo ato convocatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feiras, das 13:30h às 17:00 horas, por meio de fotocópia às expensas do interessado, mediante pagamento do valor das cópias, de acordo com o número de folhas, a ser efetivado por funcionário do Executivo, ou por via eletrônica no site municipal: [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br). O recebimento e abertura dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima, às 14:00h do dia 18 de Outubro de 2011, tendo início pela abertura dos envelopes "PROPOSTA". Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 49 3536-0146, no horário de expediente mencionado anteriormente.

Salto Veloso, 04 de Outubro de 2011.  
ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal e.e.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

**Decreto Nº 4.285, de 04 de Outubro de 2011.**

DECRETO Nº 4.285, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera o Decreto 4.226, de 30 de junho de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base nas Leis Complementares Municipais nº 099, de 03 de fevereiro de 2009 e nº 056, de 14 de outubro de 2005,

**DECRETA:**

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 4.226, de 30 de junho de 2011, que "dispõe sobre o quadro lotacional dos Cargos de provimento efetivo e comissionado de cada órgão do Município de São Lourenço do Oeste", passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 04 de outubro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Decreto nº 4.285, de 04 de outubro de 2011)

### QUADRO LOTACIONAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Assessor de Gabinete	AGA-1	01
Assessor de Comunicação	AGA-1	01
Assessor de Articulação	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Procurador Geral do Município	AGE-1	01
Procurador II	3027	01
Procurador	3019	01
Analista Administrativo – Bacharel em Direito	3001	02
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Controlador Geral do Município	AGE-1	01
Analista de Controle Interno	3021	01
Engenheiro Civil	3008	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
Tecnólogo em Edificações	3028	01
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Contador Geral do Município	AGE-1	01
Contador	3005	01
Analista Administrativo – Ciências Contábeis	3001	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Administração Financeira	AGA-1	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01



GERÊNCIA DE CONTROLE PATRIMONIAL		
Gerente de Controle Patrimonial	AGA-1	01
Agente Administrativo	0201	01
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento	AGS-1	01
Técnico em Administração	0401	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	04
Agente de Apoio Operacional	1001	10
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	02
Agente Administrativo	0201	01
Assistente Administrativo	0301	01
Operador de Máquinas II	0208	01
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Planejamento e Gestão	AGD-1	01
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Licitações e Compras	AGA-1	01
Técnico em Tributação	0409	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Recursos Humanos	AGA-1	01
Técnico de Ativ. Econômicas e Financeiras	2001	01
Analista Administrativo	3001	02
GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Manut. de Equip. e Veículos	AGA-1	01
Agente de Apoio Operacional	1001	02
Motorista Carga Pesada	0206	02
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	04
Operador de Máquinas II	0208	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	02
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Tecnologia e Informação	AGD-1	01
Analista Administrativo – Anal. de Sistemas	3001	02
Técnico de Apoio Administrativo	2001	03
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Fazenda	AGS-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Fiscal de Tributos e Obras	0411	01

Fiscal de Tributos Municipais	3010	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
Técnico em Contabilidade	0402	01
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Educação	AGS-1	01
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor Geral de Educação	AGD-1	01
GERÊNCIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Supervisão Pedagógica	AGA-1	01
GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio Adm. e Operacional	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	02
Técnico de Apoio Administrativo	2001	09
Agente de Apoio Operacional	1001	14
Psicólogo	3020	02
Nutricionista	3022	01
Fonoaudiólogo	3023	01
Motorista	0205	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	04
Bibliotecário	3025	01
Articulador de Atividades da Biblioteca	3026	02
Agente de Oper. de Veíc. e Equipamentos	1003	02
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Saúde	AGS-1	01
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Administração	AGD-1	01
Analista Administrativo	3001	02
Motorista	0205	02
Motorista Carga Pesada	0206	05
Assistente Administrativo	0301	01
Agente Administrativo	0201	01
Agente de Saúde Pública	0202	01
Auxiliar de Enfermagem	0306	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	04
Agente de Manutenção e Conservação	0203	01
Agente de Apoio Operacional	1001	12
Técnico em Enfermagem	2004	25
Técnico em Vigilância Sanitária	2007	01
Assistente Social	3003	01
Farmacêutico Bioquímico	3004	03
Enfermeiro	3006	13
Fisioterapeuta	3011	03



Médico – 20 Horas	3012	10
Médico – 40 Horas	3013	08
Médico Especialista – 20 Horas	3015	06
Odontólogo – 20 Horas	3017	05
Odontólogo – 40 Horas	3018	05
Odontólogo Especialista	3024	06
Psicólogo	3020	01
Técnico em Higiene Dental	2005	01
Médico Avaliador e Controlador	3014	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	03
Nutricionista	3022	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	03
Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias	1004	50
Terapeuta Ocupacional	3030	01

## GERÊNCIA DE APOIO OPERACIONAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio Operacional	AGA-1	01

## GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Vigilância Sanitária	AGA-1	01

## DIRETORIA DE RELACIONAMENTO E HUMANIZAÇÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Relacionamento e Humanização	AGD-1	01

## GERÊNCIA DE CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO E SERVIÇOS CONVENIADOS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Controle Epidem. e Serv. Conv.	AGA-1	01

## GERÊNCIA DE ACOLHIMENTO AO CIDADÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Acolhimento ao Cidadão	AGA-1	01

## SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO

## GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Urbano	AGS-1	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02

## DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Planejamento Urbano	AGD-1	01

## GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Planej. Urbano e Obras Públicas	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Arquiteto	3002	01
Técnico em Topografia e Agrimensura	2006	01
Engenheiro Civil	3008	01
Tecnólogo em Edificações	3028	02
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01

## GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio Técnico e Fiscalização	AGA-1	01
Engenheiro Civil	3008	01
Analista Administrativo	3001	01
Tecnólogo em Edificações	3028	01

## GERÊNCIA DE HABITAÇÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Habitação	AGA-1	01

## DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Serviços Urbanos	AGD-1	01

## GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Infraestrutura Urbana	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	11
Operador de Máquinas II	0208	02
Agente de Apoio Operacional	1001	05
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	05
Agente de Manutenção e Conservação	0203	01
Agente de Constr. e Manut. de Obras Públ.	1002	05
Assistente de Obras e Serviços	0303	03
Assistente de Manutenção e Conservação	0302	01
Motorista Carga Pesada	0206	01

## GERÊNCIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Serv. Urbanos e Meio Ambiente	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	01
Técnico em Agropecuária	2002	01

## SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

## GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Rural	AGS-1	01

## DIRETORIA DE ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS RURAIS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Estím. às Ativ. Econômicas Rurais	AGD-1	01
Médico Veterinário	3016	02
Engenheiro Agrônomo	3007	02
Agente de Constr. e Manut. de Obras Públ.	1002	05
Assistente de Obras e Serviços	0303	03
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02
Técnico em Agropecuária	2002	03
Agente de Apoio Operacional	1001	02
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	02

## GERÊNCIA DE INSPEÇÃO ANIMAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Inspeção Animal	AGA-1	01
Técnico em Agropecuária	2002	01

## DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RURAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Infraestrutura Rural	AGD-1	01
Agente de Apoio Operacional	1001	01

## GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FREDERICO WASTNER

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Ger. de Infraestr. do Distr. de Fred. Wastner	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	06
Motorista Carga Pesada	0206	01

## GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Ger. de Infraestr. do Distr. de Pres. Juscelino	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	06
Operador de Máquinas II	0208	01

## GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO DISTRITO DE SÃO ROQUE

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Ger. de Infraestr. do Distr. de São Roque	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	07
Operador de Máquinas II	0208	01
Agente de Apoio Operacional	1001	01

## SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Social	AGS-1	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	03

## GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Proteção Social	AGA-1	01
Assistente Social	3003	04
Agente de Apoio Operacional	1001	02
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	01
Psicólogo	3020	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01

## GERÊNCIA DE APOIO A PROGRAMAS SOCIAIS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio a Programas Sociais	AGA-1	01

## SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Econômico	AGA-1	01

São Lourenço do Oeste, SC, 04 de outubro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação 122/2011**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/10/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 84/2011 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E CONSERVATO DE PNEUS DA FROTA MUNICIPAL. Informações licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Extrato Dispensa de Licitação**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 121/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2011

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA  
CNPJ nº 03.021.836/0001-09

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
CNPJ nº 83.021.873/0001-08

Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TELHAS PARA REFORMA DO TELHADO DO BLOCO III DA EBM SANTA CATARINA

Valor Total: R\$ 6.790,40 (seis mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos).

Vigência: Da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2011.

São Lourenço do Oeste - SC

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

**Decreto Nº 115/2011**

DECRETO Nº115/2011

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

#### 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empenho nº547/2010 da Empresa Dimaci Material Cirúrgico LTDA no valor de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais).

Motivo: material não fornecido, conforme comunicação inter-nanº70/2011 anexa.

Empenho nº809/2010 Empresa Dimaci Material Cirúrgico LTDA no valor de R\$130,00 (cento e trinta reais).

Motivo: material não fornecido, conforme comunicação interna nº70/2011 anexa.

Empenho nº810/2010 Empresa Dimaci Material Cirúrgico LTDA no valor de R\$95,00 (noventa e cinco reais).  
Motivo: material não fornecido, conforme comunicação interna nº70/2011 anexa.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de outubro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

### **Decreto N°117/2011**

DECRETO N°117/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2.005 - Func. e Manut. do Transp. Escolar R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.150 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 03 de outubro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal.

### **Portaria n.º 326/2011**

PORTARIA n.º 326/2011

EXONERA FABIANA SILVA ELIAS DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TECNICO EM ENFERMAGEM.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, FABIANA SILVA ELIAS do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### **Portaria n.º 327/2011**

PORTARIA n.º 327/2011

NOMEIA MARCIA CRISTINA DE SOUZA MOREIRA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear MARCIA CRISTINA DE SOUZA MOREIRA para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo III, Atividade de Administração Geral - AAG, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 889,10 (oitocentos e oitenta nove reais e dez centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º 08 no Concurso Público Municipal - Edital n.º 002/2007, homologado em 28 de fevereiro de 2008.

Art. 2.º- A servidora aqui nomeada tem o prazo de trinta dias para entrar em exercício, a contar da publicação desta portaria.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### **Portaria N° 325/2011**

PORTARIA N° 325/2011

Concede aposentadoria por idade e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea b, combinado com §§ 3º e 17 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n° 41/2003,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE a servidora SELMIRA LUZIA GESSER, matrícula funcional nº. 1006, detentora do cargo de provimento efetivo Trabalhadora Braçal, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais, com proventos mensais proporcionais a 8.235/10.950 dias, no valor total de R\$ 640,29 (seiscentos e quarenta reais e vinte e nove centavos), de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a ser custeada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara (INSPA).

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 30, inciso VI, da Lei Complementar nº 005 de 16 de maio de 1997 - Estatuto dos Servidores do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2011 e revogando as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara (SC), 03 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

ARISTEU JORGE NASCIMENTO  
Diretor-Executivo do Inspa

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 124/2011**  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 124/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JEONICIO JOSEMAR VERLICH TRANSPORTES ME, inscrito no CNPJ sob nº 13.715.125/0001.40, com sede a Rodovia SC 407, s/nº., Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto prestação de serviço a lavagem dos veículos Sprinter placa MHK 4849; H100 placa MEG 4702; H100 placa MCH 2072; lavagem e pulverização dos veículos pesados da Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), para os veículos de placa MHK 4849, MEG 4702, MCH 2072; R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para Máquinas, Ônibus, Micro-Ônibus e retroescavadeira; R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para patrôla; R\$ 70,00 (setenta reais) para Caminhões/Caçambas. O pagamento será efetuado mensalmente

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado poderá ser reajustado mediante acordo entre ambas as partes.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 03/10/11 a 31/12/11.  
4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 3 de outubro de 2011.  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

JEONICIO JOSEMAR VERLICH TRANSPORTES ME  
Contratado

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N.º 039/2011**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º 039/2011, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR AILSO EGER.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor AILSO EGER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob Nº. 376.492.139-00, residente a Rua Kiliano Kretzer, s/nº. Barro Branco - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 039/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 039/2011 até o dia 30/12/2011.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 04 de outubro de 2011.  
MUNICÍPIO                      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços**  
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, estabelecida nesta cidade, Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado Jeonicio Josemar Verlich, residente e domiciliado Rodovia SC 407, s/nº., Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, portador do CPF nº 052.995.829-51, doravante denominado Contratado, resolvem :

Clausula Única: Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato de Prestação de Serviços Nº 002/2011 firmado entre as partes.

Por assim estarem de acordo as partes, firmam a presente rescisão de contrato.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de outubro de 2011  
Assinatura do CONTRATANTE  
Assinatura do CONTRATADO



# Schroeder

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº. 158/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 158/2011-PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 06/2011-PMS - Processo nº. 131/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FSC EDITORA JORNALISTICA EDIÇÃO E IMPRESSÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 11.301.548/0001-98, na Avenida Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº. 638, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-201.

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura do jornal A Folha SC, no período de 12 meses, para a Prefeitura de Schroeder/SC, conforme segue:

Item	Descrição	Qutd.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Assinatura do jornal A folha SC para a prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 (doze) meses.	01	Assinatura	195,00	195,00
Total R\$					195,00

Valor do contrato: R\$ 195,00 (Cento e noventa e cinco reais).

Data da Assinatura: 04/10/2011 - Vigência: 04/10/2012

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Termo de Rescisão Contratual

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 75/2010 - FMS

Processo de licitação nº. 42/2010-FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 25/2010-FMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC, CNPJ N.º 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Bairro Centro, Schroeder/SC, aqui representada pelo Exmo. Sr. Felipe Voigt, Prefeito do Município; e do outro lado como CONTRATADA, a empresa SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 92.536.010/0001-64, estabelecida Rua Gotardo Mazzarolo, nº. 330, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99740-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Dalci Filipetto, inscrito no CPF sob o no 307.886.250-04, portador da Carteira de Identidade no 4.012.778.876, expedida pela SJS/RS, ficam ajustados à rescisão contratual de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigos 79, I e 78, I, conforme a seguir:

### CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 75/2010-PMS, celebrado no dia 29 de Setembro de 2010, para o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, por não cumprimento das obrigações contratuais assumidas e os preceitos legais.

### CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### T E S T E M U N H A S:

Orlando Tecilla

CPF N.º 311.753.079-34

Testemunha 01

Paulo Roberto dos Santos Lima

CPF N.º 460.066.569-49

Testemunha 02

### Termo de Rescisão Contratual Contrato Nº 15/2011 - FMS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 15/2011 - FMS

Processo de licitação nº. 01/2011-FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 01/2011-FMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER/SC, CNPJ N.º 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Bairro Centro, Schroeder/SC, aqui representada pelo Exmo. Sr. Felipe Voigt, Prefeito do Município; e do outro lado como CONTRATADA, a empresa SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 92.536.010/0001-64, estabelecida Rua Gotardo Mazzarolo, nº. 330, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99740-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Dalci Filipetto, inscrito no CPF sob o no 307.886.250-04, portador da Carteira de Identidade no 4.012.778.876, expedida pela SJS/RS, ficam ajustados à rescisão contratual de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigos 79, I e 78, I, conforme a seguir:

### CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 15/2011-PMS, celebrado no dia 16 de fevereiro de 2011, para o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, por não cumprimento das obrigações contratuais assumidas e os preceitos legais.

### CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.



E por estarem justos e acordados, mandou-se lavar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 04 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

#### TESTEMUNHAS:

Orlando Tecilla

CPF N.º 311.753.079-34

Testemunha 01

Paulo Roberto dos Santos Lima

CPF N.º 460.066.569-49

Testemunha 02

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### Portaria N°242/2011

PORTARIA Nº 242, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011

REGULAMENTA O TRÂMITE DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município,  
CONSIDERANDO as orientações do CREA sobre as atribuições do cargo de Engº Agrimensor;  
CONSIDERANDO as orientações sugeridas pela Comissão Sindicante, instaurada pela Portaria nº196 de 15/07/2011.

#### RESOLVE:

Art. 1º - A análise e aprovação de projetos de edificação no âmbito do Município, só poderá ser realizada por servidor graduado em Engenharia Civil, Arquitetura ou profissional com atribuição correlata junto ao CREA.

Art. 2º - A análise e aprovação de projetos de loteamentos, arruamentos, desmembramentos e parcelamentos de solo urbano no âmbito do Município, só poderá ser realizada por servidor graduado em Engenharia de Agrimensura ou profissional com atribuição correlata junto ao CREA.

Art. 3º - O servidor engenheiro agrimensor ou engenheiro civil não poderá realizar a análise e/ou aprovação de projetos de sua autoria.

Art. 4º - Fica pela presente portaria delegada a competência para assinar a aprovação dos projetos, constante no Inciso XXVII, do art.51, da Lei Orgânica Municipal, ao profissional engenheiro que realizar a análise do mesmo, devendo constar sua assinatura, carimbo e nº de inscrição no CREA.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Setembro de 2011.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Setembro de 2011.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

## Timbó

### PREFEITURA

#### Portaria No 2360, de 14 de Setembro de 2011

PORTARIA No 2360, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Cristiane Inês Wecker Neis (Aumento do número de alunos)	29/06/80	003.649.139/08	40h	14/09/2011 a 14/10/2011

##### Cargo: Professor A

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Leonardo Rafael Kopsel (Subst. Alfroh Postai, que se encontra em afast.do exercício do cargo)	05/05/88	069.319.009/43	40h	14/09/2011 a 14/10/2011

##### Cargo: Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Selma da Silva (Aumento do número de alunos)	08/01/49	035.456.039-54	44h	15/09/2011 a 20/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 2361, de 14 de Setembro de 2011**

PORTARIA No 2361, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
(Fundo Municipal de Saúde)

**Cargo: Atendente de Odontologia (GA-24)**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Aline Liell Roberto (Subst.Marluce F.da Silva Arruda, que se encontra em afast.do exercício do cargo)	26/02/80	005.656.029-30	30h	14/09/2011 a 23/09/2011

**Cargo: Agente Comunitário de Saúde**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Cacia Rodrigues Mengarda (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público /Processo Seletivo)	15/03/60	311.573.009-87	40h	15/09/2011 a 03/10/2011
Darcio Habowsky (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	15/09/73	798.436.119-34	40h	19/09/2011 a 03/10/2011
Eliane Slomp (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	16/07/65	704.368.279-72	40h	15/09/2011 a 03/10/2011
Karin Kohler (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	08/05/71	652.427.429-68	40h	19/09/2011 a 03/10/2011

**Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
------	-----------	-----	-----------------	---------

Gilberto Rhenius (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	22/02/83	008.095.669-66	44h	19/09/2011 a 03/10/2011
Cargo: Enfermeira (GP-65)				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Rafaela Aparecida Petermann (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público /Processo Seletivo)	28/06/79	023.389.679-17	30h	19/09/2011 a 03/10/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 2366, de 19 de Setembro de 2011**

PORTARIA No 2366, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
(Fundo Municipal de Saúde)

**Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Pamela Aparecida Campregheer (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	08/05/89	066.211.499-05	35h	19/09/2011 a 15/12/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 2362, de 16 de Setembro de 2011**

PORTARIA No 2362, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Prorroga por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 2308, de 18 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e §1º do art.135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Presidente da Comissão de Sindicância,

#### **RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo estabelecido no art.2º da Portaria nº 2308, de 18 de agosto do corrente, para apresentação da conclusão da Sindicância Administrativa nº 14/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 2365, de 19 de Setembro de 2011**

PORTARIA No 2365, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Vera Lucia Caus Ribeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 05 de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal VERA LUCIA CAUS RIBEIRO, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2333, de 1º de setembro de 2011, a contar de 05 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 2367, de 19 de Setembro de 2011**

PORTARIA No 2367, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Regina Prateado Ribeiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal REGINA PRATEADO RIBEIRO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1891, de 17 de fevereiro de 2011, alterada pelas Portarias nº 2076, de 02/05/2011; nº 2198, de 29/06/2011; nº 2254, de 01/08/2011 e nº 2281, de 05/08/2011, a contar de 15 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria Nº 2363, de 19 de Setembro de 2011**

PORTARIA Nº 2363, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Demite o Servidor Público Municipal Dorvalino Rodrigues de Almeida, lotado na Fundação Municipal de Esportes, a contar de 20 de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando o Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2011, instaurado através da Portaria nº 2126, de 23 de maio de 2011, alterada pela Portaria nº 2173, de 10 de junho de 2011, para apurar a conduta e/ou eventuais irregularidades praticados pelo Servidor Dorvalino Rodrigues de Almeida, preconizadas nos artigos 117, 118 e 126, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98;

Considerando o Relatório Final da Comissão Processante Especial, que ao apurar a conduta do servidor Dorvalino Rodrigues de Almeida no Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2011, concluiu restar caracterizada a infração disciplinar, mormente o desrespeito ao dever funcional contido no inciso IV do artigo 11, incidência na proibição contida nos incisos VI e XV do art.118 e incidência no inciso VI do art.126, todos da Lei Complementar nº 01/93;

Considerando o Parecer de Regularidade Formal emitido pela Procuradoria Geral do Município, no Processo Administrativo Disciplinar nº 02/11, restando evidenciada a concessão do contraditório, ampla defesa ao servidor e demais garantias legais e constitucionais,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DEMITIR o Servidor Público Municipal DORVALINO RODRIGUES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, com lotação na Fundação Municipal de Esportes, pois responsável pela prática das faltas/infrações lhe

imputadas, quais sejam o desrespeito ao dever funcional estabelecido no inciso IV do art.117 e violação as proibições do inciso VI e XV do art.118 e da disposição contida no inciso VI do art.126, todos da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, a contar de 20 de setembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 2364, de 19 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº 2364, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADRIANA LOPES ALEGRI	2298 de 12/08/2011	30.10.2011
ADRIANA NECKEL SOARES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ALEXANDRE PASQUALI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ALINE DOS SANTOS	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ANA LUCIA ZEMUNER GRASSI	2286 de 08/08/2011	30.11.2011
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ANGELA FACHINI SCHLOCO-BIER	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ANNA PAULA BORCHARDT	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
AODELINO SLOMP	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ARSENO ADRIANO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
CELMA SOUZA DA FONSECA PINHEIRO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
CELSO BOAVENTURA DO AMARAL VELHO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
CLAUDETE DO NASCIMENTO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
CRISTIANE RAQUEL WELTER EWALD	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
DANIELI MININI DOS SANTOS	2333 de 01/09/2011	30.10.2011
DAVI DA MAIA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
DENILSON SILVA DE SOUZA	2298 de 12/08/2011	03.10.2011
DENISE APARECIDA PURIM	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
DESIREE CAROLINE DALLABONA	2298 de 12/08/2011	03.10.2011
DOUGLAS PIETRO FAGGIANI MAFRA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
DYULIANE CRISTINA DE JESUS	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
EDERSON JOSE GIRELLI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ELIANE MOSER	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ELISIANE GISELA LARGURA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011

ELIZIA DE SOUZA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ERICK JANDERSON DE SOUZA ALVES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
EUNICE MANOELA DE OLIVEIRA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
FABIANE BAGATTOLI ZUMACH	2281 de 05/08/2011	30.11.2011
FAUSTO ORLI DA ROSA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
FLAVIA DAYANE SIMEONI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
GERSON JAIR KOHLS	2246 de 28/07/2011	30.10.2011
GLAUCIE MARA DA SILVA	2281 de 05/08/2011	30.11.2011
HÉLIDA DE OLIVEIRA ROCHA LUTZOW	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
HELOISA FRENSCH FAUSTINO NASCIMENTO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ISABEL TANCON ODA	2332 de 01/09/2011	16.11.2011
JANDERICK DE SOUZA ALVES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
JOCELI KAMMER DA SILVA	2246 de 28/07/2011	30.10.2011
JOICE DANIELA SANTANA MURAOKA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
JOSE ALBERTO DANTAS	2246 de 28/07/2011	03.10.2011
JOSE ALBERTO DANTAS	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
JOSETE LUIZA RECK SFREDO	2281 de 05/08/2011	31.10.2011
JUCELEIA TATIANE SPINDOLA STEF	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
JULIANA FERNANDES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
KARINA ZOBOLI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
KATY CHRISTINE BREMER BOAVENTURA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
KEILA REJANE ALVES MACEDO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
KERLI HOFFMANN	2332 de 01/09/2011	03.10.2011
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
LIZANDRO FRAINER FURLANI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
LUCIANA SCHIAVO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MAIRA LUCIA CIPRIANI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MAIRA SILVA DE GODOY	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARCELA EDME GALLEGOS CAMPUZANO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARCELO ANTONIO DE BORBA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARCO RAFAEL ARAUJO RODRIGUES	2246 de 28/07/2011	07.10.2011
MARCOS ANTONIO SANCHES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARIA IDANIR HONES MURAOKA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARILENE DE MELLO KIPPER	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARILENE LUNARDI CONTI	2322 de 22/08/2011	30.09.2011
MARIZE MICHELSON DA ROSA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MARLY KLUG	2281 de 05/08/2011	30.11.2011
MARY LEA FERRARI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
MOACIR DE FREITAS TOLEDO	2316 de 19/08/2011	03.10.2011
NARA CRISTINA DE MOURA	2286 de 08/08/2011	03.10.2011
NATALIA DOMINGUES LAMUNIER	2333 de 01/09/2011	30.11.2011
NORBERT NEUMAYR	2246 de 28/07/2011	30.10.2011
NORBERT NEUMAYR	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
NORMA SUELI LINHARES DALCANALE	2298 de 12/08/2011	03.10.2011
OLIVIA BRAIT	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
OTAVIO NICKHORN E SILVA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
PAOLO PIERMARINI	2332 de 01/09/2011	03.10.2011
PAOLO PIERMARINI	2332 de 01/09/2011	30.10.2011
PATRICIA SLOMP	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
PRISCILA LENZI ODEBRECHT	2246 de 28/07/2011	30.11.2011



PRISCILLA HERWEG BERTOLDI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ROBERTA LUIZA STAACK FREDEL	2298 de 12/08/2011	03.10.2011
ROBSON ANTONIO PALMA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ROSANA DE BAIRROS DE PAULA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ROSANGELA FERREIRA DA SILVA PRIMO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
ROSE MELI STOLF EVARISTO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
RUTH HERWEG JACQUES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
SANDRA PAULA SENEM CO-LOMBO	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
SANDRA REGINA DE LIMA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
SCHEILA BERTRAM	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
SHIRLEI SCHURT VICENTI	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
SIMARA ROSELY DUMKE	2286 de 08/08/2011	03.10.2011
SONIA SALETE DA SILVA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
SUELY ITTNER HERWEG	2300 de 15/08/2011	03.10.2011
TALITA SADLOWSKI	2246 de 28/07/2011	30.10.2011
TEREZINHA ELITA DANTAS LOPES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
TIAGO GUILHERME DE ARRUDA	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
VALMIR MOURA GONÇALVES	2246 de 28/07/2011	30.11.2011
WILMAR SCOZ	2246 de 28/07/2011	30.11.2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 94-2011**  
**Locação de estrutura, entre outros**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
Pregão Presencial n.º 94/2011

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Timbó  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estrutura, sonorização, iluminação e banheiros químicos portáteis para eventos, incluindo montagem e desmontagem. Empresas fornecedoras: Quevedo Sistemas Acústicos Ltda ME; Tecnisan Sistemas Operacionais Saneamento Ltda  
Valor Total Estimado: R\$ 1.573,322,90 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos).  
Modalidade: Pregão Presencial  
Validade da Ata: 29/03/2012  
Órgãos Participantes: Fundação Cultural de Timbó

Timbó, 29/09/2011  
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Extrato Inexigibilidade 115-2011**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 115/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó  
CONTRATADO: Mantomac Com. Peças e Serviços Ltda  
OBJETO: Contratação de serviços e peças para revisão de Motoniveladora, Marca Komatsu, Modelo GD555-3.

VALOR TOTAL: R\$ 24.547,18 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos)

Timbó, 30 de setembro de 2011  
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Termo de Revogação PP 11-2011 FCT**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ  
TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 11-2011 FCT

O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó- SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, Revogar a licitação de Pregão Presencial nº. 011/2011, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviço de segurança não armada e agentes de estacionamento para a 21ª Festa do Imigrante, que se realizará nos dias 07 a 12 de outubro de 2011, no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul situado na Rua Julius Scheidemantel, s/n, Centro de Timbó.

Motivo: Valor ofertado acima do preço referência.

Timbó (SC), 03 de outubro de 2011.  
JORGE R FERREIRA  
Diretor Presidente FCT

**Extrato Contrato 2011-185**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/185

AUTORIZANTE: Fundação Cultural de Timbó.  
AUTORIZADO: Bissom Sonorização Ltda.  
OBJETO: autorização de uso, de 1 (um) espaço localizado na parte externa do Pavilhão Municipal de eventos "Henry Paul", durante a 21ª FESTA DO IMIGRANTE, para instalação de tenda eletrônica. Valor: será pago pelo autorizado o percentual de 40% (quarenta) de todo o valor arrecadado com a exploração do serviço. Data da Assinatura: 30/09/2011.

JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**Extrato Contrato 2011-186**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/186

AUTORIZANTE: Fundação Cultural de Timbó.  
AUTORIZADO: Play Sul Recreações Ltda.  
OBJETO: autorização de uso, de parte do imóvel público que garante o Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, localizado na Rua Júlio Scheidemantel, s/nº, bairro Centro, cidade de Timbó - SC, durante a 21ª FESTA DO IMIGRANTE, para instalação e funcionamento de Parque de Diversões. Valor: será pago pelo autorizado o valor de R\$ 8.000,00. Data da Assinatura: 30/09/2011.

JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó



**Edital de Autuação de Infração****EDITAL DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO**

**POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA - PELA NÃO DEVOLUÇÃO DE BLOCOS DE NOTAS FISCAIS NÃO EMITIDAS PARA FINS DE INUTILIZAÇÃO PELO FISCO MUNICIPAL, EM RAZÃO DA OBRIGATORIEDADE DA NFS-e -**

A Fazenda Municipal de Timbó, na competência atribuída pelo art. 106 e art. 168, inciso II, da Lei Complementar nº 142/98 (Código Tributário Municipal) notifica os contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal, abaixo relacionados, da autuação de infração por descumprimento de obrigação tributária acessória, especificamente, por não terem devolvido as notas fiscais de prestação de serviços de emissão manual ou mecânica, não emitidas, à Divisão de Fiscalização Fazendária do Município para sua inutilização até o dia 31 de dezembro de 2010, conforme prazo determinado pelo §1º, art. 13 do Decreto nº 2073, de 20 de setembro de 2010, em razão da instituição obrigatória do uso da NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) contida nas disposições da Lei Complementar nº 380, de 11 de janeiro de 2010, regulamentada pelo decreto supracitado.

Ficam os contribuintes autuados sujeitos ao pagamento de multa no valor de 50 (cinquenta) UFM's, conforme previsto nos artigos 197 e 198, inciso I, alínea "f" da LC nº 142/98, estando intimados para, no prazo de 30 (trinta) dias corridos e da publicação deste edital contados, recolher ao Município o valor da multa aplicada ou apresentar sua defesa por escrito ao Secretário Municipal da Fazenda e Administração.

Inscrição Municipal	CNPJ - NOME/RAZÃO SOCIAL DO CONTRIBUINTE	AUTO DE INFRAÇÃO Nº	Autorização p/ impressão Notas Fiscais - AIDF Nº	Numeração pendente de Inutilização	
9596	08621803000175 - OCT ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA	3 / 2011	47/2008	1	150
8103	05376856000180 - DALMON DIV. LOCAÇÃO MAQUINAS LTDA	9 / 2011	1028/2003	1	250
6448	02179807000169 - CHARLES GESSNER & CIA LTDA	12 / 2011	1100/2004	1	500
9368	08796030000168 - ASSOC. PAIS AMIGOS FUTEBOL ESTADOS BRASILEIROS	14 / 2011	96/2007	1	150
9641	09357216000183 - ACASSIO KLOHN ME	15 / 2011	114/2008	1	150
10145	11228998000100 - VALDAIR BRANCO	17 / 2011	269/2009	1	150
8706	07209755000140 - REFRIGERAÇÃO TIMBO LTDA	19 / 2011	1283/2005	1	500
9248	08404791000127 - EMPREIT. MAO DE OBRA S.C.G. LTDA	23 / 2011	27/2007	1	250
10315	06080867000180 - ANDREA FAGUNDES DOS SANTOS ME	33 / 2011	142/2010	1	150
9735	09943438000188 - CAMARGO SAUDE OCUPACIONAL LTDA	37 / 2011	160/2008	1	100
9120	01004966000160 - DJR CONSTRUTORA, INCORP. SERVIÇOS LTDA	39 / 2011	133/2006	1	125
9349	08763465000106 - SINCLAIR HANS JUNIOR GROTHOFF ME	40 / 2011	121/2007	1	250

9612	08828902000122 - KOWACZ & SANTOS COM. SERV. INFORMATICA LTDA	41 / 2011	67/2008	1	150
9186	08234335000186 - IN AGENCIA DE MODELOS LTDA	43 / 2011	60/2008	1	100
8798	05002939000109 - PISSETTI E SCHRAMM LTDA	45 / 2011	1345/2005	1	150
8884	07544697000100 - JOAO INACIO CARNEIRO DOS SANTOS ME	52 / 2011	1382/2005	1	250

Município de Timbó, em 27 de setembro de 2011.

DANIELA R. W. KRAMBECK

Fiscal de Tributos - Matr. 965.2

GUIDO KASPAREIT

Fiscal de Tributos - Matr. 1302.1

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 01049/2011 de 04 de outubro de 2011.

Lei nº. 01049/2011 de 04 de outubro de 2011.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) para as entidades que especifica, sediadas neste Município e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro no valor de até R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) para as entidades sociais especificadas, para custear despesas de manutenção, visando reformas e melhorias conforme plano de aplicação em anexo de cada Entidade.

Art. 2º O valor autorizado no artigo anterior, será distribuído às entidades Sociais do município de Tunápolis, conforme segue:

a) Até R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL DE LINHA PITANGUEIRA, inscrita no CNPJ 84.376.771/0001-78.

b) Até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL, RECREATIVA, ASSISTENCIAL E BENEFICENTE 19 DE SETEMBRO DE LINHA RAIGÃO ALTO, inscrita no CNPJ 78.472.354/0001-26.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, Em, 04 de outubro de 2011.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Processo de Licitação Nº 107/2011 Dia do funcionário**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2011**  
 Edital de Pregão Presencial nº 74/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao encontro de formação dos Servidores Públicos Municipais, em virtude do dia do "Funcionário Público", conforme especificações e quantitativos constantes em seus anexos, os quais passam a fazer parte neste ato convocatório.

Entrega das propostas até às 9h30min do dia 19/10/2011  
 Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.  
 Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04 de outubro de 2011  
 ENOI SCHERER  
 Prefeito Municipal

**3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 138/2009**

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2009

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2009, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Enói Scherer, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, inscrição estadual nº 253.086.027, representada pela Sra. Ilse Cristina de Souza, inscrita no CPF sob nº 475.635.919-15, e portadora da Carteira de Identidade nº 1.321.183, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato Administrativo nº 138/2009.

Considerando o Contrato Administrativo nº 138/2010 Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 19 de agosto de 2009, proveniente do Edital de Tomada de Preços sob nº 05/2009 - PMT, em que consta como objeto a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários para o município de Tunápolis - SC.

Considerando o disposto na Cláusula 3ª, letra "a", do Contrato Administrativo sob nº 138/2009. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão do Projeto/Atividade 2.009, elemento de despesa 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a BETHA SISTEMAS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Sistema	Valor Atual	Valor Reajustado
Alug. Sist. Licitações e Compras	309,20	333,94
Alug. Sist. Folha de Pagamento	558,49	603,17
Alug. Sist. Controle de Frotas	223,61	241,50
Alug. Sist. Planejamento	292,08	315,45
Alug. Sist. Contabilidade Pública	617,33	666,72
Alug. Sist. Tesouraria	155,14	167,55
Alug. Sist. Tributação	420,47	454,11

Alug. Sist. Faturamento de Água e Esgoto	256,78	277,32
Hora técnica R\$ 69,33	Deslocamento R\$ 0,69	Estadia R\$ 115,55

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas. E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 06 de setembro de 2011.  
 ENOI SCHERER  
 Prefeito Municipal

ILSE CRISTINA DE SOUZA  
 Contratada

TESTEMUNHAS  
 Cleverson Inácio Kerkoff    Sheila Inês Bieger Eidt  
 CPF: 918.368.409-34        CPF: 020.226.259-60

**Turvo**

**PREFEITURA**

**Lei 2106/2011**

LEI Nº 2.106/11, de 04 de outubro de 2011.

AUTORIZA O Prefeito Municipal A PROMOVER A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal, autorizado a promover a disponibilização de servidor público municipal efetivo ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, por intermédio da celebração de Termo de Convênio.

Art. 2º. O servidor efetivo disponibilizado em razão da presente Lei observará o horário e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum, no qual prestará serviços.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 04 de outubro de 2011.  
 RONALDO CARLESSI  
 Prefeito Municipal

Pub. e reg. presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
 Secretário de Adm. e Finanças - designado.

**Lei Complementar 11/2011**

Lei Complementar NO 011/11, 28 de setembro de 2011  
DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Mesa Diretora apresentou, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Pela presente Lei fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, que se destina a reger o desenvolvimento funcional nos cargos públicos de provimento efetivo em carreiras funcionais e desempenho de atribuições.

Parágrafo Único. As tabelas e anexos fazem parte e complementam o presente Plano de Cargos, Carreira e Salário.

Art. 2º. Os cargos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo são acessíveis a todos os brasileiros e aos estrangeiros naturalizados, preenchidos os requisitos estabelecidos em Lei e nos Regulamentos.

Art. 3º. O Regime Jurídico é estatutário e o regime previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social - INSS, a partir da Lei Municipal nº 1.001/93 de 03 de maio de 1993.

**TÍTULO II  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO  
CAPÍTULO ÚNICO  
Dos Grupos e Categorias Funcionais**

Art. 4º. Para efeitos da aplicação desta Lei considera-se:  
I - Plano de Carreira: o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

II - Carreira: o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Vencimentos, observada a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

III - Cargo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades do Servidor, previstas no Plano de Carreira e Vencimentos, de acordo com área de atuação e formação profissional.

IV - Categoria Funcional: o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V - Servidor Público: o conjunto de profissionais descrito no artigo 6º desta Lei, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal.

VI - Vencimento: é a expressão pecuniária do cargo, consoante nível próprio, fixado em Lei.

VII - Remuneração: é a retribuição mensal paga ao Servidor Público pelo exercício do cargo correspondente ao vencimento e vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidos em Lei.

VIII - Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuição, grau de complexidade e responsabilidade, especificados nesta Lei.

IX - Referência: graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

X - Progresso Funcional: deslocamento do Servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo, o qual se dará de modo horizontal:

a) entende-se por progressão horizontal a ascensão obtida pelo profissional por meio da apresentação de horas de aperfeiçoamento, avaliação de desempenho e tempo de serviço.

XI - Enquadramento: atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao Servidor, levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.

XII - Quadro de Pessoal: conjunto de cargos de provimentos efetivos dos Servidores.

XIII - Tempo de Serviço: é contado em dias, transformado em anos, contados com 365 dias, serve para efeitos de progressão na carreira e período aquisitivo para aposentadoria.

Art. 5º. Os cargos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo são classificados como de provimento efetivo e provimento em comissão.

Art. 6º. Fica criado o Quadro de Pessoal do Serviço Público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, classificado e inserido nos grupos ocupacionais, abaixo relacionados:

§ 1º. Grupo de Cargos de Provimento Efetivo (PE):

- I - Secretário Geral;
- II - Agente Legislativo;
- III - Técnico Legislativo;
- IV - Técnico Contábil;
- V - Motorista;
- VI - Tesoureiro;
- VII - Recepcionista;
- VIII - Zeladora.

§ 2º. Grupo de Cargos de Provimento em Comissão (PC):

- I - Diretor Geral;
- II - Assessor Jurídico;
- III - Chefe de Gabinete;
- IV - Assessor Parlamentar;
- V - Assessor de Imprensa.

§ 3º. Os profissionais ocupantes dos cargos previstos no parágrafo 2º, deste artigo, terão dispensa de habilitação específica, sendo de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo e não terão direito a progressão funcional horizontal.

Art. 7º. O número de cargos e de vagas de provimento efetivo e as respectivas habilitações exigidas para cada nível ou grupo de níveis das carreiras dos grupos ocupacionais, a que se refere este artigo, estão inseridos no anexo I desta Lei.

Art. 8º. O vencimento, o número de cargos e de vagas de provimento em comissão e as respectivas atribuições exigidas, a que se refere este artigo, estão inseridos no anexo II desta Lei.

Parágrafo Único. Poderá, a critério do Presidente da Câmara de Vereadores de Turvo, ser concedida gratificação aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, que corresponderá até 50% (cinquenta por cento) do seu vencimento.

**TÍTULO III  
DO INGRESSO NA CARREIRA**

Art. 9º. O ingresso na carreira funcional dos cargos dos grupos ocupacionais do Quadro de Pessoal do Serviço Público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo dar-se-á nos termos desta Lei e demais disposições legais aplicáveis, através de concurso público de provas e/ou de provas e títulos.

§ 1º. Constituem requisitos de escolaridade para o ingresso nos cargos de que trata o "caput" deste artigo, os constantes do anexo I desta Lei.

§ 2º. O servidor quando ingressar na carreira receberá o vencimento mínimo estipulado do anexo I, em conformidade com o cargo do grupo ocupacional.

Art. 10. O provimento dos cargos dos grupos ocupacionais a que se refere o "caput" do artigo anterior ocorrerá mediante nomeação através de ato do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

#### TÍTULO IV DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA CAPITULO ÚNICO Do Provimento

Art. 11. A primeira investidura em cargo de Servidor Público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo depende de aprovação prévia em concurso público de provas e/ou de provas e títulos.

Art. 12. Para que ocorra o provimento é necessário que:  
I - Exista vaga;  
II - Preencha o candidato, todos os requisitos inerentes ao cargo;  
III - Tenha sido prevista lotação numérica específica para o cargo.

Art. 13. As formas de provimento dos cargos efetivos previstos nesta Lei são os seguintes:  
I - Nomeação;  
II - Reintegração;  
III - Reabilitação.

Art. 14. Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo prover os cargos públicos de Servidores.

§ 1º. Às pessoas com deficiências, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições lhes sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservados até 05% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 2º. Não havendo inscrito ou aprovados no concurso, como determina o parágrafo anterior, as vagas poderão ser ocupadas pelos demais inscritos.

#### TÍTULO V DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

Art. 15. Integram o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Funcionalismo da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo:  
I - Quadro de Pessoal;  
II - Estrutura Organizacional de Carreiras;  
III - Tabelas salariais.

Art. 16. O piso salarial de cada categoria do serviço público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo é o estabelecido nas referidas tabelas salariais, nos anexos desta Lei.

Parágrafo Único. Fica estabelecido o mês janeiro de cada ano como a data base do funcionalismo, sendo assegurado o reajuste salarial pelo INPC ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 17. É vedada a prestação de serviços gratuitos ao serviço público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 18. O Servidor Público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo perderá a remuneração:  
I - Dos dias que faltar ao serviço sem justificativa;  
II - A meio dia, quando sair antecipado ou chegar atrasado, sem justificativa.

Parágrafo Único. O desconto previsto neste artigo decorre da constatação da ausência, registro no ponto, com observação sobre os serviços que deixaram de ser prestados, pela falta.

Art. 19. Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração.

Parágrafo Único. Mediante autorização do Servidor Público ou de decisão judicial, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, observada a legalidade do desconto.

Art. 20. O vencimento do cargo efetivo, acrescido as vantagens de caráter permanente, é irredutível e observará o princípio da isonomia, quando couber, observada à correspondente proporcionalidade de carga horária e a habilitação.

#### CAPITULO I Da Progressão Seção I Progressão Funcional Horizontal

Art. 21. O Servidor Público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo fará jus a progressão funcional horizontal podendo conquistar uma referência pela comprovação de frequência em cursos de aperfeiçoamento, na área de atuação profissional, outra por avaliação de desempenho e a terceira por tempo de serviço.

Art. 22. A progressão por cursos será concedida após a participação em pelo menos 40 (quarenta) horas de aperfeiçoamento em cursos na respectiva área de atuação, com interstício mínimo de 03 (três) anos entre uma promoção e outra, que corresponderão ao equivalente de 1,0% (um por cento), sobre o valor da referência em que estava enquadrado na tabela.

§ 1º. A progressão por cursos de aperfeiçoamento se dará no mês de maio do ano correspondente, sendo a primeira no ano de 2012.

§ 2º. O procedimento para obtenção da referida vantagem, segue ao estabelecido a seguir:

I - O Servidor Público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo deverá entregar as fotocópias dos certificados correspondentes aos cursos de aperfeiçoamento, juntamente com o original, no prazo estabelecido pelo presidente, que servirá para validação de cada certificado a ser apresentado no protocolo geral da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.  
II - A carga horária por curso apresentado deverá ser no mínimo de 08 (oito) horas aulas.  
III - O mesmo curso, para efeitos de progressão por cursos de aperfeiçoamento, somente será computado uma vez.  
IV - Os cursos contados deverão ter sido feitos no máximo em três anos anteriores a data da contagem para progressão.  
V - As horas restantes de um certificado em ano anterior não podem ser reapresentadas para uma próxima progressão por cursos.  
VI - Serão aceitos cursos oferecidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, indicado pela mesma ou oferecidos por instituição credenciada.

Art. 23. A progressão pelo alcance de desempenho satisfatório no exercício do cargo será concedida a cada 03 (três) anos, levando em consideração a assiduidade, a pontualidade, o zelo pelo desempenho das suas funções e o cumprimento da legislação correspondente, no valor de 1,0% (um por cento), sobre o valor da referência em que estava enquadrado.

§ 1º. A progressão por "avaliação por desempenho" se dará no mês de maio de cada ano correspondente ao direito, sendo a primeira no ano de 2013.

§ 2º. O Servidor Público da Câmara Municipal de Vereadores de



Turvo será avaliado pela assiduidade ao serviço, responsabilidade nas tarefas determinadas de acordo com critérios estabelecidos em portaria pelo Presidente no início da vigência deste plano.

Art. 24. A progressão por tempo de serviço será concedida a cada 03 (três) anos de efetivo exercício, equivalente a 1,0% (um por cento) sobre o valor da referência em que está enquadrado.

§ 1º. A primeira progressão que trata este artigo se dará no mês de maio de cada ano correspondente ao direito, sendo a primeira no ano de 2014.

§ 2º. A progressão deste artigo será automática, quando não concedida pode ser requerida por escrito no setor de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 25. As progressões previstas nesta seção começam a contar após a última avaliação positiva no estágio probatório, podendo ser cumulativas apenas as decorrentes do tempo de serviço no serviço público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, após nomeação por concurso público.

Parágrafo Único. Aos servidores já estáveis serão enquadrados na nova tabela salarial, contando-se os anos de atuação, como efetivo, no serviço público na Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 26. As progressões serão concedidas uma por ano, não podendo ser cumulativas, exceto quando se tratar de triênio.

Art. 27. Não será concedida a progressão de que trata este artigo, se no período aquisitivo correspondente o Servidor estiver nas condições a seguir:

- I - Ter sofrido qualquer punição no período aquisitivo;
- II - Ter irregularidade de horário em todo período aquisitivo com mais de 03 (três) atrasos por ano ou 10 (dez) no total;
- III - Ter registro de falta injustificada, sendo mais que 12 (doze) faltas por ano ou 60 (sessenta) no período aquisitivo.

## Seção II Triênios

Art. 28. Os triênios já obtidos pelo servidor continuarão a ser pagos em forma de evento próprio, reajustado na mesma proporção do Plano de carreira.

## CAPÍTULO II Das Vantagens

Art. 29. Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento constituído em caráter definitivo, como a progressão funcional horizontal, conforme artigo 21, ou em caráter transitório ou eventual, a título de gratificação.

Art. 30. São concedidas ao Servidor as seguintes gratificações:

- I - Gratificação pelo cargo em comissão;
- II - Gratificação por desempenho;
- III - Função Gratificada;
- IV - Insalubridade nos casos do enquadramento da atividade.

## TÍTULO VI DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 31. A jornada de trabalho do servidor público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo é a de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. A jornada de trabalho do Assessor Jurídico será de 10 (dez) horas semanais.

§ 2º. Por interesse e, a critério do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, a jornada do Servidor com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, mediante solicitação escrita, poderá ser reduzida para 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas, recebendo o mesmo a remuneração correspondente a carga horária.

Art. 32. Atendendo ao interesse público o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo pode determinar o cumprimento de jornada em 06 (seis) horas diárias ininterruptas, respeitado o intervalo legal de 15 (quinze) minutos.

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. Os servidores efetivos, investidos em cargos em comissão, funções gratificados, contarão o tempo de exercício correspondente para fins de desenvolvimento funcionais, nos termos da presente Lei.

Art. 34. Para suprir as necessidades de substituição ou suprir necessidades emergenciais nos termos do art. 37 da Constituição Federal, serão contratados profissionais temporariamente (ACT), na forma da legislação vigente.

Art. 35. Os servidores terão direito a receber vencimentos não inferiores ao da Lei anterior.

Art. 36. Esta Lei Complementar será regulamentada no que couber por ato próprio do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 37. Fica autorizado o Chefe do Poder Legislativo a promover o enquadramento do funcionalismo nos termos da presente Lei.

Art. 38. As Licenças Prêmio vencidas até o início da vigência da presente Lei, bem como as proporcionais, calculadas até esta data, serão computadas por ocasião do enquadramento e nele registrado.

Art.39. O reajuste do corrente ano está incluso no presente projeto, não sendo concedido outro reajuste neste ano ou correspondente a este.

Art. 40. Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo a efetuar o ajuste na carga horária, até o limite de 40 (quarenta) horas, mediante requerimento por escrito protocolado na repartição correpondente, percebendo os vencimentos correspondente a carga horária, a partir da tabela correspondente.

Paragrafo Único. O requerimento para alteração da carga horária deve constar a assinatura e identificação de 02 (duas) testemunhas.

Art. 41. Será mantida a carga horária dos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, admitidos antes da vigência da presente Lei.

Art. 42. A presente Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2011.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 1.426/00, 1.731/05, 1.908/08, 2.041/10 e 2.079/11.

Turvo(SC), 28 de setembro de 2011.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei Complementar nesta Secretaria na data supra.



**NESTOR RECO**

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

**ANEXO I**

**QUADRO DE CARGOS E VAGAS DO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO**  
**GRUPO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - PE**  
 (Art. 6º, § 1º)

CÓDIGO	CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO	VENCIMENTO R\$
PE 010	Secretário Geral	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	1.667,00
PE 020	Agente Legislativo	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	881,00
PE 030	Técnico Legislativo	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	825,00
PE 040	Técnico Contábil	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	768,00
PE 050	Motorista	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	679,00
PE 060	Tesoureiro	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	611,00
PE 070	Recepcionista	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	545,00
PE 080	Zeladora	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	545,00

**DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO****CARGO: SECRETÁRIO GERAL****Atribuições**

- Atividades administrativas da Câmara Municipal, sua estrutura e seu funcionamento;
- Cuidam dos processos submetidos ao exame da edilidade, conhece o processo legislativo e sua técnica redacional, minuta pareceres e executam todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro, pessoal e material;
- Redigem ofícios, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, decretos, resoluções, projetos de leis, declarações, emendas e outros documentos solicitados;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Médio.

**CARGO: AGENTE LEGISLATIVO****Atribuições**

- Atividades burocráticas relacionadas com o funcionamento da Câmara Municipal, cuja estrutura administrativa e legislativa é de seu inteiro conhecimento;
- Estendem suas atribuições no âmbito geral da administração com limitações previstas no organograma hierárquico;
- Cuidam da organização da pauta nas votações em plenário, na elaboração das atas e no controle dos serviços de expediente em geral;
- Acompanham junto ao gabinete do Prefeito municipal a sanção, os vetos e a publicação dos projetos de lei aprovados, bem como, o cumprimento por parte do executivo das indicações, requerimentos, requisições, convites e convocação aos órgãos competentes, transmitindo a presidência às informações recolhidas;
- Digitam contratos a serem firmados pela Câmara, secretariam reuniões e redigem atas, elaborar relatórios anuais de todas as atividades legislativas desenvolvidas na câmara, apresentando-o ao Presidente nos prazos regimentais;
- Operam computadores ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações;

- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Médio.

**CARGO: TÉCNICO LEGISLATIVO****Atribuições**

- Atividades burocráticas relacionadas com o funcionamento da Câmara Municipal, cuja estrutura administrativa e legislativa é de seu inteiro conhecimento;
- Estendem suas atribuições no âmbito geral da administração com limitações previstas no organograma hierárquico;
- Cuidam da organização da pauta nas votações em plenário, na elaboração das atas e no controle dos serviços de expediente em geral;
- Acompanham junto ao gabinete do Prefeito Municipal a sanção, os vetos e a publicação dos projetos de leis aprovados, bem como o cumprimento por parte do executivo das indicações, requerimentos, requisições, convites e convocação aos órgãos competentes, transmitindo a presidência às informações recolhidas;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Médio.

**CARGO: TÉCNICO CONTÁBIL****Atribuições**

- Cumprem e fazem cumprir as determinações dos superiores;
- Procedem à escrituração dos atos e fatos administrativo-financeiros da câmara;
- Levantam balancetes e balanços gerais, relativas à situação financeira da câmara, emitem notas de empenho e ordens de pagamento das despesas autorizadas pelo presidente;
- Elaboram relatórios contábeis e financeiros, emitem pareceres técnicos sobre matéria contábil e financeira, submetido a sua apreciação;
- Compreende as atribuições que se destinam a executam sob supervisão da mesa diretora, os serviços relativos a contabilização orçamentária financeira e patrimonial da Câmara Municipal;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Médio e com registro no CRC.

**CARGO: MOTORISTA****Atribuições**

- Compreende as funções que se destinam a dirigir veículos e conservá-los em perfeitas condições de funcionamento, segurança e aparência;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

**CARGO: TESOUREIRO****Atribuições**

- Compreende atribuições a que se destinam sob supervisão da Presidência da Câmara;
- Efetuam pagamentos, bem como o controle e guarda dos valores depositados na tesouraria da Câmara Municipal;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Médio.

**CARGO: RECEPCIONISTA****Atribuições**

- Compreende as funções que se destinam a executar os serviços



de atendimento ao telefone, fax e atendimento ao público em geral;

- Controlam o recebimento de correspondências externas e internas da Câmara Municipal, providenciam o encaminhamento das correspondências internas aos locais solicitados;
- Mantém os arquivos organizados e atualizados de toda correspondência recebida e expedidas pelo Legislativo;
- Apanham materiais de consumo e depositam conforme solicitação dos seus superiores;
- Controlam o acesso de pessoas as dependências de uso privativo de Vereadores e Servidores;
- Atendem todos com urbanidade e encaminham pessoas que procuram os Vereadores e Servidores, bem como prestar-lhes informações;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Médio.

**CARGO: ZELADORA**

**Atribuições**

- Compreende as funções que se destinam a executar os serviços de copa e cozinha, limpeza e conservação, remover o pó dos móveis e paredes, tetos, portas janelas e equipamentos, limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios, coletar o lixo dos depósitos colocando-os em recipientes apropriados, lavar vidros, espelhos e persianas, assim como a realização de pequenos serviços de manutenção;
- Exercem outras atividades inerentes à função.

**Habilitação Profissional**

- Portador de diploma de Ensino Fundamental.

**ANEXO II**

**QUADRO DE CARGOS E VAGAS DO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO**  
**GRUPO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (PC)**  
 (Art. 6º, § 2º)

CÓDIGO	CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE ATUAÇÃO	VENCIMENTO R\$
PC 010	Diretor Geral	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	1.780,00
PC 020	Assessor Jurídico	01	10 H	Câmara Municipal de Turvo	1.800,00
PC 030	Chefe de Gabinete	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	1.150,00
PC 040	Assessor Parlamentar	04	40 H	Câmara Municipal de Turvo	1.000,00
PC 050	Assessor de Imprensa	01	40 H	Câmara Municipal de Turvo	1.000,00

**DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO**

**Atribuições de todos os cargos:**

- Os servidores compreendidos neste grupo dirigem e coordenam órgãos ou unidades específicas do Poder Legislativo;
- Assessoram o Presidente e Vereadores quando solicitados;
- Processam, executam e opinam sobre assuntos legais e jurídicos do Poder Legislativo;
- Assessoram na realização das políticas governamentais a nível municipal e institucional;
- Participam de grupos e ou comissões de nível estratégico;
- Representam o Chefe do Poder Legislativo;
- Assumem funções de ordenador de despesas quando delegadas;
- Supervisionam as demais atividades administrativas, assessoram nos trabalhos de divulgação das atividades do Poder Legislativo,

no planejamento, no relacionamento parlamentar, nas ações de cunho comunitário voltado a comunidade;

- Fazem a relação da administração com a comunidade e demais instituições, públicas ou privadas, no âmbito de sua competência.

**Habilitação Profissional**

- Dispensada.

**ANEXO III**

**QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG**  
 (Art. 30, III)

CÓDIGO	FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ( R\$)
FG 010	Encarregado do Sistema de Controle Interno	01	900,00
FG 020	Encarregado de Departamento	01	550,00
FG 030	Encarregado de Seção	01	450,00
FG 040	Encarregado de Serviço	01	350,00
FG 050	Chefe de Equipe	01	250,00

**DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA FUNÇÃO E DA HABILITAÇÃO**

**Atribuições de todas as funções gratificadas:**

- Processam, executam e opinam sobre assuntos legais e jurídicos do Poder Legislativo;
- Assessoram na realização das políticas governamentais a nível municipal e institucional;
- Participam de grupos e ou comissões de nível estratégico;
- Supervisionam as demais atividades administrativas, assessoram nos trabalhos de divulgação das atividades do Poder Legislativo, no planejamento, no relacionamento parlamentar, nas ações de cunho comunitário voltado a comunidade;
- Executam determinação de superior hierarquicamente, especialmente do Chefe do Poder Legislativo.

**Habilitação Profissional**

- Dispensada.

## ANEXO IV

HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Progressão horizontal 1,0%	1	100,00	101,00	102,01	103,03	104,06	105,10	106,15	107,21	108,29	109,37
SERVIDORES CÂMARA	2	110,46	111,57	112,68	113,81	114,95	116,10	117,26	118,43	119,61	120,81
MUNICIPAL DE TURVO	3	122,02	123,24	124,47	125,72	126,97	128,24	129,53	130,82	132,13	133,45

A tabela é estabelecida em percentuais, aplica-se o mesmo sobre o valor do vencimento.

Cada nível horizontal representada por alíneas, corresponde a um ano de atividade, após efetivação no serviço público da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo

## Vargeão

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GEHLEN ENGENHARIA FLORETAL LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento ambiental, acompanhamento e consultoria junto aos Órgãos FATMA e IBAMA, levantamento topográfico e plano altimétrico para loteamento de interesse social no Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 134/2011.

Vargeão, SC, 04 de outubro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Resolução Nº 16 - CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
RESOLUÇÃO CMAS Nº 16, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Resolução CMAS nº 16, 26 de setembro de 2011, revoga a Resolução CMAS nº 01/2002 e define os parâmetros para a inscrição, acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS de Videira.

O CMAS DE VIDEIRA, em reunião ordinária realizada em 26 de setembro de 2011, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 162/1996 e o Decreto Municipal nº 9.395/10;

Considerando a Resolução CNAS nº 27/2011; a Resolução CNAS nº 13/2011; a Resolução CNAS nº 10/2011 e a Resolução CNAS nº 33/2010;

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

#### RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS de Videira.

Art. 2º As entidades e organizações de assistência social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS. (alterado pela Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 20/09/2011).

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS. (alterado pela Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 20/09/2011).

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:
  - e.1) público alvo;
  - e.2) capacidade de atendimento;
  - e.3) recursos financeiros a serem utilizados (alterado pela Resolução CNAS nº 10/2011);
  - e.4) recursos humanos envolvidos;
  - e.5) abrangência territorial;
  - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:
  - e.1) público alvo;
  - e.2) capacidade de atendimento;
  - e.3) recurso financeiro utilizado;
  - e.4) recursos humanos envolvidos.
  - e.5) abrangência territorial;
  - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Art. 4º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo CMAS conforme o caso.

§ 1º Compete ao CMAS a fiscalização das entidades e organizações inscritas.

§ 2º Se a entidade ou organização de assistência social de atendimento não desenvolver qualquer serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial no Município de sua sede, a inscrição da entidade deverá ser feita no Conselho Municipal de Assistência Social do município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos e/ou assessoramento deverão inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social indicado como sendo de sua sede no estatuto social.

Art. 5º Somente poderão executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais as entidades e organizações inscritas de acordo com o art. 4º.

Art. 6º A inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS é o reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos,

ou seja, sem fins lucrativos, no âmbito da Política de Assistência Social.

§ 1º Os serviços de atendimento deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e com o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007.

§ 2º Os serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos deverão estar de acordo com o Decreto nº 6.308, de 2007, que orienta sobre a regulamentação do art. 3º da Lei 8.742, de 1993, e com esta Resolução.

Art. 7º Os critérios para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 8º Em caso de interrupção de serviços, a entidade deverá comunicar ao CMAS, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do serviço.

§ 2º Cabe ao CMAS discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos interrompidos.

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;

II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - plano de ação;

V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

VI - relatório Financeiro do Exercício anterior;

VII - parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis.

Art. 10. As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II;

II - plano de ação;

III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 6º e do art. 7º desta Resolução;

IV - relatório Financeiro do Exercício anterior;

V - parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis.

Art. 11. As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas



que também atuem nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do §1º e §2º do art. 6º e o art. 7º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;

II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - plano de ação;

V - relatório Financeiro do Exercício anterior;

VI - parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis.

#### Art. 12. O CMAS deverá:

I - receber e analisar os pedidos de inscrição e a documentação respectiva;

II - providenciar visita à entidade ou organização de assistência social e emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento;

III - pautar, discutir e deliberar os pedidos de inscrição em reunião plenária;

IV - encaminhar a documentação ao órgão gestor para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda garantido o acesso aos documentos sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social.

Parágrafo único. A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.

Art. 13. O CMAS deverá estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único. O plano a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição, deve ser publicizado por meio de resolução do CMAS.

Art. 14. As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao CMAS:

I - plano de ação do corrente ano;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Art. 15. O CMAS deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de assistência social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 16. A inscrição das entidades ou organizações de assistência social, dos serviços dos projetos, dos programas e dos benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º Em caso de cancelamento da inscrição, o CMAS deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro a que se refere o inciso IV do artigo 12 e demais providências.

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§ 4º Os recursos das decisões do CMAS deverão ser apresentados ao Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 5º O prazo recursal será de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

§ 6º As entidades inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas e/ou projetos ao CMAS, no prazo de 30 dias.

Art. 17. O CMAS deverá padronizar e utilizar, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo Único. O Conselho fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexo IV e anexo V.

Art. 18. O CMAS deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. As entidades e organizações de assistência social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão requerer junto ao CMAS a inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos nesta Resolução.

Parágrafo único - Excepcionalmente, a partir da publicação desta Resolução, no ano de 2011, não haverá manutenção de inscrição, pois todas as entidades inscritas no CMAS atualmente deverão fazer inscrição conforme Resolução específica emitida pelo CMAS.

Art. 20. As disposições previstas no inciso IV, do art. 12 e no § 2º, do art. 16, somente serão aplicáveis por ocasião da efetiva implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social.

Art. 21. Revoga-se a Resolução CMAS nº 01/2002 e as demais disposições em contrário.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira - SC, 26 de setembro de 2011.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do CMAS Videira

#### ANEXO I

#### MINUTA

#### Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel/FAX \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_



Atividade Principal \_\_\_\_\_  
 Inscrição: \_\_\_\_\_  
 CONSEA \_\_\_\_\_  
 CMDCA \_\_\_\_\_  
 CONSELHO DO IDOSO \_\_\_\_\_  
 Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### B - Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
 Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_  
 Tel. \_\_\_\_\_  
 Celular \_\_\_\_\_  
 E-mail \_\_\_\_\_  
 RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_  
 Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_  
 Período do Mandato: \_\_\_\_\_

#### C - Informações adicionais

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Termos em que,  
 Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

\_\_\_\_\_

#### ANEXO II

##### MINUTA

#### Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de \_\_\_\_\_

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

#### A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Código Nacional de Atividade Econômica: Principal e Secundário \_\_\_\_\_  
 Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
 Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 Tel. \_\_\_\_\_  
 FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, desde  
 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### B - Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_  
 Compl. \_\_\_\_\_  
 Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
 RG \_\_\_\_\_  
 CPF \_\_\_\_\_  
 Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Escolaridade \_\_\_\_\_  
 Período do Mandato: \_\_\_\_\_

#### C - Informações adicionais

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Termos em que,  
 Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

\_\_\_\_\_

#### ANEXO III

##### MINUTA

#### Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de \_\_\_\_\_

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

#### A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Código Nacional de Atividade Econômica: Principal e Secundário \_\_\_\_\_  
 Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_  
 Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 Tel. \_\_\_\_\_  
 FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
 Atividade Principal \_\_\_\_\_  
 Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**B - Dados do Representante Legal:**

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
 Compl. \_\_\_\_\_  
 Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Escolaridade \_\_\_\_\_  
 Período do Mandato: \_\_\_\_\_  
 C - Informações adicionais \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Termos em que,  
 Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade \_\_\_\_\_

**ANEXO IV****MINUTA**

Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

A entidade \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, é inscrita neste Conselho, sob número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A entidade executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) Presidente do CMAS \_\_\_\_\_

**ANEXO V****COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE**

- ( ) Serviços  
 ( ) Programas  
 ( ) Projetos  
 ( ) Benefícios socioassistenciais

CMAS INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso

esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) projeto(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) benefício(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

Estes são/serão executados pela entidade \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ e encontram-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 16/2010.

A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome Presidente do CMAS de Videira/SC  
 (período de gestão de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_)

**Resolução Nº 17/2011 - CONSELHO MUNICIPAL de ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

Resolução nº 17, de 26 de setembro de 2011, que define prazo máximo para renovação das inscrições das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Videira.

O Conselho Municipal da Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 162/96, o Decreto Municipal nº 9.395/10 e com base nas deliberações tomadas na Reunião Ordinária de 26 de setembro de 2011;

Considerando a necessidade de adequação das normas disciplinadas pelo CMAS de Videira, que dispõe sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social no município às alterações da Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, estabelecidas na Resolução CNAS nº 33, de 11 de outubro de 2010, na Resolução CNAS nº 10, de 14 de abril de 2011 e na Resolução 13, de 26 de abril de 2011;

CONSIDERANDO a importância de orientar as entidades,

organizações, serviços, programas, projetos e benefícios da política municipal de assistência social sobre as normativas destes instrumentos, garantindo os esclarecimentos necessários para se adequarem às proposições e executarem as suas ações com padrão de qualidade e avanço no campo dos direitos sociais;

CONSIDERANDO que o CNAS determinou o prazo aos referidos segmentos sociais para as adequações até 19 de maio de 2011 e prorrogou até 30 de abril de 2012;

CONSIDERANDO que nas visitas de inspeção, o CMAS verificará se as atividades desenvolvidas estão de acordo com as determinações dos instrumentos normativos.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Todas as entidades e organizações de assistência social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão requerer até 30 de abril de 2012, junto ao CMAS de Videira, inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos na Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, bem como nas alterações publicadas pela Resolução CNAS nº 33, de 11 de outubro de 2010; pela Resolução CNAS nº 10, de 14 de abril de 2011 e pela Resolução CNAS nº 13, de 26 de abril de 2011.

Parágrafo único. As entidades e organizações referidas do caput do artigo também deverão apresentar, até 30 de abril de 2012, o plano de ação, referido no inciso I, do art. 14, da Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, acrescido das adequações a serem implementadas até o final de 2013 para cumprimento das normativas do CNAS.

Art. 2º - As entidades e organizações de assistência social que tiverem protocolado junto ao CMAS de Videira requerimento de inscrição no período de 02 de janeiro de 2011 até a publicação desta Resolução deverão complementar a documentação e apresentar requerimento na forma dos critérios e procedimentos exigidos nos artigos 9º, 10 e 11 da Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2011, até o dia 30 de abril de 2012.

Art. 3º- Os comprovantes de inscrição emitidos pelo CMAS de Videira a partir de 1º de maio de 2012, para entidades e organizações de assistência social inscritas anteriormente a publicação desta Resolução, deverão atender o disposto na Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, bem como na Resolução CMAS nº 16, de 30 de agosto de 2011.

Art. 4º- As entidades e organizações de assistência social não inscritas no CMAS de Videira anteriormente a publicação desta Resolução deverão requerer a inscrição na forma estabelecida pela Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, bem como na Resolução CMAS nº 16, de 26 de setembro de 2011.

Art. 5º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Videira - SC, 26 de setembro de 2011.  
JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA  
Presidente do CMAS Videira

**Portaria Nº 0747/11**

PORTARIA nº 0747/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13068/11,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SOELY DOS SANTOS DE GOIS, Auxiliar

de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0748/11**

PORTARIA nº 0748/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13069/11,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SUELEN APARECIDA ALVES PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0749/11**

PORTARIA nº 0749/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13071/11,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SUZETE APARECIDA ACADROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0750/11**

PORTARIA nº 0750/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13070/11,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SUELI ZORTEA, Professor de Educação Infantil, E-PE-MAG-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0751/11**

PORTARIA nº 0751/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13063/11,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SANDRA REGINA HORVATH LAZZAROTTO, Professor de Educação Infantil, E-PE-MAG-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0752/11**

PORTARIA nº 0752/11

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13062/11,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SALETE GONÇALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Pregão Presencial Nº 69/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2011 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 69/2011-FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS COM EDTA-K3 PARA HEMATOLOGIA A SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 21 de Outubro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 30 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Portaria Nº 177/2011**

P O R T A R I A Nº 177/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOSÉ STOEBERL

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição ao servidor DOUGLAS LUTKE, afastado para tratamento de saúde, a partir do dia 04 de outubro de 2011 até o dia 12 de outubro de 2011, prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento do servidor, por período não superior a 23 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 03 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 03/10/2011  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Portaria Nº 178/2011**  
P O R T A R I A Nº 178/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: JOSÉ STOEBERL  
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provento Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com vigência a partir de 04 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de outubro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 03 de Outubro de 2011.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, 03/10/2011  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## Consórcios

### AGIR

**Decreto Nº 003/2011 - AGIR**

DECRETO N.º 003/2011  
DELEGA COMPETÊNCIAS PARA A DIRETORA ADMINISTRATIVA DA AGIR

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto do Consórcio Público, Artigo 30, Inciso XI, RESOLVE:

Considerando a necessidade de proporcionar pleno andamento às ações da AGIR;

Considerando a inexistência até o presente momento da nomeação do Diretor Geral;

**DECRETA:**

Art. 1º. Delegar "ad referendum" as competências da Diretoria Geral previstas no Artigo 48 do Estatuto do Consórcio Público, para a Sra. Vanessa Fernanda Schmitt, Diretora Administrativa da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

Art. 2º. Ficam ratificados os atos praticados pela Diretora Administrativa desde a sua nomeação até a presente data.

Art. 3º. A presente delegação cessará quando da nomeação e posse do Diretor Geral.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

**Resolução Nº 018/2011 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 018/11

Regulamenta a convocação e inscrição dos interessados/indicados para a composição da suplência do Comitê de Regulação da AGIR

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29, Inciso I e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Expedir com fundamento no Artigo 35 e seguintes do Estatuto, o Edital de Chamamento dos interessados para composição da suplência do Comitê de Regulação da AGIR.

Art. 2º. Os membros suplentes do Comitê de Regulação, em número de 03 (três) devem ser indicados, respectivamente, sendo 01 (um) representando os conselhos municipais (usuários) e 02 (dois) representando o Consórcio Agir.

Art. 3º. Cabe a equipe técnica da AGIR encaminhar cópia do edital para todos os municípios consorciados, aos conselhos municipais de saneamento e aos prestadores de serviços para que façam o encaminhamento dos nomes nos termos do edital, respeitados os limites do Estatuto.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 28 de setembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

**Resolução Nº 019/2011 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 019/11

Adota o sistema on-line para movimentação financeira da AGIR, e das outras providências.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Incisos VIII e XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando a necessidade de agilizar e operacionalizar a movimentação financeira dos recursos desta Agência de Regulação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Adotar o sistema on-line para movimentação financeira



dos recursos da AGIR, compreendendo:

- I - Movimentação eletrônica;
- II - Transferências bancárias;
- III - Pagamentos diversos;
- IV - Recebimento entre contas e bancos;
- V - Pagamento de tributos diversos.

§ 1º. A movimentação financeira de que trata este artigo refere-se à conta mantida junto ao Banco do Brasil S/A, Agência 0095-7, Conta Corrente 24.345-0.

Art. 2º. Conceder à Sra. Valdete Korz, ocupante do cargo de Contadora da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, CPF: 546.983.919-20 e RG: 1.843.343 e à Sra. Vanessa Fernanda Schmitt, ocupante do cargo de Diretora Administrativa da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, CPF: 038.188.129-69 e RG: 4.116.465; amplos poderes, isoladamente e especificamente, para realizar a movimentação a que alude esta Resolução.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 28 de setembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

#### **Extrato Contrato de Rateio Nº 012/2011 - AGIR**

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 012/2011  
Data vigência: 01/01/2012  
Data vencimento: 31/12/2012  
Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR  
CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41  
Consortado: Município de INDIAIAL  
CNPJ do consorciado: 83.102.798/0001-00.  
Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.  
Cota mensal: R\$ 3.600,42 (três mil, seiscentos reais, quarenta e dois centavos).  
Cota anual: R\$ 43.205,07 (quarenta e três mil, duzentos e cinco reais, sete centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.  
VANESSA FERNANDA SCHMITT  
Diretora Administrativa da AGIR

#### **Decisão Procedimento Administrativo Nº 003/2011 - AGIR**

Procedimento administrativo nº. 003/2011

Reclamante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU - SAMAE - Concedente  
Reclamado : FOZ DE BLUMENAU S.A. - Concessionária

#### **DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

Diante dos documentos apresentados e também diante das providências que foram adotadas entre a CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA no sentido de mitigar eventuais problemas quanto ao rompimento da rede de água e as necessárias manobras de religamento, DETERMINO O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo. Extraia-se cópia desta decisão e encaminha-se às partes para conhecimento.

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito do Município de Indaial  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

#### **Edital de Convocação Comitê de Regulação - AGIR** **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29, Inciso I e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, CONVOCA todos os interessados em participar da eleição para ocupar as vagas da suplência do Comitê de Regulação da AGIR, observado o seguinte:

Art. 1º. Os membros suplentes do Comitê de Regulação, em número de 03 (três) devem ser indicados, respectivamente, sendo 01 (um) representando os conselhos municipais (usuários) e 02 (dois) representando o Consórcio AGIR.

Art. 2º. Tanto os usuários como a AGIR poderão apresentar nomes, de forma isolada ou através de consenso, encaminhando a documentação à Diretoria Executiva da AGIR dentro dos prazos e formas previstas neste edital.

Parágrafo único. Cada candidato ao Comitê de Regulação só poderá fazer parte de uma só indicação.

Art. 3º. Os prazos, forma e local a ser observados pelos interessados são os seguintes:

Prazos:

I - Início do prazo de indicação: Dia 03 de outubro de 2011.

II - Término do prazo para as indicações: Dia 14 de outubro de 2011.

Local e forma de entrega dos documentos:

I - Local: Na sede da AGIR, sito na Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro Velha, Blumenau/SC, em horário de expediente.

II - Forma: Os documentos dos candidatos devem ser entregues pelos representantes dos usuários, dos prestadores de serviços e da AGIR, através de ofício apresentando o(s) candidato(s), de forma isolada ou através de consenso.

Art. 4º. São requisitos obrigatórios para o cargo de membro do Comitê de Regulação:

I - Ser brasileiro(a) (comprovar com cópia da identidade civil, CNH ou identidade profissional);

II - Reputação ilibada;

III - Notória especialização e conhecimento técnico;

IV - Ser maior de idade;

V - Não ter contas públicas rejeitadas (declaração de próprio punho sob as penas da lei - Anexo 1);

VI - Não ter sido condenado criminalmente ou por ato de improbidade (declaração de próprio punho sob as penas da Lei - Anexo 1);

VII - Caso faça parte de uma entidade de categoria profissional regulamentada, apresentar comprovante de regularidade profissional;

VIII - Curriculum vitae com foto 3x4 (digitalizada ou original).

Art. 5º. É proibida a indicação de pessoas que estejam impedidas por força do Artigo 40 do Estatuto da AGIR, Incisos I a V e parágrafos seguintes.

Art. 6º. Os candidatos selecionados serão submetidos à votação em sessão da Assembléia Geral da AGIR, quando serão

considerados eleitos os 03 (três) suplentes mais votados, sempre observada a formação paritária do Comitê para um mandato de 04 (quatro) anos, observado o período inicial de transição, como previsto no Artigo 38, § 1º. do Estatuto.

Art. 7º. A posse dos membros eleitos para suplência do Comitê de Regulação da AGIR será na primeira Assembleia Geral da AGIR ou em data especialmente designada, em isso sendo necessário.

Art. 8º. Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva e estes atos e/ou decisões serão divulgados através do DOM/SC e ainda com a intimação pessoal do interessado.

Blumenau (SC), em 28 de setembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

DOCUMENTO PARA INSCRIÇÃO DE MEMBRO PARA SUPLENÇA  
NO  
COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

ANEXO I

D E C L A R A Ç Ã O (modelo)

EU, (nome completo), brasileiro(a), profissão, Célula de Identidade nº. , CPF nº. , residente e domiciliado na (Rua, Avenida, etc.) nº. , Apartamento nº. no bairro , no município de , Estado de ,  
DECLARO SOB AS PENAS DA LEI que não tenho e nem tive nenhuma conta pública rejeitada e que até a presente data não fui condenado criminalmente ou por ato de improbidade quando do exercício de cargo e ou função pública e, que também não possuo nenhum dos impedimentos previstos no Artigo 40 do Estatuto da AGIR para o exercício do cargo de Membro do Comitê de Regulação.

Por ser verdade, firmo o presente para todos os seus efeitos legais, ciente que tais informações podem ser confrontadas, em assim sendo necessário.

Blumenau (SC), em , de de 2011.

Assinatura

**ARIS**

### Retificação ao Aviso de Licitação Nº 020/2011

Retificação ao Aviso de Licitação nº 020/2011

Pregão nº 03/2011

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) RETIFICA o Aviso de Licitação n. 020/2011 (Pregão n. 03/2011), informando que onde consta "Abertura da sessão pública do pregão: 9h00min do dia 29/09/2011", deve-se ler "Abertura da sessão pública do pregão: 9h00min do dia 13/10/2011". Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248-0263
- E-mail: diretor@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 03 de outubro de 2011.

MARCOS FEY PROBST  
Diretor-geral da ARIS

## CIGA

### Resolução CIGA Nº 21/2011

Resolução nº 21/2011

Altera o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2011.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 06/2010.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar, no orçamento do CIGA, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação gerado na fonte de recurso 203 - Portal das Câmaras, suplementando a dotação abaixo descrita:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.90	203	R\$ 2.400,00
TOTAL	R\$ 2.400,00				

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 04 de outubro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva  
Presidente do CIGA

### Extrato Contrato 103 - Rateio PGT - Descanso

Extrato de Contrato nº 103/2011

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Descanso

CONTRATANTE: Município de Descanso

CNPJ: 83.026.138/0001-97

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 30 de setembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA